

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

ALEXIA MARIA CARDOSO MELO

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E FORMAÇÃO PARA O
EXERCÍCIO DA CIDADANIA: UMA PROPOSTA DE AÇÃO
PEDAGÓGICA

GOIÂNIA

2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

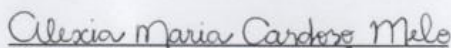
Nome completo da autora: ALEXIA MARIA CARDOSO MELO

Título do trabalho: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA: UMA PROPOSTA DE AÇÃO PEDAGÓGICA

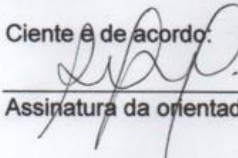
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura da autora²

Ciente e de acordo:


Assinatura da orientadora²

Data: 31 / 10 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

ALEXIA MARIA CARDOSO MELO

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E FORMAÇÃO PARA O
EXERCÍCIO DA CIDADANIA: UMA PROPOSTA DE AÇÃO
PEDAGÓGICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de Mestra em Ensino na Educação Básica.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica

Linha de Pesquisa: Concepções teórico-metodológicas e práticas docentes

Orientadora: DRA. LUZIA RODRIGUES DA SILVA

GOIÂNIA
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Melo, Alexia Maria Cardoso

Ensino de língua portuguesa e formação para o exercício da
cidadania [manuscrito] : uma proposta de ação pedagógica / Alexia Maria
Cardoso Melo. - 2019.
284 f.

Orientador: Profa. Dra. Luzia Rodrigues da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Centro
de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação
em Ensino na Educação Básica (Profissional), Goiânia, 2019.

1. Ensino na Educação Básica. 2. Língua Portuguesa. 3. Exercício
da Cidadania. 4. Autoria. I. Silva, Luzia Rodrigues da, orient. II. Título.

CDU 37



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA
MESTRADO - PPGEEB
CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO**



ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO E DO PRODUTO EDUCACIONAL

Aos nove dias do mês de outubro do ano dois mil e dezenove, às quatorze horas, nas dependências do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG), foi realizada a **defesa da Dissertação de Mestrado** intitulada **Ensino de língua portuguesa e formação para o exercício da cidadania: uma proposta de ação pedagógica**, e do Produto Educacional intitulado **Língua, cidadania e autoria na Educação Básica**, pelo(a) discente **Alexia Maria Cardoso Melo**, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Ensino na Educação Básica. Ao término da defesa, a Banca Examinadora considerou a Dissertação e o Produto Educacional apresentados aprovados

Observações: _____

Proclamado o resultado, o(a) Presidente encerrou os trabalhos e assinou a presente ata, juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Goiânia, 09 de outubro de 2019.

Profa. Dra. Luzia Rodrigues da Silva
Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Presidente da Banca

Profa. Dra. Ilse Leone Borges Chaves de Oliveira
Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Membro Interno

Prof. Dr. Leosimar Aparecido da Silva
Faculdade de Letras (FL) da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Membro Externo

Profa. Dra. Elisandra Filetti Moura
Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Membro Suplente Interno

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todas as professoras de língua portuguesa e a todos os estudantes da Educação Básica do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas, vivas ou mortas, que contribuíram para a realização desta pesquisa.

Agradeço aos meus pais, Alexandre e Silvia, e aos meus irmãos, Alejandro e Jhersyka, que sempre me incentivaram e apoiaram. Agradeço ao meu companheiro, Alexandre, que tanto me auxiliou nos momentos difíceis. Agradeço aos meus avós e bisavós, biológicos ou não, que possibilitaram a minha existência.

Agradeço, por fim, a todas as pessoas que se dedicaram à pesquisa, ao estudo e ao ensino, agradeço especialmente às professoras de língua portuguesa da Educação Básica do Brasil.

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: EXERCÍCIO DA CIDADANIA, ATO RESPONSÁVEL E AUTORIA.....	15
CAPÍTULO 2: ENSINO DE LÍNGUA, GÊNEROS DO DISCURSO E AUTORIA.....	24
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA.....	27
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE DADOS.....	32
4.1 Primeira aula.....	33
4.2 Segunda aula.....	34
4.3 Terceira aula.....	36
4.4 Quarta aula.....	52
4.5 Reflexões.....	57
4.6 Quinta aula.....	64
4.7 Reflexões.....	67
4.8 Sexta aula.....	77
4.9 Sétima aula.....	78
4.10 Oitava aula.....	83
4.11 Nona aula.....	85
4.12 Décima aula.....	87
4.13 Culminância.....	93
CONCLUSÃO.....	95
PRODUTO EDUCACIONAL.....	98

REFERÊNCIAS.....	119
-------------------------	------------

APÊNDICES.....	121
-----------------------	------------

ANEXOS.....	212
--------------------	------------

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a relação entre o ensino de língua portuguesa na Educação Básica e a formação do educando para o exercício da cidadania, uma das finalidades da educação brasileira, conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação número 9.394/1996. Além desse objetivo de pesquisa, este trabalho tem como objetivos de ação construir, aplicar e analisar uma proposta de ação pedagógica, estruturada segundo o gênero sequência didática, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento da autoria de estudantes da 3ª série do Ensino Médio de uma escola da rede estadual da cidade de Goiânia. Esses objetivos de ação e aquele objetivo de pesquisa juntos compuseram esta pesquisa-ação, que assim se organizou devido à própria natureza dos objetos focalizados, o ensino de língua portuguesa, o exercício da cidadania e o desenvolvimento da autoria. A relação estabelecida entre esses objetos-conceitos foi construída a partir de considerações teóricas especialmente de Carvalho (2013), sobre cidadania no Brasil, e de Bakhtin (1993, 2011, 2014, 2016), sobre ato responsável, gêneros do discurso e autoria. Ao propor a interpretação do exercício da cidadania como ato responsável, portanto passível de ser arquitetado de forma mais autoral, mediante o desenvolvimento de competências relacionadas a atividades comunicativas, como as competências de leitura, de produção e de análise de textos, esta pesquisa-ação foi realizada de forma a culminar em reflexões que contribuem não só com o desenvolvimento da autoria dos alunos em pesquisa, como também em reflexões que contribuem para a seguinte discussão: para quê nós, professores de língua portuguesa da Educação Básica, ensinamos o que ensinamos? Com essas reflexões, um site foi criado para potencializar o acesso às produções textuais dos alunos e à sequência didática construída, aplicada e analisada. Esse mesmo site também assumiu a finalidade de oportunizar a interação entre professores da Educação Básica envolvidos com os objetivos aqui traçados, de modo a se configurar como o produto educacional desta pesquisa. Por fim, como afirmou Carvalho (2017), um sujeito ou um povo não se torna capaz de exercer a própria cidadania plena e ativamente de um ano para o outro. Nesse mesmo sentido, um sujeito ou um povo não desenvolve a capacidade de produzir textos de diferentes gêneros do discurso de forma arquitetonicamente autoral de uma hora para outra. Assim, as discussões sobre essas temáticas se justificam por suas naturezas complexas e dinâmicas, que interferem diretamente nas práticas sociais cotidianas do povo brasileiro.

Palavras-chave: Ensino na Educação Básica. Língua Portuguesa. Exercício da Cidadania. Autoria.

ABSTRACT

This dissertation aims to reflect on the relationship between Portuguese language teaching in Basic Education and the students' formation for the exercise of citizenship, one of the purposes of Brazilian education, as stated in the Law of Guidelines and Bases of Education number 9.394 / 1996. In addition to this research objective, this work aims to build, apply and analyze a proposal for pedagogical action, structured according to the didactic sequence genre, with the purpose of contributing to the development of authorship of a third grade students from a Goiânia City state education network high school. These action goals and that research objective together made up this action research, which was thus organized due to the very nature of the focused objects, the teaching of Portuguese language, the exercise of citizenship and the development of authorship. The relationship established between these object-concepts was built from theoretical considerations especially of Carvalho (2013), about citizenship in Brazil, and of Bakhtin (1993, 2011, 2014, 2016), about responsible act, genres of discourse and authorship. By proposing the interpretation of the exercise of citizenship as a responsible act, therefore liable to be more authorially architected, by developing skills related to communicative activities, such as reading, production and text analysis skills, this action research was conducted in a way that culminated in reflections that contribute not only to the development of authorship of the students in research, but also to reflections that contribute to the following discussion: why do we, the Portuguese-language teachers of Basic Education, teach what we teach? With these reflections, a website was created to enhance access to students' textual productions and the didactic sequence constructed, applied and analyzed. This same site also assumed the purpose of facilitating the interaction between teachers of Basic Education involved with the objectives outlined here, in order to configure itself as the educational product of this research. Finally, as stated by Carvalho (2017), a subject or a people cannot fully and actively exercise their citizenship from one grade to another. In this same sense, a subject or a people does not develop the capacity to produce texts of different genres of discourse in an architecturally authorial way from one moment to the next. Thus, discussions on these themes are justified by their complex and dynamic nature, which directly interfere with the Brazilian people's daily social practices.

Keywords: Teaching in Basic Education. Portuguese language. Exercise of Citizenship. Authorship.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação surge como uma resposta, dentre outras possíveis, à seguinte pergunta: para quê ensinamos o que ensinamos? Qual o objetivo do ensino ao pensarmos a relação desse ensino com a educação e a relação da educação com a sociedade? Definitivamente, essa pergunta tem sido recorrentemente feita ao longo da história da educação e, sem dúvida, são múltiplas as respostas possíveis a esse questionamento quando nos deparamos com essa história.

As respostas são múltiplas não só porque foram diversamente arquitetadas por diferentes filósofos, teóricos, pensadores da educação, do ensino, dentre outros, mas também porque múltiplos foram os momentos históricos, os contextos sociais e culturais, as ideologias circulantes que influenciaram tanto o entendimento da pergunta quanto a arquitetura das respostas.

Com isso em mente, voltemos à questão para acrescentar alguns elementos que se fazem necessários à construção de uma resposta possível a essa pergunta, considerando os limites deste trabalho. Para quê nós, professores de língua portuguesa da Educação Básica brasileira, ensinamos o que ensinamos? Qual o objetivo do ensino de língua portuguesa ao pensarmos a relação desse ensino com a educação e a relação da educação com a sociedade brasileira?

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira número 9.394/1996 bem como em outros documentos que regem a educação no Brasil, como nas Orientações Curriculares Nacionais e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelece-se que a educação tem por finalidade, ou objetivos, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O preparo do educando para o exercício da cidadania, como um dos objetivos da educação brasileira, chama especial atenção dentre os outros dois objetivos materializados na Lei de Diretrizes e Bases, afinal: o quê significa exercer a cidadania e, antes disso, ser cidadão no Brasil? Em seguida: qual a relação entre o ensino e o uso da língua portuguesa com o exercício da cidadania? Por fim: como ensinar língua portuguesa de modo a contribuir com a formação do educando para o exercício da cidadania?

São essas as questões que derivamos da primeira grande pergunta e que nortearam a construção deste trabalho, nortearam a arquitetura desta resposta, que não pretendemos de forma alguma que seja definitiva. Encaramos mais como uma resposta

que suscita outras questões e outras respostas mais, que suscita o diálogo constante, a construção de novos caminhos e a realização de novos atos, tão necessários a um ensino dinâmico.

Desse modo, como metodologia, selecionamos a pesquisa-ação, uma vez que esse modo de pesquisar melhor se relaciona aos objetos e objetivos deste trabalho, bem como a outros elementos que se conectam ao ato de pesquisar sobre língua, ensino e educação. Assim, estabelecemos para esta pesquisa-ação um objetivo de pesquisa e um objetivo de ação que se conectam especialmente pelo conceito de autoria, como será possível perceber.

O objetivo de pesquisa deste trabalho foi o de refletir sobre a relação entre o ensino de língua portuguesa na Educação Básica brasileira hoje e a formação para o exercício da cidadania dos educandos desse mesmo sistema e nível educacionais. Por se tratar de uma pesquisa-ação, esse objetivo foi alcançado mediante atividades teóricas e práticas, uma vez estabelecido e realizado um segundo objetivo, o objetivo de ação. Dessa maneira, aumentamos as possibilidades de oferecer resultados mais compatíveis com a realidade educacional brasileira de hoje e aumentamos também, por consequência, as possibilidades de oferecer resultados capazes que melhor contribuir com a transformação dessa realidade.

O objetivo de ação deste trabalho foi o de desenvolver a autoria de alunos da Educação Básica com a finalidade de contribuir com a formação desses educandos para o exercício da cidadania. Objetivamos com essa ação pedagógica, organizada na forma de sequência didática, refletir sobre a relação acima mencionada a partir de um desenvolvimento, mesmo que mínimo, das competências de leitura, de produção e de análise de textos, orais e escritos, de diferentes gêneros, uma vez percebida a relação dessas competências com o conceito de autoria.

Os resultados deste trabalho foram divididos, nesta dissertação, em cinco capítulos. No primeiro capítulo, discutimos os conceitos de cidadão, de cidadania e de exercício da cidadania, focalizando especialmente este último, de forma a traçar uma relação entre esses conceitos, uma das finalidades da educação brasileira e o ensino de língua portuguesa no Brasil. Assim, argumentamos no sentido de que o exercício da cidadania pode ser, e é interessante que seja, considerado um ato responsável. Em seguida, relacionamos esses dois últimos conceitos, cidadania e ato responsável, ao conceito de autoria.

Para a realização de tais discussões, consideramos especialmente as reflexões teóricas de Thomas Marshall (1963) sobre cidadania, de José Murilo de Carvalho (2017) sobre cidadania no Brasil e de Mikhail Bakhtin (1993; 2011) sobre ato responsável e sobre autoria.

No segundo capítulo, discutimos os conceitos de língua, de gêneros do discurso e novamente de autoria, de forma a já apontar para a proposta de ensino de língua portuguesa que abarcou as reflexões construídas sobre um dos objetivos da educação brasileira. Para tanto, consideramos especialmente as reflexões teóricas de Mikhail Bakhtin (2014; 2016) sobre língua e gêneros do discurso e de Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz (2004) sobre ensino de língua e sequências didáticas.

No terceiro capítulo, apresentamos a metodologia deste trabalho, organizado conforme a dinâmica de uma pesquisa-ação. Nesse capítulo, portanto, discorremos sobre a instituição de ensino onde realizamos a ação pedagógica, os sujeitos participantes da pesquisa, os instrumentos e os procedimentos adotados para a coleta, transcrição e análise de dados. Consideramos, assim, as orientações de Severino (2017) sobre pesquisa-ação bem como consideramos as orientações de Stella Maris Bortini-Ricardo (2011) sobre pesquisa qualitativa e sobre a postura do professor pesquisador.

No quarto capítulo, apresentamos a sequência didática construída, narramos a aplicação dessa sequência didática e analisamos os resultados obtidos. As contribuições teóricas de Irandé Antunes (2009; 2010; 2017) e de Celso Ferrarezi Jr. e Robson Santos de Carvalho (2015; 2017) foram especialmente levadas em consideração.

No quinto e último capítulo desta dissertação, apresentamos as conclusões do trabalho e, por fim, o produto educacional decorrente desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 – EXERCÍCIO DA CIDADANIA, ATO RESPONSÁVEL, AUTORIA

No dia 28 de outubro de 2018, ao final da apuração dos votos do segundo turno das eleições brasileiras para presidente da República, o ex-ministro da Educação e candidato derrotado, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, bacharel em direito, mestre em economia, doutor em filosofia e professor na Universidade de São Paulo, ressaltou em seu discurso a importância e a necessidade de o povo brasileiro exercitar a cidadania, em especial neste momento da história do país. O candidato ressaltou ainda a importância de se defender e reivindicar os direitos civis, políticos e sociais que se relacionam tanto ao sistema democrático do Brasil quanto ao conceito clássico de exercício da cidadania.

Começamos com esse evento histórico e esse discurso a nossa discussão sobre a relação entre o ensino de língua portuguesa no Brasil e a formação dos educandos brasileiros para o exercício da cidadania, pois “o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido”, como afirma Carvalho (2017, p. 14), de modo que o exercício da cidadania e a formação do educando brasileiro para o exercício desta também devem ser encarados como fenômenos e conceitos complexos e devem ser historicamente definidos. Portanto, é preciso observar a história brasileira para construirmos a discussão a que nos propomos.

Nos últimos anos, pela primeira vez na história do Brasil, após seguidas experiências de suspensão do exercício de direitos civis e políticos do povo brasileiro, presenciamos e participamos do governo de um presidente de origem popular. Após três derrotas seguidas, em 2002, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, foi finalmente eleito presidente da República Federativa do Brasil e iniciou seu exercício político como presidente da República em 2003. A resistência ao candidato nas eleições anteriores àquela em que obteve êxito vinha especialmente de setores conservadores e liberais e do grande negócio nacional e internacional. Resistência esta que foi habilmente neutralizada pela Carta aos Trabalhadores, conforme afirma Carvalho (2017, p. 231), “em que o candidato se comprometeu a respeitar as instituições, os tratados internacionais e a política econômica vigente”.

É possível observar grande avanço na expansão e consolidação de direitos dos cidadãos brasileiros ao longo do governo de Lula da Silva. Para isso, basta observar

dados relacionados à diminuição da fome e à expansão da Educação Superior nos últimos anos no Brasil.

Também é possível observar avanços na expansão e consolidação de direitos dos cidadãos brasileiros no governo da sucessora de Lula da Silva, Dilma Vana Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores, que assumiu a governança do Brasil, mediante eleições democráticas, em 2012, e que permaneceu na presidência do país até o seu afastamento em 2016. Para compreender minimamente esse processo de afastamento, recorreremos a eventos políticos internos que marcaram a memória do povo brasileiro nos últimos anos. Eventos estes que, é preciso ressaltar, relacionam-se à dinâmica política brasileira desde sua origem enquanto país colônia e que se relacionam também à dinâmica política internacional, que exerce profunda influência nas decisões deste país de economia ainda tão dependente.

Em 2005, foi denunciado “o caso mais notório de corrupção na esfera política” brasileira (CARVALHO, 2017, p. 236), ou talvez mais notório tenha sido a aceitação da denúncia, o julgamento e a condenação dos envolvidos, uma vez que essa condenação “foi um marco em nossa história jurídica” (CARVALHO, 2017, p. 237). O mensalão, assim conhecido pelo nome dado pelo denunciante do esquema de corrupção, o então deputado Roberto Jefferson, à época do Partido Trabalhista Brasileiro, tratava-se de pagamentos mensais a deputados, desde 2003, para a compra de apoio parlamentar ao governo. Entre os denunciados, estavam os principais dirigentes do Partido dos Trabalhadores, como seu presidente, José Genoíno, o secretário geral Sílvio Pereira e o tesoureiro Delúbio Soares, além do chefe da Casa Civil da época, José Dirceu, políticos de outros partidos e o operador financeiro do esquema, Marcos Valério.

Com as várias acusações, tipificadas pela Procuradoria Geral da República como corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, o Partido dos Trabalhadores sofreu grande dano, uma vez que passou de guardião da moralidade pública, quando na oposição, para apenas mais um entre os outros, como afirma Carvalho (2017), assim reforçando a percepção negativa da população brasileira sobre os partidos e os políticos do país.

O ano politicamente marcado pelo julgamento dos acusados envolvidos com o mensalão foi o ano de 2012. Após meses de debates no Supremo Tribunal Federal, de 2 de agosto a 17 de dezembro, com sessões transmitidas ao vivo e acompanhadas pelo público brasileiro, “com interesse nunca antes visto em nossa história política” (CARVALHO, 2017, p. 236), os primeiros mandatos de prisão foram expedidos em 15

de novembro de 2013 e encaminhados aos condenados pelo esquema de corrupção. O ano de 2013 foi especialmente marcado por movimentações populares que se espalharam por todo o Brasil e que corroboraram para desencadear acontecimentos políticos importantes nos anos seguintes da história brasileira, acontecimentos que, é válido ressaltar, relacionam-se profundamente a um cenário político e econômico internacional.

Em 2013, centenas de milhares de brasileiros foram às ruas protestar, inicialmente, contra os aumentos nas tarifas dos transportes públicos. Esses protestos ocorreram em diversos estados do Brasil, como Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará, e foram difundidos e organizados especialmente por meio de redes sociais e por estudantes brasileiros, que passaram não só a protestar como também a reivindicar o passe livre estudantil. As manifestações se iniciaram por volta do mês de maio e atingiram o seu auge no mês de junho, quando as polícias e parte dos manifestantes tornaram-se marcadamente violentos. Mas antes do término das manifestações, essas assumiram vários outros objetivos.

De um foco inicial limitado, o leque de reivindicações abriu-se para incluir a violência policial, a má qualidade dos serviços de saúde e educação, a falta de representatividade dos partidos, os gastos na reforma dos estádios de futebol exigidos pela Fifa para a Copa de 2014, a corrupção política, os políticos e, no limite, o sistema representativo como um todo. (CARVALHO, 2017, p. 10).

A corrupção na política, seja de políticos seja de partidos, ganha aqui destaque em meio às demais pautas, uma vez que o Partido dos Trabalhadores foi peculiarmente responsabilizado por esse fenômeno nada recente que é a corrupção brasileira, de modo que sofreu, por consequência, diversos golpes decorrentes de articulações entre políticos e civis. É possível interpretar que essa peculiar responsabilização e esses golpes sofridos não se resumem apenas à questão do mensalão, apesar de muito provavelmente, considerada a dinâmica da memória nacional brasileira, ser esse o principal argumento apresentado por milhares de cidadãos brasileiros quando questionados sobre os eventos de 2016 em diante.

O processo de impedimento de Dilma Rousseff ocorreu entre os dias 2 de dezembro de 2015 e 31 de agosto de 2016, iniciado menos de um ano após Rousseff assumir seu segundo mandato como presidenta da República Federativa do Brasil. Em seguida, considerados os trâmites do processo de impedimento, o vice-presidente à época, Michel Miguel Elias Temer Lulia, assumiu a presidência do país. Em seu governo, as manifestações do povo brasileiro não cessaram. As insatisfações mediante

apresentação e aprovação de emendas constitucionais, como a Proposta de Emenda Constitucional do teto de gastos públicos, PEC número 95 de 15 de dezembro de 2016, provocaram uma onda de ocupações em diversas instituições públicas do Brasil.

As ocupações de instituições públicas realizadas especialmente por estudantes e profissionais da área da educação em forma de protesto contra as ações políticas do governo de Michel Temer marcaram uma nova forma de protesto no cenário brasileiro. No estado de Goiás, estudantes ocuparam instituições de ensino municipais, estaduais e federais em protesto contra a militarização de escolas do estado e contra a tentativa do governo de selecionar e contratar Organizações Sociais para gerir escolas públicas do estado.

Ainda no governo de Michel Temer, outras propostas e projetos também impulsionaram a mobilização da população brasileira no sentido de demonstrar sua insatisfação, entretanto essas mobilizações não geraram tanta repercussão quanto as grandes manifestações de 2013 e de 2016, ainda no governo Dilma, uma vez que também não alcançaram as dimensões destas últimas. Algumas das medidas que aumentaram ainda mais a impopularidade do governo de Michel Temer foram as de reforma do Ensino Médio, de modernização trabalhista e de reforma da previdência, ainda em discussão e tramitação no governo do atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que assumiu a presidência no início do ano de 2019.

As campanhas presidenciais de 2018 foram especialmente marcadas por uma dicotomização da população brasileira, dicotomização essa que já vinha sendo percebida desde as manifestações de 2013. Uma preocupante característica dessa dicotomização foi, e ainda é, a exaltação do período ditatorial militar e dos militares brasileiros. Essa exaltação emergiu com cada vez menos receios como uma característica marcante de um dos lados da dicotomia, uma vez que o representante máximo desse lado reacionário expressou e ainda expressa um enaltecimento constante dos atos e dos agentes que caracterizam a ditadura militar brasileira.

Outro marco das campanhas presidenciais de 2018 e do próprio governo de Jair Bolsonaro são as *fake news*, gênero do discurso que circula com mais recorrência e que exerce maiores impactos em grupos do aplicativo de comunicação *WhatsApp*. Com esse gênero do discurso e os mecanismos tecnológicos da modernidade, sujeitos disseminam notícias falsas sobre pessoas e acontecimentos, de forma a enganar uma população carente de conhecimentos e de habilidades que impediriam a própria circulação desse gênero, uma vez que seria possível identificar melhor a natureza das notícias recebidas.

As *fakenews* produzidas e espalhadas durante as eleições presidenciais de 2018 foram também responsáveis pela ampliação das diferenças e pelo agravamento da divisão da sociedade brasileira, o que culminou em uma mudança considerável no cenário político do Brasil.

Apresentados pontualmente e brevemente alguns dos governos e acontecimentos históricos brasileiros dos últimos anos para o que aqui nos interessa e parcialmente justificada a importância de se discutir a questão do exercício da cidadania no Brasil contemporâneo e de se exercitar essa cidadania, passaremos agora a uma apresentação e discussão mais profunda dos conceitos de cidadão, de cidadania e de exercício da cidadania, focalizando especialmente este último conceito para, em seguida, sugerirmos uma nova perspectiva sobre o tema.

O autor que desenvolveu a distinção entre as várias dimensões da cidadania, já mencionadas neste trabalho, foi Thomas Humphrey Marshall em uma conferência em Cambridge, em 1949. Marshall, sociólogo de formação, dividiu o conceito de cidadania em três partes: civil, política e social. Segundo o autor, “o elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual” (1963, p. 63), ou seja, refere-se à liberdade de ir e vir dos cidadãos, à liberdade de imprensa, ao pensamento e à manifestação da fé, ao direito à propriedade, à conclusão de contratos válidos e ao direito à justiça.

Sobre o elemento político, o autor sugere que se deve entender como “o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo” (1963, p. 63). No caso das mulheres brasileiras, por exemplo, o direito político de votar e de ser votada no Brasil só foi concedido em 1933, interrompido parcialmente o seu exercício nos anos seguintes devido aos regimes políticos ditatoriais civil (1937-1945) e militar (1964-1985).

Por fim, o elemento social, conforme apresenta Marshall (1963, p. 63), refere-se “a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”. As instituições de educação e de saúde são as mais intimamente ligadas a esse direito que constitui o conceito de cidadania e, por consequência, o conceito de exercício da cidadania.

Além de dividir o conceito de cidadania em três partes e, portanto, de definir esse conceito por meio da exploração dessas partes e da relação entre elas, Marshall

apresentou e discutiu o desenvolvimento da cidadania e do exercício da cidadania na Inglaterra a partir do século XVIII. O autor apresentou ainda uma sequência de conquista e de consolidação dos direitos acima mencionados e que, segundo ele, não se trata apenas de uma sequência cronológica, mas também lógica. Segundo o autor, com o exercício dos direitos civis, os ingleses reivindicaram o direito ao voto, o direito de participar do governo de seu país. Com essa participação, a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista foram permitidas, acontecimentos responsáveis pela introdução de direitos sociais. Percebe-se, assim, a relação lógica e cronológica mencionada por Marshall.

No entanto, ainda segundo o autor, há uma exceção na sequência de direitos: a oferta de educação popular, reconhecida como um direito social. Antes que os demais direitos fossem conquistados, a educação popular exerceu grande impacto no desenrolar dos processos, de modo a ser considerada “historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos” (CARVALHO, 2017, p. 17). A educação popular oportuniza às pessoas o contato com conhecimentos que se relacionam diretamente aos direitos civis, políticos e sociais, bem como oportuniza o desenvolvimento de habilidades relacionadas à luta por esses direitos. Como afirma Carvalho (2017, p. 17), “a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política”.

No Brasil, entretanto, aspectos históricos, políticos e econômicos interferem diretamente nos processos de surgimento, de conquista e de consolidação dos direitos que possibilitam o exercício da cidadania, de modo que a educação popular ocupa um espaço ainda mais importante no que se refere à formação do cidadão para o exercício de seus direitos no país.

A sequência cronológica, e também lógica, apresentada por Marshall sobre o surgimento, conquista e consolidação de direitos civis, políticos e sociais aponta para o caráter histórico tanto dos direitos quanto para o caráter histórico do conceito de cidadania e de exercício da cidadania. O que se concebe como o ideal da cidadania plena pode ser semelhante tanto para os ingleses quanto para os brasileiros, considerada a tradição ocidental dentro da qual nos movemos e as influências entre as nações. Entretanto, como observa Carvalho (2017, p. 17), os caminhos até esse ideal são distintos e nem sempre seguem em linha reta, de modo que em outras nações podem ocorrer desvios nessa sequência lógica apresentada, desvios estes não previstos por Marshall.

O percurso inglês, apesar de sua influência, foi apenas um entre outros. No Brasil, por exemplo, não se aplica o modelo inglês no que se refere à sequência de surgimento, conquista e consolidação dos direitos e, por consequência, da cidadania no país, algo que nos interessa especialmente para o desenvolvimento deste trabalho. Carvalho (2017), sobre o desenvolvimento da cidadania no Brasil, argumenta no sentido de que houve no Brasil pelo menos duas diferenças importantes. A primeira diferença se refere à “maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros” (2017, p. 17), e a segunda diferença se refere à “alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos” (2017, p. 17-18). Segundo o autor, então, o direito social precedeu os outros direitos, o que corroborou para o não desenvolvimento da cidadania plena e ativa.

A exploração de pelo menos dois momentos históricos do Brasil auxiliam no entendimento do percurso brasileiro em direção à cidadania e no entendimento das consequências desse percurso para a formação dos cidadãos brasileiros, de modo a justificar mais uma vez a existência deste trabalho. Os dois momentos históricos são os períodos ditatoriais civil (1937-1945) e militar (1964-1985).

No caso do período ditatorial civil, de 1930 a 1945, a legislação social foi intensa em comparação a períodos anteriores e até posteriores, mas essa legislação foi introduzida em contexto de baixa ou nula participação política, ou seja, de precária vigência de direitos civis. A maneira como foram concedidos e distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa a definição desses benefícios como conquista democrática, o que comprometeu a contribuição dos direitos sociais para o desenvolvimento de uma cidadania ativa no Brasil, conforme explica Carvalho (2017).

O período ditatorial militar de 1964 a 1985 se assemelha ao período ditatorial civil pela ênfase dada aos direitos sociais. Entretanto, em sentido político, a diferença entre esses períodos é a manutenção do funcionamento do Congresso e da realização das eleições no regime implantado em 1964, o que criou a sensação de exercício de direitos políticos em alguns. Tais características desse segundo período ditatorial também contribuíram com a desvalorização de procedimentos tipicamente democráticos como meios de exercício da cidadania.

Apresentados os períodos ditatoriais civil (1937-1945) e militar (1964-1985) que marcaram a história do Brasil bem como marcaram a formação do cidadão brasileiro no que se refere ao exercício de sua cidadania, teceremos agora uma relação entre o conceito de exercício da cidadania, já anteriormente discutido, e os conceitos de ato responsável e de autoria, de Mikhail Bakhtin (1996), de modo a construir uma resposta,

dentre outras possíveis, ao questionamento inicial deste trabalho: para que nós, professores de língua portuguesa da Educação Básica do Brasil, ensinamos o que ensinamos?

Como já mencionado, a educação popular exerce papel de destaque no que se refere à formação do cidadão, uma vez que se relaciona diretamente aos atos dos sujeitos que possibilitam o surgimento, a conquista e a consolidação de direitos civis, políticos e sociais. Desse modo, ao definir como um dos objetivos da Educação Básica do Brasil contribuir com a formação do educando para o exercício da cidadania, é preciso que o conceito de exercício da cidadania direcione as práticas pedagógicas para essas atuações sociais que possibilitam o surgimento, a conquista e a consolidação de direitos dos cidadãos brasileiros. Como se trata de um conceito que, assim como outros, assume diferentes significações a partir da relação que estabelece com elementos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais, é preciso que, de tempos em tempos, discuta-se esse conceito.

Neste trabalho, sugiro considerar o exercício da cidadania como ato responsável de sujeitos concretos e únicos, que respondem tanto ao mundo da vida quanto ao mundo da cultura de forma mais ou menos arquitetonicamente autoral. Mikhail Bakhtin (1993) define ato responsável como ato de responsabilidade de um sujeito que responde a elementos histórico-individuais, do mundo da vida, e elementos de conteúdo-sentido, do mundo da cultura.

Bakhtin (1993, p. 13) define o mundo da cultura como o mundo “no qual os atos de nossa atividade são objetivados” e o mundo da vida como o mundo “no qual nós realmente criamos, conhecemos, contemplamos, vivemos nossas vidas e morremos – isto é, o mundo no qual os atos de nossa atividade são realizados uma vez e uma única vez”.

Um professor de língua portuguesa em sala de aula, por exemplo, age responsabilmente, uma vez que responde a elementos histórico-individuais, da dimensão do vivido, como a demandas dos alunos em sala sobre o ato de escrever, e também responde a elementos de conteúdo-sentido, do mundo da cultura, como as teorias sobre o ensino e a aprendizagem da escrita. Ao responder a esses elementos, cada professor age a sua maneira, considerados os atos anteriores os quais cada professor produziu e com os quais interagiu. Em decorrência disso, uma assinatura é conferida a essa resposta bem como uma marca mais ou menos arquitetonicamente

autor, tendo em vista a forma como esse professor respondeu aos elementos histórico-individuais e de conteúdo-sentido.

Do mesmo modo, podemos analisar os atos dos estudantes em sala de aula, pois esses estudantes também respondem a elementos histórico-individuais e de conteúdo-sentido. Uma vez considerado que todo ato é responsável, porque de responsabilidade de sujeitos concretos e únicos, conforme Bakhtin (1993), o ato de ler é também um ato de um sujeito concreto e único que responde a elementos histórico-individuais e de conteúdo-sentido. Portanto, esse sujeito assina sua leitura, responde por ela, bem como a realiza de forma mais ou menos arquitetonicamente autor, algo que depende de atos anteriores os quais esse sujeito produziu ou com os quais interagiu e que se relacionam direta ou indiretamente com o ato de ler.

No caso do cidadão brasileiro, o ato de exercer a cidadania, seja fazendo surgir novas demandas por direitos seja lutando para assegurar os já existentes, é também um ato de responsabilidade do sujeito que o realiza ao responder a elementos histórico-individuais e de conteúdo-sentido em seu agir. Esse ato de exercer a cidadania, bem como todos os demais atos mencionados, pode ser considerado mais ou menos arquitetonicamente autor a depender da forma como se realiza, da forma como o cidadão responde a elementos histórico-individuais e de conteúdo-sentido. A arquitetura é um elemento importante para se definir um ato responsável como autor no sentido de responsividade e não de responsabilidade. Esse conceito será retomado, no próximo capítulo, associado ao ato de produzir enunciados segundo a dinâmica de determinado gênero do discurso.

CAPÍTULO 2 – ENSINO DE LÍNGUA, GÊNEROS DO DISCURSO, AUTORIA

Passaremos agora à discussão do texto “Os gêneros do discurso”, de Mikhail Bakhtin (2016), para alcançarmos outra dimensão do conceito de autoria, de modo a percebermos ainda mais a relação entre esse conceito e o conceito de exercício da cidadania, ou seja, entre o ensino de língua portuguesa no Brasil e a formação do educando para o exercício da cidadania. Em seguida, nos capítulos subsequentes, a partir das discussões aqui e anteriormente desenvolvidas, apresentaremos e analisaremos a proposta de ação pedagógica aplicada.

Neste capítulo, o conceito de autoria, como será possível perceber, relaciona-se ao conceito de gêneros do discurso e a outros que se conectam a este último, como o conceito de enunciado, especialmente importante para nós, uma vez que a explicação inicial de Bakhtin, em “Os gêneros do discurso”, sobre o emprego da língua, costumeiramente utilizada como definição de gêneros do discurso, gira em torno desse complexo conceito.

Bakhtin (2016) postula que

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados *no conjunto* do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2016, p. 12)

Sobre a tradução da palavra enunciado, neste texto de Bakhtin, o tradutor Paulo Bezerra (2016, p. 11) observa que “Bakhtin emprega o termo *viskázivanie*, derivado do infinitivo *viskázivat*, que significa ato de enunciar, de exprimir, transmitir pensamentos, sentimento etc. em palavras”. Bezerra (2016, p. 11) diz ainda que “Bakhtin não faz distinção entre enunciado e enunciação, ou melhor, emprega o termo *viskázivanie* quer para ato de produção do discurso oral, quer para o discurso escrito, o discurso da cultura, um romance já publicado e absorvido por uma cultura, etc.”. Desse modo, considerada a dinâmica da língua e a dinâmica de tradução de um texto, bem como outras explicações de Bakhtin sobre língua, que iremos discutir aqui mais a frente, é possível perceber que

o conceito de enunciado, aparentemente estático e monológico em uma primeira leitura do trecho acima, é dinâmico e dialógico.

Além disso, consideradas as mesmas dinâmicas e explicações, é possível perceber melhor a relação entre o conceito de enunciado, de gêneros do discurso, de autoria e de ato responsável, uma vez interpretado que o emprego da língua, tal qual postula Bakhtin, efetua-se em forma de atos de enunciar que, por consequência, produzem enunciados orais e escritos, concretos e únicos, porque concretos e únicos são também os atos de enunciar, de produzir discursos. Esses atos, portanto, são parte constituidora da dinâmica dos gêneros do discurso, assim como também o são os discursos e os enunciados produzidos. Considerar esses atos é indispensável para se compreender profundamente a dinâmica dos gêneros do discurso e dos enunciados orais e escritos produzidos por sujeitos em determinados campos da atividade humana e da comunicação verbal.

Sujeitos e campos da atividade humana são outros dois componentes importantes das teorizações bakhtinianas sobre gêneros do discurso, uma vez que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (2016, p. 11), como afirma o autor, de modo que todo ato de enunciar e todo enunciado produzido relacionados a determinado gênero do discurso interagem com os campos da atividade humana em que se materializam e com as práticas sociais que aí se realizam por sujeitos concretos e únicos. Assim, o gênero do discurso conhecido como aula, em que sujeitos concretos e únicos atuam produzindo enunciados também concretos e únicos, orais e/ou escritos, relaciona-se a práticas sociais típicas do campo da atividade humana que é a educação assim como os gêneros do discurso conhecidos como sequência didática, diário de bordo e chamada se relacionam a essas mesmas práticas e a esse mesmo campo.

O conteúdo temático, o estilo e a construção composicional são outros importantes elementos para se compreender a dinâmica dos gêneros do discurso. Mencionados por Bakhtin (2016) em sua explicação inicial sobre o emprego da língua, esses elementos não só constituem os enunciados produzidos por sujeitos concretos e únicos em interação com as condições específicas e as finalidades de cada referido campo da atividade humana como também constituem a própria dinâmica dos atos de enunciar. A razão dessa influência constituidora encontra-se em uma outra explicação de Bakhtin sobre a dinâmica dos enunciados, que aprofundaremos em outro momento, mas que já se faz necessária a sua menção aqui. O autor diz que “todo enunciado é um

elo na cadeia da comunicação discursiva” (2016, p.46), de modo que essa ligação entre os enunciados, que só existem em relação a seus respectivos atos de enunciar concretos e únicos, também influencia a constituição dos próprios atos.

No caso do gênero aula, por exemplo, os professores em formação constroem suas referências sobre esse gênero não só a partir dos enunciados produzidos por outros professores, mas especialmente pela relação entre esses enunciados e os atos de produção desses enunciados, que interagem diretamente com as práticas sociais dos campos da educação e do ensino. Assim, o professor da Educação Básica, de forma mais ou menos consciente, mais ou menos autoral, seleciona determinado conteúdo temático, determinado estilo e determinada construção composicional a partir não só dos enunciados a que teve acesso, mas também a partir dos atos de enunciar que produziram esses enunciados. Caso não considere esses atos, a aula desse professor em formação pode não se realizar da forma como objetivou ou pode não alcançar os objetivos previamente estabelecidos.

Bakhtin (2016), em sua definição inicial sobre a dinâmica dos gêneros do discurso, também menciona a relativa estabilidade dos enunciados. Essa relativa estabilidade deve-se justamente à relação entre os enunciados e os atos de enunciar, atos esses de sujeitos concretos e únicos em determinados campos da atividade humana. Para ilustrar essa relativa estabilidade, recorreremos novamente ao gênero aula. Mesmo que um professor tente reproduzir uma aula, essa reprodução não culminará na mesma aula objetivada, será sempre uma outra, mesmo que os enunciados produzidos sejam aparentemente os mesmos, com aparentemente o mesmo conteúdo temático, o mesmo estilo e a mesma construção composicional. Não são os mesmos devido à relação existente entre esses enunciados e os atos que os produziram, atos esses de um sujeito em interação com sujeitos outros, em um tempo e espaço outros, com discursos outros etc.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

O método adotado para o desenvolvimento desta pesquisa, como já mencionado, é o método de pesquisa-ação, “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo” (THIOLLENT, 1986, p. 14). Nesse sentido, uma das especificidades da pesquisa-ação consiste no relacionamento de dois tipos de objetivos, os objetivos de pesquisa e os objetivos de ação, como aponta Thiollent (1986).

No que se refere à pesquisa, o objetivo deste trabalho foi o de discutir a relação entre o ensino de língua portuguesa e a formação para o exercício da cidadania, a partir não só de reflexões procedentes essencialmente de revisões bibliográficas como também a partir de análises decorrentes de uma ação pedagógica aplicada. No que se refere à ação, o objetivo foi o de desenvolver a autoria de alunos da Educação Básica com a finalidade de contribuir com a formação desses educandos para o exercício da cidadania. Objetivamos com essa ação pedagógica, organizada na forma de sequência didática, refletir sobre a relação acima mencionada a partir de um desenvolvimento, mesmo que mínimo, das competências de leitura, de produção e de análise de textos, orais e escritos, de diferentes gêneros, uma vez percebida a relação dessas competências com o conceito de autoria.

Estruturamos, então, este trabalho como um conjunto de atos que se interseccionam e que, por consequência, dialogam entre si, de modo que as discussões teóricas interagem diretamente com as ações e as ações interagem diretamente com as discussões teóricas.

Como ressalta Thiollent (1986), é necessário definir com precisão, de um lado, qual é a ação e, por outro lado, qual é a exigência de conhecimento a ser produzido para a realização de uma pesquisa-ação. Nos dois primeiros capítulos deste trabalho, foram discutidos os conhecimentos necessários à realização desta pesquisa por meio de revisões bibliográficas, reflexões teóricas e análises de acontecimentos históricos e sociais que relacionaram o ensino de língua portuguesa à formação para o exercício da cidadania. Passaremos agora à descrição da ação.

A ação deste trabalho é uma ação pedagógica de ensino de língua portuguesa que construímos a partir das discussões já mencionadas e a partir também da dinâmica da instituição de ensino onde realizamos a ação. No primeiro semestre de 2018, entramos em contato com uma escola estadual de tempo integral da cidade Goiânia, já

conhecida anteriormente por nós pesquisadoras, que apresentava as características necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, ou seja, apresentava em seu Projeto Político Pedagógico a formação para o exercício da cidadania como uma das finalidades das práticas educacionais que ali se realizavam.

A instituição de ensino também ofertava regularmente a disciplina de língua portuguesa, de modo que a ação pedagógica pretendida poderia ser ali desenvolvida. Ao entrarmos em contato com algumas das pessoas responsáveis pela instituição de ensino – diretora, coordenadora e professoras de língua portuguesa –, essas manifestaram genuíno interesse na realização da ação pedagógica a elas esboçada, uma vez que os alunos daquela instituição, especialmente os alunos da 3ª série do ensino médio, ainda apresentavam dificuldades básicas no que se refere à leitura, à produção e à análise de textos de diferentes gêneros.

Assim, ficou estabelecido que a ação pedagógica seria realizada nessa instituição de ensino com a participação de alunos da 3ª série do ensino médio, de modo que esses alunos seriam considerados sujeitos de pesquisa. Para que tivéssemos mais tempo e liberdade, a diretora da instituição sugeriu que a ação pedagógica fosse realizada em uma disciplina eletiva, uma vez que existia essa possibilidade por se tratar de uma instituição de tempo integral, instituição com uma carga horária diária mais extensa e, portanto, que oferta um número maior de atividades aos seus alunos.

As disciplinas eletivas são disciplinas ofertadas por professores de diferentes áreas da instituição e selecionadas pelos próprios alunos de acordo com a proposta a eles apresentada. No início do segundo semestre de 2018, aconteceu a Feira das Eletivas, em que oito foram apresentadas aos alunos da instituição. Dessas oito disciplinas, três estavam mais diretamente relacionadas à língua portuguesa. Dentre essas três, a disciplina organizada por nós pesquisadoras, intitulada *E agora, José? Preciso escrever uma redação!*, foi apresentada aos alunos da instituição, e vinte desses alunos – número máximo de inscritos para todas as disciplinas – se inscreveram.

Dos vinte alunos da 3ª série do ensino médio inscritos na eletiva *E agora, José?*, todos assinaram uma lista de inscrição demonstrando interesse em participar da disciplina e, por consequência, da pesquisa a ela associada. As disciplinas eletivas ocorriam às sextas-feiras, durante dois horários seguidos de 45 minutos, de modo que realizamos 10 intervenções de 1 hora e 30 minutos ao longo do segundo semestre de 2018 e finalizamos as atividades com um momento denominado Culminância, em que

as atividades de todas as disciplinas eletivas foram compartilhadas em um espaço de convivência.

A ação pedagógica foi estruturada em formato de sequência didática que tinha como objetivo desenvolver as competências já mencionadas dos alunos em questão por meio especialmente do trabalho com o gênero debate e com o gênero dissertativo-argumentativo do Exame Nacional do Ensino Médio. Os alunos, portanto, produziram textos orais e escritos desses gêneros ao longo da disciplina, de modo que consideramos especialmente, mas não só, essas produções para a análise da ação pedagógica.

No que se refere aos instrumentos de coleta de dados das atividades realizadas em sala de aula ao longo da disciplina, optamos por gravar as aulas (apenas em formato de áudio), fotografar as atividades de produção textual e demais atividades realizadas em sala de aula e optamos também por anotar em um diário de campo reflexões sobre a ação pedagógica durante o seu desenvolvimento. Assim, adotamos os procedimentos básicos sugeridos por pesquisadores sociais para a realização de pesquisas qualitativas em contexto de sala de aula, cruzando os dados coletados para melhor compreender as produções textuais dos alunos durante a análise da ação pedagógica.

A professora e pesquisadora Stella Maris Bortoni-Ricardo (2008), sobre pesquisa social qualitativa e sobre a postura do professor pesquisador, sugere que o trabalho de pesquisa do professor sobre suas ações em sala de aula se inicie com a construção de respostas a três perguntas:

1. O que está acontecendo aqui?
2. O que essas ações significam para as pessoas envolvidas nelas? Ou seja, quais são as perspectivas interpretativas dos agentes envolvidos nessas ações?
3. Como essas ações que têm lugar em um microcosmo como a sala de aula se relacionam com dimensões de natureza macrosocial em diversos níveis: o sistema local em que a escola está inserida, a cidade e a comunidade nacional?

Desse modo, estruturamos a análise dos dados coletados sobre a ação pedagógica por nós realizada a partir, primeiramente, dessas perguntas diretivas. Com isso, em consonância com Bortoni-Ricardo (2008), fica evidente que, no que se refere à análise da ação pedagógica construída e aplicada, interessa-nos mais o processo do que o produto. Isso, pois, interessam-nos a compreensão de fenômenos sociais complexos, os “significados que os atores sociais envolvidos no trabalho pedagógico conferem às suas ações” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 41) e especialmente os possíveis impactos que essas ações podem provocar no macrocosmo social.

É válido ressaltar que isso não significa que não estávamos interessadas em alcançar determinados objetivos com a ação pedagógica. Significa simplesmente que, no que se refere à análise dos dados obtidos, o processo nos interessa mais do que apenas os resultados da ação, o alcance de objetivos pré-estabelecidos, pois acreditamos que só por meio de uma compreensão mais profunda do processo, no caso deste trabalho, é que também compreenderíamos os resultados.

Para analisar mais profundamente esse processo, consideramos também outras perguntas decorrentes dessas sugeridas por Bortoni-Ricardo (2008) e que se relacionam mais diretamente à ação pedagógica de ensino de língua portuguesa. Como o objetivo dessa ação, estruturada em forma de sequência didática, era contribuir com o desenvolvimento da autoria de alunos da Educação Básica e, por consequência, contribuir com a formação para o exercício da cidadania desses educandos, perguntas relacionadas ao conceito especialmente de autoria foram essenciais à estruturação da análise.

Algumas dessas perguntas foram:

1. Qual é o gênero do discurso em foco para o desenvolvimento da autoria dos alunos?
2. A quais práticas sociais e a quais campos da atividade humana se relaciona o gênero do discurso em foco?
3. Os alunos perceberam essa relação?
4. Quais são as características temáticas, composicionais e estilísticas básicas que se materializam no texto do gênero do discurso em foco?
5. Os alunos perceberam essas características?
6. Os alunos produziram textos com essas características básicas?
7. Quais os valores básicos relacionados especialmente à temática do texto do gênero do discurso em foco?
8. Os alunos perceberam esses valores?
9. Os alunos produziram textos autorais que manifestavam esses valores ou que colocavam esses valores em xeque?
10. De que modo as atividades contribuíram ou de que modo essas e outras atividades poderiam melhor contribuir para o desenvolvimento da autoria de alunos da Educação Básica?

Os conceitos de leitura, de produção e de análise de textos que aparecem neste trabalho giram em torno dos conceitos de língua, de gêneros do discurso e de autoria de

Bakhtin (2011; 2014; 2016). A análise da ação pedagógica também gira em torno desses conceitos, fundamentais para responder não só as últimas 10 perguntas, mas também para responder as 3 primeiras, uma vez que se relacionam aos conceitos de cidadão, de exercício da cidadania, de ato responsável, de gêneros do discurso e de autoria, também essenciais à análise da ação pedagógica.

Apresentados o método, os objetivos, o local de realização da ação pedagógica, os sujeitos envolvidos, os procedimentos de coleta e análise de dados, passamos agora ao capítulo de apresentação e análise da ação pedagógica.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, apresentaremos e analisaremos a ação pedagógica aplicada ao longo da disciplina eletiva intitulada *E agora, José? Preciso escrever uma redação!* As intervenções realizadas pela pesquisadora responsável pela disciplina foram estruturadas em forma de sequência didática, como já mencionado anteriormente. Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) definem inicialmente uma sequência didática a partir de sua finalidade. Os autores definem, então, que “uma sequência didática tem, precisamente, a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor *um* gênero de texto, permitindo-lhe, assim, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação” (2004, p. 83).

Consideradas as interpretações teóricas que sustentam esta pesquisa, apresentaremos outra finalidade de sequência didática que seria mais coerente com as teorizações aqui desenvolvidas. Com essa redefinição, é possível entrever, mesmo que superficialmente, como se dá o processo de reacentuação de um gênero do discurso a partir da relação entre valor, tom e expressão que constitui a dinâmica dos gêneros. Esse processo de reacentuação, que interfere não só na constituição dos enunciados como também na construção dos atos de enunciar, é um dos elementos que faz com que os gêneros do discurso sejam relativamente estáveis. A partir de uma outra concepção teórica valorativa sobre o conceito de gêneros do discurso, modificamos não só a expressão do gênero do discurso sequência didática como também modificamos a própria concepção desse gênero.

Assim, definimos sequência didática, para os fins deste trabalho, como um gênero do discurso que tem por finalidade desenvolver a autoria de alunos da Educação Básica, mediante o trabalho com diferentes gêneros do discurso, a fim de que esses alunos sejam capazes de exercer a própria cidadania em diferentes campos da atividade humana de forma mais autoral. Nesse sentido, o domínio de um gênero do discurso deixa de ser o objetivo final da sequência didática. Explorar a dinâmica de um ou mais gêneros do discurso em uma mesma sequência didática passa a ser um meio de se alcançar objetivos específicos, como o desenvolvimento da autoria.

Desse modo, descentralizamos a estabilidade dos gêneros e valorizamos a sua dinamicidade; desobrigamos professores e alunos a trabalhar apenas com um número restrito de gêneros do discurso pré-estabelecidos de acordo com o nível de formação. Afinal, a partir da leitura, da produção e da análise de textos de quaisquer gêneros do

discurso em sala de aula, respeitados alguns procedimentos metodológicos, podemos contribuir com o desenvolvimento da autoria de alunos da Educação Básica.

A partir da exploração da dinâmica de qualquer gênero do discurso, podemos perceber, mais ou menos diretamente, e analisar os elementos que contribuem para a construção dos atos de enunciar e para a construção de enunciados de sujeitos concretos e únicos, de modo a sermos mais capazes de assimilar, reelaborar e reacentuar esses atos e esses enunciados que constituem a dinâmica dos gêneros. Entretanto, é válido ressaltar que determinados gêneros podem ser mais adequados a determinadas finalidades do ensino de língua, de modo que seleções são necessárias.

Posto isso, passaremos agora a apresentação e análise das atividades realizadas em sala de aula que participam da construção e realização da sequência didática que será posteriormente sintetizada e esquematizada para fins didáticos.

4.1 PRIMEIRA AULA

Após a Feira das Eletivas, as atividades da disciplina *E agora, José? Preciso escrever uma redação!* começaram efetivamente no dia 17 de agosto de 2018. Nesse dia, 16 dos 20 alunos inscritos na disciplina estavam presentes. Desses 16 alunos, 10 eram do sexo feminino e 6 do sexo masculino. A primeira e principal atividade realizada nesse dia foi a de apresentação, tanto da professora quanto dos alunos e da própria disciplina. Foi dito novamente que essa disciplina era parte de um projeto de pesquisa de mestrado inscrito no Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica, do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, da Universidade Federal de Goiás, sob minha responsabilidade, professora Alexia Maria Cardoso Melo.

Os termos de consentimento e de assentimento (ANEXO A) aprovados junto ao Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal de Goiás, foram entregues aos alunos, lidos, explicados e assinados logo após as apresentações. Em seguida, os alunos preencheram um questionário básico (APÊNDICE A) em que respondiam por escrito perguntas já respondidas oralmente durante a apresentação. Assim, registramos alguns dados importantes para os fins desta pesquisa.

Dos 16 alunos que preencheram o questionário, 1 deixou a disciplina após a primeira aula. Desse modo, serão citas aqui as informações registradas pelos 15 alunos que permaneceram na disciplina para que se tenha uma percepção geral dos hábitos desses estudantes.

Sobre se já participaram ou não do Exame Nacional do Ensino Médio alguma vez, 9 alunos responderam que nunca participaram, mas 13 responderam que participariam do Exame em 2018. Sobre se possuíam aparelho telefônico e/ou computador com acesso à internet, todos os alunos responderam que possuíam. Sobre os hábitos de leitura, 7 alunos responderam que leem com frequência (mínimo de 3 dias por semana, 30 minutos por dia) livros, mangás, revistas e/ou jornais, 5 alunos responderam que não e 3 responderam que às vezes leem com frequência. Sobre se assistiam filmes e séries com frequência (mínimo de 2 vezes aos mês, mais de 1 hora por vez), 13 alunos responderam que sim, 1 respondeu que não e 1 respondeu que às vezes.

Por fim, sobre as temáticas que gostariam que fossem debatidas em sala de aula e os conteúdos que gostariam que fossem trabalhados, os alunos citaram recorrentemente política, violência, leis, aborto, feminicídio e *fake news*. Citaram com menos frequência preconceito, eutanásia, mobilidade urbana, drogas, sexualidade e doenças no que se refere aos temas. Sobre conteúdos, citaram apenas pontuação, argumentação e elementos coesivos. A partir desse questionário, os temas das redações e os materiais das aulas foram selecionados por mim, professora responsável pela disciplina.

4.2 SEGUNDA AULA

Para a aula seguinte, do dia 24 de agosto de 2018, foi planejada a escrita de um texto do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio para que se avaliasse o nível de escrita dos alunos antes da realização de outras atividades ao longo da disciplina. Aos alunos, então, foi entregue uma das propostas do ENEM de 2016 (APÊNDICE J), que apresentava o seguinte tema: “Caminhos para combater o racismo no Brasil”.

Nesse tema convergem vários elementos relacionados ao exercício da cidadania, uma vez que se relacionam tanto com o exercício de direitos civis quanto com o exercício de direitos políticos e sociais. Além disso, nesse mesmo tema convergem várias outras temáticas sugeridas pelos alunos, como política, leis, preconceito, racismo etc. Desse modo, os interesses dos estudantes foram respeitados, uma vez que se trabalhou nessa aula com um gênero e com uma temática que direta ou indiretamente foram solicitados pelos alunos. Apesar disso, o nível de envolvimento com essa

atividade foi extremamente baixo. Nesse dia, dos 16 alunos presentes, sendo que 9 eram do sexo feminino e 7 eram do sexo masculino, apenas 2 alunos entregaram o texto.

Antes de se iniciar a escrita da redação, todos os textos motivadores da proposta de redação do Exame de 2016 foram lidos e superficialmente discutidos, uma vez que se intencionava observar o que os alunos, mais ou menos sozinhos, eram capazes de produzir naquele momento especificamente. A leitura e discussão duraram 30 minutos. Durante o tempo de escrita, percebendo a dificuldade dos alunos e com a intenção de motivá-los a escrever, eu me sentei ao lado de alguns que solicitaram a minha presença e respondi a várias dúvidas que apresentaram, bem como os instruí sobre a estrutura composicional do gênero em questão.

Em determinado momento da aula, percebendo a grande dificuldade da maioria dos alunos, teci alguns comentários a todos sobre a composição especialmente da introdução de um texto dissertativo-argumentativo. Falei sobre a necessidade de se apresentar na introdução, de forma organizada, o tema a ser desenvolvido e a tese a ser sustentada ao longo do texto. Falei sobre o fato de que, já na introdução, é importante que se deixe entrever o projeto de texto do autor, ou seja, o modo como o autor desenvolverá o tema e sustenterá a tese, demonstrando que há uma lógica organizativa “por detrás” do que está sendo dito no texto.

Entretanto, essas indicações básicas não foram suficientes para que os alunos construíssem, naquele momento, textos completos e adequados à dinâmica do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional. Como será possível perceber mais a frente, essa reposta dos alunos está diretamente relacionada à dificuldade de percepção, de leitura e de análise dos elementos que interagem entre si e constituem a dinâmica do gênero em atividade. Não se trata apenas de dificuldades com o estilo, a composição e o conteúdo do gênero dissertativo-argumentativo escolar. Trata-se de uma dificuldade anterior de escolarização, como a dificuldade de projetar um ouvinte ou leitor para o texto em produção, de antecipar respostas desse ouvinte ou leitor, de buscar referências em situações e textos anteriores desse mesmo gênero ou de gêneros semelhantes para a construção do próprio texto.

Ao final da aula, as duas redações que haviam sido concluídas foram recolhidas e aos demais alunos foi avisado que poderiam entregar a redação na aula seguinte, que só ocorreu três semanas depois, devido a atividades da escola. Como nenhum outro aluno entregou o texto, essa primeira redação foi descartada para fins de análise. Apesar

disso, já foi possível perceber algumas das principais dificuldades dos estudantes em pesquisa no que se refere ao desenvolvimento da autoria.

4.3 TERCEIRA AULA

Para a aula do dia 14 de setembro de 2018, foi planejada a realização de um debate sobre o seguinte tema: “A criminalização do funk no Brasil”. Com esse tema, foi possível estabelecer relações com o exercício da cidadania, uma vez que o processo de criminalização do funk aponta para a questão do exercício de direitos civis e políticos, especialmente. Com esse tema, também foi possível relacionar as temáticas apresentadas pelos alunos, como política, leis, violência, preconceito, racismo etc. Além dessa relação entre as temáticas, a criminalização do funk no Brasil foi selecionada como tema, pois os alunos já haviam manifestado indiretamente, por meio de músicas ouvidas no pátio da escola, um interesse pelo gênero musical funk, o que poderia tornar o debate ainda mais produtivo.

A aula foi iniciada com um conjunto de perguntas sobre as experiências dos alunos com o gênero debate. Os estudantes foram questionados sobre o fato de já terem ou não participado e/ou presenciado algum debate. Como grande parte dos alunos respondeu que sim, o questionamento seguinte foi sobre o tema debatido e como funcionou o debate. Os estudantes citaram, então, um debate sobre teorias filosóficas e disseram que os participantes se organizaram em dois grupos, um grupo a favor de determinada teoria e um grupo contra essa mesma teoria, apresentando uma outra em oposição. Alguns alunos também relataram terem participado de um debate sobre política que, infelizmente, terminou em briga.

Após as perguntas sobre as experiências anteriores dos alunos, iniciei uma explicação sobre como funcionaria o debate que realizaríamos em sala. Em vez de dois grupos, informei que seriam três: um grupo a favor da criminalização do funk no Brasil, um grupo contra a criminalização e um grupo de avaliadores. Vários alunos manifestaram imediatamente interesse em compor o grupo de avaliadores, movidos pela ideia de que essa era uma posição mais confortável, uma vez que supostamente teriam pouco o que fazer e falar. No entanto, antes que definissem suas posições, comecei a explicar brevemente a função dos avaliadores e solicitei que organizassem as carteiras em três linhas/grupos, cada linha próxima a uma das paredes, duas laterais e uma ao fundo.

Finalizada a organização das carteiras, o tema a ser debatido foi apresentado aos alunos e registrado no quadro. Em seguida, foi dito e explicado aos alunos que nós leríamos quatro textos relacionados ao tema a fim de que, a partir desses textos, fossem retiradas informações, fatos e opiniões para a sustentação dos pontos de vista a serem apresentados por eles. Também foi estabelecido o tempo de 20 minutos para a reunião dos estudantes em grupos para que os participantes discutissem quais seriam os pontos de vista defendidos por cada um, qual a ordem de apresentação dos pontos de vista, quais as estratégias a serem adotadas etc. Além disso, foi explicado que os avaliadores, durante esses 20 minutos de reunião, deveriam pensar conjuntamente em quais pontos de vista e argumentos os colegas poderiam apresentar, ou seja, os avaliadores teriam esse tempo para antecipar as falas dos colegas.

Sobre a dinâmica do debate em si, foi explicado que os grupos se alternariam na apresentação dos argumentos, das réplicas e das tréplicas. Assim, o aluno 1, do grupo da direita, apresentaria o primeiro argumento e o aluno 1, do grupo da esquerda, apresentaria a réplica. Em seguida, para finalizar a primeira rodada, o aluno 1, do grupo da direita, voltaria a falar, respondendo à réplica do grupo oposto, na tentativa de manter o seu argumento inicial. Nos momentos de réplica e de tréplica, os demais colegas do grupo poderiam ajudar o aluno que iniciou a argumentação a responder aos “ataques”. Concluída essa dinâmica, o grupo da esquerda tomaria o turno e apresentaria um primeiro argumento que seria seguido de réplica e de tréplica.

Em meio a essa explicação, foram apresentados alguns exemplos simples do que os alunos poderiam dizer, como “o funk não deve ser criminalizado, pois...” ou “esse ponto de vista não se sustenta, uma vez que...”. Com essas indicações, intencionei auxiliar superficialmente os alunos na organização da estrutura composicional do gênero em atividade.

Logo após a apresentação desses elementos iniciais da dinâmica do debate, um dos alunos pediu um momento de fala para comentar algo que merece atenção. O aluno disse que, com esse tema, um grupo ficaria muito forte e o outro muito fraco, pois ele acreditava que ninguém ali seria contra. Antes mesmo de completar a fala, de deixar claro se estava falando de serem contra o funk ou contra a criminalização desse gênero musical, vários alunos se manifestaram contra a criminalização. Com essa discussão, aproveitei o momento para ressaltar que essa atividade também tinha como objetivo fazer com que os alunos se deslocassem de suas posições axiológicas e tentassem argumentar a partir de posições de um sujeito outro, caso optassem por se colocarem

nessa posição. Assim, esses alunos se desafiariam a não só pensar como o outro, mas também a responder, argumentar, agir materialmente como o outro, de modo a possibilitar a si mesmos uma melhor análise dos elementos que se relacionam na constituição dessa posição sujeito ocupada.

Em seguida, iniciei uma explicação das atividades a serem desempenhadas pelos avaliadores durante o debate. Os estudantes que optassem por compor esse grupo deveriam analisar o desempenho dos colegas dos grupos a favor e contra a criminalização do funk. Deveriam analisar se os colegas respeitaram ou não a dinâmica do debate, se responderam à argumentação dos colegas do grupo oposto ou se apresentaram uma réplica ou tréplica que foi em outra direção, se apresentaram os argumentos em uma sequência lógica, se não foram redundantes, se não foram contraditórios, se os argumentos foram sustentados com repertório legitimado etc.

Um dos alunos que estava mais interessado em ocupar a posição de avaliador, perguntou se ferir os direitos humanos ou se ofender o colega seriam pontos importantes de serem observados. Aproveitei o momento para ressaltar que argumentação baseada em repertório pessoal ou direcionada à pessoa aluno participante do debate não seria uma argumentação adequada à formalidade do gênero debate em questão. Questionei os alunos, em seguida, sobre o porquê de uma argumentação baseada apenas em repertório pessoal ser considerada, nesse contexto, uma argumentação fraca. Apenas um dos alunos respondeu algo próximo do que se esperava, dizendo que seria fraca porque é baseada em uma opinião pessoal.

Expliquei, então, que uma argumentação baseada em experiência pessoal geralmente não é passível de generalização, ou seja, não é passível de convencer o outro, pois muito provavelmente não condiz com a experiência desse outro ou da maioria. Já uma argumentação baseada em experimentos científicos, em informações, fatos e opiniões legitimados, é muito mais passível de convencimento pelo valor social que possui e pela possibilidade de generalização. Desse modo, ficou estabelecido que, no contexto desse debate, as argumentações deveriam ser sustentadas com informações, fatos e opiniões legitimados, assim como devem ser nos textos do gênero dissertativo-argumentativo do Exame Nacional do Ensino Médio.

Finalizada essa primeira etapa de conversa sobre o gênero debate que se realizaria, foi entregue aos alunos a coletânea de textos (APÊNDICE B) a serem lidos e utilizados como principal fonte de informações para as argumentações, réplicas e tréplicas. Sobre os textos que compuseram a coletânea, o primeiro participa da dinâmica

do gênero reportagem, o segundo do gênero artigo de opinião, o terceiro do gênero constituição federal e o quarto do gênero código penal.

O autor do primeiro texto traçou uma relação entre o processo de criminalização do funk no Brasil de hoje e as perseguições ao samba, à capoeira e ao rap de tempos atrás. Com essa aproximação, esperava-se que os alunos percebessem especialmente a interação entre a criminalização, as perseguições e o racismo institucionalizado na sociedade brasileira, uma vez que, direta e indiretamente, o autor da reportagem relacionou esses elementos em seu texto e os alunos, recentemente na disciplina, haviam lido textos que tematizavam o racismo no Brasil.

Já o autor do artigo de opinião aproximou o gênero musical funk dos crimes de incitação e de apologia de crime ou de fato criminoso. Com essa aproximação, construída por meio de leis e de letras de dois funks, o autor convence alguns de que o funk deve ser criminalizado, uma vez que esse gênero musical é, supostamente, um forte meio motivador e enaltecedor – por si só – de atos criminosos e não uma consequência da discursivização de uma dinâmica histórica, social e cultural específica. Além disso, é possível supor, pois o autor não aborda esse assunto diretamente, que o articulista é favorável à criminalização do funk ao sugerir que o código penal sobre incitação e apologia ao crime não é suficiente para coibir a produção de determinadas letras.

Nesse sentido, em oposição ao autor do primeiro texto, o autor do segundo não faz ressalvas, não separa “o joio do trigo”, apenas generaliza, não fala sobre a realidade da favela, da periferia, dos diferentes valores que compõem a cultura brasileira. Registra, por fim, que coibir a produção de letras de funk como as que ele apresentou trata-se de uma batalha, sobretudo, cultural, o que não deixa de ser verdade, apesar de os valores em batalha expressos pelo autor não apontarem para uma superação dos conflitos e sim para uma supressão ou agravamento destes. Desse modo, esperava-se que os alunos percebessem esses elementos e ressaltassem essa “falha” argumentativa do autor, especialmente se se posicionassem contra a criminalização do funk no Brasil.

O terceiro texto, fragmento do artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, dialoga com os textos anteriores e, por consequência, com a temática da criminalização do funk no Brasil no que se refere especialmente à igualdade de todos os brasileiros perante a lei e à livre expressão da atividade artística. Esperava-se que os alunos percebessem a relação entre a criminalização do funk e a (des)igualdade de uma parcela da sociedade brasileira em relação a outra. Esperava-se também que os alunos se

questionassem sobre os limites da expressão artística, sobre o próprio conceito de arte e sobre os valores atribuídos aos diferentes objetos artísticos a partir da leitura desse fragmento da Constituição em meio aos demais textos.

O quarto e último texto é composto por dois artigos do Código Penal brasileiro, o artigo 286 e o artigo 287. Ao compreenderem a diferença entre incitação e apologia de crime e de fato criminoso a partir da leitura desse último texto, esperava-se que os alunos percebessem que, para os autores que produzem letras de funk com esse conteúdo, já existem punições, de modo que a criminalização de todas as modalidades do gênero musical em questão não se sustenta. Além disso, esperava-se que os alunos percebessem que, apesar de existirem punições, a fiscalização e o julgamento adequados não se realizam efetivamente.

Todas essas expectativas derivam das concepções de exercício da cidadania, ato responsável, autoria e gêneros do discurso expostas neste trabalho bem como da faixa etária e da série dos estudantes em pesquisa. Desse modo, os textos produzidos pelos alunos durante o debate serão analisados a partir dessas expectativas e das perguntas apresentadas no capítulo metodológico desta dissertação com o intuito de compreender e de contribuir com o processo de desenvolvimento da autoria dos estudantes de língua portuguesa da Educação Básica. Os dados desta primeira análise são, portanto, os dados obtidos mediante a transcrição do debate (APÊNDICE) e os dados registrados em diário de bordo pela professora responsável pela pesquisa e pela disciplina logo após a realização do debate.

Após a distribuição da coletânea de textos aos alunos, antes mesmo do início da leitura, uma aluna fez o seguinte questionamento: se não era melhor os alunos já se dividirem em três grupos para que cada grupo lesse apenas o texto que lhe interessava, ou seja, o texto que apresentava argumentos coerentes com o posicionamento a ser defendido. A resposta foi, certamente, que essa não era a melhor estratégia, era preciso ler textos que apresentassem tanto argumentos contra quanto a favor da criminalização do funk para que se compreendesse como se estruturam os posicionamentos daqueles que concordam conosco e daqueles que se opõem a nós.

Com esse questionamento, que muito provavelmente poderia ter sido feito por outros alunos da sala, percebe-se não só uma indisposição em relação à leitura, mas uma preocupante falta de compreensão sobre uma das finalidades desse processo. Por meio dessa pergunta, é possível supor que a aluna e os alunos que pensaram ou pensariam como ela não se sensibilizaram ainda sobre a importância de se relacionar com

enunciados anteriores para se produzir enunciados agora de determinado gênero, de determinada dinâmica. Talvez esses alunos até reproduzam o discurso de que “é preciso ler bastante para escrever bem” e disso retiram ao menos uma relação precária entre ler e escrever, entre ler e produzir textos, mas provavelmente não sabem responder ao como e ao para quê exatamente ler este ou aquele texto de determinado gênero do discurso.

Durante a leitura dos textos da coletânea, teçi alguns comentários breves, como sobre a relação entre o primeiro texto da coletânea e os textos motivadores da proposta “Caminhos para combater o racismo no Brasil” e sobre a expressão “separar o joio do trigo”, com o intuito de auxiliar os alunos. Após a leitura, os alunos se organizaram em três grupos e tiveram mais ou menos 20 minutos para se prepararem para o debate. Dos 16 alunos presentes na terceira aula da disciplina, 9 eram do sexo feminino e 7 do sexo masculino. No que se refere à composição dos grupos, 3 alunos ficaram no grupo de avaliadores, 7 no grupo contra a criminalização e 6 no grupo a favor da criminalização. Todos os alunos, exceto 1 que estava no grupo a favor da criminalização, se envolveram com o planejamento, discutindo a temática com os colegas e/ou fazendo anotações para serem utilizadas no debate.

Com o término da reunião, os alunos se organizaram em grupos para darmos início ao debate. O grupo da direita apresentou o primeiro argumento, defendendo a criminalização do funk no Brasil. O primeiro aluno (G) a falar estruturou a sua argumentação em torno de uma suposição, uma vez que não comprovou se o funk realmente incita à prática de crimes, como uso/tráfico de drogas, estupro, homicídio, pedofilia.

Aluno (G): O nosso grupo, ele é a favor da criminalização do funk, é, em parte:: pensando, né, especificamente, em parte, que ele faz apologia e incita as pessoas a usar drogas, a cometer crimes e... entre outros:: outros fatores, né, que incitam as pessoas a cometerem:: ações ruins, digamos assim... Crimes tais como estupro, homicídio, pedofilia, [?] né, como tá no texto lá também... Esse tipo de coisa... É por isso que a gente:: principalmente, é... a favor da crimza::criminalização.../

A aluna (J) do grupo oposto, que respondeu à argumentação do colega (G), apesar das dificuldades de organização da resposta, construiu uma réplica efetiva, uma vez que argumentou no sentido de que, para as letras de funk que incitam à prática de crimes, já existem leis que retiram de circulação essas músicas, citando os artigos do

código penal, de modo que a criminalização do gênero musical como um todo não se sustenta. Entretanto, a mesma aluna (J) não ressaltou que o colega (G) deixou de comprovar sua argumentação inicial.

Aluna (J): Podemos analisar que através da sua fala você falou sobre... a apologia de drogas, mas, se você analisar, já tem soluções para isso. Essas músicas, elas não vão ser ouvidas pela sociedade, pois tem leis onde não deixa... É, podemos também analisar que você tá pensando:: é, a sociedade pensa de separar o joio do trigo, o que é bom e o que é mau, e no caso não é isso, porque essas músicas, elas não vão entrar em nossa sociedade porque as duas leis não deixa. Já tem soluções para serem:: para... como que eu posso dizer... para interferir nessa faixa:: as músicas não vão entrar no mercado, na sociedade/

No momento da tréplica, o aluno (G) retoma a fala e argumenta no sentido de que as leis citadas pela colega (J) “interferem é em nada” na sociedade, pois supostamente se contradizem. O aluno (G), então, aproxima o trecho da Constituição Federal do trecho do Código Penal com a finalidade de tentar demonstrar que o Código limita a livre expressão da atividade artística e que isso seria uma contradição legislativa. No entanto, o aluno (G) não explica qual é a contradição supostamente existente e como isso se relaciona aos funks, apenas faz uma leitura dos trechos, de modo que não consegue sustentar sua tréplica com essa primeira investida. Em seguida, o mesmo aluno (G) solicita diretamente, apelando para o pessoal e o emocional, que a colega (J) cite uma lei que realmente impeça a circulação de músicas como a do segundo texto da coletânea.

Aluno (G): Posso pegar a palavra? Então, primeiramente, você falou de leis, mas o que essas leis interfere diretamente na sociedade é em nada, porque aqui no:: no próprio texto motivadores são duas leis que se contradizem, uma que fala que... vou ler aqui:: é só ler, tá? “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou de licença”. Logo abaixo, tem uma que contradiz a de cima, né, “Artigo 286 – Incitar, publicamente, a prática de crime”, pena de detenção e não sei o que lá, “Artigo 287 – Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime”, pena de não sei quanto tempo. As leis que vocês falaram:: eu:: eu não conheço nenhuma lei:: se você puder citar uma pra mim, eu vou agradecer muito, uma lei que proíbe esses [...] de chegar na sociedade, porque do meu ponto de vista esse som aí influencia as pessoas que:: que ouve. Crianças... um exemplo bem claro disso, crianças são in::influenciadas por diversos fatores. Crianças não são maduras o suficientes pra.. ter a sua própria:: seus próprios ideais, suas próprias opiniões, são facilmente influenciadas. Nota-se também que vários carros com som:: som automoto:: som alto passam nas ruas e... não tem nem

nenhuma que proíbe isso, entendeu? E se existe alguma, não está sendo cumprida.

O aluno (G) diz ainda que é a favor da criminalização porque, em seu ponto de vista, pessoas são influenciadas por essas músicas, citando as crianças como “um exemplo bem claro” de pessoas que são facilmente influenciadas. Para comprovar que crianças são influenciadas, mas não exatamente pelos funks, o aluno (G) explica que as crianças “não são maduras o suficiente para terem os seus próprios ideais, as suas próprias opiniões”. Novamente, o aluno (G) não comprova efetivamente seu ponto de vista com informações legitimadas, mas cria uma sensação nos colegas de que conseguiu sustentar sua argumentação em virtude de um domínio de estilo e de composição do gênero melhor do que o da colega com quem debateu.

Finalizada essa primeira rodada, o grupo da esquerda, contra a criminalização do funk, iniciou a apresentação do primeiro argumento. A aluna (J) começou a sua argumentação a partir de uma afirmação sobre a diversidade do Brasil. Em seguida, sem a materialização devida da conexão entre um período e outro, (J) construiu a seguinte reflexão: por que o funk tem que ser criminalizado se, assim como esse gênero, outros passam a mesma mensagem? A aluna (J) poderia ter exemplificado a afirmação de que outros gêneros também se compõem de letras que incitam ou fazem apologia de crime ou de fato criminoso, uma vez que citou o gênero musical rap, entretanto não faz essa exemplificação, não sustenta sua argumentação, passa desordenadamente a explicar os dois últimos textos da coletânea. Desse modo, como será possível perceber pela réplica do outro grupo, a aluna (J) acaba perdendo essa primeira interessante argumentação por falta de domínio especialmente de composição e de estilo do gênero.

Com a precária explicação dos últimos dois textos da coletânea, a aluna (J) quis demonstrar que a criminalização do funk no Brasil configura-se como um ato discriminatório, ato que viola o respeito à dignidade do ser humano. Além disso, quis retomar a argumentação da rodada anterior que aponta para o fato de que já existem leis que coíbem a produção e circulação de músicas que incitam à prática de crimes e/ou fazem apologia de fatos criminosos. No entanto, novamente devido à falta de domínio de elementos relacionados à composição e ao estilo, como coerência e coesão, a aluna (J) não consegue efetivamente sustentar a sua argumentação.

Para finalizar a fala, a aluna (J) indiretamente retoma a afirmação inicial sobre a diversidade do Brasil ao afirmar que o funk é parte da cultura, da história do país. Em seguida, diz que essas músicas podem ser utilizadas como forma de protesto e que

impedir a sua existência seria algo como o que se fazia durante a Ditadura Militar, censura. Por fim, (J) concluiu sobre a criminalização do funk no Brasil que “ao querer tirar a cultura que está integrada em nosso país, nós estamos acabando com a história dele”.

Aluna (J): É, nós podemos analisar que nosso país, Brasil, é um país diversificado, que em nosso país tem diversas culturas, ele é constituído por isso... É... e muita das vezes você não vê por:: por que o:: o funk tem que ser criminalizado se assim também o rap, ou como outras músicas, também passam esse tipo de mensagem. E nós podemos analisar também que, diante do artigo, é... Artigo um:: primeiro da terce:: terceira Constituição Federal, esse tipo de manifestação, de cunho iniciatório, criminoso, preconceituosos, intolerantes, violam o respeito da dignidade da pessoa, do ser humano, e também podemos analisar outro artigo, do código penal, que “contempla duas figuras que trata das:: das manifestações públicas em favor de – e de sua prática – ou de criminosos: a incitação do:: ao crime”, aí fala, “e a apologia de crime e criminoso”. É... ao:: você pode ver também, né, esses dois códigos, um artigo e o outro um código penal, onde não deixam que essas músicas se, como eu havia falado no primeiro... argumentan:: contra-argumentando a sua fala, e bo:: nós podemos analisar também que esses tipos de:: a...:: o funk, ele foi instituído, integrado em nossa:: em nosso país como cultura. Nós não podemos tirar esse tipo de cultura porque nós ‘taremos tirando o quê? A história do Brasil. Essas pessoas colocam:: as letras dessas músicas levam histórias, levam uma forma de:: de você protestar, o que na ditadura não poderia, onde era censurado, você não poderia ter a liberdade de expressão, e aqui, como eu falei, e repito novamente, não é sobre, é, separar joio do trigo, e sim onde podemos mudar a forma como está sendo tratada ao querer tirar a cultura que está integrada em nosso país, nós estamos acabando com a história dele.

A réplica do grupo da direita foi produzida pelo mesmo aluno (G) das falas anteriores. O aluno (G) inicia sua fala com uma recusa a dar continuidade à discussão sobre as leis e justifica isso com o fato de que essa discussão já foi, supostamente, suficientemente feita na rodada anterior. O aluno (G), então, retoma o último comentário da colega (J) sobre a Ditadura Militar e diz que nesse período todos os gêneros musicais, como o rap e o samba, sofreram censura igualmente e que isso ocorreu devido a uma questão política. Além disso, o aluno (G) afirma que as letras do gênero musical rap sofreram censura porque apresentavam críticas ao governo corrupto, à sociedade da época, não tematizavam nada sobre crime, prostituição, como o funk. Entretanto, o aluno não comprova essa afirmação, assim como não comprova a

afirmação seguinte sobre o samba também ter sido censurado porque as letras desse gênero musical se configuravam como uma oposição política à Ditadura Militar vigente.

Por fim, o aluno (G) finaliza com a opinião não legitimada de que o funk não é parte da cultura. Para justificar essa opinião, o aluno (G) diz que considerar o funk cultura anularia as outras culturas, mas não explica esse processo nem muito menos deixa claro o que seria, então, cultura. Novamente, por apresentar um domínio sobre o estilo e a composição do gênero debate melhor do que o da colega (J), o aluno (G) cria a sensação nos colegas, e provavelmente até em si mesmo, de que foi completamente bem sucedido em sua argumentação.

Aluno (G): Primeiramente, eu não quero falar sobre as leis de novo porque já foi falado anteriormente. [...] questão de cultura, porque na época da ditadura, o período histórico no Brasil, é questão política. Outros tipos músicas, outros ritmos, como o rap e o samba, sofreram isso que o funk tá sofrendo atualmente, só que você nota diferença nas letras. O rap, ele falava sobre o quê? Sobre governo corrupto, a corrupção da sociedade e esse tipo de coisa. Nada sobre crime, é... prostituição, esse tipo de coisa que o funk fala, que você pode ver na letra da música que... Tá, e o samba também, o samba também foi assim, o samba foi considerado crime, que nem a gente leu naquele texto, né, só que... do que que o samba falava? Sobre o capitalismo, né, esse tipo de coisa, do governo também, e era uma oposição política, não uma oposição que influenciava a sociedade a... fazer a:: apologias a... ações cruéis. Além disso, o que você disse sobre cultura na letra do funk, eu não considero que tem:: que tenha uma cultura, porque, se a cultura do Brasil é essa, a gente anula totalmente as outras que existem aqui também, né.

A aluna (J) inicia a sua resposta à réplica do colega (G) por meio de uma citação inadequada de um trecho do segundo texto da coletânea com o intuito de afirmar que o rap não faz apologia de fato criminoso, o que contradiz uma de suas exemplificações anteriores, a derivada do questionamento. Além disso, em virtude de uma leitura equivocada do trecho do texto ou da crença de que a distorção de informações para a defesa de seu ponto de vista seria algo eficaz, a aluna (J) não conseguiu iniciar bem a sua resposta, passando a uma discussão sobre o preconceito existente não só no Brasil, mas no mundo. Essa discussão também foi construída de forma muito desorganizada, ao ponto de não ser possível identificar uma linha de raciocínio.

A aluna (J), mais a frente em sua fala, retoma a Ditadura Militar brasileira e apenas expõe algumas ideias sobre esse período até encontrar um ponto que pôde ser utilizado como argumento para se opor à criminalização do funk. Ao dizer que, durante

o período ditatorial, músicos eram censurados porque não diziam aquilo que queriam os que detinham o poder e que esses músicos compunham um grupo minoritário, representavam o povo, a aluna (J) retomou o funk e elaborou algo como esse gênero musical ser alvo de criminalização, pois é de origem popular, produzido por pessoas que sofrem preconceito, violências.

Entretanto, em vez de focalizar essa questão do preconceito sofrido por populares, a aluna (J) iniciou uma reflexão sobre as mulheres que dançam funk e que são julgadas: “ela é vista na sociedade como a puta, a puta que dança funk”. Após uma série de perguntas retóricas sobre as discriminações sofridas pelas mulheres que dançam funk, (J) finaliza sua tréplica com a história de João da Baiana, do primeiro texto da coletânea. Ao aproximar a história do samba, ilustrada com o caso do sambista João, da criminalização do funk no Brasil hoje, a aluna (J) conclui que essa perseguição ao gênero musical em debate não se deve ao teor das letras.

Aluna (J): Eu gostaria de usar a sua fala que você usou antes que você fala que o rap não faz apologia ao crime. “Para a Hungria, a apologia é criminosa em ambos casos. Em se trata”/

Aluno (G): Hungria não é um país?

Aluna (J): A:: a Hungria é:: é um tipo de rap, caso você não saiba, pacificadores também, então você meio que, é, se contr:: contra-argument:: é, contradizem... é, ondes eles:: sofrem um preconceito muito grande. Nós vivemos em um país, não só em um país, mas num mundo onde há o preconceito. Em no:: no:: ao pegar os livro de história e analisar todo esse percurso, essa caminhada, podemos ver grandes batalhas, grande vitórias, mas podemos analisar também o preconceito onde os cidadãos viviam, passavam, é... Podemos analisar também... que muitas vezes o que estava no poder ditava o que os súditos deveriam dizer. E eu gostaria de usar uma fala onde você fala, onde vocês diz, né, sobre o período da ditadura, contra-argumentando a minha fala. Esse:: esse período foi um período divergente, onde, é, da forma como aquelas pessoas que estavam no poder pensavam, então, eu não poderia nem sequer, em um:: na televisão, passar algo que fosse contra a:: o:: o seu pensamento, o que foi que aconteceu na ditadura. Foi um período onde era:: onde muitas coisas eram censuradas, pessoas morreram, mas eu não vou entrar nesse aspecto, eu quero entrar direto no funk. As músicas so:: eu:: gostaria de citar Geraldo Vangor. Ele falava sobre... é, sobre a sociedade, sobre a política, sobre economia do país, e a música dele era censurada por não passar o que o que estava no poder queria que fosse, era tipo um atrito grande entre o poder e a... o pobre, vou colocar o pobre, o povo. E gostaria também de dizer que essa:: o funk é inserido pelo uma memória em nossa... sociedade. É... essa memória, nós podemos dar com as pessoas que sofrem preconceito, as pessoas racistas, as pessoas que sofrem violências, as pessoas:: e muita da:: e não:: e muita das vezes podemos analisar também que ao:: uma mulher, ao dançar

funk, ela é vista na sociedade como a puta, a puta que dança funk, mas por quê? Ela trabalha? Ela é honrada? Ela se honra? Ela trabalha? Ela cuida dos seus filhos, mas ela sofre o preconceito por dançar funk. Uai, ela é mulher, ela é casada e tá dançando funk? Qual o problema? Muita das vezes há o preconceito sim, ao dançar o funk, não é nem a letra, mas sim o funk. E podemos observar também a:: que o funk, assim como as outras músicas, é... o... um cantor aqui, o pandeiro:: é, o samb:: o sambista João Ba:: João da Baiana... já pensou? Quantos negros, quantos pobres teriam barrados por tá dançando o funk, e não é as letras, porque essas letras, elas não entram na nossa população, porque existe dois artigos que eu citei pra você.

Após essas duas rodadas, mais duas foram produzidas. O grupo da direita iniciou a sua argumentação por meio de uma pergunta. O aluno (C) citou uma das letras de funk do segundo texto da coletânea, “Surubinha de leve”, para questionar o grupo da esquerda sobre como se posicionar em relação à representação das mulheres nas letras do gênero musical em debate. Apesar de comprovar, por meio da citação, que existem letras de funk machistas e misóginas, o aluno (C) não deixou claro que seria a favor da criminalização do funk em virtude dessa representação discriminatória da figura feminina que, segundo a letra citada pelo estudante, deve ser “simplesmente abandonada, embebedada e jogada na rua”. O aluno (C), apesar dessa falta de clareza, ao questionar o grupo da esquerda, aponta para uma possível contradição entre os discursos em circulação que conscientizam a sociedade sobre o respeito às mulheres e as letras de funk que enaltecem comportamentos machistas e misóginos.

Aluno (C): Como citava nas letras musicais, por exemplo, daquela “Surubinha de leve”, que cita uma mulher como uma pessoa vulgar, que deve ser simplesmente abandonada, embebedada e jogada na rua, o que vocês teria que... como que eu posso dizer?... Uhn... A:: uma defesa ao funk em relação a essa música com estupenda e criminosa contra a um:: uma mulher que deve ser tão respeitada, que... é tão defendida hoje em dia?

A réplica do grupo oposto, entretanto, não abordou essa possível contradição. A aluna (B), contra a criminalização do funk e em resposta ao aluno (C), direcionou sua argumentação para a música citada pelo colega. Após mencionar algumas partes do segundo texto da coletânea, sem conectar explicitamente essa citação ao que foi dito em seguida, a aluna (B) afirmou que a música “Surubinha de leve” foi retirada de circulação e sua letra foi modificada pelos autores, uma vez considerado o trecho do Código Penal da coletânea, que aponta para a importante existência de limites à liberdade de expressão. Dessa maneira, a aluna (B) encaminhava-se para uma conclusão,

a de que o grupo se posicionava contra a criminalização, mas a favor do Código Penal, da modificação e/ou retirada de circulação de músicas machistas e misóginas. No entanto, antes que pudesse concluir, a aluna (B) foi interrompida por colegas do grupo de avaliadores e do grupo a favor da criminalização, que disseram que a música citada não foi retirada de circulação.

Aluna (B): Então tá, da mesma forma que, é, a música do texto motivador... é, que fala da senten:: da “sentença, o magistrado se referiu à importância da liberdade de expressão”, é... mas apontou a existência de limites”, podemos falar que, se vocês se referiam à suru:: surubi:: surubinha de leve e essa música foi saída de circulação:./ Não... uai, não é isso não?

Aluno: Ela foi/

Aluna (B): Mas aí... Ah, beleza, essa música foi saída de circulação e mudou totalmente a letra dela...

Aluno: Ela mudou a letra da música?

Aluna (B): Ah, não, ó, eu não sei debater.

Antes que toda a argumentação fosse afetada pelos comentários dos colegas, um outro aluno do grupo contra a criminalização do funk pediu para complementar a fala da colega (B). O aluno (F), então, acrescentou a explicação de que a música foi modificada, porque a mulher estava sendo representada como objeto sexual na versão original. Além disso, (F) mencionou a criação de uma lei, sem especificar qual, que interferiu nesse processo.

Aluno (F): Eles acabaram mudando a letra da música, porque tratava a mulher igual objeto e conseguiram uma nova música uma letra que [?], e tirando de circulação, essa música tava... subjugando a mulher como ser inferior... é, como objeto sexual, e nisso eles produziram uma lei que eles tinham que compor tipo uma nova música, só que sem se referir a todas essas questões...

Em resposta a essa réplica, o grupo a favor da criminalização respondeu que esse foi um caso específico e que a música ainda pode ser facilmente encontrada na internet. Como o aluno (C), que iniciou a tréplica, não comprovou essa informação sobre o acesso à música citada, esse mesmo aluno acrescentou o argumento de que existiam outras músicas, como a do cantor MC Kevinho, que também representavam as mulheres como objetos sexuais.

Aluno (C): Tá, mais... se eu pesquisar sobre a letra dessa música também, eu consigo encontrar ela facilmente, qualquer pessoa do Brasil pode encontrá-la facilmente/

Aluna – Não encontra/

Aluno (C): Deixa eu te falar, posso? Na ver:: na verdade/

Aluna: Não encontra

Aluno (C): Sem contar que tem muitas outras músicas que podem ser citadas aqui, tipo o... o autor, por exemplo, que faz muitas letras de funk, Mc Kevinho. Ele tem muitas músicas que citam a mulher como...

Aluna: Objeto sexual?

Aluno (C): É, objeto sexual, ele trata a mulher como... uma mulher que só tem que... ser... como é que eu posso dizer?

Aluna: Vista como objeto na sociedade...

Aluno (C): Ela:: ela deve... ela deve.. ser... ai, não sei como falar.

Em resposta a essa tréplica, um dos alunos do grupo contra a criminalização do funk acrescentou uma contra-argumentação sobre a circulação de músicas consideradas impróprias a determinados públicos. O aluno (F) utilizou informações sobre os mecanismos de funcionamento da plataforma *YouTube*, que impede o acesso de pessoas menores de 18 anos a conteúdos destinados a adultos e que impõe determinados limites ao uso de termos considerados ofensivos, como palavrões. Desse modo, o aluno consegue sustentar o ponto de vista relacionado aos mecanismos que impedem, mesmo que pontualmente, a circulação de músicas com determinadas letras, mas não apresenta uma argumentação direcionada a questão do machismo e da misoginia.

Aluno (F): Vocês podem ter razão que em pleno século XXI a população não tá aceitando esse tipo de gravação [?], pegando crianças menores, que não podem assistir esses vídeos, os YouTube está restringindo as músicas que registram palavrões ou alguma [?] a direitos humanos. E essas músicas foram tiradas de circulação, você não encontra. A mesma coisa se você for olhar um vídeo para maiores de idade, o YouTube mesmo res:: restringe:: restringe o vídeo com... com:: de acordo com a sua idade, nesse tipo de situação. Agora, a mesma música só que com outra letra já é uma situação diferente, porque o caso do Mc Kevinho, porque, se caso ele não tivesse [?] só mulher, aí seria retirado... esse som da mídia, né, seria retirado da mídia e da sociedade, as músicas [?], como tá falando agora... e, me cite uma música que faz apologia a crime, à mulher como objeto...

Finalizada essa rodada, a seguinte teve início com a fala do mesmo aluno (F) contra a criminalização do funk, que apenas apresentou uma pergunta, solicitando uma ou mais medidas que interferissem no gênero musical funk e que contribuiria com a diminuição da criminalidade, do racismo e do machismo que esse gênero origina. Com

essa pergunta, o aluno (F) deixa em aberto uma possibilidade interpretativa, a de que o funk contribui – por si só – com a criminalidade, o racismo e o machismo. O aluno (F) poderia ter se utilizado de marcadores que colocassem em dúvida essa relação tão direta entre o gênero musical funk e a criminalidade, por exemplo, antes de fazer a pergunta, para deixar explícito que essa relação não é assim tão simples como alguns discursos querem fazer parecer. Dessa maneira, o aluno (F) deixaria mais explícito que as raízes desses problemas, criminalidade, racismo e machismo, não estão nas letras dos funks, de modo que a proposta de criminalização desse gênero musical não se justifica.

Aluno (F): A favor da criminalização do funk, qual seria a solução que vocês daria para a [?] do funk que ajudaria a diminuir a criminalidade, a diminuir o racismo/

Aluna: O machismo.

Aluno (F): A diminuir a apologia a mulher, ao machismo, e depois quero saber qual a solução que você daria, se isso ajudaria ou não a solucionar a sociedade.

Apesar de não marcar explicitamente o seu posicionamento, a questão do aluno (F) foi efetiva em seu sentido argumentativo, uma vez que os colegas do grupo oposto não responderam de modo a conseguir demonstrar como a criminalização do funk diminuiria ou acabaria com problemas sociais como a criminalidade, o racismo e o machismo. O aluno (G), a favor da criminalização, apenas disse que, “em seu ponto de vista pessoal”, “a retirada das músicas das ruas não é um processo que vai retirar imediatamente a prática de criminalidade, mas vai diminuir gradativamente, com o tempo, esse tipo de prática”. Com essa resposta, recorrendo novamente à pessoalidade em detrimento de dados legitimados, o aluno (G) não explicou e não comprovou como se desenvolveria esse processo de diminuição da criminalidade, em longo prazo, mediante a retirada do funk das ruas.

Após finalizar sua fala com uma menção a deus, “só Deus sabe onde isso vai parar”, o aluno (G) passou a fala à colega (V) para que continuasse a argumentação a favor da criminalização do funk. Entretanto, (V) se posicionou como os colegas do grupo oposto, colocou-se contra a criminalização e a favor apenas da modificação das letras.

Aluna (V): Eu acho que... tipo assim, eu não tiraria, no caso, o ritmo funk de circulação, e sim mudaria as letras, né, porque o problema em si não é o ritmo da música, porque o ritmo da música é, tipo, muitas pessoas gostam. Pra muitas pessoas, na verdade, o problema é as letras

que tratam as mulheres como objeto e fazem ela como se ela não tivesse respeito na sociedade e servisse somente pra ser... ser tratada como objeto, só que...

Em seguida, o aluno (F), contra a criminalização, iniciou sua resposta ao grupo oposto concordando com a colega (V): “nós não somos contra, mas sim queremos mudar as letras, porque o ritmo do funk faz parte da sociedade, da cultura”.

A aluna (J), para complementar a fala do colega (F), citou o caso da música “Surubinha de leve”, que foi retirada de circulação e modificada. Além disso, a aluna (J) resgatou a fala do colega (G) sobre a diminuição da criminalidade ser um processo perceptível apenas a longo prazo com a criminalização do funk. Com dificuldades de estilo e de composição da argumentação, a aluna (J) apenas tocou em alguns pontos que relacionavam o funk a crimes já mencionados. A aluna (J) afirmou que, “retirando o funk, não significa que o estupro, a criminalização, o racismo, o preconceito vão acabar, porque, na época da escravidão, não havia o funk, e havia a escravidão”. Assim, a aluna tenta demonstrar que a criminalização do funk está relacionada a uma questão social mais ampla, a um racismo institucional que constitui a cultura brasileira. No entanto, essa relação não fica organizada o suficiente, a aluna passa de um assunto a outro sem conectar os elementos em discussão.

Aluna (J): Você falou do longo processo, logo você que é contra a:: a... logo você que é a favor... desculpa, a favor da, é, da crimina:: criminalização do funk, como que você não acredita em nosso país? É... eu acho que ao tentar fazer a mudança, nós devemos tentar acreditar em nosso mundo:: em nosso país, pois há mudanças em nossos:: é, e não só isso, mas, para mudar, não significa tirar nossas culturas. E ele falando sobre o funk, eu pude analisar, pela fala de cada um, mas, retirando o funk, não significa que o estupro, a:: a criminalização, o racismo, o preconceito vão acabar, porque, na época da escravidão, não havia o funk, e havia a escravidão... na época havia o racismo, havia o preconceito na época da escravidão. E isso vem de lá até hoje, origina a nossa cultura, é parte... vamo se dizer, é o longo processo das suas falas já está em nosso país e até hoje não teve mudança. O rap, como você havia colocado no seu primeiro argumento, você disse que ele não faz apologia ao crime, mas diante da lei ele fala que faz apologia ao crime.

Para finalizar a rodada e a aula, acrescentei um comentário ao debate, apenas para apontar para uma questão interessante de ser observada pelos alunos. No primeiro texto da coletânea, a cantora Anitta critica a postura da parcela da sociedade brasileira que desvaloriza o funk pela realidade que esse gênero tematiza. A cantora, então, diz

que é preciso modificar a própria realidade caso queiram que o funk deixe de cantar sobre determinados cenários, é preciso superar as raízes dos problemas que interferem em sua dinâmica, é preciso transformar a educação, a cultura. Ao retomar essa fala da cantora, eu quis iniciar uma reflexão sobre o material, o conteúdo, que serve para a composição do gênero funk e iniciar uma reflexão sobre os valores conferidos a esse material, a esse conteúdo, pelas diferentes parcelas da sociedade brasileira. Com esse apontamento, então, a aula foi finalizada e os alunos foram orientados a pesquisarem mais sobre a criminalização do funk em casa, uma vez que daríamos continuidade ao debate na próxima aula.

4.4 QUARTA AULA

No dia 21 de setembro de 2018, 20 alunos estavam presentes, sendo que 12 eram do sexo feminino e 8 do sexo masculino. Aos alunos que não participaram do debate da aula anterior, foi rapidamente apresentada a atividade que se realizou e que daríamos continuidade naquele dia. Os próprios alunos se encarregaram de, durante os 20 minutos de reunião, dar mais detalhes aos colegas sobre o que cada grupo deveria fazer e de que forma. Esse tempo foi novamente concedido, pois se acreditava que os alunos haviam feito pesquisas em casa e que deveriam compartilhar as informações com colegas do grupo para se organizarem para a dinâmica. No entanto, os alunos não realizaram pesquisas em casa sobre o gênero musical funk e/ou sobre o processo de criminalização desse gênero como foi possível perceber pelos argumentos, réplicas e tréplicas construídos.

Antes de dar início ao debate, enquanto os alunos ainda discutiam, anotei alguns fragmentos do debate da aula anterior para que discutíssemos especialmente sobre a composição dissertativo-argumentativa do gênero. Alunos de ambos os grupos apresentaram a seguinte construção, com variações: nós somos contra a criminalização do funk ou nós somos a favor da criminalização do funk. Em seguida, os alunos apresentaram, também com variações, explicações ou justificativas para esse posicionamento, como: nós somos contra a criminalização do funk, pois esse gênero musical é parte importante da cultura brasileira ou nós somos a favor da criminalização do funk, pois esse gênero musical incita à prática de crimes. Entretanto, boa parte dos alunos não apresentou informações, fatos e/ou opiniões legitimadas, de forma organizada, para sustentar o ponto de vista manifestado.

Para que refletíssemos sobre esse importante aspecto da composição do gênero debate, acrescentei aos fragmentos construídos pelos alunos elementos que sustentassem, na medida do possível, a argumentação. Desse modo, as falas foram registradas no quadro da sala da seguinte forma: nós somos contra a criminalização do funk, pois esse gênero musical é parte importante da cultura brasileira, assim como o samba e o rap, que também já foram alvos de perseguição ao longo da história do Brasil, conforme consta em artigo de opinião publicado no site *G1 Globo*; nós somos a favor da criminalização do funk, pois esse gênero musical incita à prática de crimes e faz apologia de fatos criminosos, o que contribui com o aumento da violência no Brasil, algo que deve ser combatido de todas as formas possíveis, uma vez considerado o Código Penal brasileiro e a Constituição Federal do Brasil.

Antes de dar início à segunda etapa do debate, então, analisamos esses registros para compreender o que, de que modo e com que finalidade tais textos foram ou podem ser produzidos em relação à dinâmica do gênero debate. Identificamos o ponto de vista em defesa, apontamos e analisamos os operadores argumentativos que auxiliaram na organização das ideias e estruturas, como o “pois”, o “assim como”, o “uma vez que”, identificamos e analisamos também quais foram os documentos, com suas respectivas informações, mencionados para legitimar a argumentação construída. Analisamos ainda a sequência adotada para a apresentação dos elementos e discutimos como essa sequência contribui com a organização do texto e, por consequência, com uma das finalidades do gênero debate, promover o convencimento do outro sobre determinado ponto de vista em relação a uma temática.

Durante a análise dos trechos, algumas referências ao gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio também foram feitas. Assim, os alunos foram incentivados a comparar as dinâmicas de cada um dos gêneros e a perceber quais os elementos dessas dinâmicas que se aproximam e que promovem efeitos de sentido semelhantes, como o uso de elementos coesivos no que se refere à composição e a necessidade de informações, fatos e/ou opiniões legitimados para sustentar determinado ponto de vista no que se refere ao conteúdo. Dessa maneira, os alunos foram motivados a aproveitar as respostas do gênero debate na construção de textos do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional, consideradas as diferenças de cada uma das dinâmicas, é claro.

Finalizada essa atividade de análise, os alunos se reuniram por mais alguns minutos, se organizaram em três grupos e, em seguida, deram início à primeira rodada

da segunda etapa do debate. Os alunos que não haviam participado da aula anterior logo se inteiraram da dinâmica, entraram no grupo contra a criminalização do funk e participaram produzindo réplicas e tréplicas. No entanto, dessa segunda etapa, o que nos interessa especialmente é a participação do grupo de avaliadores após a apresentação dos colegas dos outros dois grupos. Como já apontado anteriormente, o domínio de estilo e de composição dos alunos a favor da criminalização do funk mascararam a falta de domínio de conteúdo, de modo que o grupo contra a criminalização, que apresentou mais dificuldades de estilo e de composição, foi mais alvo de críticas do que o grupo oposto.

O grupo de avaliadores apontou contradições nas falas dos colegas contra a criminalização do funk, especialmente na fala da colega (J), que afirmou, em alguns momentos, que o funk e o rap não faziam apologia de fato criminoso ou incitavam à prática de crimes e em outros momentos afirmou o contrário, inclusive com comprovação. Além desse apontamento, o grupo de avaliadores indicou que as músicas citadas como retiradas de circulação, retiradas do *YouTube*, ainda estavam disponíveis, o que supostamente invalidaria a argumentação em torno do fato de que músicas que fazem apologia de fato criminoso ou incitam à prática de crimes são retiradas de circulação.

Aluno (M): Tá bem... Professora, é... Segundo minhas anotações da aula passada, é... o (G) a sua... o seu argumento e:: o (V) deveria ter anotado, e perdeu... E eu tava analisando os argumento da (J). Ela cita que o funk:: que acha que o funk não incentiva a apologia:: é... do crime, e, a partir das letras fortes que tem. Ela, primeiramente, faz uma contradição, porque o... o (G) cita o rap, e ela compara o rap com o funk e fala que mesmo... é, o funk sendo proibido, o rap também teria que ser proibido porque tinha letras fortes, então ela faz uma contradição no que ela falou, inicialmente.

Aluno (V): Contradição.

Aluno (M): Ela também... ... A (B) também, ela cita... é, o teste de umas músicas que foram proibidas e retiradas no YouTube... que foram tiradas no Youtube, e o (F) também ajuda a complementar. Essas música, elas não foram retiradas, tipo, elas continuam lá e... não tem nenhuma lei que proíbe elas/

Aluna (A): Mas assim, pode ter:: pode ter, tipo assim, elas são escrita com outras letra atualmente, mas as que tá com a letra agressiva ainda tá rodando, entendeu?/

Aluno (M): Ainda tá rodando, e elas continuam, e rodando, mesmo sem nada pra proibir.

Aluna (A): E eles falaram que, tipo assim, foi tirada, né, as que tinha letra forte/

Os alunos, entretanto, não argumentaram no sentido de que a fiscalização é que não é eficaz, uma vez que existem sim leis que poderiam impedir a circulação de músicas que fazem apologia de fato criminoso e/ou incitam à prática de crimes. Esses mesmos alunos não refletiram também sobre o fato de que o governo não consegue fiscalizar e impedir a circulação de algumas poucas letras de músicas, de modo que, provavelmente, conseguiria muito menos fiscalizar e impedir a circulação de todo um gênero musical, o que não resolveria problema algum, certamente só faria com que os índices de criminalidade aumentassem. Apesar de não terem construído essas reflexões, os alunos do grupo de avaliadores construíram outra, somaram ao funk os vídeos que “sexualizam” as mulheres. O mesmo aluno (M) disse que “não adianta nada a música ter uma... não uma letra tão forte assim mas o vídeo sexualizar a mulher”. Para complementar a fala do colega e esclarecer o que exatamente seria negativo no ato de “sexualizar a mulher”, a aluna (A) acrescentou: “Querendo isso ou não, coloca a mulher como objeto sexual”.

O grupo de avaliadores, no entanto, assim como os demais colegas em sala, não ressalvaram que essa representação das mulheres não é uma característica exclusiva do gênero musical funk e sim um traço da sociedade patriarcal e machista brasileira. Nesse sentido, os alunos poderiam ter dito que a preocupação do governo e de parcela da sociedade com essa representação da mulher apenas em letras e vídeos de um gênero musical é extremamente superficial, para não dizer hipócrita. Poderiam ter dito ainda que essa representação da mulher como objeto sexual é muito anterior à própria existência do gênero musical funk, o que não justificaria a sua criminalização, justificaria a criação de leis que promoveriam a igualdade de gênero na sociedade brasileira, por exemplo.

Após apontarem essas questões sobre as músicas e os vídeos em circulação do gênero funk, o grupo de avaliadores comentou novamente uma das argumentações do grupo contra a criminalização. Nas duas etapas de realização do debate, o grupo em análise construiu uma argumentação em torno do fato de que os funkeiros cantam a realidade que vivenciam na favela e que essa realidade incomoda parte da sociedade brasileira, mas que isso não é algo que merece a criminalização do funk. Ao término da primeira etapa do debate, eu inclusive havia resgatado uma fala da cantora Anitta, do primeiro texto da coletânea, para incitar os alunos a refletirem mais sobre o material, o conteúdo, dos funks brasileiros. Entretanto, os alunos também afirmaram que, por

cantarem a realidade da favela, os funkeiros não estavam fazendo apologia de fato criminoso ou incitando pessoas a praticar crimes, estavam apenas retratando o que direta ou indiretamente vivenciavam.

Além de terem generalizado as produções musicais, os alunos foram parcialmente incoerentes em relação a afirmações anteriores, uma vez que algumas letras de funk fazem sim apologia de fato criminoso e/ou incitam à prática de crimes, como a música citada no segundo texto da coletânea. Os alunos poderiam ter “separado o joio do trigo” para melhor construir essa argumentação sobre o funk, afinal esse gênero musical incomoda uma parcela específica da sociedade brasileira não só pelas músicas de teor ilícito, mas principalmente porque manifesta uma cultura a que se confere pouco ou nenhum valor.

O aluno (M) do grupo de avaliadores, por fim, fez uma última observação sobre um argumento que poderia ter sido apresentado pelo grupo contra a criminalização. O argumento seria o de que o funk “é um refúgio pra fugir da pobreza, porque muitas pessoas, é... procuram fugir da pobreza e encontram isso no funk”. Esse argumento certamente poderia ter sido utilizado, entretanto o aluno acrescentou que esse seria “um modo mais fácil da pessoa ganhar dinheiro e da pessoa... subir na vida”, o que poderia ter sido facilmente contra-argumentado. Apesar disso, o aluno (M) apontou para um elemento importante relacionado à população da favela que deu origem ao funk, o elemento seria a negligência do Estado para com essa parcela da população.

Aluno (M): ... Pontos de vistas que vocês poderiam tentar... Vocês poderiam:: vocês... falaram... contra a criminalização do funk, vocês poderiam ter usado:: é... as partes culturais do funk e a parte que... o funk também, é... é um refúgio pra:: pra fugir da pobreza, porque muitas pessoas, é... procuram a:: fugir da pobreza e encontram isso no funk, porque é um modo fácil da pessoa ganhar dinheiro e da pessoa... subir na vida, mesmo fazendo apologias, mesmo... é... fazendo... discriminações nas músicas, e isso é uma coisa que vocês deveriam ter citado:: não citaram, e uma forma de...

Aluno (M): É, um argumento, tipo, bem forte que a (J) falou que... a culpa do... de:: dessa:: da:: da criminalização tá acontecendo não é do funk, é do Estado, porque, tipo... realmente o:: a parte mais pobre do:: da favela do Rio de Janeiro, como exemplo, é esquecida pelo Estado, então, tipo, como não tem leis, essas coisas, é, acaba com... como eu posso dizer...

Aluna (A): Sendo esquecido.

Aluno (M): É, acaba sendo esquecido e, com isso, pode correr solto, sabe...

Aluno (F): E...e eles cria uma forma de... de obter meio que um capital pra eles...

Aluno (M): Tipo, isso é o jeito que:: co:: como não tem:: por essa cultura na:: [?] na favela, eles acaba procurando o jeito mais fácil de ganhar dinheiro... nas drogas, né...

Com essas observações do grupo de avaliadores, finalizamos o debate. Durante os minutos restantes para o término da aula, eu expliquei aos alunos a atividade que deveriam realizar em casa para analisarmos na aula seguinte. Os alunos, em duplas, deveriam, cada um, escrever um texto do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio sobre a criminalização do funk no Brasil para ser lido e analisado, na aula da semana seguinte, pelo colega da dupla. Desse modo, expliquei aos alunos que eles deveriam, assim como fizeram no debate, planejar a produção antes de efetivamente produzirem o texto, assim como deveriam se atentar a outros elementos da dinâmica do gênero, como para quem o texto estava sendo escrito e com que finalidade.

Além disso, alertei os estudantes sobre o fato de que não deveriam se esquecer especialmente dos elementos composicionais do texto do gênero redação dissertativo-argumentativa, inclusive retomei alguns desses elementos que já haviam sido mencionados e explicados em aulas anteriores, como a apresentação, na introdução, do tema a ser desenvolvido e da tese a ser sustentada. Junto à retomada dos elementos, expliquei ainda as funções desses no gênero dissertativo-argumentativo em relação ao gênero debate, como preparar o interlocutor para o que seria feito no restante do texto, seja escrito ou oral, para se atingir a finalidade de convencimento, por exemplo. Após os esclarecimentos sobre a atividade para casa e a entrega da proposta de redação (APÊNDICE E), finalizamos a aula e os alunos foram dispensados.

4.5 REFLEXÕES

Antes de passarmos à atividade da aula seguinte, refletirei um pouco mais sobre a produtividade do trabalho com o gênero debate, sobre o envolvimento dos alunos com a atividade e sobre o desempenho desses alunos no que se refere à autoria.

É importante ressaltar que, como gênero secundário, nos termos de Bakhtin (2016), do gênero aula participam diversos outros gêneros. Nas aulas de número três e quatro, por mais que o gênero em foco tenha sido o debate, outros tantos participaram da dinâmica do gênero aula para que essa se realizasse. Os alunos leram, discutiram,

analisaram e se utilizaram de textos do gênero reportagem, do gênero artigo de opinião, do gênero constituição federal e do gênero código penal. Fizeram referências a diversos gêneros musicais, como ao samba e ao rap. Discutiram, analisaram, citaram e debateram, sobretudo, o gênero musical funk, uma vez que o tema do debate girava em torno da criminalização desse gênero musical. Vale ressaltar ainda que, do gênero aula, também participa o gênero sequência didática e o gênero diário de bordo, assim como outros mais relacionados às atividades desempenhadas pela professora responsável pela aula que dinamiza com seus alunos, como o gênero chamada.

Nesse sentido, na terceira e quarta aulas, o gênero do discurso em foco para o desenvolvimento da autoria foi, certamente, o debate. Entretanto, a realização desse gênero dependia da leitura e da análise de outros, como foi possível perceber já pelas primeiras análises, uma vez que os alunos deveriam retomar, e retomaram, informações, fatos e/ou opiniões dos textos da coletânea bem como retomaram outros textos de outros gêneros e retomaram também as leituras e análises que fizeram de outros debates os quais assistiram ou dos quais também participaram.

Essas leituras, análises e retomadas de textos anteriores não é privilégio do gênero debate nem muito menos dos gêneros que se realizam em sala de aula. Conforme Bakhtin (2016), o ato de produzir enunciados e os enunciados em si dependem de atos de enunciar e de enunciados anteriores devido à própria natureza dialógica da linguagem. Quando em aula indicamos leituras aos alunos, operamos análises de textos e solicitamos referências, nós professores estamos marcando essa relação que consciente ou inconscientemente sempre construímos em nossos atos de produzir textos e em nossos textos em si. Ao marcar essa relação, contribuímos com o desenvolvimento da autoria dos alunos na dinamização de diversos gêneros.

Além disso, importa dizer que várias dessas relações construídas com textos anteriores de outros gêneros e retomadas materiais para a construção do próprio texto contribuem para se alcançar as finalidades do gênero em realização, finalidades essas diretamente relacionadas às funções do gênero e à própria origem deste. No caso do gênero debate, por exemplo, ao fazerem referências estratégicas a informações, fatos e/ou opiniões legitimados de textos anteriores de outros gêneros, os alunos se aproximam ainda mais do convencimento do grupo oposto com quem debatem. Ao serem impulsionados à realização desse movimento, os alunos são também levados a refletir sobre o interlocutor com quem debatem.

Ainda conforme Bakhtin (2016), o ato de enunciar, de produzir textos, é de responsabilidade de um sujeito concreto e único e direcionado a outro sujeito também concreto e único. No caso do debate, os alunos, individualmente ou em conjunto, produzem textos uns para os outros, tendo em vista as finalidades do gênero, de modo que precisam estar atentos não só ao que selecionar para construir seus próprios textos como também precisam refletir sobre o modo de materialização desses textos a serem produzidos ou em produção. Nesse movimento próprio do ato de enunciar, os alunos também não podem deixar de antecipar as respostas possíveis de seus interlocutores ao recepcionarem os textos produzidos com finalidades pré-estabelecidas. Uma antecipação eficaz dessas respostas depende não só de um conhecimento sobre o sujeito concreto e único com o qual se estabelece a interação como também depende de pelo menos outros dois fatores.

Um dos fatores dos quais depende essa antecipação eficaz já foi mencionado, é justamente a assimilação do sujeito de leituras e de análises de enunciados anteriores. Dessa assimilação, o sujeito depreende a realização, mais ou menos eficaz, de determinados elementos, como estilo, composição e conteúdo, para a obtenção de determinadas respostas. O outro fator do qual depende a antecipação eficaz de respostas de sujeitos concretos e únicos com os quais se interage é o conhecimento da relação que a dinâmica de determinado gênero estabelece com determinadas práticas sociais e com determinados campos da atividade humana.

É válido ressaltar que os elementos já mencionados são todos interdependentes, afinal não se observa a relação do gênero com as práticas sociais e os campos da atividade humana apenas pela via das respostas antecipáveis de um sujeito com o qual se interage. É possível observar essa mesma relação a partir de uma análise de enunciados anteriores de outros gêneros os quais os sujeitos assimilam, reelaboram e reacentuam.

Assim, mais uma vez, o gênero em foco nas aulas três e quatro foi o gênero debate. Esperava-se que os alunos, participando da dinâmica desse gênero, interagissem com sujeitos concretos e únicos, resgassem enunciados e antecipassem respostas para a construção de seus próprios enunciados com estilo, composição e conteúdo adequados ao contexto. A partir da realização desse gênero, percebendo e analisando esses elementos, os alunos exercitariam a autoria, de modo a produzirem textos desse e até de outros gêneros de forma cada vez mais arquitetonicamente autoral.

Foi possível perceber que os alunos resgataram enunciados anteriores com mais facilidade do que anteciparam respostas, de modo que o convencimento do outro não foi alcançado com tanto sucesso. Apesar disso, com a dinâmica do debate, os alunos puderam melhor perceber a importância desses elementos a uma interação eficaz segundo objetivos estabelecidos, uma vez que obtinham respostas dos próprios colegas assim que produziram suas argumentações, réplicas e tréplicas, ou seja, obtinham respostas de sujeitos concretos e únicos imersos em uma dinâmica concreta, de modo que essas respostas apontavam para a eficácia ou não de determinados movimentos realizados pelos próprios alunos. A participação dos colegas avaliadores também foi importante para, dentre outros motivos, manter os alunos em debate atentos aos elementos que interagem entre si na dinâmica do gênero, uma vez percebida a dificuldade dos alunos em lidar com esses mesmos ou semelhantes elementos durante a produção de textos.

Sobre práticas sociais, diversas são as práticas que se relacionam à dinâmica do gênero debate a depender do campo da atividade humana em que se realiza esse gênero. No campo da política, por exemplo, em época de eleição presidencial, é comum a realização de debates entre candidatos à presidência em rede nacional. Estão relacionadas a debates desse tipo, práticas sociais diretamente atreladas ao exercício de direitos políticos, como a prática de apresentar proposta de governo e a prática de selecionar um candidato ao cargo em eleição. Já no caso de realização de um debate no campo do jornalismo e no campo acadêmico, práticas como a de selecionar um tema para a composição de uma revista e a de esclarecer quais teorias e métodos são mais adequados à investigação de determinado fenômeno configuram-se como práticas costumeiras.

Em se tratando da realização do gênero debate em sala de aula, portanto associado ao campo da educação e do ensino, é possível relacionar esse gênero ao exercício de direitos civis, à prática de preparação para a construção de textos escritos de outros gêneros, bem como à prática de avaliação do desenvolvimento da autoria dos alunos em dinâmica. No caso do debate realizado nas aulas de número três e quatro, as práticas eram justamente essas. Os alunos realizaram o debate não só com o objetivo de explorar uma temática com a qual estabeleceram alguma relação, realizaram o debate também como uma forma de se preparar para outros atos de produzir textos, como para a produção de textos do gênero dissertativo-argumentativo do Exame Nacional do

Ensino Médio e para a produção de textos para a Culminância, evento que concluiu as disciplinas eletivas do segundo semestre de 2018 da escola em pesquisa.

Ao longo da disciplina eletiva *E agora, José? Preciso escrever uma redação!*, as temáticas selecionadas pelos alunos e refletidas na escolha dos textos e dos gêneros em foco nas aulas apontaram para os seguintes macrotemas: diversidade, identidade e representatividade. Esses macrotemas foram direcionando as atividades, como será possível perceber, até a realização da Culminância, momento em que os alunos expuseram textos produzidos durante a disciplina com a finalidade de interagir com os demais colegas da escola, os professores e a comunidade visitante. Nesse evento, portanto, os alunos apresentaram diferentes perspectivas, aos seus interlocutores, sobre o seguinte tema: “Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?” Esse evento será melhor discutido mais a frente, sua menção neste momento serve apenas para apontar para as práticas sociais mais amplas a que estavam associadas a atividade de realização do debate e de produção de textos do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional.

Os alunos perceberam a relação entre o debate, as práticas sociais e os campos da atividade humana mencionados, uma vez que percorreram todo um caminho que conectou esses elementos. Entretanto, ao término da disciplina, foi possível perceber que os alunos não haviam desenvolvido uma consciência sólida sobre o fato de que todo gênero do discurso estabelece uma relação com determinadas práticas sociais e com determinados campos da atividade humana. No entanto, vale ressaltar que o desenvolvimento dessa percepção, assim como o desenvolvimento da autoria, são processos complexos e que demandam tempo e diversas imersões nessas dinâmicas e análises dessas interações. Ou seja, o desenvolvimento dessa percepção e da capacidade de lidar com esses elementos de forma autoral deve ser objetivo do ensino de língua portuguesa não só em um semestre ou em um ano letivo, mas em todos os anos e séries da Educação Básica.

Sobre a questão de número quatro, as características conteudísticas, composicionais e estilísticas básicas do gênero debate apontam para o uso de uma modalidade formal da língua oral bem como para características composicionais dissertativas e argumentativas. No que se refere ao conteúdo, o gênero debate apresenta geralmente conteúdos legitimados para dar corpo às dissertações e às argumentações sobre o tema em foco. No debate realizado em sala com os alunos, foi possível perceber a manifestação dessas características estilísticas, composicionais e conteudísticas que se

relacionam diretamente às finalidades do gênero e às práticas sociais já mencionadas do campo da atividade humana que é a educação e o ensino.

Além disso, é possível afirmar que os alunos, a partir de diferentes níveis de leitura, perceberam esses elementos e produziram seus textos de forma mais ou menos arquitetonicamente autoral. A preocupação com o estilo formal e com a legitimidade dos conteúdos apresentados ficou menos evidente, enquanto a manifestação de características composicionais dissertativas e argumentativas ficou mais. Apesar disso, os alunos alcançaram as expectativas de leitura dos textos da coletânea, o que pode ser comprovado por meio dos conteúdos de suas argumentações. Entretanto, não efetuaram análises efetivas desses mesmos textos ao ponto de assimilarem consideravelmente a complexidade destes e de conseguirem reacentuar e reelaborar esses textos em seus próprios de forma suficiente dado o contexto de realização do debate.

Desse modo, conforme definições de Ferrarezi Jr e de Carvalho (2017), pode-se afirmar que os alunos alcançaram um nível de leitura inferencial dos textos da coletânea, mas ainda não alcançaram um nível de leitura analítica, leitura essa que interfere diretamente na produção de textos autorais. Isso, pois, como afirmado anteriormente, a produção de textos arquitetonicamente autorais depende de um resgate de enunciados anteriores, algo que deve ser realizado por um sujeito concreto e único capaz de ler e de analisar esses enunciados anteriores de forma suficientemente adequada à dinâmica do gênero em realização para que esse sujeito efetivamente percorra o caminho de assimilação, reelaboração e reacentuação.

Os valores básicos que dão o tom aos textos produzidos durante a realização do gênero debate são, grosso modo, aqueles que marcam a oposição entre criminalizar ou não o gênero musical funk. No caso dos que produziram discursos a favor da criminalização, identificamos claramente uma desvalorização do gênero musical em debate bem como uma desvalorização da história e da cultura que origina esse gênero. Já no caso dos que produziram discursos contra a criminalização, identificamos a valorização do gênero musical funk bem como uma valorização da história e da cultura desse gênero.

Os alunos certamente perceberam esses valores em debate, uma vez que esse gênero em especial proporciona uma fácil identificação dessa oposição até mesmo pela organização material dos participantes no ambiente. Os textos da coletânea lidos e utilizados como fonte de informações, fatos e opiniões legitimados também auxiliaram

na identificação desses valores pela disposição material dos textos na coletânea e pelo próprio conteúdo, composição e estilo desses textos.

Entretanto, como afirmado anteriormente, os alunos alcançaram apenas um nível de leitura inferencial dos textos a eles apresentados, de modo que a leitura analítica, que proporcionaria não só uma identificação dos valores expressos nos textos, mas também uma assimilação mais efetiva, reelaboração e acentuação mais autorais, não foi alcançada. Além disso, a consciência superficial sobre a relação entre os gêneros, as práticas sociais e os campos da atividade humana que possibilitam o surgimento e circulação dos mais diversos valores interferiu na produção de textos arquitetonicamente autorais dos alunos, uma vez que não se utilizaram estrategicamente desses elementos para demonstrar a que práticas sociais, a que campos da atividade humana e a que valores estavam relacionados os funks brasileiros produzidos e discutidos.

Apesar disso, em alguns momentos, um ou outro aluno tocou na relação entre esses elementos, de modo que os colegas que não haviam percebido essa interação certamente começaram a se questionar sobre os valores em circulação em torno do gênero musical funk. Com isso, os alunos começaram a perceber, então, a relação entre sujeito concreto e único, conteúdo semântico-objetual, emoção, valor, tom e expressão, elementos explorados por Bakhtin (2016) e que interagem entre si em toda e qualquer dinâmica de gênero do discurso.

Sobre a atividade com o debate, esse gênero contribuiu com o desenvolvimento da autoria dos alunos, e certamente poderá contribuir com o desenvolvimento da autoria de outros alunos da Educação Básica, ao possibilitar a esses alunos a percepção dos componentes e interação direta com os elementos da dinâmica de um gênero do discurso. No caso do gênero debate, a percepção e a interação mencionadas são ainda mais facilmente realizáveis pela própria dinâmica do gênero, como pela obtenção de resposta quase imediata de um interlocutor de um texto produzido.

Para contribuir ainda mais com o desenvolvimento da autoria dos alunos, seria interessante que fosse realizada uma análise de textos de outros gêneros do discurso que participam da realização do gênero debate. No caso do debate realizado na disciplina eletiva *E agora, José? Preciso escrever uma redação!*, poderiam ter sido realizadas análises de músicas do gênero funk, de forma que os alunos percebessem a relação desse gênero com determinadas práticas sociais de determinados campos da atividade humana bem como percebessem quais os valores constituem os discursos expressos em

músicas do gênero e em torno do mesmo. Além disso, poderiam ter sido analisadas as diferentes modalidades do gênero, de forma que os alunos pudessem perceber as diferenças estilísticas, composicionais e conteudísticas que esse gênero musical manifesta.

Seria interessante passar mais detidamente também pelas origens desse gênero musical, analisando a história, o espaço social e a cultura os quais deram origem a esse gênero e os quais constituem sua dinâmica ainda hoje. Analisar também quem são, a que classe social pertencem e de que forma vivem os sujeitos concretos e únicos que produzem e recebem o gênero musical funk contribuiria para o desenvolvimento da autoria dos alunos em debate, uma vez que melhor perceberiam a relação entre esses elementos na elaboração de seus próprios textos.

As atividades na disciplina eletiva *E agora, José?* foram realizadas de outro modo tendo em vista uma outra arquitetura, um outro conjunto de elementos que direcionaram a caminhada para outra direção. A Culminância que se realizou ao final da disciplina e a necessidade de se trabalhar com o gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio, solicitado pela coordenação da escola campo, direcionaram as atividades para outro sentido, que também contribuiu com o desenvolvimento da autoria dos alunos da Educação Básica, como será possível perceber.

4.6 QUINTA AULA

Para a aula seguinte ao debate, foi planejada uma atividade com as produções textuais dos alunos, que haviam sido organizados em dupla ao final da aula anterior, de modo que sabiam para quem deveriam escrever e de que forma, uma vez que receberam explicações sobre a dinâmica do gênero em construção e receberam também uma proposta de redação (APÊNDICE E), conforme mencionado. Os alunos deveriam ler o texto do colega com quem formaram dupla e analisar especialmente elementos composicionais e conteudísticos, de modo a indicarem ao parceiro o que ficou adequado à dinâmica do gênero e o que poderia ser melhorado.

Com essa atividade, objetivei desenvolver junto aos alunos alguns aspectos de três competências relacionadas à autoria, as competências de leitura, de análise e de escrita. Competência, conforme consta na Base Nacional Comum Curricular e em outros documentos oficiais que regem a educação e o ensino no Brasil, “é definida

como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2016, p. 8). Nesse sentido, intencionei oportunizar o acesso a determinados conhecimentos sobre texto e gênero do discurso para o desenvolvimento de habilidades de leitura, análise e escrita junto aos alunos em pesquisa.

Antes de começar a atividade de leitura e de análise dos textos dos colegas, os alunos realizaram outra atividade para assimilar alguns conhecimentos sobre o texto do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio e para desenvolver algumas habilidades de leitura e de análise de textos. Os alunos, já em duplas, foram orientados a colocar em ordem um texto escrito por mim sobre o tema “A criminalização do funk no Brasil”, mesmo tema sobre o qual eles produziram textos do gênero debate e do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional. Antes de entregar os fragmentos dos textos aos alunos, eu disse a eles que, assim como escreveram um texto ao colega da dupla, eu havia escrito um texto a eles. Solicitei que lessem o texto com atenção e que o colocassem em ordem, pois realizaríamos uma análise do texto em seguida.

Desse modo, entreguei o texto (APÊNDICE F) aos alunos da seguinte forma, a introdução foi dividida em duas partes, a primeira apresentava o tema a ser desenvolvido e a segunda apresentava as teses a serem sustentadas. Os dois parágrafos de desenvolvimento também foram divididos em duas partes, de modo que os conteúdos legitimados ficaram estrategicamente marcados no segundo fragmento de cada um dos parágrafos. Já a conclusão foi dividida em três partes, sendo que a primeira retomava o tema e as teses do texto bem como apontava para a conclusão com proposta de intervenção e as duas últimas apresentavam as propostas de intervenção e o fechamento do texto.

Aos alunos foi concedido mais ou menos 15 minutos para lerem, analisarem e colocarem o texto em ordem. Assim que os alunos finalizaram a primeira tentativa, registrei a sequência de cada uma das duplas por meio de imagem (ANEXO). Das 9 duplas, sendo que uma das duplas foi formada por um aluno e por mim, 3 colocaram todo o texto na ordem adequada. Dessas 3 duplas, uma não deverá ser levada em consideração, pois o aluno contou com o meu auxílio direto.

Dessa atividade, foi possível confirmar as dificuldades de leitura e de análise dos alunos, uma vez que 6 das 8 duplas colocaram parte ou todo o desenvolvimento do texto

fora de ordem. Apesar de 7 de 8 duplas terem colocado em ordem toda a introdução, compreende-se que os alunos não identificaram com sucesso as teses e suas respectivas ordens de desenvolvimento na introdução, o que interferiu diretamente na disposição dos tópicos frasais, dos argumentos e das informações legitimadas no desenvolvimento. Além disso, uma vez que apenas 3 das 8 duplas colocaram toda a conclusão em ordem, é possível afirmar que os alunos também não perceberam e não posicionaram os marcadores conclusivos de forma analiticamente adequada.

Após aproximações de dupla em dupla, analisei junto aos alunos a ordem em que haviam colocado cada um dos fragmentos do texto, questionando e apontando alguns aspectos que impediriam a colocação de determinado fragmento em determinada posição, como colocar o primeiro fragmento da conclusão na introdução ou no meio de um dos parágrafos de desenvolvimento. Assim, os alunos foram organizando o texto para que finalizássemos com uma análise do todo em ordem.

Fixei no quadro uma versão do texto dividido em duas folhas de papel A1 para que todos os alunos pudessem visualizar as marcações que faríamos na redação durante a análise. Comecei dizendo aos alunos qual foi o projeto de texto por mim construído antes da escrita do rascunho do texto, indiquei quais foram as teses selecionadas mediante estratégia de *brainstorming*, ou tempestade de ideias, e justifiquei a escolha dessas teses. Em seguida, expliquei qual foi o método adotado para a obtenção de dados legitimados para a sustentação das teses que desenvolveria, marquei o fato de que havia operado uma seleção dessas informações, uma vez que dispunha de apenas um número restrito para a escrita do texto, e finalizei com a indicação de que planejei formular as propostas de intervenção na conclusão, de modo que já no projeto de texto coloquei ao menos a ação interventiva de cada uma das propostas que registraria.

Ao final dessa exposição sobre o caminho por mim percorrido antes da escrita final do texto, solicitei aos alunos que analisassem se eu havia efetivamente realizado o projeto construído e de que forma o realizei, quais foram os elementos conteudísticos, composicionais e estilísticos materializados em meu texto para alcançar a finalidade do gênero em foco naquele momento. Com essas indicações, esperava ressaltar aos alunos a relação existente entre o planejamento e a escrita, entre o planejamento e a autoria.

Durante a análise, foram discutidas as estratégias adotadas em cada período do texto para apresentar tema e teses, para indicar ordens de desenvolvimento e hierarquias de argumentos, para retomar teses e para desenvolvê-las, para apresentar informações, fatos e/ou opiniões legitimadas, para iniciar a conclusão e indicar propostas de

intervenção, para apresentar e organizar cada um dos elementos de uma proposta. Foram identificados e analisados também os principais operadores argumentativos, especialmente os interparagrafais, que conectam um parágrafo a outro, com a finalidade de discutir a relação entre coesão e coerência. Nesse momento, foram discutidas também questões estilísticas, como o uso de adjetivos e de advérbios para marcar com mais evidência o posicionamento do autor do texto em relação à determinada temática. Além disso, questões mais básicas relacionadas ao estilo do gênero dissertativo-argumentativo do Exame Nacional do Ensino Médio foram apontadas, como a estrutura sintática do português brasileiro e a estrutura de um parágrafo.

Sobre o conteúdo do texto, foi discutida a relação entre a criminalização do funk no Brasil e o racismo no país para que os alunos percebessem com mais clareza a interação entre esses eventos. Além disso, chamei a atenção dos alunos para o fato de que, apesar de não ter registrado ser a favor ou contra a criminalização do funk no Brasil com esses termos, era possível depreender qual é o meu posicionamento em relação a essa temática pelo conteúdo do texto, pelas referências a outros textos, a outros discursos, a outros acontecimentos. Por fim, solicitei aos alunos que indicassem o que aproveitei do debate que realizamos em sala, como argumentos apresentados e estratégias adotadas. Durante esse momento de análise, os alunos interagiram suficientemente, de modo que mais ou menos 30 minutos de aula se passaram.

Em seguida, os alunos iniciaram as atividades de leitura e de análise do texto do colega com quem formaram dupla. Dos 17 alunos presentes, 6 não escreveram o texto solicitado, mas não deixaram de participar da atividade. Os alunos que não escreveram a redação analisaram o texto do colega que escreveu, enquanto este último analisou um texto preparado por mim (APÊNDICE H). Dessa maneira, todos os alunos realizaram a atividade de análise e preencheram uma ficha de leitura (APÊNDICE I) que serviria de suporte para a atividade de reescrita.

4.7 REFLEXÕES

Novamente, refletirei um pouco mais sobre a produtividade do trabalho com o gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio, sobre o envolvimento dos alunos com a atividade e sobre o desempenho desses alunos no que se refere à autoria.

Conforme discuti anteriormente sobre a natureza do gênero aula, gênero secundário nos termos de Bakhtin (2016), da aula de número cinco em questão, participaram diversos gêneros do discurso, sendo que o gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio foi focalizado para oportunizar o desenvolvimento da autoria dos alunos em pesquisa.

Esse gênero do discurso compartilha semelhanças conteudísticas, composicionais e estilísticas com outros gêneros que também dissertam e argumentam sobre determinado tema, de modo que os autores de textos desses gêneros apresentam um ou mais interlocutores, um ou mais pontos de vista sobre o tema em discussão, utilizando-se de uma modalidade mais formal da língua, seja oral ou escrita. Entretanto, o gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio, diferente de gêneros como o debate, o artigo de opinião, o editorial, a carta argumentativa, o manifesto ou o discurso político, relaciona-se diretamente a práticas sociais do campo da educação e do ensino, uma vez que circula quase que exclusivamente nesse meio como método de avaliação de competências e de seleção de alunos da Educação Básica para o ingresso desses alunos na Educação Superior.

Os alunos da disciplina *E agora, José?* perceberam a relação entre esse gênero do discurso, as práticas sociais e os campos da atividade humana mencionados, uma vez que já haviam interagido direta ou indiretamente com a dinâmica desse gênero em outras circunstâncias. No entanto, pela já mencionada falta de consciência sobre o fato de que todo gênero do discurso se relaciona a determinadas práticas sociais e a determinados campos da atividade humana, bem como se relaciona à dinâmica de outros gêneros e que, em consequência desses fatores e de outros, os gêneros do discurso são relativamente estáveis, de modo que podem assumir outras finalidades, os alunos aparentemente não perceberam tão claramente a relação do gênero do discurso em foco com outros elementos.

Acostumados com práticas que conferem determinado conteúdo semântico-objetual, nos termos de Bakhtin (2016), a determinado gênero do discurso, como ao gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio, os alunos apresentaram dificuldades em escrever a um colega específico sobre a criminalização do funk no Brasil, uma vez que se atentaram mais à figura do professor e, por consequência, à finalidade avaliativa do gênero, do que à figura do interlocutor e à finalidade comunicativa e de convencimento desse mesmo gênero.

Como discute Ferrarezi Jr. e Carvalho (2015) sobre a produção de textos na Educação Básica, é comum que essa atividade extrapole seu valor de competência utilizada para um fim comunicativo e se torne uma espécie de “símbolo de competência escolar”. Isso se torna um problema quando, nas palavras dos autores, “a escrita deixa de ser a produção de um ato comunicativo e se torna apenas a demonstração de saber fazer algo que a escola quer, e isso para ganhar uma nota” (2015, p. 26). Desse modo, mesmo que os alunos em pesquisa não estivessem sendo avaliados por meio de nota na disciplina *E agora, José? Preciso escrever uma redação!*, devido à própria dinâmica de disciplinas eletivas, esses alunos não deixaram de se preocupar com esse valor marcadamente avaliativo do gênero dissertativo-avaliativo em foco em detrimento de seu valor também, e primeiramente, comunicativo.

Os próprios alunos, ao serem questionados sobre o fato de terem escrito o texto pensando no colega com quem formaram dupla, responderam que não escreveram pensando nesse colega, escreveram pensando na professora que leria, analisaria e avaliaria o texto. Entretanto, essa atitude é compreensível, uma vez que os alunos não estavam acostumados com essa prática de escrita, conforme eles mesmos explicaram quando foram questionados sobre se geralmente escreviam textos uns para os outros ou para interlocutores com quem interagiam materialmente, seja do gênero discursivo em foco seja de outros gêneros.

A resignificação das práticas que se associam a um gênero do discurso exigem tempo e trabalho, no mínimo, pois se trata de um processo complexo que envolve sujeitos também complexos em suas relações emotivo-volitivas com esse gênero. No caso do gênero debate, é possível afirmar que os alunos perceberam melhor a finalidade comunicativa desse gênero ao se comparar os atos de produzir enunciados e os próprios enunciados produzidos durante a realização do gênero debate com a realização do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio. A dinâmica do gênero debate, que coloca frente a frente os interlocutores e que possibilita respostas quase imediatas aos textos produzidos, certamente influencia nesse processo de percepção da finalidade comunicativa dos gêneros do discurso. E essa finalidade comunicativa influencia diretamente na percepção e realização de outros elementos que constituem a dinâmica do gênero, como os elementos conteudísticos, composicionais e estilísticos.

Especialmente com as atividades de leitura, de ordenação e de análise do texto por mim produzido, os alunos foram sensibilizados à percepção desses elementos que

também constituem a dinâmica do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional, quais sejam conteúdo, composição e estilo. Em outros momentos, como na aula de número dois e ao término do debate, alguns desses elementos também foram mencionados e discutidos, de modo que os alunos já haviam sido sensibilizados sobre a dinâmica do gênero redação dissertativo-argumentativa a partir desses fatores.

No entanto, os alunos manifestaram dificuldades em analisar os textos uns dos outros e em marcar na ficha de leitura materializações desses elementos do gênero em foco. Essas dificuldades estão relacionadas à já mencionada competência de leitura e de análise pouco desenvolvidas e à também já mencionada valoração do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio. Essa valoração interferiu diretamente na produção dos textos dos alunos, uma vez que eles não se atentaram suficientemente à finalidade comunicativa do gênero, o que fez com que a qualidade das produções fosse afetada e, por consequência, a própria leitura e análise desses textos foram prejudicadas.

Sobre as produções textuais dos alunos, todos produziram textos respondendo ao tema proposto e com características básicas que se adequam à estrutura composicional dissertativo-argumentativa. Entretanto, os alunos apresentaram uma composição arquitetonicamente pouco autoral, no sentido de pouco planejada e com uma realização pouco desenvolvida. A principal dificuldade dos alunos, portanto, foi arquitetar seus textos conforme a dinâmica do gênero dissertativo-argumentativo em foco, conferindo a esses textos um acabamento coerente e coeso. Além disso, os alunos não apresentaram conteúdo legitimado suficiente para comprovar as argumentações em torno das teses apresentadas.

O texto da aluna (B2), por exemplo, não possui um projeto de texto. Todos os parágrafos são desenvolvidos de forma insuficiente, uma vez consideradas as características do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional. A introdução do texto apresenta apenas um período que introduz o tema sobre o qual se dissertará. Os parágrafos de desenvolvimento não apresentam conteúdos legitimados com a finalidade de comprovar teses que deveriam ter sido mencionadas anteriormente e o último parágrafo do texto não se caracteriza como uma conclusão prototípica.

Apesar disso, a aluna (B2) pontua algumas questões interessantes sobre a criminalização do funk no Brasil, questões essas que foram abordadas no debate. A aluna tanto ressalva que nem todas as letras do gênero musical funk fazem apologia a fatos criminosos quanto destaca que muitos funkeiros retratam a realidade de

determinada parcela da sociedade. Além disso, a aluna considera o funk parte da cultura brasileira e explica que a criminalidade é um problema social antes mesmo de o funk se tornar um gênero musical tão ouvido e apreciado.

Redação aluna (B2)

É alarmante que a criminalização do funk no Brasil é um assunto que veêm sido bastante discutido.

Sabe-se que algumas letras de músicas do ritmo funk faz apologia a sexo, a mulheres e outros, não são todas as letras musicais que retratam a isso. Muitos funkeiros retratam como é a realidade de vida das favelas e em lugares perifericos.

Além disso a criminalização do funk não deveria ser proibida, porque o funk refere-se a cultura brasileira e para proibir o funk tem que muda o Brasil primeiro.

É necessário ressaltar que bem antes do funk fazer sucesso, o Brasil sempre foi um país que teve muita criminalização muitas drogas, então não foi o funk que troxe isso para o Brasil.

O texto da aluna (T), assim como o da aluna (B2), não apresenta projeto de texto, mas apresenta informações, fatos e opiniões legitimados. Esses conteúdos legitimados, entretanto, aparecem de forma pouco autoral, uma vez que se configuram como cópia em alguns trechos ou como citação direta em outros, no entanto essas citações não se conectam às análises e às reflexões que compõem o texto. Além disso, o texto da aluna (T), mais do que o texto da aluna (B2), apresenta problemas de estruturação tanto em nível sintático quanto em nível paragrafal, o que também prejudica consideravelmente o desenvolvimento do texto.

A aluna (T), entretanto, pontua algumas questões interessantes que giram em torno da criminalização do funk no Brasil, assim como a aluna (B2). A referência à origem e a algumas características desse gênero musical, bem como o estabelecimento de relação entre o funk e a realidade nas periferias das cidades são alguns dos elementos que merecem destaque no texto da aluna (T).

Redação aluna (T)

O funk surgiu através da música negra norte-americana, é um ritmo cultural muito ouvido por jovens em todo país na década de 1960.

Com ritmo e batida forte o funk não é considerado cultural para algumas pessoas. Desde o ano 2000 até agora veio ganhando força.

Mas veio a Debate á questão de funkeiros mirins cantando musicas que as julgam ser “apologia ao crime” é além disso, “apologia ao sexo”.

“Apologia ao crime”, a visão das pessoas sobre o funk. Em subúrbios, favelas, becos, morros, e vielas o funk tem força e voz. pois é

a maneira do “pobre” expressar a dura realidade nas favelas e o que eles sofrem todos os dias. Onde o crime, o trafico generalizam a maioria.

Um exemplo: quando você liga a televisão, só se ver violência e mortes nas favelas.

Não se trata de um ritmo e batida forte, é sim da política do nosso país, que lembrá somente dos ricos. é deixa o pobre esquecido e necessitado. funk é a voz do pobre.

Já ouvir um rap que dizia “pobre não tem vez” Racionais MC’s”. Então a nossa política é a culpada por tanta violência.

Já o texto da aluna (B1) apresenta projeto de texto, porém não um projeto de texto estratégico. Ao apresentar duas teses na introdução do texto, relacionadas à temática em questão, e retomar essas teses nos parágrafos de desenvolvimento, a aluna (B1) consegue compor seu texto de forma minimamente organizada. Apesar de a introdução ser pouco desenvolvida e a estrutura adotada para apresentar as teses ser pouco elaborada para o gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional, o texto da aluna (B1) divide-se em parágrafos característicos.

O conteúdo do texto da aluna (B1), no entanto, não é marcadamente legitimado de modo a comprovar as teses apresentadas. A aluna apresenta uma consciência sobre a importância de se comprovar as teses com informações, fatos e opiniões legitimadas, mas não traz esses conteúdos para o seu texto de forma suficiente, apenas menciona letras de músicas, comportamentos de indivíduos e fatos em torno da temática do texto.

Redação aluna (B1)

A criminalização do funk deve ser aprovada na sociedade brasileira, pois esse estilo musical incita a violência e o crime, tratando as mulheres como objeto sexual.

Portanto, com essas letras eles induzem os indivíduos ao furto e o tráfico, e assim havendo mais criminosos na sociedade, tendo em vista que muito desses ouvintes são jovens e adolescentes que consequentemente ao escutarem tal estilo estaram mais propensos a violência.

Contudo, vimos que essas músicas são machistas tratando as mulheres como objeto sexual, incentivando a prática do estupro, e isso é um absurdo pois algo que despreza o ser humano como se não tivesse sentimentos deve ser eliminada da comunidade.

Índubitavelmente, medidas deve ser tomadas para amenizar esse problema, que o Poder Judiciário criminalize esses autores, que essas músicas sejam retiradas das plataformas.

O texto do aluno (G) apresenta algumas características semelhantes ao texto da aluna (B1), como a existência de um projeto que organiza minimamente a redação produzida. O texto do aluno (G) se inicia com a mesma estrutura simples adotada pela

aluna (B1) para apresentar a temática e as teses a serem desenvolvidas e sustentadas. O texto do aluno (G), assim como o texto da aluna (B1), apresenta operadores argumentativos tanto dentro dos parágrafos quanto entre parágrafos, o que auxilia na organização e conexão das ideias apresentadas ao longo da redação.

O aluno (G), entretanto, também não apresenta informações, fatos e opiniões legitimados para sustentar as teses em desenvolvimento. Além disso, o aluno (G) inverte a sequência de desenvolvimento das teses apresentadas na introdução do texto, de modo a fazer supor que a sequência expressa na introdução não foi estrategicamente selecionada, uma vez que é descartada para o restante da redação.

Redação do aluno (G)

O funk deve ser criminalizado no Brasil, pois este ritmo incita a prática de crimes e faz apologias a diversas ações não éticas, que influenciam os indivíduos de maneira negativa na sociedade.

Com suas letras “suja”, o funk vem trazendo uma cultura não ética para o país. Nota-se diversos trechos que colocam a mulher como objeto sexual nas músicas, além de outras que incitam a prática de crimes e uso de drogas.

Dessa forma, alguns indivíduos – que não possuem maturidade de pensar por si mesmos – acabam sendo influenciados por esse ritmo e entrando em um mundo de crimes, drogas, prostituição, entre outros.

Além disso, pode-se acrescentar que a influencia causada pelo ritmo funk movimenta, de alguma forma, o tráfico de drogas (em bailes funks, por exemplo) e a marginalização.

Portanto, é indubitável, que a criminalização do funk traria reduções nas taxas criminais do território nacional. Porém, com este fim, o Estado brasileiro deve intervir firmemente com leis e vigilância voltada para estas situações.

O texto da aluna (R), diferente dos textos anteriormente apresentados, é mais desenvolvido no sentido de apresentar mais conteúdo sobre a temática em foco. Entretanto, assim como os textos anteriores, esse texto não apresenta projeto de texto estratégico, de modo que as argumentações são desenvolvidas de forma pouco ordenadas e até mesmo desconectadas em alguns pontos.

A aluna (R), apesar de não comprovar com conteúdos legitimados as teses que apresenta, aponta questões relacionadas à criminalização do funk no Brasil que merecem atenção. A aluna destaca em quase todos os parágrafos do texto o fato de que o funk é parte da cultura brasileira e que, mesmo que esse gênero musical apresente algumas letras que incitam pessoas à prática de crimes e que fazem apologia a fatos criminosos, esse gênero não deve ser criminalizado.

Redação da aluna (R)

O funk é um ritmo de música dançante, uma cultura brasileira, representada pela forma de sua batida, mas veio gerando polêmica por algumas músicas possuírem letras explícitas. Com isso querem a criminalização do funk no Brasil, um caso que trouxe consigo uma série de assuntos polêmicos envolvendo o funk.

Entretanto, o ritmo funk, sempre possuiu uma grande reprovação de quase maioria da população e uma perseguição contra seu tipo de música. Porém como todos os estilos musicais brasileira, o funk entra como uma cultura do país. Utilizam palavras que contam a realidade vivida por pessoas de baixa renda. Os mais destacados funks são de cantores que relataram algo vivenciado ou presenciado em algum momento da sua vida, mas a maioria que entra no mundo do funk é para tentar sair da pobreza e do seu sofrimento em favelas.

Dentre tantos fatores, a certas músicas escritas que se tornaram explícitas, ditas como uma iniciativa há prática de crimes, apologia a mulher e ao tráfico de drogas. Contudo, realmente a fama do funk é possuir letras pesadas, em certos casos geram polêmica e a música é retirada e mudada a letra. Mas querem criminalizar esse estilo musical, por abordar fatores pelos quais o tornam um crime, porém esqueceram que o funk é uma cultura do Brasil, e que se for olhar o lado pela a prática à crimes e entre outros, não poderá existir mais músicas, pois todas possui letras explícitas e ressalta a prática de crimes.

Diante disso, a outros métodos serem usados, pode haver mudanças. Ao tráfico e apologia a mulher, deverá ter uma preocupação maior abordando casos, dialogos, precauções, propagandas em TV e mais oportunidades cultural, social e trabalhista que mantêm à ocupação socialista. Criminalizar o funk não é uma boa opção, é como se estivessem priorizando e tirando a cultura brasileira. Se quiserem tirar o funk, mude a letra e não à cultura.

O texto do aluno (V) apresenta projeto de texto estratégico e conteúdo legitimado em defesa das teses apresentadas. É um texto suficientemente desenvolvido, mas com períodos extensos que prejudicam, em alguns momentos, a fluidez da leitura, uma vez que dificultam a assimilação de todas as informações dispostas em um único período. Além disso, ao não empregar os operadores argumentativos típicos do gênero redação dissertativo-argumentativa dentro dos parágrafos de forma suficiente, a fluidez da leitura também é prejudicada.

O aluno (V) coloca-se, no início do parágrafo de conclusão, a favor da criminalização do funk no Brasil, entretanto, ao encaminhar-se para a proposta de intervenção propriamente dita, o aluno faz uma ressalva que contradiz o seu posicionamento inicial, escreve que “a Comissão de Direitos Humanos e legislação Participativa do Senado Federal não deve proibir o funk em si, mas as letras do

chamado ‘funk proibidão’”. Dessa forma, o aluno (V) incorre em uma incoerência, que não prejudica todo o texto, mas que merece atenção por apontar para a provável não clareza sobre o que é realmente a proposta de criminalização do funk no Brasil.

Redação do aluno (V)

Com relação à criminalização do funk, é possível afirmar que esse ritmo musical pode ser considerado um crime de saúde pública às crianças, aos adolescentes e às famílias. Observa-se que esse estilo de música não só, em sua maioria, incita o crime e influencia negativamente as gerações, mas, também, em suas letras, mostra a mulher como objeto sexual, ou propriedade do sexo masculino.

Indebutavelmente, o funk tem em suas melodias palavras que que estimulam jovens de periferia a seguirem uma vida no crime, como, por exemplo, a letra da música “Bonde da Mutilação” onde faz varias apologias a estupro e violência, estimulando o crime na sociedade Brasileira, algo que há vários anos de lutas para combater.

Outrossim, a objetificação e a sexualização das mulheres está presente nas músicas de funk, fazendo com que a grande massa que as escuta viva um retrocesso histórico em um país que foi formado por estropos de índias pelos colonizadores portugueses, desmerecendo as lutas de varias mulheres que deram suas vidas por direitos do sexo feminino no Brasil.

A criminalização do funk é, portanto, um passo importante para o controle dos crimes e do índice de violência no território brasileiro. Diante de todos esse fatos, a Comissão de Direitos Humanos e legislação Participativa do Senado Federal não deve proibir o funk em si, mas as letras do chamado “funk proibidão”, que estimula praticas que ferem os direitos humanos, deixando esse estilo musical leve para que a população possa usufruir e, também, usar como forma de protesto por suas crueis realidades.

Sobre as propostas de intervenção, no que se refere à composição, a maioria dos textos não apresentou propostas completas, com agente, ação interventiva, modo de execução, finalidade e detalhamento. Sobre o conteúdo das propostas, alguns alunos apresentaram agentes mais institucionalizados, bem como ações interventivas mais complexas, no sentido de também mais institucionalizadas.

Os alunos, portanto, produziram textos com as características básicas do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio, mas com falhas estilísticas, composicionais e conteúdoísticas recorrentes. Entretanto, no que se refere aos valores básicos relacionados à temática em foco, a criminalização do funk no Brasil, os alunos produziram textos em que manifestavam os valores tanto de oposição quanto de concordância com o processo de criminalização do gênero musical em questão. É possível afirmar que os textos lidos em sala e a atividade com o debate

auxiliaram consideravelmente no processo de percepção e de manifestação desses valores nos textos dos alunos.

No entanto, a falta de domínio sobre elementos básicos de conteúdo, de composição e de estilo, como coerência, coesão e estrutura sintática, afetou diretamente a materialização desses valores nos textos dos alunos. Nesse sentido, os estudantes apresentaram dificuldades tanto para expressar, de forma organizada, os valores que desejavam expressar quanto apresentaram dificuldades para convencer os leitores de seus textos sobre os valores os quais manifestaram em relação à temática abordada.

Assim, especialmente em comparação com os textos produzidos durante a realização do debate, os alunos produziram textos pouco arquitetonicamente autorais, uma vez que não apresentaram, recorrentemente, projeto de texto estratégico, com conteúdos legitimados e organizadamente dispostos a fim de comprovar teses derivadas da temática em foco. Essa dificuldade pode tanto ser explicada pelo não desenvolvimento suficiente das competências de leitura e de análise de textos, como dito anteriormente, quanto pela própria dinâmica do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional com a qual os alunos estão acostumados.

Por não terem o hábito de interagir com interlocutores concretos e únicos no ato de produzir textos do gênero redação dissertativo-argumentativa, os alunos apresentaram dificuldades tanto para retomar textos anteriores quanto apresentaram dificuldades de antecipar textos repostas de seus interlocutores para construir seus próprios textos. Para contribuir com a superação dessas dificuldades, as aulas seguintes da disciplina eletiva foram planejadas e executadas de forma a privilegiar a leitura, a análise e a discussão de gêneros do discurso com o objetivo de conectar os conteúdos dos textos e de comparar as distintas formas de compor e de estilizar os mesmos.

No que se refere à atividade de leitura e de análise dos textos dos colegas com quem formaram duplas, os alunos se envolveram com a atividade e responderam à ficha (APÊNDICE I) com dificuldades, uma vez que frequentemente não responderam a todas as solicitações da atividade, como transcrever para a ficha de leitura os trechos indicados. Além disso, frequentemente os alunos não sugeriram aos colegas o que poderia ser modificado nos parágrafos de introdução, de desenvolvimento e de conclusão. As fichas preenchidas com mais detalhes foram, logicamente, as fichas dos alunos que escreveram textos mais arquitetonicamente autorais, o que aponta para a relação entre as competências de leitura, de escrita e de análise.

As dificuldades enfrentadas pelos alunos para a realização dessa atividade são compreensíveis, uma vez que os textos em análise eram de difícil compreensão. Além disso, os alunos apresentaram dificuldades de leitura e de análise até mesmo de textos prototípicos do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional, como quando leram e analisaram o texto escrito por mim. De todo modo, essa atividade foi produtiva no sentido de colocar os alunos diretamente em contato com os textos uns dos outros, de modo a conseguirem visualizar as dificuldades e os êxitos dos colegas.

A atividade, em sala, de escrita coletiva ou em duplas poderia ser uma alternativa a essa atividade de escrita individual em casa, uma vez que, assim, os alunos poderiam compartilhar suas habilidades e dificuldades, bem como poderiam aprender uns com os outros diretamente durante o processo mesmo de escrita. Outra atividade de escrita que poderia ter sido desenvolvida é a atividade de escrita por partes, sendo que cada parte seria escrita em uma aula e com o auxílio da professora: primeiro o projeto de texto, depois a introdução, em seguida o desenvolvimento e, por fim, a conclusão. Assim, os alunos poderiam se concentrar em solucionar as dificuldades também por partes, de modo que entregariam suas redações para leitura e análise de forma mais acabada.

Ambas as atividades sugeridas também poderiam ser realizadas após o término da atividade que se realizou. Entretanto, optei por seguir com outras atividades, focalizando a leitura e a análise de gêneros de outra natureza, com a finalidade de ressignificar o próprio ato de escrever textos dissertativo-argumentativos, seja do gênero do Exame Nacional seja de outros gêneros.

Desse modo, ao final da aula, recolhi as produções textuais dos alunos e as fichas de análise para leitura e registro. Nas aulas seguintes, para que pudessem reescrever seus textos a partir das indicações feitas pelos colegas, eu devolvi as atividades dos alunos, não sem antes discutir algumas questões relacionadas especialmente ao conteúdo, à composição e ao estilo dos textos.

4.8 SEXTA AULA

Na aula do dia 05 de outubro de 2018, 12 alunos estavam presentes, sendo que 6 eram do sexo feminino e 6 do sexo masculino. Para essa aula, planejei assistirmos ao filme *Uma história de amor e Fúria*, de Luiz Bolognesi. Esse filme brasileiro, estreado em 2013, com duração de 1 hora e 15 minutos, é uma animação que retrata diferentes

momentos históricos do Brasil, de modo a entrelaçar os eventos de cada um desses momentos à vida das personagens, especialmente à vida do personagem principal e narrador da história em foco.

O filme se inicia com uma cena de um Brasil distópico, do ano de 2096, em que o personagem principal da trama, diante de uma situação crítica, reflete sobre os acontecimentos de sua vida. Com a afirmação de que “viver sem conhecer o passado é andar no escuro”, o foco narrativo se desloca para o Brasil Colônia, do ano de 1566, em que o personagem principal começa a fundamentar sua afirmação por meio de referências a lutas que travou ao longo de quase 600 anos de vida para se encontrar e conviver com sua amada em diferentes momentos históricos do Brasil.

Além da luta entre tupinambás e tupiniquins, no Brasil Colônia, o narrador personagem de *Uma história de amor e fúria* também participa da Balaiada, revolta popular ocorrida no Maranhão durante o Brasil Império, e de movimentos contra a Ditadura Militar, entre os anos de 1964 e 1985. A habilidade que possibilita o personagem principal da trama vivenciar todos esses momentos históricos se manifesta ainda em sua vivência como índio no Brasil Colônia e é guiada tanto por seu envolvimento com a moça por quem se apaixona quanto por sua responsabilidade de lutar contra os males de seu tempo.

O objetivo de assistir a esse filme na disciplina *E agora, José? Preciso escrever uma redação!* era instigar os alunos a perceberem como os eventos históricos e as dinâmicas sociais interferem em nosso cotidiano e em nossa constituição enquanto sujeitos concretos e únicos. Além disso, objetivava com esse filme preencher as lacunas argumentativas que apareceram durante a realização do debate e durante a escrita dos textos dissertativo-argumentativos, de modo a oferecer mais subsídios aos alunos para que fundamentassem com mais consistência suas argumentações.

Durante a aula do dia 05 de outubro, apenas assistimos ao filme para, na aula seguinte, realizarmos uma roda de conversa com discussões sobre a relação entre o filme assistido, o racismo e a criminalização do funk no Brasil.

4.9 SÉTIMA AULA

A aula de discussão do filme *Uma história de amor e fúria* ocorreu apenas no dia 19 de outubro de 2018, duas semanas após os alunos terem assistido ao filme. Esse intervalo entre uma aula e outra ocorreu devido a atividades da escola em que se

realizou a disciplina. Nesse dia, 9 alunos estavam presentes, sendo que 3 eram do sexo feminino e 6 do sexo masculino. Desses alunos, apenas 2 não haviam assistido ao filme, de modo que a aula se iniciou com uma resenha coletiva e oral, de autoria dos alunos, sobre o filme que havíamos assistido na aula anterior.

Os alunos mencionaram que o filme retratava a vida de um homem em quatro momentos históricos do Brasil e destacaram que, em cada um desses momentos, o personagem principal do filme lutou contra os males de seu tempo junto à mulher por quem se apaixonou no início da história. Os alunos comentaram que esse personagem narrador lutou contra os males provocados pela colonização, pela escravidão, pela ditadura e pela exploração da natureza.

Logo após resenharem o filme uns para os outros, especialmente para os colegas que não haviam assistido ao filme, realizei novamente a atividade de colocar em ordem um texto do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional escrito por mim (APÊNDICE J). Dessa vez, o texto escrito foi sobre a primeira proposta apresentada aos alunos: “Caminhos para combater o racismo no Brasil”. Com essa atividade, objetivei iniciar uma discussão sobre a relação entre o racismo e a criminalização do funk no Brasil, bem como objetivei mais uma vez refletir junto aos alunos sobre a dinâmica do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional.

Diferente da primeira atividade, os alunos colocaram o texto em ordem individualmente. Antes de começarem, retomamos a estrutura prototípica do gênero em foco, de modo que esquematizei no quadro o que deveria ser notado em cada um dos parágrafos da redação. Ressaltei ainda a importância de se ler e analisar cada um dos trechos do texto antes de serem colocados em ordem, pois a falta de leitura e análise atentas poderia afetar negativamente a atividade.

O parágrafo de introdução desse texto foi dividido em duas partes, assim como os parágrafos de desenvolvimento. Apenas o parágrafo de conclusão foi dividido em três partes para que as propostas de intervenção ficassem cada uma organizada em um fragmento.

Dos 9 alunos que realizaram a atividade, apenas um não colocou o primeiro trecho da redação na posição adequada. Esse mesmo aluno, inclusive, acertou a ordem de apenas um trecho da redação, que foi o segundo trecho do parágrafo de introdução, o que pode ser interpretado como uma colocação não decorrente de leitura e análise ativas, pois todo o restante do texto ficou fora de ordem. Em contrapartida, 8 dos 9 alunos não

colocaram na ordem adequada o segundo trecho da introdução, o que afetou especialmente os parágrafos de desenvolvimento.

No segundo trecho da introdução encontravam-se as teses a serem desenvolvidas e sustentadas nos parágrafos seguintes. Essas teses foram dispostas em uma sequência que auxiliava a identificação de suas retomadas, em tópicos frasais, no início dos parágrafos de desenvolvimento. Apenas 3 alunos acertaram a posição do primeiro fragmento do parágrafo um de desenvolvimento e todos erraram a posição do segundo fragmento desse mesmo parágrafo.

Sobre o segundo parágrafo de desenvolvimento, todos os alunos também erraram a posição do primeiro fragmento e apenas 1 aluno acertou a posição do segundo fragmento. A conclusão do texto foi o parágrafo com maior índice de acertos, pois os alunos identificaram com mais facilidade as propostas de intervenção. O primeiro trecho foi colocado na sequência adequada por 3 alunos, o segundo trecho por 6 alunos e o terceiro por 7 alunos.

A partir dessa atividade, é possível perceber que os alunos ainda apresentam dificuldades no que se refere à leitura inferencial, conforme definida por Ferrarezi Jr. e Carvalho (2015). Os alunos, de maneira geral, não conseguiram identificar as teses que compuseram o parágrafo de introdução, o que interferiu diretamente na disposição dos argumentos e repertórios nos parágrafos de desenvolvimento.

Durante a análise do texto, após auxiliar os alunos para que colocassem toda a redação em sua ordem original, coerente e coesa, percorri o mesmo caminho de análise do texto anterior sobre a criminalização do funk no Brasil. Primeiro, narrei o processo de seleção de teses por meio da estratégia de *brainstorming*, ou chuva de ideias. Em seguida, descrevi o projeto de texto que havia configurado para a escrita da redação e pedi para que os alunos analisassem se eu havia conseguido ou não executar o projeto de texto que havia formulado. Indiquei que analisaríamos cada parágrafo de modo a conferir se em cada um eu havia apresentado, de forma coerente e coesa, os elementos característicos desses parágrafos.

Durante a análise, observamos a estrutura sintática e paragrafal do texto, bem como o uso dos operadores argumentativos que auxiliaram na organização das ideias apresentadas. Essas estruturas foram destacadas, pois os alunos apresentaram, em seus textos, frases e orações incompletas e trucadas, assim como apresentaram parágrafos pouco desenvolvidos e com elementos desconectados. Apontei para o fato de que cada um dos parágrafos do meu texto apresentava, em média, três períodos, sendo que cada

um desses períodos desempenhava uma função, tal como retomar uma tese, desenvolver um argumento e comprovar a argumentação com informações, fatos ou opiniões legitimadas, no caso do parágrafo de desenvolvimento.

Após finalizarmos a análise do texto, os alunos foram instigados a pensar na relação que esse texto estabelece com alguns acontecimentos do filme assistido. Os alunos destacaram especialmente a relação que o racismo estabelece com o processo de colonização do Brasil e com o processo de escravização dos negros no país. Para justificar essa relação, os alunos retomaram as cenas do filme que retratavam esses processos e as lutas derivadas.

Em seguida, questionei os alunos sobre se esses acontecimentos e o racismo no Brasil também se relacionavam ao processo de criminalização do funk no país. Os alunos ficaram alguns minutos em silêncio, sem se posicionarem com clareza, de modo que apresentei outro questionamento. Perguntei aos alunos se algum outro acontecimento do filme se relacionava mais diretamente à criminalização do funk. Os alunos, então, responderam que sim e indicaram o período da Ditadura Militar. Para explicar essa relação, os alunos recorreram às cenas em que o personagem principal do filme e sua amada foram torturados em virtude da oposição que faziam ao regime político e social da época.

Além da referência a essas cenas, instiguei os alunos a retomarem as cenas em que o personagem principal do filme se aproxima da realidade do povo das favelas por meio de um amigo. Nessa região, o personagem ministrou aulas à comunidade, em sua grande maioria constituída por pessoas negras, negligenciadas pelo Estado brasileiro e em constante luta por melhores condições de vida. Ao mencionar esse fato, os alunos começaram a conectar, de forma mais direta e organizada, o processo de criminalização do funk ao racismo no Brasil, bem como começaram a conectar esses elementos aos processos de colonização e de escravização.

Para fomentar ainda mais as discussões dessa roda de conversa, ouvimos uma música (ANEXO G) reconhecida como um dos primeiros funks brasileiros, portanto uma música que apresenta vários e marcantes traços do gênero musical rap e, por vezes, é inclusive classificada como uma manifestação desse gênero. A música *Eu só quero é ser feliz*, ora também intitulada *Rap da felicidade*, dos funkeiros Cidinho e Doca, tematiza a vida do povo da favela, as dificuldades e as repressões que essa parcela da sociedade enfrenta cotidianamente.

Os alunos foram instigados a observar como a música se relacionava aos elementos pontuados sobre o filme que se conectam com a criminalização do funk e o racismo no Brasil. Os alunos discutiram especialmente sobre a negligência do governo para com a população das favelas e das periferias em geral e destacaram também a repressão que essa população enfrenta de uma polícia extremamente violenta.

Para fundamentar suas afirmações, os estudantes foram estimulados a resgatar informações, fatos e opiniões tanto do texto dissertativo-argumentativo lido quanto do filme, da música e de outros textos lidos, analisados e produzidos. Além disso, os alunos recorreram a eventos cotidianos para ressaltar que, apesar de não vivermos em uma democracia, ainda vivemos situações repressoras. Os alunos, inclusive, começaram a discutir sobre os candidatos à presidência da República, uma vez que se encontravam imersos nesse contexto de eleição presidencial à época. Enquanto alguns apontavam para o fato de que não era uma solução eleger um candidato que exaltava o período ditatorial militar, outros apontavam para o fato de que alguma mudança era preciso acontecer para que superássemos o momento de crise em que nos encontrávamos.

Nesse momento, em especial, gostaria de destacar a relação entre o ensino de língua portuguesa na Educação Básica e a formação para o exercício da cidadania enquanto atos responsáveis. Diante dessa situação, é possível perceber o quando o desenvolvimento da autoria é importante para que os alunos não só consigam estabelecer um diálogo produtivo sobre as questões políticas e sociais que diretamente afetam suas vidas, como também é importante para que consigam responder de forma cada vez mais bem arquitetada e acabada aos elementos do mundo da vida e do mundo da cultura.

Ou seja, ao desenvolverem a autoria relacionada ao exercício da cidadania, os alunos se tornam sujeitos concretos e únicos cada vez mais capazes de elaborar respostas criativas ao mundo a partir de uma compreensão da dinâmica e da interferência dos elementos desse mundo em suas vidas. Com uma compreensão cada vez mais profunda dos elementos históricos, sociais, culturais, políticos, econômicos que se manifestam discursivamente em torno de uma questão em análise, como a criminalização do funk, os alunos tornam-se cidadãos cada vez mais autores de seus atos.

Assim que a aula foi se encaminhando para o seu fim, começamos a discutir o que apresentaríamos à comunidade e aos demais membros da escola no dia de realização da Culminância. Como já mencionado anteriormente, esse evento destinava-

se especialmente à socialização das atividades que se realizaram ao longo do semestre nas disciplinas eletivas da escola. Alguns alunos sugeriram a produção e realização de uma peça teatral, algo que já haviam feito em outra disciplina. Entretanto, outros alunos apontaram para o fato de que uma peça não tinha muita relação com o que estávamos fazendo na disciplina.

Eu, então, sugeri que fizéssemos um documentário sobre “A importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje”. Praticamente todos os alunos manifestaram interesse em produzir um documentário, no entanto, ao observarmos o calendário, concluímos que não seria possível produzir um documentário até o final do semestre para exibirmos durante a Culminância. Por fim, comentei sobre a possibilidade de criarmos um site para divulgarmos as atividades da disciplina e para falarmos sobre a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje.

Sobre criarmos o site, os alunos presentes no dia 19 de outubro concordaram, de modo que faltava apresentarmos essa proposta para os demais colegas para que aprovassem ou não a ideia. Por fim, entreguei as redações e as fichas de leitura dos alunos para que, em casa, reescrevessem os textos e trouxessem na aula da semana seguinte para já revisarmos e colocarmos no site caso a maioria concordasse com essa atividade. A aula desse dia, portanto, terminou com a explicação de como os alunos deveriam reescrever seus textos pensando nas indicações dos colegas e nas atividades de leitura e de análise que havíamos realizado em sala.

4.10 OITAVA AULA

Na aula do dia 26 de outubro de 2018, apenas 5 alunas estiveram presentes. Dessas alunas, nenhuma esteve presente na aula da semana anterior e 2 não assistiram ao filme *Uma história de amor e fúria*, de modo que a aula desse dia transcorreu de forma semelhante à aula da semana anterior. Descrevi, brevemente, as atividades que os outros alunos haviam realizado e, então, iniciamos uma resenha oral e coletiva para situar as colegas que não haviam assistido ao filme.

Mediei a construção da resenha e a roda de conversa de modo que as alunas abordassem os mesmos elementos abordados pelos colegas da aula da semana anterior. Assim, conectamos gradativamente o filme assistido aos temas racismo e criminalização

do funk no Brasil. As alunas, individualmente, também realizaram a atividade de ordenação do texto dissertativo-argumentativo escrito por mim.

Das 5 alunas, todas colocaram o primeiro trecho da introdução na sequência adequada. Entretanto, nenhuma colocou o segundo trecho da introdução na sequência esperada. 2 alunas acertaram o primeiro trecho do parágrafo de desenvolvimento, alunas essas que colocaram na sequência adequada também o segundo trecho do primeiro parágrafo de desenvolvimento. Apenas 1 aluna colocou na ordem adequada o primeiro trecho do segundo parágrafo de desenvolvimento, no entanto todas se equivocaram quanto ao segundo trecho do parágrafo dois de desenvolvimento. Sobre o parágrafo de conclusão, apenas 2 alunas colocaram todos os trechos na ordem adequada, 1 acertou o último trecho apenas e 2 erraram a ordem de todos os trechos.

É possível interpretar que as alunas não identificaram com clareza quais eram as teses em desenvolvimento, uma vez que não colocaram o trecho da introdução referente a essas teses na posição adequada nem colocaram o tópico frasal de retomada das teses na posição correta nos parágrafos de desenvolvimento. Dessa forma, o projeto de texto não foi percebido também com clareza, de modo que os conteúdos legitimados que deveriam vir logo após o desenvolvimento das teses, para comprová-las, não foram ordenados adequadamente.

Após auxiliar as alunas a colocarem o texto na ordem adequada, procedemos à análise. Observamos e analisamos tanto questões sintáticas quanto questões textuais e discursivas do texto em foco, assim como na aula da semana anterior. Apresentei as mesmas questões sobre a relação entre o racismo no Brasil e os acontecimentos narrados no filme *Uma história de amor e fúria*. As alunas foram instigadas a relacionar o processo de colonização e de escravidão, mais especificamente, ao racismo no Brasil.

Ao introduzir a questão do contato entre esses acontecimentos e o processo de criminalização do funk, as alunas também apresentaram certa dificuldade para relacionar os elementos. Questionei as estudantes sobre o fato de outro acontecimento do filme poder ser mais facilmente conectado ao processo de criminalização, ao que indicaram o período ditatorial militar brasileiro. Ouvimos, então, o funk *Eu só quero é ser feliz*, ou *Rap da felicidade*, para continuarmos a discussão.

As alunas, assim como os colegas da aula anterior, conseguiram aprofundar a discussão sobre a relação entre colonização, escravidão, ditadura militar, racismo e criminalização do funk no Brasil mediante referências, especialmente, à realidade da

população brasileira residente em favelas e periferias. A negligência governamental para com as pessoas dessas regiões foi apontada e criticada.

A aula foi se encaminhando para o seu fim, de modo que era preciso discutir as atividades que se realizariam na Culminância. As alunas concordaram com a proposta de criação de um site para divulgar as atividades que estavam sendo realizadas ao longo da disciplina e sugeriram que, durante a Culminância, textos de autoria dos alunos fossem divulgados na sala junto com cartazes sobre a criminalização do funk e sobre o filme assistido. As alunas, por fim, receberam seus textos e fichas de leitura para que realizassem a reescrita da redação, em casa, considerando as indicações dos colegas e a análise do texto sobre “Caminhos para combater o racismo no Brasil”.

4.11 NONA AULA

A aula seguinte ocorreu apenas no dia 09 de novembro de 2018, duas semanas após a segunda aula de discussão sobre o filme *Uma história de amor e fúria*, devido a atividades na escola campo. Nessa aula, os alunos deveriam entregar a reescrita do texto sobre “A criminalização do funk no Brasil” para, então, revisarmos e colocarmos no site. Entretanto, nenhum aluno, dos 12 alunos presentes, sendo que 8 eram do sexo feminino e 4 do sexo masculino, entregou a reescrita do texto.

Ao serem questionados sobre o que havia acontecido para que não entregassem o texto reescrito, os alunos responderam que haviam apenas se esquecido de realizar a atividade. Em seguida, questionei-os sobre a frequência com que reescreviam os próprios textos após receberem as indicações dos professores ou dos colegas sobre as redações. Os alunos responderam que nunca ou quase nunca reescreviam seus próprios textos. A partir dessa afirmação, compreendi que a atividade de reescrita das redações não tinha sido assimilada pelos alunos como parte do processo de escrita de um texto, como parte do processo de comunicação e de interação.

A reescrita, para os alunos, não havia sido assimilada como atividade que possibilita uma comunicação e uma interação mais eficazes com um interlocutor específico. Afinal, os alunos, como já analisado anteriormente, sequer estavam acostumados a escrever, em sala de aula, para um interlocutor concreto e único com quem se comunicariam e interagiriam. Os alunos estavam acostumados apenas com a dinâmica avaliativa de escrita em que se direcionavam exclusivamente para um professor focado em examinar e pontuar seus textos.

Era preciso, portanto, junto aos alunos, ressignificar a atividade de escrita para que essa fosse encarada como prática social associada a outras práticas sociais para além da avaliativa e para além do campo da educação. Nesse sentido, eu havia planejado, para a aula do dia 09 de novembro, uma atividade que contribuísse com esse processo de ressignificação, uma vez que já havia notado a importância de se realizar algo do tipo naquele contexto.

Na aula desse dia, portanto, assistimos parcialmente ao documentário *Nunca me sonharam*, de 2017, dirigido por Cacau Rhoden e produzido por Maria Farinha Filmes. Esse documentário brasileiro, de 1 hora e 24 minutos de duração, convida a um diálogo sobre a realidade de jovens estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino do Brasil.

O documentário se inicia com o artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, que institui que “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A partir desse artigo, já é possível entrever a ligação que o documentário estabelece com os objetivos desta pesquisa e com os temas discutidos em sala de aula ao longo da disciplina *E agora, José? Preciso escrever uma redação!*

Nunca me sonharam é dividido em sete partes, sendo que cada parte é constituída por discursos de estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino de diversas regiões do país e por discursos de diversos profissionais envolvidos com a educação do Brasil. As partes do documentário são intituladas “Tempestade e trovão”, “A chave”, *Nunca me sonharam*, “Grades”, “Utopia”, “Orquestra” e “Tâmaras”. Em cada uma dessas partes, narrativas de inúmeros jovens e profissionais da área da educação são apresentadas de forma a fazer o interlocutor se questionar sobre como nós, enquanto sociedade, estamos cuidando e valorizando a qualidade da educação oferecida aos jovens em uma das fases mais sensíveis e transformadoras de suas vidas.

Na aula em que assistimos ao documentário, para que os alunos pudessem socializar o que haviam assimilado, interrompemos o filme antes do início da quinta parte, “Utopia”. A interrupção nesse momento do documentário foi estratégica, uma vez que os alunos haviam sido estimulados a se questionar sobre os limitados espaços de atuação que encontram nas escolas, pois esse foi um dos assuntos da parte intitulada “Grades”.

Um dos objetivos dessa socialização, que se tornou uma roda de conversa, era fazer com que os alunos conectassem todos os temas ora discutidos na disciplina com as suas próprias realidades enquanto jovens estudantes do Ensino Médio da rede pública do Brasil. Desse modo, iniciamos a roda com uma discussão sobre a falta de espaço que os alunos encontram em suas escolas para dialogar e atuar sobre questões diversas. Os alunos comentaram sobre situações em que foram silenciados ou subestimados dentro da instituição, o que fez com que não se sentissem importantes dentro e fora da escola.

Para nos aprofundarmos nessa questão, retomamos alguns assuntos discutidos na parte *Nunca me sonharam* do documentário. Nessa parte, a pesquisadora Macaé Evaristo fez a seguinte afirmação: “Não existe uma escola perfeita, emancipatória, numa sociedade opressora”. A partir do resgate dessa fala, os alunos foram instigados a conectar essa problemática aos demais temas discutidos ao longo da disciplina, como a colonização, a escravidão, a ditadura, a exploração do meio ambiente, o racismo e a criminalização do funk no Brasil.

Gradativamente, os alunos teceram comentários que apontavam para como eles, enquanto jovens brasileiros, são constituídos por esses acontecimentos que marcam a história do Brasil. Aproveitei o momento para indicar uma relação entre tudo isso e as dificuldades que os alunos apresentaram para produzirem textos, especialmente textos escritos. Questionei os estudantes, então, sobre a frequência com que são ouvidos ou lidos e em que contexto isso se realiza. Em seguida, questionei-os sobre a frequência com que são silenciados ou subestimados e solicitei que pensassem sobre o contexto em que eram assim tratados. Por fim, apresentei a seguinte pergunta tema: “Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?”.

Essa pergunta foi estrategicamente apresentada nesse momento da aula, pois já nos encaminhávamos para o seu fim, de modo que os alunos foram orientados a pensarem sobre isso em casa, uma vez que, na aula da semana seguinte, continuaríamos nossas atividades a partir desse questionamento.

4.12 DÉCIMA AULA

A última aula da disciplina *E agora, José? Preciso escrever uma redação!* ocorreu no dia 23 de novembro de 2018, apenas duas semanas após os alunos assistirem ao documentário *Nunca me sonharam*, devido a atividades que se realizaram na escola

campo. Para esse último dia de aula, eu havia planejado uma recapitulação das atividades desenvolvidas em sala para que os alunos visualizassem o que seria disponibilizado no site da disciplina, uma vez que a maioria dos alunos concordou com a criação desse espaço virtual. Com essa recapitulação, intencionava também auxiliar os alunos na retomada dos gêneros e dos textos com os quais entraram em contato para que, assim, produzissem seus próprios textos sobre “Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?”.

Retomamos especialmente os conteúdos de cada um dos textos dos gêneros focalizados em sala, de forma que essa retomada culminasse em uma percepção sobre como os jovens brasileiros são afetados por todos os acontecimentos direta ou indiretamente conectados aos conteúdos abordados nas aulas. Antes de os alunos iniciarem a atividade de escrita, dialogamos um pouco mais sobre o documentário *Nunca me sonharam* para que os estudantes resgassem as vivências narradas no filme e com essas vivências interagissem.

Após 45 minutos de aula, eu distribuí folhas aos alunos para que escrevessem textos dissertativo-argumentativos que seriam divulgados tanto no site da disciplina quanto na Culminância, portanto que seriam lidos por outros estudantes e pela comunidade que visitaria a escola. Sobre a escrita desses textos, disse aos alunos que, assim como no documentário, eles poderiam recorrer a vivências próprias para argumentar sobre a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje. Destaquei, ainda, que poderiam recorrer também ao filme *Uma história de amor e fúria*, à música *Eu só quero é ser feliz*, ao debate e aos textos escritos sobre “A criminalização do funk no Brasil” e aos textos escritos sobre “Caminhos para combater o racismo no Brasil” para escreverem seus próprios textos.

Sobre a composição e o estilo do texto, frisei aos alunos que se tratava de um texto dissertativo-argumentativo e que, dessa forma, deveriam considerar a estrutura prototípica desse tipo de texto, bem como deveriam considerar que o estilo dessa produção precisaria se adequar à formalidade da situação comunicativa. Portanto, os alunos deveriam escrever seus textos de forma adequada à modalidade escrita formal da língua portuguesa.

Dos 16 alunos presentes nesse dia, sendo que 10 eram do sexo feminino e 6 do sexo masculino, todos produziram o texto solicitado (ANEXO I) durante os 45 minutos restantes da aula. Os alunos escreveram textos sobre a temática apresentada e manifestaram, minimamente, características prototípicas do texto dissertativo-

argumentativo. Entretanto, assim como em situações anteriores, os alunos produziram textos sem projeto e sem projeto estratégico, o que afetou diretamente a coerência e a coesão das redações. Além disso, os alunos apresentaram dificuldades para estruturar períodos e parágrafos adequados ao gênero em foco.

Por meio da produção em sala de aula, foi possível perceber que os alunos não construíram, ao longo de seus anos de escolarização, o hábito de projetar e de rascunhar um texto antes de finalmente escrevê-lo, bem como não construíram o hábito de revisar e de reescrever esse mesmo texto escrito, o que dificulta e prejudica a comunicação e a interação. O texto da aluna (J) aponta para essa dificuldade.

Redação da aluna (J)

O poder de se expressar foi uma história dos nossos ancestrais, que lutaram bravamente para que pudessemos ter, hoje o direito de se expressar.

Através de anos de história, onde muitos morreram, hoje somos livres para nos manifestar de qualquer forma.

Sua importância é imensa não apenas para sociedade, mas também para a formação de um indivíduo.

O poder de expressar pode ser inserido em fato social, pois, ao analisar todo o repertório de um fato social, é nítido que é tudo aquilo capaz de ter uma coerção sobre o indivíduo na sociedade.

Se expressar é a forma ampla e bela da própria arte.

Diante da história do Brasil, houve-se um momento que se expressar era proibido. Esse período nada mais foi, que a ditadura, a censura era uma das formas clássicas de abuso de poder e quem ao menos tentasse confrontar, sofria consequências tenebrosas.

É proibido, proibir. Uma das frases marcantes em busca da liberdade.

É possível perceber que a aluna (J) retoma alguns dos conteúdos discutidos ao longo da disciplina, como a história do Brasil, a Ditadura Militar, a censura, entretanto não estrutura seu texto de modo a conectar as ideias em função de um objetivo claro, como convencer um interlocutor sobre uma tese derivada da temática em foco. A falta de um projeto de texto está diretamente relacionada a esse resultado, uma vez que é com o projeto que o autor organiza sua produção, que arquiteta sua interação com o mundo e com o outro.

O texto da aluna (T) também aponta para essas dificuldades de composição de um texto dissertativo-argumentativo adequado ao estilo formal de escrita. A aluna inicia uma diferenciação entre poder e conseguir se expressar argumentativamente, mas não desenvolve essa diferenciação. Retoma uma fala da personagem principal de *Uma*

história de amor e fúria, mas não conecta essa fala de forma coerente e coesa aos demais conteúdos do texto, de modo que a referência se perde. Por fim, é possível dizer que o texto da aluna (T) se compõe de uma série de períodos desconectados que, por mais que estejam relacionados à temática em foco, não desenvolvem essa temática de forma suficiente, de forma a convencer um interlocutor sobre algo.

Redação da aluna (T)

A importância de se expressar é que a gente se conhece. Se expressar é bom porque assim nós tornamos uma pessoa melhor, com pensamentos melhores.

Assim, podemos fazer uma análise, de tudo que passamos e nós tornar algo melhor.

Agora poder se expressar é uma coisa e conseguir já é totalmente diferente. Por que para conseguir se expressar precisamos do conhecimento, já para conseguir precisamos de (merecimento, voz, união). O essencial de tudo isso é o mesmo que a expressão “viver sem conhecer o passado é como caminhar no escuro”. Ou seja, você estará perdida na vida, sem conhecimento algum sobre nada.

Todos nós já nós expressamos, já tivemos várias conquistas. Temos visão para o futuro, mais o amanhã, “bom, quem sabe”.

Tenho muitas metas, mas apenas um objetivo aquele topo final, difícil vai ser, pelo menos vou ter aquela sensação de “pelo menos eu tentei”.

Alguns alunos produziram textos ainda menos desenvolvidos do que os textos das alunas (J) e (T), textos insuficientemente desenvolvidos apesar de apresentarem características dissertativo-argumentativas e de abordarem elementos da temática em questão. Os textos dos alunos (P) e (M), por exemplo, não retomam explicitamente elementos de outros textos lidos e analisados em sala de aula nem apresentam relatos de experiências pessoais para comprovar suas perspectivas sobre algo.

Redação do aluno (P)

Na minha opinião a importância de poder e de conseguir se expressar deve-se fazer para o indivíduo poder se interagir no meio de outros, sua opinião se respeitabilidade, e ele poder respeitar os outros.

O aluno (P), assim como o aluno (M), demonstra uma indisposição para a escrita, que pode ser explicada tanto por meio das dificuldades que enfrenta para realizar essa atividade, como estruturar um período e um parágrafo, quanto por meio de uma falta de hábito de produzir textos, de exercitar a escrita em si.

Redação do aluno (M)

A importância de poder se expressar está relacionado a comunicação. De fato expor opiniões e ideias é algo bastante comum e é através de opiniões que surge grandes atos de protagonismo na sociedade. Tipos projetos sociais, campanhas de arrecadação.

Já a aluna (R) e o aluno (V) produziram textos com composição dissertativo-argumentativa característica. No caso do texto da aluna (R), a escassez de operadores argumentativos interfere na conexão entre os conteúdos apresentados, conteúdos esses que retomam indiretamente conteúdos de texto lidos e analisados ao longo da disciplina, como a luta das personagens de *Uma história de amor e fúria* e as vivências dos jovens de *Nunca me sonharam*.

Redação da aluna (R)

A muita importância envolvendo nisso, poder conseguir se expressar, falar como nós nos sentimos em determinado aspectos, aliás dizer o que está sentindo ou dizendo, querendo, faz parte para conseguirmos alcançar o desejo.

O ser humano em si é repleto de desejos e sentimentos, mas nem todos consegue se expressar, nem todos tem liberdade, principalmente os jovens que muita das vezes se calam perante a intimidação. Tentativas atrás de tentativas para fazer com que consigam chegar até o esperado, mas novamente são retratados como mudos que não podem falar, um deficiente mental que obedece regras, ordens e a única forma de expressar é a linguagem em libras.

Sua forma de pedir socorro é a forma de gritar, é quando vão atrás dos seus direitos, quando pedem melhorias e quando não se calam diante de nada e não abaixa a cabeça, só assim parece que são ouvidos.

A verdade é que esses jovens querem ser ouvidos mais, escutado mais e ter seus argumentos escutados, o governo necessita de poder nos escutar temos muito a falar e é proibido, proibir nós diante disso.

O texto do aluno (V) retoma mais diretamente conteúdos de outros textos lidos e analisados, mas a também escassez de operadores argumentativos interfere na organização e conexão dos conteúdos apresentados. A conclusão do texto, por exemplo, não apresenta as características composicionais prototípicas de uma conclusão de texto dissertativo-argumentativo, como o uso de operadores argumentativos conclusivos.

Redação do aluno (V)

Por muito tempo o poder de expressão foi vedado, resultando na falta de liberdade de expressão de grupos como negros, mulheres, homossexuais, etc. Por falta dessa liberdade aconteceu muitos eventos históricos que ficaram marcado permanentemente, por exemplo, a escravidão e a opressão de gênero e identidade. Esses fatores causado por falta da expressão mostra o tamanho de sua importância.

Todas as pessoas têm um sonho, e não expressa-los os matam. Plantamos e regamos nossos sonho com inuíto que eles creçam e virem arvores grandes. Se esses pequenos pontos de luzes, mesmo que seja do tamanho de um átomo, não forem expressados, eles serão apagados nos tornando mais uma pessoa cinza. Talvez um sonho não seja tão grande, mas independente do tamanho eles precisam ser expressados para que o mundo não se torne uma só cor, o cinza.

Tive sonhos, sendo eles realizado e não realizados, e isso foi dependente da minha decisão. Quando me calei por medo, a falta de expressão fez com que eu não conquistasse o que eu queria, e assim aconteceu ao contrario quando decidi que as pessoas deveriam escutar minha voz.

Inteligente são as crianças birrentas, mesmo muitos achando coisa de filho mimados, sua liberdade de expressão faz com que elas ganhe o brinquedo ou o doce que os fez brilhar os olhos. Isso é o que a magia da expressão faz, ela nos dá o poder de conseguir o que sonhamos.

Como já afirmado anteriormente, as dificuldades de escrita dos alunos estão relacionadas a atividades anteriores ao ato de colocar no papel ou de oralizar uma produção textual. Ao não compreenderem a atividade de escrita como um processo que se conecta aos atos de leitura e de análise de textos anteriores e de textos resposta com os quais se relacionam, bem como que se conecta a situações comunicativas, práticas sociais e campos da atividade humana em que atuam sujeitos concretos e únicos, os alunos apresentam inúmeras dificuldades de escrita.

Para desenvolverem uma produção reconhecida como arquitetonicamente autoral, no sentido de conferirem acabamento estilístico, composicional e conteudístico aos seus textos, os alunos precisam passar por um profundo processo de resignificação do ato de escrever, processo esse que não se realiza completamente em algumas aulas ao longo de um semestre. Os alunos precisariam desenvolver hábitos e habilidades de escrita que resultassem em produção de projetos e de rascunhos antes da produção final de um texto, que resultassem em revisões e reescritas em prol da comunicação e da interação com interlocutores bem definidos.

Com as atividades realizadas ao longo da disciplina *E agora, José? Preciso escrever uma redação!*, esse processo de resignificação foi iniciado especialmente por meio de rodas de conversa em torno de conteúdos que apontaram para as causas e as consequências da falta de poder e de competência para se expressar argumentativamente no Brasil de hoje. Esse processo de resignificação também foi iniciado com questionamentos direcionados aos alunos sobre para quem escreviam e com que

finalidade, bem como com a leitura e análise de textos escritos pela professora e direcionados exclusivamente a eles.

Durante as rodas de conversa, os alunos demonstraram terem assimilado minimamente os conteúdos e os valores em torno das temáticas abordadas, entretanto, durante as atividades de escrita, especialmente por não terem desenvolvido suficientemente as competências de leitura, de análise e de escrita de textos, os alunos não conseguiram se manifestar adequadamente.

Ao final da aula, os alunos entregaram suas produções e, como não teríamos outro encontro antes da Culminância, foram informados de que o site seria produzido por mim. Informei ainda que alimentaria o site com as atividades e as produções desenvolvidas ao longo da disciplina e que, no dia da Culminância, os alunos já poderiam visitar o site e encaminhar o endereço para que outras pessoas também visitassem esse espaço virtual de interação.

4.13 CULMINÂNCIA

No dia 30 de novembro de 2019 ocorreu a Culminância na escola campo. Antes da abertura dos portões para a comunidade visitante, os professores e alunos das disciplinas eletivas foram orientados a prepararem as salas para as visitas. Na sala da disciplina *E agora, José? Preciso escrever uma redação!*, as produções dos alunos sobre “Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?” foram coladas em papel colorido e fixadas no quadro para serem lidas por aqueles que ali passassem. Os cartazes do filme *Uma história de amor e fúria* (ANEXO F) e do documentário *Nunca me sonharam* (ANEXO H) também foram fixados nas paredes da sala. Uma história em quadrinhos sobre “A criminalização do funk no Brasil” (ANEXO I), de Raphael Salimena, também foi fixada em uma das paredes da sala.

As carteiras dos alunos foram dispostas em círculo e apenas um conjunto de quatro carteiras foi colocado no centro da sala junto com quatro textos, dois sobre “Caminhos para combater o racismo no Brasil” e dois sobre “A criminalização do funk no Brasil”, para que os visitantes pudessem colocá-los em ordem, tal como os alunos fizeram em uma das aulas da disciplina. Atrás dos fragmentos dos textos, enfeitados com papel colorido, havia os números que indicavam a ordem em que deveriam ser colocados para efeito de verificação.

Também no quadro, foram colocados alguns fragmentos do filme e do documentário assistido, bem como algumas questões para fazer o visitante refletir sobre a conexão entre os elementos ali dispostos. Os fragmentos foram “viver sem conhecer o passado é caminhar no escuro” e “mesmo sem perceber, todo dia a gente está lutando por alguma coisa”, do filme *Uma história de amor e fúria*, e “não existe uma escola perfeita, emancipatória, numa sociedade opressora” e “o que eu faço com aquilo que fizeram de mim”, do documentário *Nunca me sonharam*. As questões diziam respeito à relação entre colonização, escravidão e racismo e entre ditadura, repressão e criminalização do funk no Brasil.

Os alunos ficaram responsáveis por recepcionar os visitantes e contar sobre as atividades que se realizaram ao longo da disciplina. Além disso, os alunos deviam incentivar, explicar e auxiliar os visitantes a colocar os textos sobre o racismo e a criminalização do funk em ordem. E, por fim, também tinham a responsabilidade de estimular a leitura dos textos expostos no quadro.

O link para acesso ao site da disciplina foi escrito logo abaixo dos textos sobre a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje, de modo que os visitantes pudessem visualizar com facilidade o link e acessar o espaço virtual da disciplina para interagir com o conteúdo ali disponível.

Acima de todos esses elementos, também no quadro da sala, foi por mim escrito os seguintes termos: diversidade, identidade e representatividade. Esses foram, como deve ter sido possível perceber, os elementos que agrupam os temas abordados em sala. Direta e indiretamente, os alunos foram estimulados a interagir com uma diversidade de discursos, de modo que se identificaram mais com alguns do que com outros e tomaram para si, como representação do que os caracterizam, esses discursos com os quais se identificaram. Os valores que esses discursos manifestam também foram assimilados por meio dos processos de identificação e de representação.

As dificuldades com a manifestação desses discursos e valores em forma de textos dissertativo-argumentativos, especialmente os escritos em modalidade formal da língua portuguesa, fez com que os alunos nem sempre conseguissem, de forma coerente e coesa, demonstrar essa identificação e representação. Entretanto, esses processos ocorreram e podem ser notados especialmente nos últimos textos escritos produzidos na disciplina relacionados ao documentário *Nunca me sonharam*, em que jovens como eles falam sobre as dificuldades de atuação dentro e fora da escola.

CONCLUSÃO

Recorro agora às questões da professora e pesquisadora Stella Maris Bortoni-Ricardo (2008), sobre pesquisa social qualitativa e sobre a postura do professor pesquisador, para concluir este trabalho sobre a relação entre o ensino de língua portuguesa e a formação para o exercício da cidadania.

1. O que está acontecendo aqui?
2. O que essas ações significam para as pessoas envolvidas nelas? Ou seja, quais são as perspectivas interpretativas dos agentes envolvidos nessas ações?
3. Como essas ações que têm lugar em um microcosmo como a sala de aula se relacionam com dimensões de natureza macrosocial em diversos níveis: o sistema local em que a escola está inserida, a cidade e a comunidade nacional?

A ação pedagógica que se realizou ao longo da disciplina eletiva *E agora, José? Preciso escrever uma redação!* faz ver o quão complexa é a relação entre o exercício da cidadania e o ensino de língua portuguesa na Educação Básica do Brasil. Certamente, ao contribuir com o desenvolvimento da autoria dos estudantes, o professor de língua portuguesa também contribui com a formação do educando para o exercício da cidadania, uma vez que os mais diversos atos de cidadania dependem, direta e/ou indiretamente, do uso da língua enquanto prática social.

O desenvolvimento da autoria, como atividade complexa, demanda o desenvolvimento não só da competência de escrita, mas também o desenvolvimento das competências de leitura e de análise de textos. Os estudantes de língua portuguesa da Educação Básica precisam, portanto, não só assimilar conhecimentos relacionados a essas competências, como também precisam desenvolver habilidades relacionadas às mesmas para que desenvolvam a autoria. Para desenvolver essas habilidades, os alunos precisam realizar atividades que possibilitem o alcance desse objetivo.

No entanto, como foi possível perceber, os estudantes que participaram da pesquisa, mesmo que estivessem na 3ª série do ensino médio, ainda não haviam assimilado conhecimentos e desenvolvido habilidades básicas relacionadas às competências de leitura e de análise de textos. Desse modo, a ação pedagógica que teve como objetivo desenvolver a autoria dos estudantes relacionada ao ato de produzir textos, orais e escritos, de diferentes gêneros foi (re)organizada para atender às demandas dos alunos da disciplina eletiva.

Além dessa questão relacionada às competências de leitura e de análise de textos, os estudantes não estavam familiarizados com atividades que não privilegiavam o caráter avaliativo em detrimento do caráter comunicativo. Assim, os alunos apresentaram dificuldades para projetar seus próprios textos a partir da antecipação de respostas de seus interlocutores, por exemplo, quando convidados a escreverem para seus colegas, pois escreviam textos apenas para serem avaliados pelos professores da escola e não para comunicar, interagir com um sujeito concreto e único que o responderia.

A partir desse fenômeno, foi possível perceber que os atos de escrever dos estudantes da Educação Básica que participaram da disciplina eletiva *E agora, José? Preciso escrever uma redação!* realizavam-se a partir de respostas a elementos avaliativos e não comunicativos. Dessa maneira, concluí que era preciso ao menos iniciar um processo de ressignificação do ato de escrever, processo esse complexo e que definitivamente não se realiza de um semestre para outro, pois é preciso observar e trabalhar a relação do sujeito consigo mesmo, do sujeito com o outro e do sujeito com o mundo para se realizar esse processo de ressignificação. Além disso, essas relações dependem do debate de questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas, o que torna esse processo de ressignificação ainda mais complexo.

Algo semelhante ocorre com o exercício da cidadania no Brasil, uma vez considerado que o exercício da cidadania reflete, enquanto ato responsável, o ato de produzir textos, orais e escritos, de diferentes gêneros. Esses estudantes que participaram da pesquisa, assim como milhões de outros estudantes da Educação Básica do Brasil, muito provavelmente apresentarão dificuldades em exercer a própria cidadania, uma vez que esse exercício depende dos atos de leitura, de produção e de análise de textos.

Ao não desenvolverem, suficientemente, as competências já mencionadas relacionadas à autoria e ao não encararem o ato de produzir textos como ato comunicativo, como prática social, a formação do educando para o exercício da cidadania é prejudicada. Além disso, observado o histórico de exercício da cidadania no Brasil, que tanto reflete quanto refrata essa relação do cidadão brasileiro com sua própria língua, é possível afirmar que o acesso e manutenção de direitos civis, políticos e sociais torna-se um desafio ainda maior a esses estudantes.

No Brasil, diversos e importantes direitos sociais dos cidadãos foram historicamente concedidos não a partir de reivindicações conscientes e generalizadas,

mas sim a partir de interesses políticos e econômicos de governantes em um estado de exceção, de não exercício de direitos civis e/ou políticos por parte do povo brasileiro. Esse histórico de exercício da cidadania constitui a cultura da população do país em relação a como esse povo luta para reivindicar e para assegurar direitos, por exemplo.

Portanto, o desenvolvimento da autoria dos estudantes da Educação Básica do Brasil apresenta-se como objetivo importante de ser alcançado, uma vez que essa autoria conecta-se diretamente ao exercício da cidadania. É por meio da leitura, da produção e da análise de textos, orais e escritos, de diferentes gêneros do discurso que se reivindica e se assegura direitos, ou seja, que se exerce a cidadania. Ao desenvolver essa autoria, os alunos da Educação Básica do Brasil se formam sujeitos mais aptos a atuar em sua sociedade e a promover mudanças necessárias.



ALEXIA MARIA CARDOSO MELO

***ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E FORMAÇÃO PARA O
EXERCÍCIO DA CIDADANIA: UMA PROPOSTA DE AÇÃO
PEDAGÓGICA***

**GOIÂNIA
2019**



**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo da autora: ALEXIA MARIA CARDOSO MELO

Título do trabalho: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA: UMA PROPOSTA DE AÇÃO PEDAGÓGICA

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Alexia Maria Cardoso Melo
Assinatura da autora²

Ciente e de acordo:

[Assinatura]
Assinatura da orientadora²

Data: 31 / 10 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

ALEXIA MARIA CARDOSO MELO

**LÍNGUA, CIDADANIA E AUTORIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO
BRASIL**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica como requisito para obtenção do título de Mestra em Ensino na Educação Básica.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica

Linha de Pesquisa: Concepções teórico-metodológicas e práticas docentes

Orientadora: Dra. Luzia Rodrigues da Silva

GOIÂNIA
ANO

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Melo, Alexia Maria Cardoso

Ensino de língua portuguesa e formação para o exercício da
cidadania [manuscrito] : uma proposta de ação pedagógica / Alexia Maria
Cardoso Melo. - 2019.
284 f.

Orientador: Profa. Dra. Luzia Rodrigues da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Centro
de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação
em Ensino na Educação Básica (Profissional), Goiânia, 2019.

1. Ensino na Educação Básica. 2. Língua Portuguesa. 3. Exercício
da Cidadania. 4. Autoria. I. Silva, Luzia Rodrigues da, orient. II. Título.

CDU 37



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA
MESTRADO - PPGEEB
CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO**



ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO E DO PRODUTO EDUCACIONAL

Aos nove dias do mês de outubro do ano dois mil e dezenove, às quatorze horas, nas dependências do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG), foi realizada a **defesa da Dissertação de Mestrado** intitulada **Ensino de língua portuguesa e formação para o exercício da cidadania: uma proposta de ação pedagógica**, e do Produto Educacional intitulado **Língua, cidadania e autoria na Educação Básica**, pelo(a) discente **Alexia Maria Cardoso Melo**, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Ensino na Educação Básica. Ao término da defesa, a Banca Examinadora considerou a Dissertação e o Produto Educacional apresentados aprovados

Observações: _____

Proclamado o resultado, o(a) Presidente encerrou os trabalhos e assinou a presente ata, juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Goiânia, 09 de outubro de 2019.

Prof. Dra. Luzia Rodrigues da Silva
Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Presidente da Banca

Prof. Dra. Ilse Leone Borges Chaves de Oliveira
Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Membro Interno

Prof. Dr. Leosimar Aparecido da Silva
Faculdade de Letras (FL) da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Membro Externo

Prof. Dra. Elisandra Filetti Moura

Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Membro Suplente Interno

REGISTRO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Produto Educacional Registrado na Plataforma EduCAPES, sob o título **Língua, cidadania e autoria na Educação Básica do Brasil**, com acesso disponível no link: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/554170>

SUMÁRIO

PRODUTO EDUCACIONAL.....	105
SITE.....	106
SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	111
Produção inicial.....	111
Módulo 01.....	111
Módulo 02.....	112
Módulo 03.....	113
Módulo 04.....	114
Módulo 05.....	114
Módulo 06.....	115
Produção final.....	116
Culminância.....	117
REFERÊNCIAS.....	119

PRODUTO EDUCACIONAL

Os produtos educacionais deste trabalho são a dissertação produzida em decorrência da pesquisa realizada e o site construído em consequência da ação pedagógica aplicada na disciplina eletiva *E agora, José? Preciso escrever uma redação!* O site foi inicialmente construído para divulgar as produções textuais dos alunos para que essas produções fossem lidas por outras pessoas além da professora responsável pela disciplina e dos colegas de sala.

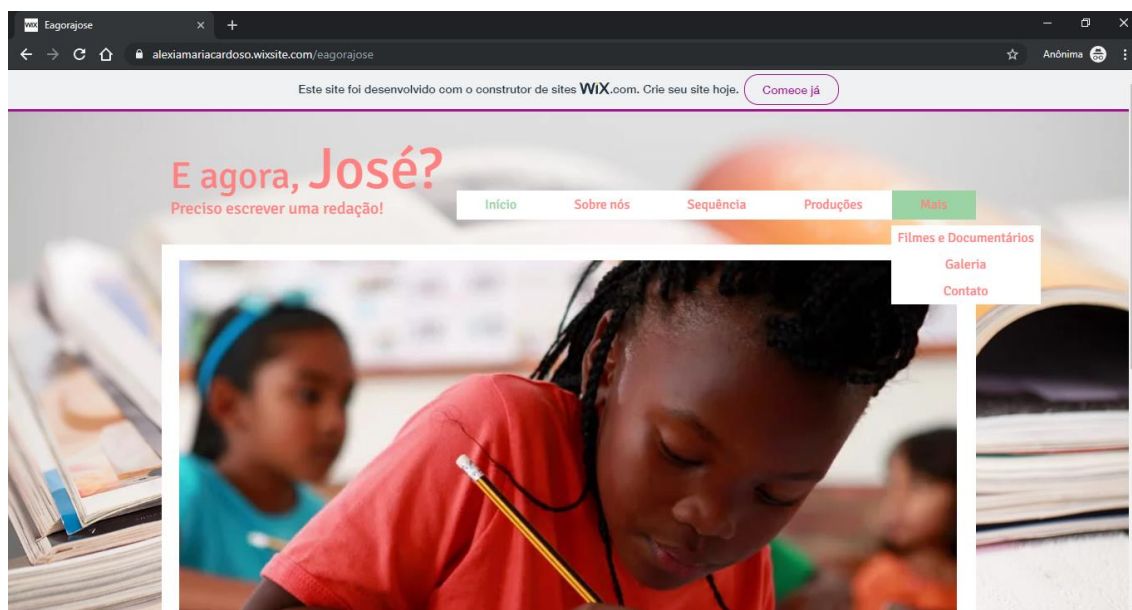
Posteriormente, em acordo com os estudantes, o site passou a funcionar também como um espaço em que professores pudessem acessar a sequência didática desenvolvida em aula e as análises das ações pedagógicas aplicadas. Por fim, esse mesmo site assumiu também a função de espaço para o compartilhamento de experiências, em que professores pudessem divulgar, comentar e analisar a realização de suas próprias atividades, com o objetivo de demonstrar principalmente que o desenvolvimento de competências, como as relacionadas à autoria, é um processo contínuo, que exige tempo, pesquisa e trabalho.

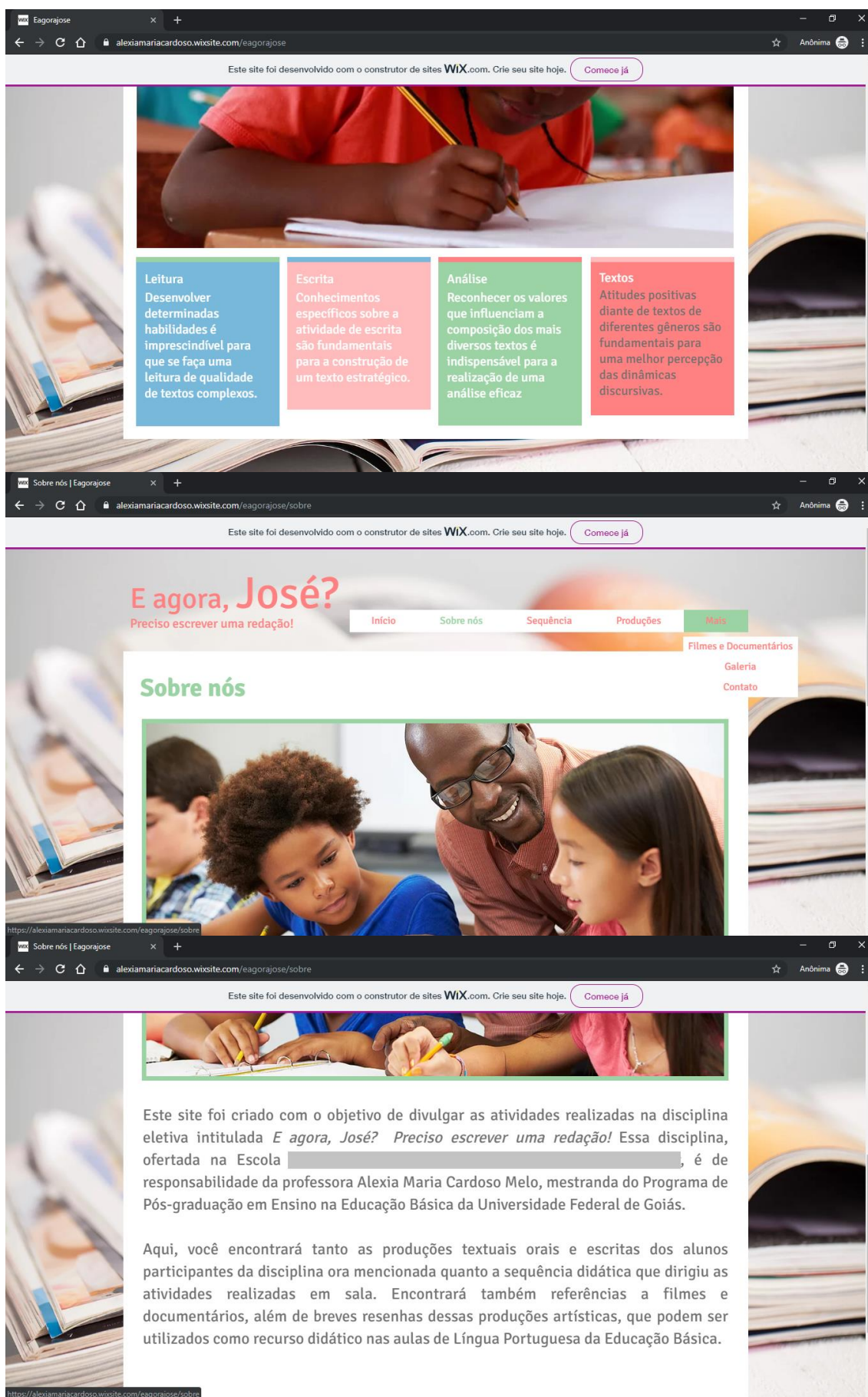
Assim, esse espaço tornou-se um meio de contribuir com atos de cooperação de professores da Educação Básica, não só de língua portuguesa, especialmente no que se refere à formação do educando para o exercício da cidadania. Essa formação, como foi possível perceber, não ocorre de um dia para o outro, nem de um semestre para o outro, nem de um ano para o outro. É um processo que, com destaque, não se finaliza enquanto os sujeitos existirem, pois a formação dos sujeitos está diretamente atrelada aos atos cotidianos que respondem ao mundo da vida e ao mundo da cultura. Por essa complexidade e por esse caráter contínuo da formação dos sujeitos é que se faz tão importante a existência de pequenos e grandes espaços para a interlocução.

Seguem abaixo o link de acesso e algumas imagens do site e a sequência didática sintetizada e esquematizada.

SITE

E AGORA, JOSÉ? PRECISO ESCREVER UMA REDAÇÃO!





Sequência | Egorajose

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Crie seu site hoje. [Comece já](#)

E agora, José?

Preciso escrever uma redação!

- Início
- Sobre nós
- Sequência
- Produções
- Mais
 - Filmes e Documentários
 - Galeria
 - Contato

Sequência Didática

O objetivo geral da sequência didática abaixo foi o de desenvolver a autoria de alunos da disciplina eletiva *E agora, José? Preciso escrever uma redação!*, ofertada na Escola [redacted], no segundo semestre de 2018. Com o desenvolvimento da autoria, esperava-se contribuir à formação para o exercício da cidadania dos alunos da disciplina. Para tanto, foi preciso não só desenvolver a competência de produção de textos dos estudantes, como também as competências de leitura e de análise, pois o desenvolvimento da autoria depende do desenvolvimento dessas competências. Além disso, foi preciso iniciar um processo de ressignificação do ato de [redacted] uma vez que os alunos da disciplina apresentaram dificuldades para produzir textos

Sequência Didática

O objetivo geral da sequência didática abaixo foi o de desenvolver a autoria de alunos da disciplina eletiva *E agora, José? Preciso escrever uma redação!*, ofertada na Escola [redacted], no segundo semestre de 2018. Com o desenvolvimento da autoria, esperava-se contribuir à formação para o exercício da cidadania dos alunos da disciplina. Para tanto, foi preciso não só desenvolver a competência de produção de textos dos estudantes, como também as competências de leitura e de análise, pois o desenvolvimento da autoria depende do desenvolvimento dessas competências. Além disso, foi preciso iniciar um processo de ressignificação do ato de escrever, uma vez que os alunos da disciplina apresentaram dificuldades para produzir textos escritos devido a não observância do ato de escrever como ato comunicativo que promove a interação entre sujeitos concretos e únicos, ou seja, como prática social. Para encontrar mais informações sobre a sequência didática abaixo e sobre a pesquisa que a fundamenta, busque por Alexia Maria Cardoso Melo no banco de teses e dissertações da Universidade Federal de Goiás.

Produção inicial

Gênero em foco: redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio.
Tema do gênero em foco: "Caminhos para combater o racismo no Brasil".
Objetivo: avaliar a produção textual escrita dos alunos; identificar alguns dos principais conteúdos, habilidades, atitudes e valores que necessitam serem trabalhados ao longo da sequência didática.
Metodologia: apresentar a proposta de redação aos alunos; ler e discutir brevemente os textos motivadores da proposta; solicitar a produção de um texto do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio.
Material de leitura e de análise: textos motivadores da proposta de redação da prova do Exame Nacional do Ensino Médio de 2016.
Recurso: fotocópias da proposta de redação mencionada; fotocópias da folha de redação para a escrita do texto.
Tempo: 1 hora e 30 minutos.
Observação: A redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio foi focalizada por solicitação da coordenadoria da escola campo, pois os alunos da disciplina eletiva participariam do Exame Nacional do Ensino Médio em breve.

Módulo 01

Gênero em foco: debate oral
Tema do gênero em foco: "A criminalização do funk no Brasil"
Objetivo: apresentar conteúdo relacionado especialmente à composição do gênero em foco; desenvolver habilidades argumentativas dos alunos.
Metodologia: apresentar a dinâmica do gênero em foco; ler e discutir brevemente os textos da coletânea; dividir os alunos em três grupos; reservar um momento para organização dos grupos e para o planejamento das falas; iniciar o debate dos pontos de vista apresentados por cada grupo.
Material de leitura e de análise: coletânea de textos de diferentes gêneros que se relacionam com a temática do gênero em foco.
Recurso: fotocópias da coletânea de textos mencionada.
Tempo: 1 hora e 30 minutos.
Observação: O debate oral foi focalizado especialmente porque possibilita uma interlocução imediata entre os sujeitos da situação comunicativa. Assim, os alunos retomam textos anteriores e antecipam textos respostas para a produção de seus próprios textos com mais facilidade e de forma mais produtiva, uma vez que a figura e as respostas imediatas do interlocutor a sua frente contribuem para a realização dessas ações e para a avaliação, por parte dos próprios alunos, de suas produções. Desse modo, o debate oral contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades argumentativas dos alunos.

Produções | Egorajose

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Crie seu site hoje. [Comece já](#)

E agora, José?

Preciso escrever uma redação!

[Início](#) [Sobre nós](#) [Sequência](#) [Produções](#) [Mais](#)

Filmes e Documentários

[Galeria](#)

[Contato](#)

Produções Textuais

Os alunos e a professora da disciplina eletiva intitulada *E agora, José? Preciso escrever uma redação!* produziram textos orais e escritos dos gêneros debate e redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio. Abaixo, você encontrará algumas das produções dos alunos e da professora.



https://alexiamariacardoso.wixsite.com/eagorajose/producoes-1

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Crie seu site hoje. [Comece já](#)

A criminalização do funk no Brasil

Com relação à criminalização do funk, é possível afirmar que esse ritmo musical pode ser considerado um crime de saúde pública às crianças, aos adolescentes e às famílias. Observa-se que esse estilo de música não só, em sua maioria, incita o crime e influencia negativamente as gerações, mas, também, em suas letras, mostra a mulher como objeto sexual, ou propriedade do sexo masculino.

Indubitavelmente, o funk tem em suas melodias palavras que que estimulam jovens de periferia a seguirem uma vida no crime, como, por exemplo, a letra da música "Bonde da Mutilação" onde faz várias apologias a estupro e violência, estimulando o crime na sociedade Brasileira, algo que há vários anos de lutas para combater.

Outrossim, a objetificação e a exploração sexual está presente

Caminhos para combater o racismo no Brasil

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados. Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou

A importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil

Por muito tempo o poder de expressão foi vedado, resultando na falta de liberdade de expressão de grupos como negros, mulheres, homossexuais, etc. Por falta dessa liberdade aconteceu muitos eventos históricos que ficaram marcado permanentemente, por exemplo, a escravidão e a opressão de gênero e identidade. Esses fatores causados por falta da expressão mostra o tamanho de sua importância.

Todas as pessoas têm um sonho, e não expressa-los os matam. Plantamos e regamos nossos sonhos com inuito que eles creçam e virem árvores grandes. Se esses pequenos pontos de luzes, mesmo que seja do tamanho de um átomo, não forem expressados, eles serão apagados nos tornando mais uma pessoa cinza. Talvez um sonho não seja tão grande, mas independente do tamanho eles precisam ser expressados para que o

Filmes e Documentários | Egorajose

https://alexiamariacardoso.wixsite.com/eagorajose/filmes-e-documentarios

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Crie seu site hoje. [Comece já](#)

E agora, José?

Preciso escrever uma redação!

[Início](#) [Sobre nós](#) [Sequência](#) [Produções](#) [Mais](#)

Filmes e Documentários

[Galeria](#)

[Contato](#)

Filme



Uma história de amor e fúria

"Uma história de amor e Fúria", de Luiz Bolognesi. Esse filme brasileiro, estreado em 2013, com duração de 1 hora e 15 minutos, é uma

Filmes e Documentários | Egorajose | alexiamariacardoso.wixsite.com/eagorajose/filmes-e-documentarios

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Crie seu site hoje. [Comece já](#)

HISTÓRIA DE AMOR E FÚRIA

dirigido e roteado por Luiz Bolognesi

fúria

"Uma história de amor e Fúria", de Luiz Bolognesi. Esse filme brasileiro, estreado em 2013, com duração de 1 hora e 15 minutos, é uma animação que retrata diferentes momentos históricos do Brasil, de modo a entrelaçar os eventos de cada um desses momentos à vida das personagens, especialmente à vida do personagem principal e narrador da história em foco.

O filme se inicia com uma cena de um Brasil distópico, do ano de 2096, em que o personagem principal da trama, diante de uma situação crítica, reflete sobre os acontecimentos de sua vida. Com a afirmação de que "viver sem conhecer o passado é andar no escuro", o foco narrativo se desloca para o Brasil Colônia, do ano de 1566, em que o personagem principal começa a fundamentar sua afirmação por meio de referências a lutas que travou ao longo de quase 600 anos de vida para se encontrar e conviver com sua amada em diferentes momentos históricos do Brasil.

Além da luta entre tupinambás e tupiniquins, no Brasil Colônia, o narrador personagem de "Uma história de amor e fúria" também participa da Balaiada, revolta popular ocorrida no Maranhão durante o Brasil Império, e de movimentos contra a Ditadura Militar, entre os anos de 1964 e 1985. A habilidade que possibilita o personagem principal da trama vivenciar todos esses momentos históricos se manifesta ainda em sua vivência como índio no Brasil Colônia e é guiada tanto por seu envolvimento com uma moça por quem se apaixona quanto por sua responsabilidade de lutar contra os males de seu tempo.

O objetivo de assistir a esse filme na disciplina *E agora, José? Preciso escrever uma redação!* era instigar os alunos a perceberem como os eventos históricos e as dinâmicas sociais interferem em nosso cotidiano e em nossa constituição enquanto sujeitos concretos e únicos. Além disso, outro objetivo de assistir a esse filme era o de preencher as lacunas argumentativas que apareceram durante a realização do debate e durante a escrita dos textos dissertativo-argumentativos, de modo a oferecer mais subsídios aos alunos para que fundamentassem com mais consistência suas argumentações.

Filmes e Documentários | Egorajose | alexiamariacardoso.wixsite.com/eagorajose/filmes-e-documentarios

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Crie seu site hoje. [Comece já](#)

Documentário

NUNCA ME SONHARAM

Nunca me sonharam

"Nunca me sonharam", de 2017, dirigido por Cacau Rhoden e produzido por Maria Farinha Filmes. Esse documentário brasileiro, de 1 hora e 24 minutos de duração, convida a um diálogo sobre a realidade de jovens estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino do Brasil.

O documentário se inicia com o artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, que institui que "a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". A partir desse artigo, já é possível entrever a ligação que o documentário estabelece com os objetivos desta pesquisa e com os temas discutidos em sala de aula ao longo da disciplina *E agora, José? Preciso escrever uma redação!*

"Nunca me sonharam" é dividido em sete partes, sendo que cada parte é constituída por discursos de estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino de diversas regiões do país e por discursos de diversos profissionais envolvidos com a educação do Brasil. As partes do documentário são intituladas "Tempestade e trovão", "A chave", "Nunca me sonharam", "Grades", "Utopia", "Orquestra" e "Tâmaras". Em

Filmes e Documentários | Egorajose | alexiamariacardoso.wixsite.com/eagorajose/filmes-e-documentarios

Este site foi desenvolvido com o construtor de sites WIX.com. Crie seu site hoje. [Comece já](#)

"Nunca me sonharam", de 2017, dirigido por Cacau Rhoden e produzido por Maria Farinha Filmes. Esse documentário brasileiro, de 1 hora e 24 minutos de duração, convida a um diálogo sobre a realidade de jovens estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino do Brasil.

O documentário se inicia com o artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, que institui que "a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". A partir desse artigo, já é possível entrever a ligação que o documentário estabelece com os objetivos desta pesquisa e com os temas discutidos em sala de aula ao longo da disciplina *E agora, José? Preciso escrever uma redação!*

"Nunca me sonharam" é dividido em sete partes, sendo que cada parte é constituída por discursos de estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino de diversas regiões do país e por discursos de diversos profissionais envolvidos com a educação do Brasil. As partes do documentário são intituladas "Tempestade e trovão", "A chave", "Nunca me sonharam", "Grades", "Utopia", "Orquestra" e "Tâmaras". Em cada uma dessas partes, narrativas de inúmeros jovens e profissionais da área da educação são apresentadas de forma a fazer o interlocutor se questionar sobre como nós, enquanto sociedade, estamos cuidando e valorizando a qualidade da educação oferecida aos jovens em uma das fases mais sensíveis e transformadoras de suas vidas.

Na aula em que assistimos ao documentário, para que os alunos pudessem socializar o que haviam assimilado, interrompemos o filme antes do início da quinta parte, "Utopia". A interrupção nesse momento do documentário foi estratégica, uma vez que os alunos haviam sido estimulados a se questionar sobre os limitados espaços de atuação que encontram nas escolas, pois esse foi um dos assuntos da parte intitulada "Grades".

Um dos objetivos dessa socialização, que se tornou uma roda de conversa, era fazer com que os alunos conectassem todos os temas ora discutidos na disciplina com as suas próprias realidades enquanto jovens estudantes do Ensino Médio da rede pública do Brasil. Desse modo, iniciamos a roda com uma discussão sobre a falta de espaço que os alunos encontram em suas escolas para dialogar e atuar sobre questões diversas. Os alunos comentaram sobre situações em que foram silenciados ou subestimados dentro da instituição, o que fez com que não se sentissem importantes dentro e fora da escola.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

LÍNGUA, CIDADANIA E AUTORIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL

PRODUÇÃO INICIAL

Gênero em foco: redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio.

Tema do gênero em foco: “Caminhos para combater o racismo no Brasil”.

Objetivo: avaliar a produção textual escrita dos alunos;
identificar alguns dos principais conteúdos, habilidades, atitudes e valores que necessitam serem trabalhados ao longo da sequência didática.

Metodologia: apresentar a proposta de redação aos alunos;
ler e discutir brevemente os textos motivadores da proposta;
solicitar a produção de um texto do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio.

Material de leitura e de análise: textos motivadores da proposta de redação da prova do Exame Nacional do Ensino Médio de 2016.

Recurso: fotocópias da proposta de redação mencionada;
fotocópias da folha de redação para a escrita do texto.

Tempo: 1 hora e 30 minutos.

Observação: A redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio foi focalizada por solicitação da coordenação da escola campo, pois os alunos da disciplina eletiva participariam do Exame Nacional do Ensino Médio em breve.

MÓDULO 1

Gênero em foco: debate oral

Tema do gênero em foco: “A criminalização do funk no Brasil”

Objetivo: apresentar conteúdo relacionado especialmente à composição do gênero em foco;
desenvolver habilidades argumentativas dos alunos.

Metodologia: apresentar a dinâmica do gênero em foco;
ler e discutir brevemente os textos da coletânea;
dividir os alunos em três grupos;

reservar um momento para organização dos grupos e para o planejamento das falas;
iniciar o debate dos pontos de vista apresentados por cada grupo.

Material de leitura e de análise: coletânea de textos de diferentes gêneros que se relacionam com a temática do gênero em foco.

Recurso: fotocópias da coletânea de textos mencionada.

Tempo: 1 hora e 30 minutos.

Observação: O debate oral foi focalizado especialmente porque possibilita uma interlocução imediata entre os sujeitos da situação comunicativa. Assim, os alunos retomam textos anteriores e antecipam textos respostas para a produção de seus próprios textos com mais facilidade e de forma mais produtiva, uma vez que a figura e as respostas imediatas do interlocutor a sua frente contribuem para a realização dessas ações e para a avaliação, por parte dos próprios alunos, de suas produções. Desse modo, o debate oral contribui significativamente para o desenvolvimento de habilidades argumentativas dos alunos.

MÓDULO 2

Gênero em foco: debate oral

Tema do gênero em foco: “A criminalização do funk no Brasil”

Objetivo: apresentar conteúdo relacionado especialmente à composição do gênero em foco;

desenvolver habilidades argumentativas dos alunos.

Metodologia: analisar trechos do debate realizado na aula anterior;

retomar brevemente a leitura e a discussão dos textos da coletânea;

dividir os alunos em três grupos;

reservar um momento para a organização dos grupos e para o planejamento das falas;

iniciar o debate dos pontos de vista apresentados por cada grupo.

Material de leitura e de análise: coletânea de textos de diferentes gêneros que se relacionam com a temática do gênero em foco;

trechos da primeira etapa do debate.

Recurso: fotocópias da coletânea de textos mencionada;

quadro branco e marcador para o registro e análise dos trechos da primeira etapa do debate.

Tempo: 1 hora e 30 minutos.

Observação: Após a realização do debate, os alunos foram solicitados a escreverem, para um colega específico da disciplina e em casa, um texto do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio sobre “A criminalização do funk no Brasil”. Assim, por meio dessa atividade, os alunos conectariam os gêneros debate e redação a partir especialmente das semelhanças composicionais e conteudísticas que esses gêneros compartilham entre si para, em seguida, construir com mais facilidade e de forma mais produtiva suas redações.

MÓDULO 3

Gênero em foco: dissertativo-argumentativo do Exame Nacional do Ensino Médio

Tema do gênero em foco: “A criminalização do funk no Brasil”

Objetivo: avaliar habilidades dos alunos de leitura e de análise de textos;

apresentar conteúdo relacionado especialmente à composição do gênero em foco;

desenvolver habilidades dos alunos de construção e de realização de projeto de texto.

Metodologia: solicitar que os alunos coloquem em ordem um texto do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio de autoria da professora responsável pela disciplina sobre “A criminalização do funk no Brasil”; analisar o texto a partir especialmente de aspectos composicionais e conteudísticos do gênero em foco;

solicitar a reunião dos alunos com o colega para quem escreveram seu próprio texto;

solicitar a leitura do texto do colega;

solicitar a análise do texto do colega;

solicitar o preenchimento da ficha de leitura e de análise para a realização da atividade de reescrita.

Material de leitura e de análise: texto do gênero dissertativo-argumentativo de autoria da professora responsável pela disciplina;

textos produzidos pelos próprios alunos;

ficha de leitura e de análise.

Recurso: fotocópias em fragmentos do texto de autoria da professora responsável pela disciplina;

fotocópia em tamanho A1 do texto de autoria da professora responsável pela disciplina;

fotocópias da ficha de leitura e de análise.

Tempo: 1 hora e 30 minutos.

Observação: Após a leitura e a análise dos textos produzidos, os alunos foram solicitados a reescreverem suas redações, em casa, agora considerando as observações feitas pelos colegas e pela professora sobre aspectos composicionais e conteudísticos do texto do gênero em foco. Além disso, os alunos foram solicitados a considerarem um grupo de interlocutores durante a reescrita de seus textos, quais sejam todas as pessoas que participariam da culminância das disciplinas eletivas e que provavelmente leriam seus textos quando esses fossem disponibilizados em site.

MÓDULO 4

Gênero em foco: filme

Tema do gênero em foco: a relação entre presente, passado e futuro na construção dos sujeitos e da sociedade brasileira.

Objetivo: conectar os temas e os textos trabalhados em sala de aula; desenvolver habilidades dos alunos de leitura e de análise de textos.

Metodologia: assistir ao filme brasileiro intitulado *Uma história de amor e fúria*.

Material de leitura e de análise: filme *Uma história de amor e fúria*.

Recurso: computador notebook;
datashow;
caixa de som.

Tempo: 1 hora e 30 minutos.

Observação: O filme foi focalizado especialmente porque é um gênero multimodal que possibilita a visualização animada de temas abstratos que compuseram a sequência didática em andamento e que os alunos apresentaram dificuldades em assimilar e se apropriar para a construção de seus próprios textos. Desse modo, com os cenários, as experiências e os relatos das personagens do filme, por exemplo, os alunos puderam com mais facilidade e de forma mais produtiva assimilar e se apropriar dos temas e dos textos trabalhados em sala de aula.

MÓDULO 5

Gêneros em foco: filme;

funk;

redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio

Tema dos gêneros em foco: a relação entre presente, passado e futuro na construção dos sujeitos e da sociedade brasileira;
a realidade do povo brasileiro residente nas favelas do Brasil;
“Caminhos para combater o racismo no Brasil”.

Objetivo: conectar os temas e os textos trabalhados em sala de aula;
desenvolver habilidades dos alunos de leitura e de análise de textos.

Metodologia: socializar leitura e análise do filme *Uma história de amor e fúria*;
ouvir o funk “Eu só quero é ser feliz”;
socializar leitura e análise do funk “Eu só quero é ser feliz”;
solicitar que os alunos coloquem em ordem um texto do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio de autoria da professora responsável pela disciplina sobre “Caminhos para combater o racismo no Brasil”;
analisar o texto a partir de aspectos conteudísticos, composicionais e estilístico do gênero do qual participa.

Material de leitura e de análise: filme *Uma história de amor e fúria*;
funk “Eu só quero é ser feliz”;
texto do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio de autoria da professora responsável pela disciplina.

Recurso: celular;
caixa de som;
fotocópias em fragmentos do texto de autoria da professora responsável pela disciplina.
Observação: Gêneros do discurso tão diferentes em termos de composição e de estilo foram focalizados em virtude da relação que estabelecem entre si pelos conteúdos que tematizam. A partir da aproximação desses gêneros, os alunos puderam interagir com formas mais ou menos difíceis de ler e de analisar, o que contribuiu para a concretização dos objetivos da aula.

MÓDULO 6

Gênero em foco: documentário

Tema do gênero em foco: as realidades das juventudes brasileiras dentro (e fora) das escolas públicas da Educação Básica do Brasil.

Objetivo: conectar os temas e os textos trabalhados em sala de aula;
desenvolver habilidades dos alunos de leitura e de análise de textos.

promover uma identificação dos alunos com os jovens que participaram, direta e indiretamente, da composição do documentário.

Metodologia: assistir ao documentário brasileiro intitulado *Nunca me sonharam*; socializar leitura e análise do documentário *Nunca me sonharam*.

Material de leitura e de análise: documentário *Nunca me sonharam*.

Recurso: computador notebook;

datashow;

caixa de som.

Tempo: 1 hora e 30 minutos.

Observação: O documentário foi focalizado especialmente porque, assim como o filme, é um gênero multimodal que possibilita a visualização animada de temas abstratos, o que auxilia os alunos nos processos de assimilação e de apropriação dos temas e dos textos trabalhados em sala de aula. Além disso, em virtude dessa particularidade, o documentário contribuiu com o processo de identificação dos alunos com os sujeitos que participaram da composição do documentário *Nunca me sonharam*, um dos objetivos da aula.

PRODUÇÃO FINAL

Gênero em foco: redação dissertativo-argumentativa

Tema do gênero em foco: “A importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje”

Objetivo: conectar os temas e os textos trabalhados em sala de aula;

produzir textos do gênero redação dissertativo-argumentativa sobre o tema em foco.

Metodologia: retomar brevemente todas as atividades, textos e gêneros trabalhados em sala de aula ao longo da disciplina eletiva;

solicitar a produção escrita de um texto do gênero redação dissertativo-argumentativa sobre o tema em foco.

Material de leitura e de análise: Todos os anteriores.

Recurso: quadro branco e marcador para o registro de títulos e de fragmentos de textos e para a formulação de esquemas.

Tempo: 1 hora e 30 minutos.

Observação: Os textos do gênero em foco produzidos pelos alunos foram expostos para leitura na culminância das eletivas, evento que se realizou na semana seguinte à semana

de produção dos textos. Desse modo, os alunos não revisaram e reescreveram seus textos antes da exposição dos mesmos, atividade que possibilitaria uma comunicação mais eficaz e uma interação mais produtiva com os interlocutores.

CULMINÂNCIA

Gênero em foco: cartaz;

história em quadrinhos;

redação dissertativo-argumentativa.

Tema do gênero em foco: “A importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje”;

“A criminalização do funk no Brasil”;

“Caminhos para combater o racismo no Brasil”.

Objetivo: comunicar por meio de dissertações e de argumentações sobre o tema em foco;

interagir com alunos, demais membros da escola e comunidade visitante.

Metodologia: organizar a sala para a recepção dos visitantes;

recepcionar os visitantes;

estimular os visitantes a interagirem com os textos dos diferentes gêneros disponíveis em sala;

solucionar possíveis dúvidas dos visitantes sobre as atividades que se realizaram ao longo da disciplina *E agora, José? Preciso escrever uma redação!*

Material de leitura e de análise: Cartazes do filme *Uma história de amor e fúria* e do documentário *Nunca me sonharam*;

história em quadrinhos sobre a criminalização do funk no Brasil;

textos do gênero redação dissertativo-argumentativa do Exame Nacional do Ensino Médio de autoria da professora responsável pela disciplina sobre “A criminalização do funk no Brasil” e sobre “Caminhos para combater o racismo no Brasil”;

textos do gênero redação dissertativo-argumentativa de autoria dos alunos da disciplina sobre “A importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje”.

Recurso: quadro branco e marcador para o registro de títulos e de fragmentos de textos; fotocópias dos cartazes;

fotocópias da história em quadrinhos;

fotocópias dos textos de autoria da professora e de autoria dos alunos.

Tempo: 3 horas.

Observação: Durante a culminância, os alunos da disciplina *E agora, José? Preciso escrever uma redação?* ficaram responsáveis pela recepção dos visitantes dentro da sala e também pelas interações que ali se realizaram. Desse modo, os alunos instigaram as leituras, auxiliaram nas atividades de colocação de textos em ordem e responderam a dúvidas que surgiram sobre a disciplina, os textos e as temáticas ali dispostas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- _____. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Austin: University of Texas, Press, 1993. (Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza)
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2014.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- _____. *Gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CARVALHO, José Sérgio. *Reflexões sobre educação, formação e esfera pública*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.
- DOLZ, Joaquim Gagnon; GAGNON, Roxane; DECÂNDIO, Fabrício. *Produção escrita e dificuldades de aprendizagem*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.
- DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard (org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard (org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. p. 81-108.
- DOLZ, Joaquim; OLLAGNIER, Edmée. *O enigma da competência em educação*. Editora: Penso, 2004.
- FERRAREZI JR, Celso. *Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- FERRAREZI JR, Celso; CARVALHO, Robson Santos de. *Produzir textos na educação básica: o que saber, como fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- _____. *De alunos a leitores: o ensino de leitura na educação básica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GERALDI, João Wanderley. *Textos do arquivo XII: possíveis alternativas para o ensino de língua portuguesa*. Disponível em: <<http://portos.in2web.com.br/passagens-blogdogeraldi/571-textos-de-arquivo-xii-possiveis-alternativas-para-o-ensino-da-lingua-portuguesa>> Acesso em: 23 set. 2017.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2014a.

_____. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 2014b.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2014c.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editoria, 2008.

MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

NUNCA me sonharam. Direção de Cacau Rhoden. Brasil: Maria Farinha Filmes, 2017. (84 min.).

PERRENOUD, Philippe. *Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia*. Artmed, 2004.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2016.

PINSKY, Jaime (org.). *Práticas de cidadania*. São Paulo: Contexto, 2012.

SHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

UMA história de amor e fúria. Direção de Luiz Bolognesi. Brasil: Europa Filmes, 2013. (75 min.).

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Questionário de pesquisa

Disciplina: **E agora, José? Preciso escrever uma redação!**

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Nome (opcional): _____

Ano de nascimento: _____

Série e turma: _____

Há quantos anos você estuda nesta escola? _____

Desde que série? _____

Você já fez o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) alguma vez? _____

Você fará o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) neste ano? _____

Qual curso superior e/ou técnico você gostaria de fazer?

Em qual instituição você gostaria de realizar esse curso?

Você possui um aparelho telefônico e/ou computador com acesso à internet?

Você lê livros, mangás, revistas e/ou jornais sem a solicitação de professores e com frequência? _____

Você assiste filmes, séries, animes e/ou documentários com frequência? _____

De 0 a 5, classifique o seu nível de conhecimento textual em:

Modalidade formal de língua escrita _____

Estrutura composicional do gênero dissertativo-argumentativo escolar _____

Argumentação _____

Uso de elementos coesivos / operadores argumentativos _____

Como já informado, em nossa disciplina realizaremos debates. Você gostaria de debater sobre algum tema específico? Você pode sugerir mais de um tema!

Você gostaria que focalizássemos algum conteúdo específico? Você pode sugerir mais de um conteúdo!

APÊNDICE B - COLETÂNEA DE TEXTOS PARA A REALIZAÇÃO DO DEBATE

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Coletânea de textos

A CRIMINALIZAÇÃO DO FUNK NO BRASIL

TEXTO I

Projeto de lei de criminalização do funk repete história do samba, da capoeira e do rap

Senado analisa proposta polêmica que quer transformar um dos ritmos mais tocados no Brasil em 'crime de saúde pública'.

O sambista João da Baiana tinha problemas com a polícia quando andava com seu pandeiro pelas ruas do Rio de Janeiro. No início do século 20, ele foi preso várias vezes com o instrumento musical na mão. Na época, sambista era sinônimo de criminoso.

Quase cem anos depois, o Senado analisa uma proposta que pode criminalizar outro ritmo musical brasileiro, o funk. A proposta foi enviada em janeiro por Marcelo Alonso, um *webdesigner* de 47 anos, morador de um bairro da zona norte de São Paulo. Teve 21.985 assinaturas de apoio.

A relatoria da proposta ficou com o senador Romário Faria (PSB-RJ) - o Congresso permite que ideias de cidadãos possam virar projeto de lei se conseguirem 20 mil assinaturas de apoio em quatro meses. Agora, audiências públicas para debater o tema devem ocorrer no Senado.

Por enquanto, o projeto não detalha o que exatamente seria proibido, quem seria punido ou como seria a punição. A proposta diz apenas: "É fato e de conhecimento dos brasileiros, difundido inclusive por diversos veículos de comunicação de mídia e internet com conteúdos podre (sic) alertando a população o poder público do crime contra a criança, o menor adolescente e a família. Crime de saúde pública desta 'falsa cultura' denominada funk".

Depois do parecer de Romário, o texto deve passar por comissões no Congresso e pode ir à votação na Câmara e em seguida no Senado.

A possível criminalização do funk vem causando polêmica. Adeptos da música dizem que, apesar de o ritmo ser um dos mais tocados no país, ainda sofre repressão e preconceito. Especialistas afirmam que a proposta legislativa lembra perseguições sofridas por ritmos e manifestações surgidas dentro da comunidade negra, como o samba, a capoeira e o rap.

"Esse retrato do funk como coisa de vagabundo e criminoso não é arbitrário", explica Danilo Cymrot, doutor em criminologia pela USP. "Existem outras manifestações que foram perseguidas por serem ligadas a negros, pobres e moradores do subúrbio. Sambistas eram associados à vadiagem, eram chamados de vagabundos. Muitos foram presos."

A respeito da polêmica, a cantora Anitta, que começou sua carreira nos bailes funk, afirmou à BBC Brasil: "Acho que primeiro as pessoas precisam buscar entender o país onde vivem para depois criticar o funk". Para ela, proibir o funk é como punir o mensageiro pelo teor da mensagem.

"Se você quer mudar o funk ou o que está sendo falado ou a forma que ele entra na sociedade, você então deve mudar a raiz, as questões educacionais, as questões que fazem a criação do funk."

Reinaldo Santos de Almeida, professor de Direito Penal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem opinião parecida. "A criminalização do funk é a forma pós-moderna de repressão penal da cultura popular marginal nos morros cariocas", diz.

Segundo Almeida, cuja tese de doutorado foi sobre a criminalização do samba, a perseguição ao ritmo símbolo do país era essencialmente racista. "Era tão racista quanto o sistema de Justiça criminal brasileiro, cujo critério determinante é a posição de classe do autor, ao lado da cor de pele e outros indicadores sociais negativos, tais como pobreza, desemprego e falta de moradia", diz.

No século passado, o sambista João da Baiana (1887-1974), por exemplo, precisou de ajuda de um congressista para não ser mais preso nas ruas. O senador José Gomes Pinheiro da Fonseca (1851-1915), fã de samba e um dos políticos mais importantes da época, escreveu uma dedicatória no pandeiro de João. Quando era parado pela polícia, o músico mostrava o instrumento com a assinatura. Funcionava como um salvo-conduto.

A criminalização durou até a Presidência de Getúlio Vargas, que passou a valorizar elementos da cultura brasileira para reforçar o nacionalismo, uma de suas bandeiras.

Porém, alguns sambistas ainda sofreram com a censura. Músicas que ironizavam o trabalhismo, um dos pilares do Estado Novo, sofreram intervenção.

A letra de Bonde de São Januário, de Ataúlfo Alves e Wilson Batista, por exemplo, teve um trecho alterado por ordem do governo. A letra ironizava: "O bonde São Januário/ leva mais um otário/ sou eu que vou trabalhar". A palavra "otário" foi trocada por "operário".

Capoeira e rap

Mesmo depois da Lei Áurea, a luta continuou proibida. O Código Penal de 1890 avisava da possível punição: "Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação de capoeiragem: pena de prisão celular por dois a seis meses".

A capoeira só deixou de ser crime também durante o governo Vargas, que enxergou na modalidade uma forma de valorizar a cultura brasileira.

Mais tarde, e em menor proporção, o rap também teve problemas com a Justiça. Em novembro de 1997, os integrantes da banda Planet Hemp foram presos em Brasília por "apologia às drogas", em virtude de suas letras sobre consumo de maconha.

No ano 2000, a polícia do Rio "investigou" o clipe Soldado do Morro, do rapper MV Bill, antes mesmo de ele ser lançado. Segundo a polícia, o vídeo fazia "apologia ao crime".

E o funk?

Para o pesquisador Cymrot, o funk começou a ser visto com maus olhos em 1992, depois de um suposto arrastão nas praias de Ipanema, Copacabana e Arpoador, no Rio. Jovens de dois morros se encontraram e realizaram uma espécie de "coreografia da violência". "Foi algo parecido com um bate-cabeça de shows punk. A intenção não era assaltar ninguém, mas foi a imagem que ficou", diz o pesquisador.

"No Brasil, as pessoas ficam tensas quando um grupo de jovens negros chega na praia, ou quando se reúne em qualquer lugar. As pessoas se assustaram com essa imagem", explica Cymrot, sobre o motivo de aglomerações como os bailes serem malvistas.

Depois, ainda nos anos 1990, houve duas CPI no Rio para investigar o tráfico de drogas e a suposta exploração sexual de crianças em bailes funk nos morros cariocas.

As festas também foram proibidas com a chegada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em morros antes dominados por facções criminosas.

Em outro caso, a Justiça proibiu apresentações do funkeiro MC Pedrinho, quando ele tinha 13 anos. O garoto começou a carreira com 11 anos, cantando músicas com

palavrões e pornografia. Para a Justiça, o adolescente não tinha idade para ser exposto ao conteúdo de suas músicas - a empresa que cuidava de sua carreira poderia ser até multada.

Em São Paulo, vereadores e deputados apresentaram projetos que propunham proibir os chamados "pancadões", bailes funk que ocupam ruas de bairros da periferia. Os eventos reúnem milhares de jovens e carros com som altíssimo, barulho e bagunça que incomodam moradores. Em alguns casos, há consumo e tráfico de drogas - alguns pancadões foram encerrados com bombas lançadas pela polícia.

‘Joio do trigo’

Em outro caso, a Justiça proibiu apresentações do funkeiro MC Pedrinho, quando ele tinha 13 anos. O garoto começou a carreira com 11 anos, cantando músicas com palavrões e pornografia. Para a Justiça, o adolescente não tinha idade para ser exposto ao conteúdo de suas músicas - a empresa que cuidava de sua carreira poderia ser até multada.

Em São Paulo, vereadores e deputados apresentaram projetos que propunham proibir os chamados "pancadões", bailes funk que ocupam ruas de bairros da periferia. Os eventos reúnem milhares de jovens e carros com som altíssimo, barulho e bagunça que incomodam moradores. Em alguns casos, há consumo e tráfico de drogas - alguns pancadões foram encerrados com bombas lançadas pela polícia.

O cantor carioca tem 21 anos de carreira e suas músicas já foram trilha de novelas da Globo. "Se o funk fosse esse monstro, não haveria tanto espaço para ele na televisão", diz.

O funkeiro e o webdesigner Marcelo foram convidados pelo senador Romário para uma audiência pública que vai debater o tema. Outros cantores conhecidos, como Bochecha e ValescaPopuzuda, também foram chamados. "É claro que vou à audiência", diz Marcelo. "Tenho de colocar esses funkeiros no lugar deles."

Disponível em: <https://g1.globo.com/musica/noticia/projeto-de-lei-de-criminalizacao-do-funk-repete-historia-do-samba-da-capoeira-e-do-rap.ghtml> Acesso em: 26 agosto

2018.

TEXTO II

O funk, a incitação e a apologia de crime

Temos visto, há alguns anos, a proliferação de letras “músicas” dedicadas a temas relativos a sexo e a crimes dos mais variados. O estilo FUNK não raras vezes é deturpado, servindo como fonte inesgotável de letras que vão do mau gosto ao repulsivo. Afora o fato de manifestações pretensamente artísticas estarem inseridas num ambiente de decadência cultural sem precedentes, determinadas letras têm provocado debate no âmbito criminal por conta do seu conteúdo explicitamente dedicado a exaltar ações delituosas. O debate, evidentemente, orbita o conflito existente entre a liberdade de expressão/manifestação dita artística e a punição por discursos que possam incitar a prática de delitos ou fazer apologia de crime ou criminoso.

Como exemplo, temos o caso de dois indivíduos condenados na primeira instância da Justiça de Minas Gerais em razão de algumas de suas composições, dentre as quais destacam-se “Clube Tião Caminhoneiro Hell” e “Bonde da Mutilação”, cujas letras transcrevemos em parte – com antecipadas desculpas:

E pra matar o tempo, atropelo a massa idosa
 Alvorada na br é pra brincar com espingarda
 Aterrorizo uma família e vou logo caçar uns guardas
 Carreiras no painel eu vou cheirando e dirigindo
 Atropelo uma ciclista e a forço chupar meu pinto
 Ela grita horrorizada, eu digo “fica calada”
 A vadia não obedece e leva chumbo na cara.

[sic]

Pegue uma velha, deixe ela pelada
 Ponha fogo no cabelo e apague na paulada
 Funkeiro sangue bom, é Funkeiro sangue frio
 Estupra mãe, estupra pai e também estupra filho
 Vô taca fogo nocê, Vô estrupa o seu bebê
 O bonde carnificina incinera pra valer
 Eu sou MS Barney, eu sou o Aquaplay
 Estuprando sua família numa sauna mista gay
 Sangue nas paredes, víceras no teto
 O bonde Carnificina não perdoa nem os feto
 quem tá de fora, melhor tomar cuidado
 para não chegar em casa com o crânio esfacelado
 Bonde da Mutilação que desmembra de geral

Com cutelo, serra elétrica e machado de do mal
 Se sua mãe tá viva, melhor se despedir
 Vamo abrir o crânio dela e depois vamo cuspir
 [sic]

Essas letras renderam aos autores a condenação por incitação ao crime. Na sentença, o magistrado se referiu à importância da liberdade de expressão, mas apontou a existência de limites:

“É fato que somente em um ambiente no qual seja permitida a livre manifestação de ideias e opiniões é possível que o indivíduo exerça a sua cidadania e possa participar das decisões políticas que irão determinar o curso de toda a sociedade. Entretanto, a referida liberdade encontra limites no próprio texto constitucional.

Não se pode permitir, sob o fundamento de resguardar a liberdade de expressão, que sejam veiculadas manifestações de cunho incitatório criminoso, preconceituosas e intolerantes, pois estas violam o respeito e dignidade da pessoa humana, que constitui um dos fundamentos da própria República Federativa do Brasil (artigo 1º, III, da Constituição Federal).

Partindo desse pressuposto, é evidente que o exercício da liberdade de expressão não é absoluto, devendo observar os princípios que visam à manutenção da ordem pública e a dignidade da pessoa humana.

Desta forma, analisando com cuidado o teor das letras de áudio de autoria dos acusados, vê-se que o direito constitucional de liberdade de expressão dos réus foi em muito extrapolado e tornou-se suscetível de punição”.

Recentemente, outra composição repercutiu muito negativamente em razão de um trecho que sugere a prática de crime contra a dignidade sexual. Tão negativamente que o aplicativo de músicas Spotify retirou a obra de sua plataforma. O trecho que suscitou reações foi o seguinte:

Hoje vai rolar suruba
 Só surubinha de leve
 Surubinha de leve com essas filhas da puta
 Taca bebida depois taca pika
 E abandona na rua

Não há dúvida de que, uma vez mais, o repugnante mostra sua face. Sugerir que uma pessoa seja embriagada, submetida a uma relação sexual e abandonada na rua é desumano, absurdo. Repulsa qualquer um que se guie por mínimos paradigmas morais.

Não é arte, mas apenas uma demonstração da plena decadência ética em que nos encontramos. Mas é também crime? Eis a questão.

O Código Penal contempla duas figuras que tratam da manifestação pública em favor de crimes – e de sua prática – ou de criminosos: a incitação ao crime (art. 286 do CP) e a apologia de crime ou criminoso (art. 287 do CP).

Não obstante aqui também pudesse ter lugar a discussão a respeito dos limites da liberdade de expressão, atenhamo-nos à análise dos requisitos típicos: A conduta do autor da composição se subsume a alguma das duas figuras criminais?

Parece-nos que não.

A apologia de crime ou criminoso é de plano afastada porque consiste em exaltar fato criminoso ou autor de crime.

A doutrina discute se a expressão “fato criminoso” se refere somente a crime já ocorrido ou se também contempla um crime futuro.

Para a Hungria, a apologia é criminosa em ambos os casos:

“Em se tratando de apologia de *fato criminoso* (que outra coisa não quer dizer senão *crime*, como deixa claro, aliás, a rubrica lateral do artigo), pouco importa que o mesmo seja considerado *in concreto* ou *in abstracto*, como episódio já ocorrido ou acontecimento futuro. A lei não distingue, nem podia distinguir. O alarma coletivo tanto pode ser provocado pela possibilidade de que o crime seja repetido por outrem, quanto, como é óbvio, pela possibilidade de que alguém tenha a iniciativa de praticá-lo”.

Estamos, no entanto, com Damásio, para quem apenas o fato já ocorrido pode ser exaltado:

“O fato criminoso deve ser determinado e ter realmente ocorrido anteriormente à apologia criminosa. Não é necessário, contudo, que o delito anterior tenha sido reconhecido por sentença condenatória irreversível”.

Assim também ensina Noronha:

A lei fala em *fato criminoso*, isto é, que se realizou ou aconteceu. Não fosse isso e, realmente, mínima seria a diferença entre esse crime e o antecedente. Mas assim não é. Enquanto o do art. 286 só pode ter por objeto um crime futuro, pois não se pode incitar ou instigar ao que já se consumou, o presente dispositivo alcança somente o crime praticado. É elogiando ou exaltando-o (fazendo apologia), que o agente *indiretamente* incita.

Não bastassem essas lições, deve-se atentar para o fato de que o tipo pune também a apologia de autor de crime. Ora, não existe autor de crime futuro; somente quem já

cometeu um crime pode ser publicamente elogiado por isso. Não faz sentido, portanto, interpretar a primeira parte do tipo com a inclusão do crime futuro, pois a fórmula é a mesma para ambas as partes.

Além disso, *fato* é algo já ocorrido, realizado, ou que está ocorrendo, sendo realizado. Se é futuro, não é fato; é incerto, uma mera possibilidade, não contemplada pelo tipo do art. 287 do CP.

A incitação ao crime tampouco se caracteriza neste caso.

Incitar consiste em induzir, provocar, estimular, instigar a prática de determinado crime. Para que se caracterize o delito, não basta que o agente incite publicamente a prática de delitos de forma genérica, pois é pressuposto que se aponte fato determinado, como, por exemplo, conclamar publicamente titulares de determinado direito a fazer justiça com suas próprias mãos, o que constitui o crime de exercício arbitrário das próprias razões; ou estimular publicamente um homicídio; ou sugerir que seja cometido um estupro.

Não é o que se extrai da asquerosa letra, na qual o autor faz referência genérica à prática do crime de estupro de vulnerável, sem, no entanto, incitá-lo diretamente. O que se verifica, na verdade, é a narração daquilo que, na visão do próprio autor, aconteceria, tal como numa história. Não há instigação direta para que alguém faça aquilo, embora não se descarte a influência nefasta que a obra pode gerar nos ambientes em que disseminada. Mas, no caso, o estímulo é indireto, não abarcado pelo tipo.

Por repulsiva que seja a letra da composição, não há campo para a incidência da lei penal, que de resto seria mesmo pouco efetiva. Na realidade, a batalha é sobretudo cultural. É no campo da cultura que produções desse tipo devem ser combatidas e desestimuladas, o que se faz essencialmente por meio da educação; no caso, da educação sobre em que consiste a arte e para o que deve ela se ordenar.

Disponível em: <http://meusitejuridico.com.br/2018/01/18/o-funk-incitacao-e-apologia-de-crime/> Acesso em: 26 agosto 2018.

TEXTO III

Constituição Federal de 1988

Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à prioridade, nos termos seguintes:

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou de licença.

TEXTO IV

Decreto de Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 286 – Incitar, publicamente, a prática de crime. Pena – detenção, de três a seis meses, ou multa.

Art. 287 – Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime. Pena – detenção, de três a seis meses, ou multa.

APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO DA PRIMEIRA PARTE DO DEBATE

P - Professora

Ao - Aluno

Aa - Aluna

/ - Interrupção de outra pessoa

::- Interrupções da própria pessoa

[?] - inaudível/incompreensível |ruído/barulho

[...]

Aluna - ... Minha melhor, sempre vai ser minha melhor, independente da distância...

P – Bom dia, gente. Vamo começar?

Aluna – Vamos...

P – É... tudo bem com vocês?

Alunos – Tamos // Tudo.

P – Tudo tranquilo?... Ótimo. Hoje nós vamos fazer uma coisa diferente... nós vamos fazer o debate e, o grupo que se sair melhor/

Alunos – [??]

P - ... Tá? Mas peraí. Vou explicar um pouquinho como que vai funcionar, como que vai ser, quais colegas que vão debater... É, quem aqui já participou de um debate?

Aluna – Eu.

Aluno – Todos.

Aluna – Todo mundo.

P – Todo mundo já participou?... Como é que foi o debate, como [?]. Como é que foi o debate que vocês participaram?

Aluno – Horrível. Briga.

Aluno – Terminou em briga.

Aluno – O debate começou correto, mas no final terminou em briga.

Aluna – Não, mas teve também o debate de filosofia.

P – Como é que funcionou? Tinha um grupo que tava à favor de uma determinada temática...

Aluna – Isso.

P - ...E outros que eram contra. Só esses dois? Só esses dois lados... que tinham no debate que tinham passado?

Aluna – Não, eram dois filósofos com teorias diferentes.

P – Ah, entendi. Então, o debate era sobre a teoria filosófica, né:: Obrigada. A::/

Aluna – E o outro foi sobre política.

P – Entendi... É, antes de continuar, quem:: é, terminou a atividade... da aula passada...

Aluna – Professora, deixa eu te falar uma coisa, o meu negócio:: rapidinho era pra ter feito

P – Isso... Obrigada...

Aluna – Mas a redação eu não fiz...

P – Mais alguém?

Aluno – A redação, professora? Calma aí que eu tô procurando.

P – Então, tá.

Aluna – Que tristeza, véi.

P – Deixa eu ver aqui rapidinho... Certo:: eu vou explicar/

Aluna – Ô, professora, me empresta uma caneta aí só pra eu escrever meu nome aqui.

Alunos – [?]

Aluno – Professora, [?]?

P – Qual?

Aluno – Essa aí.

P – Essa do [?].

Aluno – Ahan... Eu perdi professora, não vou mentir não.

P – Tá, vamo fazer assim.../

Alunos – [?]

P – Peraí, vam fazer assim, ó, vamo organizar aqui...

Aluno – Três, seis, nove... quinze...

Aluna – (B3)...

P – Vamo fazer assim, ó, gente, rapidinho... Vamos:: rapidinho:: pelo menos organizar aqui, gente...

Aluno – [?]

P - Gente, por favor, vamos nos organizar, é/

Aluno – Quem viu minhas folhas de fichário que eu/

Aluna – Gente, vamo parar.

P – Vamo lá. Vou explicar como é que vai funcionar. Vamos:: fazer assim. Vamos pegar essa fileira... e virar pro lado de cá. Essa fileira aqui, a gente vai virar pra esse lado de cá, tá? Aí vocês... sentem nessas duas fileiras... e do lado:: vocês podem continuar aí, tá, pra fazer o:: o, a análise/

[??] – Barulho / ruído de carteiras sendo movidas.

P – Então vamos lá. Eu vou explicar, mais uma vez, como é que vai funcionar, tá?

Aluna – Ô, (J), senta aqui perto de mim.

Aluna – E vocês dois? Vocês vão ficar aonde?

Aluna – Aqui mesmo...

Aluna – [?]

P – Tem a ver com política, mas é mais [?]. Você quer sentar aí? Então tá...

Aluno – Professora, podia virar?

P – Oi?

Aluno – Podia virar pro outro lado?

P – Não, vocês:: vocês podem ficar ai, porque aí é o lugar dos [?]. Vai ser o grupo à favor, um grupo contra e um grupo de avaliadores...

Aluna – Nesses avaliador... ::/

P – Eu vou explicar como é o grupo de avaliadores...

Aluna – Ah, eu queria ser esse:: podia ser eu e a (L)...

P – Peraí, só um minuto... Gente, eu tenho/

Aluna – Não, a gente dos avaliadores vai [?] o bombom...

P – Nossa, minha voz tá péssima hoje

Aluna – Vai ganhar o bombom, né...

P – Vamo lá? Deixa eu explicar... o grupo de avaliadores é um grupo menor, tá? Não é um grupo que vai ficar passivo. Assim como os outros dois grupos, vocês também vão ter que argumentar, mas não simplesmente em relação à temática, mas em relação a:: ao:: desempenho do colega de vocês... ao desempenho deles, entendeu? Se eles conseguiram argumentar bem ou não, se conseguiram sustentar a argumentação ou não, se eles respeitaram a dinâmica do debate ou não, entendeu? Vocês vão ter que fazer a avaliação oralmente. Vocês vão ter que o:: a avaliação dos colegas de vocês e sustentar. Os colegas vão poder se contrapor, ‘olha, eu não concordo com a sua avaliação porque, na hora que eu falei tal coisa, eu também falei tal outra coisa e você ignorou isso’, entendeu? Então o grupo de avaliadores também vai argumentar. Então não é um grupo tão passivo assim... tem que argumentar também.

Aluna – É... de quantas pessoas, os avaliadores?

P – Então, hoje vieram [?] pessoas?...

Aluna – Tem seis aqui, seis aqui e sobrado os dois.

Aluna – Deixa eu e a (L) ser avaliadora, aí nós dois deixa eles:: vocês dois ficar aí e vocês dois vem pra cá... porque avaliador fica daí...

P – Peraí, vamo explicar primeiro qual que é a temática... Espera aí. Eu vou explicar primeiro... qual que é a temática sobre:: sobre a qual nós vamos debater, porque aí, depois, vocês escolhe qual que é o:: o lugar que vocês querem assumir. Vai que é uma temática que você quer argumentar sobre ela, né... né. Então vamos lá. Como vocês debateram sobre esses filósofos, vocês já conheciam esses filósofos? Ou foi durante a aula que vocês tiveram que se reunir... e pensar em estratégias?

Alunos – [?]

Aluno – Nem lembro mais quem era os filósofo.

P – Todo mundo aqui participou do mesmo debate sobre os filósofos? Então vocês já conheciam os filósofos? Mais ou menos...? Foi na hora da aula? Foi na hora da aula... beleza. Vou explicar aqui de novo. Vai funcionar da seguinte forma: o nosso debate vai sobre um projeto de lei de criminalização do funk que foi enviado à Câmara do Rio de Janeiro, se não me engano, no ano passado. Então o que nós vamos debater aqui hoje? Um grupo a favor... da criminalização do funk e o grupo a favor da criminalização do funk. Pra isso, nós vamos fazer a leitura de dois textos, só dois texto, tá? Porque são nesses textos que vocês vão encontrar os argumentos, é... o repertório que vai sustentar a argumentação de vocês, certo?/

Aluno – Professora.

P – Só mais um pouquinho... Vocês vão ter vinte minutos pra se reunirem pra pensar nas estratégias de argumentação, quais são os pontos de vistas que vocês vão defender e de que forma vocês vão defender, certo?

[Aviso da coordenação]

P – Então vamos lá. É... vocês vão ter vinte minutos pra se reunirem e pensarem nessas estratégias, tá? O pessoal que vai ficar de avaliador vai ter também esses vinte minutos pra se reunir pra pensar assim, ‘poxa, o grupo que tá a favor da criminalização pode apresentar tais argumentos de tais formas e o grupo que tá contra pode apresentar tais outros argumentos... Senta com os colegas... do lado de lá ou do lado de lá...

Aluna – É um debate.

P – Tem uma:: tem uma cadeira lá no final...

Aluna – Tem aqui do meu lado, ó...

Aluna – Tem outra ali... aí senta do lado da (A1).

P – Então vocês vão ter esses vinte minutos pra se reunirem e pensar nas estratégias de argumentação, tá? Como é que vai funcionar? É:: durante esses vinte minutos, vocês vão ter que selecionar pelo menos cinco pontos de vista pra apresentarem, tá, e sustentar. Por exemplo, aqui tem seis... é, sete pessoas, né? Tem sete pessoas. Cada uma dessas pessoas vai apresentar um argumento que vai ter que sustentar esse argumento. Como é que vai funcionar? Vamos supor que uma apresente o primeiro argumento, certo? E aí depois a (R) apresenta a contra argumentação:: é (R) mesmo, né? A (R) apresenta a contra argumentação... Aí tem o momento da tréplica, que o (B3) vai voltar a argumentar e falar assim, ‘olha, não, eu continuo com meu posicionamento, isso que você apresentou não faz, é, muito sentido em relação ao que eu disse ou não se contrapõe ao que eu disse’. E dentro, temos esses três momentos: argumento, contra argumento e tréplica. Certos, e aí depois:: aí depois é o lado de cá que apresenta o... o ponto de vista.

Aluna – Professora... e como que vai ser decidido quem vai se apresentar primeiro sobre esse ponto?

P – Então, depois da leitura dos textos, depois de uma:: uma reflexão breve, assim, vocês podem escolher. Você também tinha uma pergunta, né?

Aluno – É sobre isso também... eu acho que esse tema... é, vai ser:: vai ficar um grupo muito forte e outro muito fraco, porque, uhnn... praticamente ninguém daqui seria contra.../

Aluno – Não, eu sou contra... eu sou a favor da criminalização do funk...

P – Um minutinho, espera ele terminar. O exercício é justamente esse, é...

Aluno – (G).

P – (G)... o exercício é justamente esse, é, (G). Vamo supor que você já tenha um pouco mais de facilidade pra argumentar, então o que que vocês faz? ‘Ah, eu vou me desafiar e me colocar num posicionamento que não é aquele com o qual eu concordo’, entendeu?

Aluno – Só pra argumentar...

P – Só pra forçar a argumentação. Esse é o exercício, entendeu? Você assumir um papel que, normalmente, você não assumiria pra começar a pensar de forma... da forma como os outros pensam, entendeu? Pra começar a pensar/

Aluno – Então, argumentos diferentes do que eu normalmente tenho.

P – Exatamente, exatamente... Pensar num contra argumento. Por quê? A contra argumentação é uma estratégia argumentativa também que vocês podem usar nos textos dissertativo-argumentativo de vocês. Vocês podem falar ‘há quem diga que o funk, é... deve ser criminalizado por causa disso, disso e daquilo, mas eu acho que não, eu não concordo por causa disso, disso e daquilo’, entendeu? Então, é:: é o contr:: é a estratégia de contra argumentação, né? Você levanta o argumento contrário pra depois refutar, justamente isso que a gente vai fazer aqui, entendeu? Então tem essa dinâmica, um grupo apresenta um ponto de vista primeiro, o outro contra argumenta, ele tenta continuar sustentando o mesmo ponto de vista, aí depois muda a dinâmica, certo? Os avaliadores vão ficar espertos com relação a essa dinâmica. Quem não respeitar a dinâmica, vai perdendo, entendeu?

Aluno – Que que eu falo, então?

P – Você vai mostrando/

Aluno – Caso um interrompa o outro na hora da... da argumentação?

P – Então, isso é uma coisa que não pode acontecer. A gente tem que respeitar o tempo de fala do outro. Vocês vão ter o momento de apresentar a contra argumentação, entendeu?

Aluno – Eu posso ficar cronometrado:: cronometrar, né?

P – Eu vou:: eu vou ficar fazendo o papel de mediação de ficar controlando o tempo. Eu vou ficar controlando o tempo, porque aí fica mais fácil de vocês perceberem as outras questões relacionadas à argumentação, entendeu? Se ele apresentou um repertório legal, se não apresentou, se ele falou de uma forma clara, organizada, concisa. E aí eu só vou ficar controlando o tempo, tá? Eu vou entrar um pouquinho na hora que tiver... finalizando...

Aluno – Caso alguém fale alguma coisa que ofenda os direitos humanos ou... uhnn... que ofenda o... o participante, é... ele perde pontuação?

P – Então... é... aqui, nesse momento de argumentação não é um:: uma oposição em relação à pessoa que está falando, mas em relação ao argumento que ela está apresentando, né? Então, se você se dirigir à pessoa diretamente, aí acaba perdendo ponto, porque você está direcionando seu argumento para a coisa errada, entendeu?

Aluno – Porque tem gente que fala, ‘com esse argumento aí, mano, imagina seu filho, imagina fulana, não sei o quê’...

P – Entendi... Esse tipo de argumentação é uma argumentação baseada em repertório pessoal. Por que que a argumentação baseada em repertório pessoal não é legal:: é fraca?...

Aluno – Porque a pessoa não tem argumento.

Aluno – É verdade...

Aluno – Porque:: é só uma opinião.

P – Por que:: por que que a argumentação baseada apenas no repertório pessoal é fraca?

Aluno – Só porque tem a ver com sua opinião?

P – É::ma:: tá relacionada a isso:: ‘é porque tem a ver com minha opinião’, é:: além disso, é porque a minha experiência pode ser completamente diferente da sua. Então, se eu uso um argumento baseado apenas na minha experiência, ele é fraco, porque não pode conviver com a sua experiência e a de todo mundo. Por isso que a gente vai buscar repertório baseado nas áreas de conhecimento que são:: a:: construídos cientificamente, não baseados numa coisa pessoal, é baseado em metodologias específicas. Enfim, é por isso que a gente vai trazer pra cá:: é:: repertório da área da história, da sociologia, da filosofia, certo? E não apenas em repertório pessoal... Acaba que às vezes aparece, mas:: é um argumento fraco... E aí, aí é que você vai observar:: (M), né/

Aluno – Ahan.

P – Isso que você vai observar, ‘poxa, fulano argumentou só com repertório pessoal, então a argumentação dele não foi muito consistente, mas será que o outro grupo percebeu isso e conseguiu se contrapor de uma forma legal?’. Porque às vezes a gente apresenta um argumento fraco e mesmo assim o outro grupo não consegue... não consegue contra-argumentar, ok? Então vamos lá. Eu vou distribuir os textos pra gente ler e aí depois vocês vão ter os vinte minutos pra se organizarem:: pro debate, tá bom?

[15min15s]

[1h01min23s]

P – Enfim, gente, mais um minuto só pra vocês se organizarem e a gente começar, tá? Ok?

[1h05min15s]

(G) – O nosso grupo, ele é a favor da criminalização do funk, é, em parte:: pensando, né, especificamente, em parte, que ele faz apologia e incita as pessoas a usar drogas, a cometer crimes e... entre outros:: outros fatores, né, que incitam as pessoas a

cometerem:: ações ruins, digamos assim... Crimes tais como estupro, homicídio, pedofilia, [?] né, como tá no texto lá também... Esse tipo de coisa... É por isso que a gente:: principalmente, é... a favor da crimza::criminalização.../

(J) – Professora, pode falar?

P – Pode. Agora é o momento da réplica... Pode falar.

(J) – Pode começar?

P – Agora você tem que se contra-argumentar a ele, falar ‘olha, por mais que você...’/

(J) – Podemos analisar que através da sua fala você falou sobre... a apologia de drogas, mas, se você analisar, já tem soluções para isso. Essas músicas, elas não vão ser ouvidas pela sociedade, pois tem leis onde não deixa... É, podemos também analisar que você tá pensando:: é, a sociedade pensa de separar o joio do trigo, o que é bom e o que é mau, e no caso não é isso, porque essas músicas, elas não vão entrar em nossa sociedade porque as duas leis não deixa. Já tem soluções para serem:: para... como que eu posso dizer... para interferir nessa faixa:: as músicas não vão entrar no mercado, na sociedade/

(G) – Posso pegar a palavra? Então, primeiramente, você falou de leis, mas o que essas leis interfere diretamente na sociedade é em nada, porque aqui no:: no próprio texto motivadores são duas leis que se contradizem, uma que fala que... vou ler aqui:: é só ler, tá? “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou de licença”. Logo abaixo, tem uma que contradiz a de cima, né, “Artigo 286 – Incitar, publicamente, a prática de crime”, pena de detenção e não sei o que lá, “Artigo 287 – Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime”, pena de não sei quanto tempo. As leis que vocês falaram:: eu:: eu não conheço nenhuma lei:: se você puder citar uma pra mim, eu vou agradecer muito, uma lei que proíbe esses [?] de chegar na sociedade, porque do meu ponto de vista esse som aí influencia as pessoas que:: que ouve. Crianças... um exemplo bem claro disso, crianças são in::influenciadas por diversos fatores. Crianças não são maduras o suficientes pra.. ter a sua própria:: seus próprios ideais, suas próprias opiniões, são facilmente influenciadas. Nota-se também que vários carros com som:: som automoto:: som alto passam nas ruas e... não tem nem nenhuma que proíbe isso, entendeu? E se existe alguma, não está sendo cumprida.

P – Ok. Olha...então, aqui terminou já o:: o:: o momento, entende? Ele apresenta o argumento, vocês, o contra argumento e ele voltou a argumentar pra:: sus:: sustentar/

Aluna – Pra finalizar.

P – Isso, pra finalizar. Agora, é o momento que vocês vão apresentar um novo ponto de vista, um novo argumento, ok?

(G) – Mas o que acontece com esse primeiro? Acabou aqui?

P – Acabou que os avaliadores estavam anotando pra ver se você foi bem sucedido ou não, se eles foram bem sucedidos ou não, ok? Certo. Agora o grupo aqui, quem que vai apresentar o primeiro argumento?

(J) – Eu.

P – Ok, pode começar.

(J) – É, nós podemos analisar que nosso país, Brasil, é um país diversificado, que em nosso país tem diversas culturas, ele é constituído por isso... É... e muita das vezes você não vê por:: por que o:: o funk tem que ser criminalizado se assim também o rap, ou como outras músicas, também passam esse tipo de mensagem. E nós podemos analisar também que, diante do artigo, é... Artigo um:: primeiro da terce:: terceira Constituição Federal, esse tipo de manifestação, de cunho iniciatório, criminoso, preconceituosos, intolerantes, violam o respeito da dignidade da pessoa, do ser humano, e também podemos analisar outro artigo, do código penal, que “contempla duas figuras que trata das:: das manifestações públicas em favor de – e de sua prática – ou de criminosos: a incitação do:: ao crime”, aí fala, “e a apologia de crime e criminoso”. É... ao:: você pode ver também, né, esses dois códigos, um artigo e o outro um código penal, onde não deixam que essas músicas se, como eu havia falado no primeiro... argumentan:: contra-argumentando a sua fala, e bo:: nós podemos analisar também que esses tipos de:: a...:: o funk, ele foi instituído, integrado em nossa:: em nosso país como cultura. Nós não podemos tirar esse tipo de cultura porque nós ‘taremos tirando o quê? A história do Brasil. Essas pessoas colocam:: as letras dessas músicas levam histórias, levam uma forma de:: de você protestar, o que na ditadura não poderia, onde era censurado, você não poderia ter a liberdade de expressão, e aqui, como eu falei, e repito novamente, não é sobre, é, separar joio do trigo, e sim onde podemos mudar a forma como está sendo tratada ao querer tirar a cultura que está integrada em nosso país, nós estamos acabando com a história dele.

(G) – Primeiramente, eu não quero falar sobre as leis de novo porque já foi falado anteriormente. [?] questão de cultura, porque na época da ditadura, o período histórico no Brasil, é questão política. Outros ti::tipos músicas, outros ritmos, como o rap e o samba, sofreram isso que o funk tá sofrendo atualmente, só que você nota diferença nas letras. O rap, ele falava sobre o quê? Sobre governo corrupto, a corrupção da sociedade

e esse tipo de coisa. Nada sobre crime, é... prostituição, esse tipo de coisa que o funk fala, que você pode ver na letra da música que... Tá, e o samba também, o samba também foi assim, o samba foi considerado crime, que nem a gente leu naquele texto, né, só que... do que que o samba falava? Sobre o capitalismo, né, esse tipo de coisa, do governo também, e era uma oposição política, não uma oposição que influenciava a sociedade a... fazer a:: apologias a... ações cruéis. Além disso, o que você disse sobre cultura na letra do funk, eu não considero que tem:: que tenha uma cultura, porque, se a cultura do Brasil é essa, a gente anula totalmente as outras que existem aqui também, né.

P – Ok. Tréplica.

(J) – Eu gostaria de usar a sua fala que você usou antes que você fala que o rap não faz apologia ao crime. “Para a Hungria, a apologia é criminosa em amboscasos. Em se trata”/

(G) – Hungria não é um país?

(J) – A:: a Hungria é:: é um tipo de rap, caso você não saiba, pacificadores também, então você meio que, é, se contr:: contra-argument:: é, contradizeu... é, ondes eles:: sofrem um preconceito muito grande. Nós vivemos em um país, não só em um país, mas num mundo onde há o preconceito. Em no:: no:: ao pegar os livro de história e analisar todo esse percurso, essa caminhada, podemos ver grandes batalhas, grande vitórias, mas podemos analisar também o preconceito onde os cidadãos viviam, passavam, é... Podemos analisar também... que muitas vezes o que estava no poder ditava o que os súditos deveriam dizer. E eu gostaria de usar uma fala onde você fala, onde vocês diz, né, sobre o período da ditadura, contra-argumentando a minha fala. Esse:: esse período foi um período divergente, onde, é, da forma como aquelas pessoas que estavam no poder pensavam, então, eu não poderia nem sequer, em um:: na televisão, passar algo que fosse contra a:: o:: o seu pensamento, o que foi que aconteceu na ditadura. Foi um período onde era:: onde muitas coisas eram censuradas, pessoas morreram, mas eu não vou entrar nesse aspecto, eu quero entrar direto no funk. As músicas so:: eu:: gostaria de citar Geraldo Vangor. Ele falava sobre... é, sobre a sociedade, sobre a política, sobre economia do país, e a música dele era censurada por não passar o que o que estava no poder queria que fosse, era tipo um atrito grande entre o poder e a... o pobre, vou colocar o pobre, o povo. E gostaria também de dizer que essa:: o funk é inserido pelo uma menoria em nossa... sociedade. É... essa menoria, nós podemos dar com as pessoas que sofrem preconceito, as pessoas racistas, as pessoas que sofrem violências, as pessoas:: e muita da:: e não:: e muita das vezes podemos analisar

também que ao:: uma mulher, ao dançar funk, ela é vista na sociedade como a puta, a puta que dança funk, mas por quê? Ela trabalha? Ela é honrada? Ela se honra? Ela trabalha? Ela cuida dos seus filhos, mas ela sofre o preconceito por dançar funk. Uai, ela é mulher, ela é casada e tá dançando funk? Qual o problema? Muita das vezes há o preconceito sim, ao dançar o funk, não é nem a letra, mas sim o funk. E podemos observar também a:: que o funk, assim como as outras músicas, é... o... um cantor aqui, o pandeiro:: é, o samb:: o sambista João Ba:: João da Baiana... já pensou? Quantos negros, quantos pobres teriam barrados por tá dançando o funk, e não é as letras, porque essas letras, elas não entram na nossa população, porque existe dois artigos que eu citei pra você.

P – Ok. Este foi o momento da tréplica, certo? Ok? Ela teve o momento dela pra contra-argumentar.

(G) – Eu posso... responder a isso?

P – Então, é:: não pode. Por quê? Porque foi esse:: esse:: essa dinâmica, entendeu? Ela vai:: apresentou, você contra-argumentou e ela terminou.

(G) – E aí na próxima apresentação, eu posso:: eu posso.../

P – Agora outra pessoa vai apresentar outro argumento e você pode ajudar essa outra pessoa a argumentar, tá ok?

(G) – Deixa só eu falar uma coisa, professora?

Avaliador – Você acha que... é pra comentar tudo deles?

P – Isso.

(G) – Professora, é porque, assim, na réplica que ela me deu, tréplica, aliás, né, ela adicionou coisas que eu não falei, tipo, eu não falei nada dos [?]/

P – Isso, isso... isso entra, isso entra... Os avaliadores vão... levar isso em consideração, certo? Agora outra pessoa do grupo... a favor da criminalização apresenta o argumento... Quem? Quer falar, (P)? Pode começar?

(P) – Eu não vou falar não.

P – Certeza? Você tava tão seguro...

(C1) – Pode deixar, professora, eu vou falar então.

P – (C1)... (C1) quer falar? Beleza? Beleza, pode começar. O (C1) vai apresentar agora.

(C1) – Ah... a gente... a gente tem que ter... um novo argumento...

P – Isso, de argumentar.

(C1) – Como citava nas letras musicais, por exemplo, daquela “Surubinha de leve”, que cita uma mulher como uma pessoa vulgar, que deve ser simplesmente abandonada,

embebedada e jogada na rua, o que vocês teria que... como que eu posso dizer?... Uhn...

A:: uma defesa ao funk em relação a essa música com estupenda e criminosa contra a um:: uma mulher que deve ser tão respeitada, que... é tão defendida hoje em dia?

P – Ótimo. O argumento dele foi com uma pergunta. Isso é uma estratégia interessante também de fazer em texto dissertativo-argumentativo... Quem vai argumentar?

(J) – Pode começar com a (L)?

Aluno – Pode.

P – Vai... ... Rapidinho, rapidinho...

(J) – Ah, vai é a (B2), agora...

P – Rapidinho, gente...

Aluna – Professora...

Aluna – Ai, gente, eu não dou conta de falar não/

P – Pessoal, rapidinho, vai falando, vai surgir... Você escutou o que ele falou? Entendeu?

Aluna – Mais ou menos...

P – Rápido, gente. Nosso tempo tá acabando, a gente vai ter que continuar... na próxima aula...

[...]

P – Vamos, gente, o (C1) já apresentou um argumento muito bom...

(B2) – (C1)... da mesma forma que...

P – Ele fez referência a música que dire:: diz respeito a... a dignidade da mulher.

(B2) – Então tá, da mesma forma que, é, a música do texto motivador... é, que fala da senten:: da “sentença, o magistrado se referiu à importância da liberdade de expressão”, é... mas apontou a existência de limites”, podemos falar que, se vocês se referiam à suru:: surubi:: surubinha de leve e essa música foi saída de circulação:/ Não... uai, não é isso não?

Aluno – Ela foi/

(J) – [?]

(B2) – Mas aí... Ah, beleza, essa música foi saída de circulação e mudou totalmente a letra dela...

Aluno – Ela mudou a letra da música?

P – Pronto?

(B2) – Ah, não, ó, eu não sei debater.

(J) – Professora, posso complementar um pouquinho?

P – Rapidinho, rapidinho... É, ó:: ó, o (F) vai falar/

(F) – Eles acabaram mudando a letra da música, porque tratava a mulher igual objeto e conseguiram uma nova música uma letra que [?], e tirando de circulação, essa música tava... subjugando a mulher como ser inferior... é, como objeto sexual, e nisso eles produziram uma lei que eles tinham que compor tipo uma nova música, só que sem se referir a todas essas questões...

(J) – Uma coisa a mais a respeito desta atitude independente do ser humano, né/

P – Ok.

(G) – Esse exemplo em específico, esse exemplo específico/

P – Pode, é... contra-argumentar.

(C1) – Tá, mais... se eu pesquisar sobre a letra dessa música também, eu consigo encontrar ela facilmente, qualquer pessoa do Brasil pode encontrá-la facilmente/

Aluna – Não encontra/

Aluno – Deixa eu te falar, posso? Na ver:: na verdade/

Aluna – Não encontra

P – Peraí... gente, olha, foquem no argumento... É, como o argumento foi curto, eu vou deixar o (F) contra-argumentar. Quer continuar, (F)? Peraí que o (C1) não terminou, prestem atenção, silêncio, por favor. Vai, ele vai falar...

(C1) – Sem contar que tem muitas outras músicas que podem ser citadas aqui, tipo o... o autor, por exemplo, que faz muitas letras de funk, Mc Kevinho. Ele tem muitas músicas que citam a mulher como...

Aluna – Objeto sexual?

(C1) – É, objeto sexual, ele trata a mulher como... uma mulher que só tem que... ser... como é que eu posso dizer?

Aluna – Vista como objeto na sociedade...

(C1) – Ela:: ela deve... ela deve.. ser... ai, não sei como falar.

Aluno – Professora...

P – Só um minutinho. Peraí, deixa só ele terminar de falar... É o momento dele, deixa ele se esforçar um pouco mais, que é o momento dele, calma.

(C1) – Ela pode ser... um sim:: um objeto pra ele mesmo, porque... só ele pode:: como:: como que eu posso/

Aluno – Comer.

(C1) – É, eu não quero usar uma palavra assim... É, ela deveria ser uma [?] apenas pra ele, como... saciamento de desejo dele.

P – Tem um termo específico pra isso, escravo sexual.

(C1) – É... isso mesmo, escravo sexual.

P – Ok. Pode contra-argumentar, (F), mas é só porque o:: o argumento foi curto, tá?

(F) – Uhun.

P – Vai.

Aluna – Sobre a música que foi tirada de circulação?

Aluna – Ela tá no YouTube.

(B2) – Mas a letra dela tá fora//

P – Olha, esse é o momento do (F), agora. Vai, (F).

(F) – Vocês podem ter razão que em pleno século XXI a população não tá aceitando esse tipo de gravação [?], pegando crianças menores, que não podem assistir esses vídeos, os YouTube está restringindo as músicas que registram palavrões ou alguma [?] a direitos humanos. E essas músicas foram tiradas de circulação, você não encontra. A mesma coisa se você for olhar um vídeo para maiores de idade, o YouTube mesmo res:: restringe:: restringe o vídeo com... com:: de acordo com a sua idade, nesse tipo de situação. Agora, a mesma música só que com outra letra já é uma situação diferente, porque o caso do Mc Kevinho, porque, se caso ele não tivesse [?] só mulher, aí seria retirado... esse som da mídia, né, seria retirado da mídia e da sociedade, as músicas [?], como tá falando agora... e, me cite uma música que faz apologia a crime, à mulher como objeto...

Aluna – É, você quer que não faz apologia à mulher não?

P – OK. Então, o (C1) apresentou essa questão relacionada à:: à:: à mulher, né, nas letras de música e o (F) contra-argumentou com algumas referências... é, enfim, os dois conseguiram sustentar sua argumentação de determinada forma. Poderiam ser apresentados outros argumentos também e outras informações, mas isso é questão de seleção, a gente tem que pensar nisso também, tá? Agora, o grupo daqui vai apresentar mais um argumento. Antes deles apresentarem, só gostaria de dizer que o nosso tempo tá acabando e eu acho que isso daqui ainda rende discussão, então acho que dá pra gente continuar o debate na próxima aula. Vocês vão ter a semana pra procurar mais argumentos e se organizar de uma forma melhor, se preparar, acho que vale a pena, né.

Aluna – Eu também acho.

P – Beleza, agora o outro grupo de cá/

Aluna – E ainda vai ter bombom.

P – Isso, e ainda vai ter bombom... eu vou dobrar a quantidade de bombons/

Aluno – Professora, eu posso [?]. É que eu acho esse sistema, assim, difícil, sabe?

P – Não. Vai continuar sendo desse jeito. Vocês podem procurar mais informações na internet. Vai, agora é, o:: o:: esse grupo vai apresentar o último argumento, ok? Vai, pode começar. Quem vai apresentar aqui? Você?

(J) – A (L).

P – A (L)?

(L) – Não...

P – O (F) vai apresentar... o próximo argumento? Então vai, o (F) vai apresentar o próximo argumento.

[...]

P – Rapidinho. Pronto? Pode começar.

(F) – Bom, como vocês, são... é, como é a palavra?

P – A favor da criminalização...

(F) – A favor da criminalização do funk, qual seria a solução que vocês daria para a [?] do funk que ajudaria a diminuir a criminalidade, a diminuir o racismo/

Aluna – O machismo.

(F) – A diminuir a apologia a mulher, ao machismo, e depois quero saber qual a solução que você daria, se isso ajudaria ou não a solucionar a sociedade.

Aluno – Então:: posso falar?

P – Ok. Sim, mas, antes de falar, só lembrar que isso é uma coisa interessante de fazer porque a prova de redação do Enem pede proposta de intervenção, né, então você tá pedindo uma proposta de intervenção também e é argumentativo.

(G) – Então, aqui é uma questão de ponto de vista, né. O meu ponto de vista pessoal, já que eu posso generalizar uma coisa desse tipo, a retirada das músicas das ruas não é um processo que vai retirar imediatamente a prática de criminalidade, mas vai diminuir gradativamente com o tempo essa:: esse tipo de prática, entendeu? É um processo longo, não é um processo, é, como é que fala?

P – De curto prazo.

(G) – É, de curto prazo... é um processo a longo prazo. E, se você pensasse, de certa forma, se você não tirar do cotidiano de... de circulação, as letras vão continuar aí até... até Deus sabe quando, né, só Deus sabe onde isso vai parar. E até isso você... você vai continuar sendo influenciado.

P – Ok, Contra argumentação.

(V2) – Eu posso falar...

P – A contra argumentação... Ah, quer complementar? Pode.

Vitória – Eu acho que... tipo assim, eu não tiraria, no caso, o ritmo funk de circulação, e sim mudaria as letras, né, porque o problema em si não é o ritmo da música, porque o ritmo da música é, tipo, muitas pessoas gostam. Pra muitas pessoas, na verdade, o problema é as letras que tratam as mulheres como objeto e fazem ela como se ela não tivesse respeito na sociedade e servisse somente pra ser... ser tratada como objeto, só que...

P – Ok. O (F):: deixa ele tentar contra-argumentar e aí depois você complementa, pode ser?

Aluna – Posso começar?

P – Deixe ele começar, né, porque é o momento dele... você acabou de fazer a pergunta... deixa o:: o (F). Vai, (F).

(F) – Caracas... Agora eu vou falar aqui... qual o nome [?]?

P – (V2).

(F) – Então, (V2), [?] você também não é:: nós não somos contra, mas sim queremos mudar:: mudar as:: as:: letras, porque o ritmo do funk faz parte da sociedade, da cultura, desde da escravidão já existia a capoeira [?]

P – Não, o funk não é um ritmo derivado do rap. Ele é mais recente, mas tem a ver com o rap, tem a ver com o batuque da capoeira...

(F) – Aí, no caso, eu tô querendo [?] as letra que faz apologia à mulher [?]/

Aluna – Pode continuar?

P – Cuidado, aí.

Aluna – Pode continuar?

P – É, certo, mas... aí você falou assim, ‘ah, tô com dificuldade de lembrar o que ela falou’, mas, além do que ele falou, o (C1) também falou alguma coisa/

Aluna – O (G).

P – O (G), desculpa... O (G) falou assim... pode ir, pode ir... Pronto, pode ir...

(J) – Você podia, é, [?] e eu vou pegar uma fala, é... o:: do amigo (C1). Calma... Ele falar:: é:: colocar música em meio a nossa repercussão de:: sobre o tema, ele fala sobre essa “surubinha de leve”... essa música, ela:: agora eu coloco ela em cima do seu argumento. Essa música, o ritmo não mudou, as palavras e as frases ao:: vamo se dizer, ao discriminar:: descriminalizar a mulher, ela foi tirada de:: da circulação e foi colocada a música original com... com letras diferentes, onde não mostram e não [?] a mulher, e

diante da:: do argumento do (G), é, eu vi que você falou que ela vai continuar sendo... como que eu posso dizer... será um longo processo/

(G) – Se for retirada, né.

(J) – Se for retirada.../

Aluna – A música simplesmente mudou pra, é, “as menina maluca”, se eu não tiver enganada, não tenho certeza...

(J) – E... eu gostaria de...

Aluno – O (G) quer falar.

P – Só um minuto. Não se esqueçam, ele apresentou uma proposta, né, e é o que ela tá falando.

(J) – Você falou do longo processo, logo você que é contra a:: a... logo você que é a favor... desculpa, a favor da, é, da crimina:: criminalização do funk, como que você não acredita em nosso país? É... eu acho que ao tentar fazer a mudança, nós devemos tentar acreditar em nosso mundo:: em nosso país, pois há mudanças em nossos:: é, e não só isso, mas, para mudar, não significa tirar nossas culturas. E ele falando sobre o funk, eu pude analisar, pela fala de cada um, mas, retirando o funk, não significa que o estupro, a:: a criminalização, o racismo, o preconceito vão acabar, porque, na época da escravidão, não havia o funk, e havia a escravidão... na época havia o racismo, havia o preconceito na época da escravidão. E isso vem de lá até hoje, origina a nossa cultura, é parte... vamo se dizer, é o longo processo das suas falas já está em nosso país e até hoje não teve mudança. O rap, como você havia colocado no seu primeiro argumento, você disse que ele não faz apologia ao crime, mas diante da lei ele fala que faz apologia ao crime.

Aluno – (J)

P – Peraí, só um minuto./

(G) – Professora, deixa eu finalizar?

P – Peraí, só um minuto, só um minuto... só um minuto. Além desse argumento, ela pode ter usado a fala da Anitta sobre isso, “se você quer que o funk não cante sobre essas coisas, você precisa modificar a cultura”... Isso, que é histórica, beleza? Porque assim, esse é o momento dela... Esse era o momento:: só um minuto, esse era o momento da tréplica, o que que vai acontecer agora... Eu vou dobrar a quantidade de bombons pra semana que vem... vocês se preparem, podem procurar mais argumentos na internet e estruturar, que a gente continuar na semana que vem. Deixa agora os avaliadores fazerem uma observação//

[...]

P – Só um minuto, olha, espera. Vocês tiveram o momento de fala de vocês e agora é hora de respeitar o momento de fala do colega, ok, ok?

Aluna – Isso é pra entregar pra senhora?

P – Não, isso é de vocês. Semana que vem a gente continua, tá bom?

APÊNDICE D - TRANSCRIÇÃO DA SEGUNDA PARTE DO DEBATE

P - Professora

Ao - Aluno

Aa - Aluna

/ - Interrupção de outra pessoa

::- Interrupções da própria pessoa

[?] - inaudível/incompreensível

P - Bom dia, gente!

A - Bom dia, professora!

P - Tudo bem com vocês?

A - Tudo!

P - Aquela caixa ali tá cheia de.../

A - Bombons

P - Cheia de prêmios pra vocês, não só bombons. Eu disse que ia incrementar o prêmio ainda e eu incrementei. Pra quem não veio na aula passada, eu não sei se vocês ficaram sabendo pelos outros colegas, nós começamos a fazer um debate. O grupo que melhor argumentar, que melhor se colocar em relação ao debate ganha o prêmio. Certo?

Ao - Certo.

P - Nós vamos continuar então. Os que não vieram na semana passada podem entrar nos grupos. Tem o grupo que vai ser a favor da criminalização do funk, o grupo que vai ser contra a criminalização do funk e o grupo de avaliadores.

Ao - Eu sou avaliador.

P - Certo? Isso. Vocês podem permanecer nas mesmas posições dos que vieram na semana passada, certo? Vamos nos organizar então...

[Barulho de sala: *1min13s*

Ao - Silêncio no tribunal.

~ *3min03s*]

P - Certo! Então vamos lá! Só um pouquinho pra eu explicar... Só um pouquinho pra quem não veio na aula passada. Desse lado de cá/

Aa - Ah, eu não sei onde eu pus minha folha dessa.

Ao - Vixe, eu sumi a minha também.

P - Não, eu tenho algumas aqui... Nós vamos fazer assim... Assim como na semana passada vocês tiveram uns minutinhos pra se organizarem, né, pra colocar quais seriam os argumentos que serão apresentados por cada um de vocês, hoje vocês também vão ter um tempinho pra se organizar, pra atualizar os colegas de vocês que não vieram na aula passada, tá, pra explicar um pouco sobre como funciona o debate... Eu vou distribuir algumas folhas pra quem não veio na aula passada pra vocês poderem ler os textos; e enquanto isso eu vou anotar algumas coisas aqui no quadro pra gente pensar antes de começar, tá? O pessoal que tava no grupo de avaliadores pode continuar fazendo aquele processo de descobrir argumentos, né, pode tentar recapitular o que foi falado na semana passada/

Ao - [?] ...isso aqui numa folha

P - Vou distribuir aqui pra alguns de vocês.

Ao - Primeiramente, bom dia a todos...

P - Não, peraí, você quer começar já a fazer a avaliação da aula passada, (M), é isso?

Ao - É, era melhor, né... não:: a senhora que sabe...

P - Vamo fazer assim, vamos terminar de fazer o debate, porque vão ter mais comentários, pode ser?/

Aa - Não, professora, deixa eles falar, porque ele já foi na outra aula, aí a gente já/

Ao - Não, não vou falar não porque aí eles já vão saber o erro/

P - Exatamente/

Ao - E vão querer corrigir, então

P - Isso, exatamente/

Ao - Continue aí seus debates...

P - Isso, exatamente. Eu vou distribuir as folhas e vocês vão ter quinze minutos pra se reunir e conversar, tá?

[Distribuição das folhas; conversas entre os alunos: 4min50s ~ 5min46s]

P - Então é isso, desse lado de cá:: rapidinho:: desse lado de cá, quem é a favor da criminalização; desse lado de cá, quem é contra a criminalização. Vocês vão ter quinze minutos pra se reunirem e anotar os pontos, os argumentos que vão ser apresentados e quem vai falar o quê. Na semana passada, a (J) falou, o Filipe falou também/

Ao - A (B2)

P - A (B2) começou a falar/

Ao - O (G)

P - Do lado de cá, o (G), o (C1)/

Ao - O (C1)

P - A (V2) falou um pouco também...

Ao - A (A2).

P - Agora, os outros colegas vão a oportunidade de falar um pouco mais, tá? Então, já se organizem aí quem vai falar o quê, que horas, tá? Podem começar, quinze minutos só, tá?

Ao - Tem que ser tudo cronometrado.

P - Tem mesmo, é, daquela vez acabou passando

Ao - ...Porque na aula passada lá ficou uma pessoa com uma pergunta de um segundo e a outra pessoa pra responder outra em vinte minutos.

P - Verdade, vou cronometrar agora

Ao - Nada de inventar falar o que eu vou falar, oh... *6min53s*

[Alunos conversam entre si ~

10min49s

Aa - Professora, isso aí que a senhora tá escrevendo vai ser pra ajudar o grupo?

P - Eu vou colocar pro outro grupo também pra gente pensar um pouco antes de começar.

[Continuam conversando entre si ~

14min41s

P - Vou fazer uma chamada rapidinho, tá?

[Chamada: *14min44s - 15min22s*]

P - Ok. É, só um faltou hoje... ... Só mais uns minutinhos e aí a gente começa.

15min33s~ 16min42s]

P - Vamos fazer assim, vamos olhar isso daqui, aí eu dou mais uns minutinhos e aí a gente começa, tá? Esses dois argumentos aqui apareceram na aula da semana passada. Não dessa forma, mas eu coloquei dessa forma pra gente pensar em algumas coisas, sobre estrutura, principalmente, a estrutura da apresentação dos argumentos, né, porque isso é muito importante. Isso vai fazer toda diferença entre um texto expositivo e um texto argumentativo. Por exemplo, se eu chego e falo só isso daqui, “o funk não deve ser criminalizado”, já é argumentativo?

Ao - Un-um...

Ao - É, é a sua opinião, ué...

P - Quem disse que não, por que que não é ainda argumentativo?

Ao - Porque a pessoa num:: num sustentou essa frase com:: um argumento que possa defender.

P - Ótimo! Exatamente isso! Ainda não é argumentativo. Você está expondo um ponto de vista. Inclusive eu nem sei se é o seu ponto de vista ou se é uma avaliação, simplesmente dizendo “ah, o funk não vai ser criminalizado não” ou “o funk não foi criminalizado”, é só uma exposição. E o que eu percebi nos textos de alguns de vocês? Vocês param na exposição, não começa a fazer a argumentação, né. O que seria essa argumentação? Justamente o que o (M) falou, é você começar a desenvolver esse ponto de vista que vocês expuseram, né. “O funk não deve ser criminalizado”, por quê? “Pois esse gênero musical é parte importante da cultura brasileira”. Aqui eu já comecei a desenvolver esse ponto de vista, então eu comecei a argumentar. O que que estruturalmente aponta pra esse:: pra essa argumentação? Principalmente isso daqui, ó, o nome disso daqui é elemento coesivo, operador argumentativo. De que tipo desse elemento coesivo aqui é:: que tipo de elemento coesivo é esse?

Ao - Explicativo.

P - Explicativo! Eu poderia trocar por outro. Eu inclusive falei aqui... eu poderia trocar o “pois” por...?

Ao - “Por que”

P - “Por que”, exatamente, “o funk não deve ser criminalizado, porque esse gênero musical é parte importante da cultura:: brasileira”, certo? Por isso que tem uma Competência no Enem que vai avaliar só operador argumentativo, porque ele é muito importante pra organizar a argumentação, certo? Então prestem atenção nisso. Beleza, comecei a desenvolver o ponto de vista, comecei a ser argumentativo, mas é o suficiente parar aqui?

Ao - Não.

P - Por quê?

Aa - Nossa, (F)...

P - Durante quase todas as aulas, eu estou falando de um conceito chamado repertório sociocultural. Todo mundo sabe o que é o repertório sociocultural? Não? E até agora ninguém me perguntou o que é o repertório sociocultural?

Ao - Que que é, professora?

P - O repertório sociocultural são os conhecimentos desenvolvidos nas diferentes áreas do saber, por exemplo, a história, a sociologia, a filosofia. Então pra dar sustentação ao meu ponto de vista, que está sendo desenvolvido/

Ao - [...]... no contexto histórico?

P - Mais ou menos:: Isso... temargu:: tem repertório sociocultural que eu faço com uma contextualização histórica. É justamente isso daqui, ó, eu vou fazer uma alusão histórica, certo? Antes da alusão histórica aqui, eu começo a desenvolver um pouco mais, eu falo, né, “esse gênero musical é parte importante da cultura brasileira, assim como o samba e o rap”. Que que eu fiz aqui? Eu fiz uma....

Ao - Esqueci o nome...

P - Pode falar. Quando eu falo assim, é: /

Aa - Comparação?

P - Uma o quê?

Aa - Comparação...

P - Exatamente! Uma comparação, né. “Fulano é tão estudioso quanto ciclano”, “Fulano é muito esperto, assim como ciclano”, é uma comparação, certo? Aqui, ele começa a desenvolver um pouco mais fazendo uma comparação com outros gêneros musicais, já começa a trazer mais repertório, e aí depois eu vou pra alusão histórica, né, “que também já fo:: já foram alvos de perseguição ao longo da história do Brasil”. Então isso daqui vai ser o repertório sociocultural, isso daqui vai dar sustentação ao meu ponto de vista, vai mostrar que ele não é senso comum, ele é algo que foi pesquisado, que tem validade científica, entendeu? Por isso que é importante apresentar isso daqui. E tem uma competência no Enem que vai avaliar só isso daqui, né. Se eu venho e paro só aqui, eu não consigo alcançar o nível cinco da competência dois, né, porque a competência dois vai avaliar o uso do repertório sociocultural, se eu trago ou não repertório sociocultural pra sustentar minha argumentação. Então por isso que eu tenho que ir além, eu preciso trazer informações. Os textos da coletânea estão recheados com essas informações... estão recheados com essas informações, e são nesses textos que vocês vão encontrar isso daqui, né. Tem isso daqui num dos textos do:: da coletânea, não tem? Em qual texto?

Ao - Um.

P - O texto um, exatamente. O texto um fala sobre isso daqui, a perseguição a outros ritmos musicais, a outros gêneros musicais, certo? Então eu faço a comparação primeiro pra depois trazer a comprovação histórica, né? Então lembrem-se disso, ó, o “assim como” também é um operador argumentativo, do tipo comparativo, esse daqui é explicativo e esse daqui é comparativo, certo? Agora vamos pro outro. Agora eu quero que vocês me digam qual que é o [...]. Aqui a gente começa com a mesma estrutura, né,

só acrescentou:: só tirou o “não”: “o funk deve ser criminalizado”. Aqui eu expus um ponto de vista, né, ainda não comecei a argumentar. Vou começar a argumentar agora: “pois esse gênero musical incita a prática de crimes”. Certo, “incita a prática de crimes”, aqui já tem um pouco de repertório sociocultural. De qual texto?

Ao - Do dois, do texto dois...

P - Do texto...?

Ao - Dois

P - Do texto dois, mas tem um texto que fala só disso daqui, ó...

Ao - Do três então. Se não é o dois é o três, porque o um é aquele.

P - É o quatro, se não me engano, da apologia e incitação a crimes, né, a lei. Então eu comecei a argumentar fazendo a relação com a lei, né, “incitar a prática de crimes”. E aí depois eu acrescentei mais um pouco de informação, “e faz apologia a criminosos”. o que que é isso daqui?

Ao - Adição.

P - Adição, isso, exatamente. É um operador argumentativo do tipo adição, que é justamente:: aqui eu usei a comparação, né, aqui eu vou usar adição. Aqui eu também usei uma explicativa, né, eu tô variando. Uma coisa que é importante fazer ao longo do texto é variar, diversificar o uso dos elementos coesivos. Se eu ficar a redação inteira usando só a conjunção aditiva, eu não consigo explicar bem pro meu interlocutor, né, pro meio leitor ou pra pessoa com quem eu tô falando o que eu tô fazendo, né. Por exemplo, se eu fizesse assim: “pois esse gênero musical é parte importante da cultura brasileira e, como o samba e o rap, e também já forma alvos de perseguição ao longo da história”. Viu como fica cansativo usando só a conjunção aditiva. Fora que não dá a explicação:: a:: exata entre os elementos, se é de comparação, se é de explicação, entendeu? Por isso que a gente tem que pensar bem: que que eu vou fazer agora, eu vou explicar? Eu vou exemplificar? Eu vou adicionar informação? Aí se eu falo, ‘não, agora eu vou exemplificar’, beleza, então eu vou usar um operador argumentativo que exemplifica. Qual seria?

Ao - Que exemplifica? “Como”?

P - “Como”, “exemplo disso”, “por exemplo”... Esses são marcadores coesivos que vão apontar para o que eu vou fazer, por isso é importante, certo?

Ao - Então é bom dar um exemplo depois de:: [...] a gente pode dar um exemplo também?

P - Pode, pode dar um exemplo. Aqui também:: ah... eu poderia fazer uma inversão e uma exemplificação: “o funk não dever ser criminalizado, pois esse gênero musical é parte importante da cultura brasileira e também:: e que também já foi perseguido:: já foi alvo de perseguição ao longo da história do Brasil, como o rap e o samba”. Entendeu? Aí eu dou uma exemplificação, faço uma inversão e exemplifico.

Ao - Fica melhor desse jeito ou fica melhor desse jeito?

P - Eu acho que fica melhor assim, porque primeiro eu apresento outros ritmos pra aproximar do:: do funk pra depois explicar que eles foram perseguidos ao longo da história, certo? Eu acho que assim fica melhor. Eu aproximo aquilo que é igual pra depois explicar o que que aconteceu com os dois. Então aqui eu faço uma adição, né, porque aí eu faço referência não só a uma lei como à outra lei também, né, “pois esse gênero musical incita a prática de crimes e faz apologia a criminosos”. E aqui eu vou fazer uma outra explicação só que usando uma outra estrutura, que é a “o que”, é uma relação de causa e consequência, né. Eu incito a prática de crimes, então, por consequência, eu vou contribuir para o aumento da violência no Brasil, que é justamente o que tá escrito aqui, né, “o que contribui com o aumento da violência no Brasil”. É uma relação de causa e consequência, é uma outra estrutura que vocês podem utilizar, certo? Causa e consequência aqui. Então, explicação, adição, causa e consequência, né, e aqui eu vou fazer uma reiteração. Que que é uma reiteração? Que que significa reiterar?

A - ...

P - Alguém sabe? ... Reiterar/

Ao - É [?] o que você pensa ou o que você falou?

P - Mais ou menos isso. “Reiteração” alguém sabe? ... Reiterar significa reforçar, dizer mais uma vez aquilo que você já disse, entendeu? Então aqui eu falo: “o funk deve ser criminalizado, pois esse gênero musical incita a prática de crimes e faz apologia a criminosos, o que contribui com o aumento da violência no Brasil, algo que deve ser combatido de todas as formas possíveis”. Eu tô retomando a violência no Brasil, o aumento da violência no Brasil e estou reiterando, reforçando que isso deve ser combatido/

Ao - Com mais ênfase/

P - Com mais ênfase, exatamente. A reiteração, ela vai dar ênfase. Então, são essas as estratégias. Aqui, quais foram? As estratégias foram explicação... Depois?... “Assim como” foi...?

Ao - Um exemplo?

P - Comparação, né, a (S) falou comparação... Depois, alusão histórica, né. Aqui o repertório sociocultural:: Deixa eu passar aqui (?). Alusão histórica. Essas foram as estratégias para apresentar o ponto de vista. Então, além de pensar o que eu vou dizer, eu preciso pensar em como eu vou dizer, certo? A gente faz isso constantemente sem perceber, inconscientemente. Mas, aqui e agora, a gente tem que fazer isso com mais consciência pra poder escolher, entende? Escolher estrategicamente qual estratégia vai ser mais argumentativa, que o meu colega não vai conseguir responder, entendeu? A gente tem que pensar nesse sentido. Aqui, quais foram as estratégias?

Ao - A justificação, exemplo, adição... a alusão....:: a alusão histórica e o reforço?

P - Nesse caso aqui? Nesse caso aqui foi exemplificação, exatamente:: não teve exemplificação ainda, foi a adição, né, ali tem a referência à lei, então pode ser alusão à lei, né, referência. Tá claro o que é alusão?

Ao - É uma referência.

P - Isso, alusão é fazer uma referência, né. Alusão à lei, depois vem a adição... Depois vem a relação de?...

Ao - Causa e consequência.

P - Causa e consequência, exatamente... Causa consequência e depois a/

Ao - O reforço.

P - O reforço, a reiteração... Professora, por que que você tá falando o nome dessas estratégias e tudo mais? Por que que a gente tá falando de estratégias? Essas técnicas de argumentação, essas estratégias de argumentação são formas que foram se cristalizando ao longo da história, entende? Nós construímos essas técnicas. Como eu falei, cotidianamente a gente se utiliza dessas técnicas pra argumentar, pra debater, pra colocar um ponto de vista, né. Então é só uma forma de vocês conhecerem conscientemente pra selecionar durante a apresentação, né, e apresentar os argumentos de uma forma bem organizada. Se vocês estavam achando fácil apresentar só o ponto de vista, agora comecem a pensar um pouco mais na questão da estrutura, certo? Como eu falei, vocês já apresentaram esses pontos de vista aqui, né, de uma forma mais expositiva, um pouco mais desenvolvida, né, mas agora vocês vão começar a colocar a alusão histórica, colocar a alusão à lei, colocar a citação, colocar reiteração, certo? Então mais cinco minutinhos pra vocês se organizarem quem vai falar o quê, tá? Pode falar...

Aa - Professora, ... [?]

Aa - ...[?] É uma pergunta pessoa...

P - Ahn...

Aa - Não, professora, eu não vou falar não...

P - Enfim, cinco minutos pra vocês se organizarem, tá? Quem não falou ainda, já vai pensando aí num argumento.

[31min20s ~ Alunos conversam entre si ~

32min19s

P - Mais cinco minutos, tá?... ~ 38min02s]

P - Vamo lá, gente, vamo começar... vamo começar ...

[Alunos conversando entre si]

P - Vamo lá, vamo começar. Gente, por favor... vamo lá, por favor. Vamo lá, gente, quem vai começar dessa vez é o grupo que vai ser contra a criminalização, pode ser?

Aa - Deixa nós.

P - Vocês querem começar?

Aa - Não, pode ser eles...

[Alunos falam ao mesmo tempo]

P - Olha, só mais uma observação. Na semana passada, eu entrava pra vocês fecharem, mas vocês não fechavam o argumento. Então, dessa vez vamo controlar mais o tempo, tá, pra respeitar a fala de cada um/

Ao - Eu faço o tempo aqui, ó.

P - Às vezes não dá pra [?] esse tempo fechadinho, entendeu, mas vai ser mais ou menos um minuto pra cada grupo/

[Alunos falam ao mesmo tempo]

P - Aqui tem, ó, aqui já tem, já dá pra ver. Já tem aqui, só que:: o que acon:: o que precisa é que vocês:: o que eu preciso é que vocês respeitem o tempo, certo, e o momento de fala do colega, né. O seu colega tá apresentando o ponto de vista, a argumentação, vamos ficar em silêncio, pelo menos, e prestar atenção no que ele tá dizendo, porque vai ter a hora de você falar, e você também vai querer ser ouvido, né, isso é importante. Então, vamos lá. Hoje, então, o grupo contra a criminalização vai começar. Quem vai apresentar o primeiro argumento?

Aa - [?]

Aa - Eu não. Não vou falar hoje não, querida.

P - E essa folha cheia de coisa escrita? Pode começar, pode começar, a (B2) vai começar hoje.

Aa - Não, professora...

P - O (F) vai ajudar ela.

Aa - Não, eu não quero. Jeicy, vai você. Eu gosto do trem pela metade. Vai, cê que vai.

Aa - Eu gosto do trem pela metade.

P - Pra quem não veio na aula passada, a dinâmica é a seguinte: apresenta o argumento, o outro grupo apresenta o contra-argumento e aí volta pra cá pra sustentar mais uma vez o argumento apresentado, certo? Fica fazendo isso daqui, pra lá, pra cá, ok? Então a (J) vai começar. (J), no máximo um minuto, né, da forma mais concisa que você conseguir e depois alguém do grupo de cá vai responder.

Aa - Professora, deixa só eu te fazer uma pergunta...

P - Pode falar em voz alta... A sua pergunta é pertinente a todo mundo/

Aa - Pessoa vergonhosa

[Alunos falam ao mesmo tempo ~42min17s]

P - Vamo começar, porque senão não vai dar tempo, né, e hoje a gente precisa entregar os prêmios, certo? Então o grupo que melhor argumentar, ganha os prêmios. Pode começar,(J).

Aa - Eu vou [?] esse argumento, mas é que eu [?]: mas aí é tudo com o pessoal, tá.

Aa - Não, não é não/

P - Isso, tá certinho. Ela falou bastante, vocês precisam treinar também. Aqui a gente tá entre colegas, entre amigos, não tem problema, certo? Vai lá.

Aa - O que eu questiono:: o que eu questiono, é por que:: por que tanta repercussão e repreensão a uma expressão popular específica? Por que mais uma vez o Estado chega à periferia reprimindo uma manifestação cultural que atraía grande parte da comunidade? Não haveria outra forma de resolver esse problema, esse conflito? Um problema cultural que não [?] problema social que não fosse por meio de repreensão e em seguida proibição?

P - Beleza. Então ela usou a estratégia de pergunta.

Ao - Só que ela falou [??]

P - Vai... alguém aqui:: contra-argumentar?

Ao - Eu? É o (G).

Aa - Gente, eu acho que devia juntar todo mundo numa força só e ganhar aquela caixa logo... Um por todos e todos por um [?]

[Alunos falam entre si]

Ao - Eu confio na (B1). Vai, (B1).

P - Peraí! Vamo lá, gente, Vocês querem responder? Ela fez duas perguntas? Por que que nós:: que algumas pessoas estão perseguindo justamente o funk, né, que é uma cultura, teoricamente, de periferia, e será que não haveria outra forma de resolver essa questão? Né, será que precisa criminalizar? Essa é a pergunta.

[Alunos falam entre si]

Ao - Cê não ia falar não?

Ao - Calma, [?]

Ao - Professora, eu vou falar [?]. Eu não tô pensando muito bem hoje não por que eu não [?] pra pensar bem, mas eu posso até responder, mas não vai ficar igual da última vez... Posso responder...

P - Mas só mais uma vez: gente, é porque assim, esse é um momento pra vocês treinarem, pra errar, pra acertar, pra fazer de novo, vocês estão entre colegas, é o momento de fazer isso, entendeu. Então, então só/ ...

Ao - Professora, tá valendo uma caixa de bombom lá.

P - ...exemplif-:: pois é, tá valendo uma caixa de bombom pro grupo, pro grupo.

Ao - Se você falar que, assim, tá valendo a caixa de bombom pra quem argumentar, todo mundo vai argumentar.

P - Vamo lá, gente...

Ao - Mas se eu falar, vai [?] só eu, a gente não vai ganhar.

P - Pode começar, gente, só falar. Será que tem outra forma de resolver isso?

Aa - Eu acho que tem, porque.../

Ao - Fala um pouquim mais alto.

Aa - ...eu acho que não é o funk em si que é proibido, e sim o que eles falam, tipo, acho que se diminuísse mais o linguajar deles não deveria criminalizar. Tipo, tem funk que é muito bom, mas tem hora que fala muito palavrão e tem que criança que escuta isso... acaba influenciando a cabeça das criança sobre essas letras.

P - Ok, então vamo organizar um pouco a resposta. Ela perguntou: por que que o funk, né, uma cultura teoricamente de periferia tem sido tão perseguida, né. Aí a resposta de vocês: é por causa das letras, né, são letras que incitam a violência, o crime, né, e influenciam as crianças, né, e deve ser criminalizado de alguma forma, como você falou, deve ser feita alguma coisa. Ok. Escutou,(J), a resposta?

Aa - Não, o ventilador não deixou.

Ao - Nós é cada desculpa...

P - Ela falou que deve ser criminalizado:: está sendo perseguido por causa das letras, né, que é um ritmo que incita o crime, faz apologia a criminosos, que é justamente aquele argumento ali, e por isso deve ser criminalizado de alguma forma. Não se trata só:: apenas de uma perseguição, é de uma tentativa de modificar as letras dessas músicas. Enfim, algo mais ou menos assim. Uhn, qual que é a resposta?

Aa - [?] [Ruídos] ... Na verdade, eu gostaria de falar que, quando eu fiz a pergunta, eu não fiz apenas em questão de qual que era a forma que poderá:: é:: uma solução que poderia se mediar o meio de todos esses conflitos, porque ela falou que por causa das letras, porém, quando eu fiz meu argumento, eu falei da repreensão seguida de proibição. Então eu não tava falando apenas duma:: é:: como se eu falo?::: como que eu falo? Duma forma de... de diminuir:: amenizar o conflito. Será que realmente é necessário a proibição? Foi esta pergunta que eu quis passar pra ela. Será que essa repreensão diante de uma cultura popular é:: te com:: é, uma longa história, duma caminhada enorme da liberdade de expressão dentro de músicas, o:: o ideal mesmo seria a proibição?

P - Entendi. OK. Então esse foi o momento da contra-argumentação, né, ela apresentou réplica:: tréplica. Beleza, agora um argumento do lado de cá, do grupo daqui. Quer apresentar, [?], que apresentar seu ponto de vista? Na aula passada você disse que tinha um ponto de vista/

Ao - Não, professora, [?].

P - Não, pode falar, seus colegas te ajudam. Não? Certeza? Beleza, então alguém aqui pra apresentar um ponto de vista... Criminalizar o funk. Por que tem que ser criminalizado?

Ao - Vai, (B1), você [?].

Ao - Professora, se responder o que ela::cê vai falar?

A - Pode falar.

Ao - Se responder o que ela falou antes tem problema? Tipo apresentar um argumento em cima do que acabou de acontecer./

P - O melhor é variar, né, porque teve essa dinâmica já, né, mas é bom apresentar outro. Por que que o funk deve ser criminalizado. Vou fazer assim: eu vou apresentar um ponto de vista e vocês argumental sobre esse ponto de vista, certo?

Ao - Contra ou a favor?

P - A favor da criminalização. A:: A favor da criminalização. Os::Vamo lá: Os bailes funk e o funk em si movimentam o mercado de tráfico de drogas, por isso ele deve ser

Ao - [?]

[alunos falam entre si]

P - Que que tá acontecendo? Vamo pensar, por que vocês ‘tão assim hoje, tão indispostos?

Aa - Preguiça.

Ao - Não, gente, não fala todo mundo./

Aa - Eu acho que você deveria dar um bombom pra cada, porque eu ia ficar até mais motivada.

Ao - Dá um pedaço de porrete na cabeça dela aí.

Aa - Tô brincando professora.../

[alunos falam entre si]

P - O funk movimenta o mercado de drogas. Vai:: o tráfico de drogas.

Ao - Ela quer que a gente complemente a sua argumentação.

P - Isso, porque eu fiz só isso daqui, ó, eu expus, agora eu quero que vocês argumentem, entendeu? Pra ajudar:: o ponto de vista pra ajudar vocês a argumentarem. O funk e os bailes funk movimentam o mercado do tráfico de drogas.

Ao - Vai (B1).

Ao - Agora a gente tem que pensar sobre aquela parte onde tem uma parte vermelha ali.

P - Isso, vocês têm que pensar assim: o funk deve ser criminalizado, *pois...*

Ao - Ixi... Pois o mercado de tráf:: tipo/

Ao - [?]

P - E o quê mais?

Ao - Pelas coisas que ele fala, assim, que faz apologia a crime, a prostituição, principalmente mexe com a mente das crianças, né:: Já tinha falado disso na última aula/

P - Sim, mas agora vamo falar então sobre o movimento do tráfico de drogas. Por que que isso é uma coisa ruim? Por que que isso é algo que deve ser combatido, então? Qual é a consequência disso para a nossa sociedade. Pensa na relação de causa-consequência. O funk deve ser criminalizado, *pois* esse gênero musical movimenta o tráfico de drogas nos bailes funks, por exemplo, *o que::* causa-consequência

Ao - Professora, não sei se eu consigo/

Ao - O que leva ao aumento do consumo:: é:: e mercado negro das drogas.

P - Isso, poder ser

Ao - Substituição da [?]

P - Exatamente. O que aumenta o consumo [?] dessas drogas no país que é algo negativo, algo que precisa ser combatido, né, porque aumenta o número de viciados, porque isso é um problema de saúde pública. Beleza, então isso, o funk deve ser criminalizado porque esse gênero musical está diretamente relacionado ao mercado de tráfico de drogas. Como vocês respondem a isso?

Aa - É,(J), vai/

Ao - Repete, de novo.

P - O funk deve ser criminalizado, pois esse gênero musical está diretamente relacionado ao mercado:: à movimentação do tráfico de drogas nos bailes funks, por exemplo, o que aumenta a quantidade de consumidores dessas drogas no Brasil, o que acaba por se torna um problema de saúde pública. Por isso o funk precisa ser criminalizado. Como vocês/

Aa - Professora, eu penso que essas drogas, esses trem:: essas prostituição que acontece, tipo assim, não acontece só em baile funk. Tem altas festas de pessoas rica, casamentos chiques aí que o povo coloca funk, que escuta funk e que não acontece isso, entendeu? Então eu acho que isso:: que esse [?] não acontece só em baile funk. É um coisa que, ape:: tipo:: ai, eu não sei falar/

P - Não, tá ótimo, tá ótimo, vai/

Aa - Tipo assim, é uma coisa que a pessoa que escolhe, sabe, tipo assim, se ela vai usar esse trem, apesar que os baile funk pode realmente acontecer, de ter sexo, de ter esses trem, droga, tudo isso, mas não quer dizer que é por causa do funk que isso tá acontecendo, entendeu? Porque tem várias festas de ricos aí, festas chiques que tem funk, que não tem isso.

P - Ok. Olha, ficou muito bom. Agora a contra argumentação, então. Quer falar? Vai (B1), fala... A (B1).

Aa - Não, é só que, como você falou desse lugar aí, pode ter também, não é só o baile funk. O lugar onde tem mais pessoas que têm poder aquisitivo também tem esse uso de drogas, então o que você falou não cabe só à favela, não cabe só aos bailes funks, porque hoje em dia tá também nesses lugar onde tem mais gente com poder.

Ao - Mas aí é que vem a:: a combinação do:: tipo assim, porque [?] processo, vai querer ter droga ou não, ou se não quem mesmo vai participar da festa pode trazer droga [?]. O funk, o funk em si não incita a pessoa a trazer droga.

Aa - É a pessoa que leva por livre es espontânea vontade, ela usa por ela, não é o funk que tá, tipo, mexendo coma cabeça da pessoa de falar 'não, eu vou usar isso por causa da:: de uma letra de uma música'.

Ao - É a mesma coisa que tem um:: tem um:: uma peça, tocando uma música clássica, e chegar um cara e trazendo drogas pra usar.

Aa - É, a música num:: como que fala::/

Ao - Não incita a pessoa/

Aa - É, isso.

P - Ok. Ó, beleza. Então, teve a argumentação, réplica, tréplica, certo? Eles falaram um pouquinho mais porque é:: é:: vocês quase não tão falando, certo? Então, só pra dar o tempo certinho, eu deixei que eles falassem depois da tréplica, tá? Pode acontecer o mesmo com vocês, caso eles não consigam responder tão bem. Ok? Certo? Agora o grupo de cá vai apresentar um argumento e vocês apresentam um contra argumento, ok?

Aa - A gente tem que apresentar tipo uma pergunta?

P - Não uma pergunta, um ponto de vista, né:: o funk não deve ser criminalizado por quê?

Aa - Vai, (J), pergunta aí/

Aa - Eu?

Ao - (B3), (C2).

P - Deixa:: deixa:: pode ser.

Ao - Aí eu vou de novo, uai.

P - Mas vamos pensar assim::perai, enquanto a (J) tá pesquisando, tá pensando lá, vamos vocês apresentar mais alguma coisa.

Ao - (R), vai.

P - Que aqui também é o momento de:: dos outros também treinarem um pouquinho.

Aa - Eu:: eu quero falar.

P - Tá, a (T)::(T), né? A (T) vai começar, gente. Pode falar.

Aa - É... Eu acho que não é só o funk que influencia... É... É... Tem muitas, é:: outros tipos de:: de música que:: que [?], mas falam de:: é:: a realidade que:: que acontece, não é apologia ao crime. O funk não influencia muito, tanto os que abar:: é:: com drogas, esses negócio, é:: como é que se fala... Como é que é o nome, meu Deus. Por exemplo, se tirar o funk, né, a droga e o crime vai continuar, porque não vem do funk, né, ele mostra a realidade da:: da:: da:: do acontecimento:: da favela:: eles fala da realidade, o rap/

Aa - Mostra uma cultura./

Aa - ... O funk, então eu não acredito que é apologia ao crime.

Aa - Nossa, (T), cê me surpreendeu.

Aa - Na favela, é tipo:: os:: as pessoas que cantam funk, elas querem repassar o que acontece nas favelas, entendeu? Isso acontece na favela, não quer dizer que:: que eles:: é:: possam fazer isso, entendeu? Eles só querem repassar o que acontece na favela.

P - Ok, ótimo.

Aa - Vamos supor que o funk seja criminalizado, o que vocês achariam que ia adiantar?

Ao - Então, na aula passada isso já foi discutido/

P - Só:: só um minutinho. Então, a pergunta é pertinente, vamo só deixar eles responderem o que as meninas apresentaram, certo? E aí a gente retoma essa pergunta, pode ser? Pra gente pensar na:: numa coerência de apresentação ok? Certo. A (T) e a (V1):: isso?:: apresentaram essa questão relacionada ao funk nas favelas e que a Anitta, no primeiro texto, também fala isso, né, a cantora, ela fala, olha, ‘o funk canta a realidade da favela. Se vocês querem que o funk deixe de cantar sobre essas coisas, então mude a realidade brasileira’, certo? Beleza, que que vocês respondem?

Ao - Posso falar, professora? Ou você se/

P - Vamo pensar só mais um pouquinho dos outros colegas:: querem falar, meninas? Podem tentar. Eu acho que a (V2) começou a falar alguma coisa na aula passada sobre isso, né. Pode falar...

Aa - Pode falar.

Ao - Acho que o (P) é que deveria falar...

P - Quer falar, (C1)?

Ao - Eu tô de boas?

P - Hehe, tá de boas?... Tá, pode falar.

Ao - [?] tá meio morto, né? É igual meu grupo da minha família do WhatsApp... Tá:: é:: nossa senhora, até esqueci a [?], ‘fessora, peraí. Desculpa, é porque:: ficou um silêncio, né:: [?] aí eu esqueci a caneta, a senhora pode repetir por favor?

P - Uhn:: na verdade não era uma pergunta, né, é o que a (T) e a (V1) falaram/

Ao - É o que que eu faço quando/

P - Sobre o funk na favela/

Ao - fosse criminalizado, né?

Aa - Não!

P - Não, essa foi a pergunta da (B2)...

Aa - É que o funk canta a realidade da favela, ele não faz apologia ao crime...

Ao - Tá bom. Então, primeiro eu vou tá entrando na condição que tá aqui nessa altura que ele faz sim apologia ao crime e a diversas outras coisas, ações violentas... é:: tá, foi só isso que elas falaram? Então/

P - Não sei/

Ao - Assim, faz sim apologias, ainda mais:: sobre assim:: o processo de criminalização do funk não seria um processo imediato, igual eu falei na aula passada:: e eu acho que você não tava presente, né... então, na aula passada eu falei que o processo de criminalização não seria um processo... instantâneo, não seria rápido, seria um:: como se fosse longo, até a cultura começar a mudar novamente e a... como é que eu falo:: as:: as in:: influências de coisas que o funk causa na mente das pessoas fosse gradualmente sendo eliminadas, digamos assim; então sim, eu acredito que haveria uma queda nos crimes e nos tráficos de drogas e... ainda respondendo a pergunta da (B2), sim, seria um processo longo:: não é de imediato... então, de imediato você não veria grandes mudanças, mas ao longo do tempo você veria sim, mudanças drásticas.

P - Ok. É, alguém:: as meninas querem complementar?/

Aa - Eu discordo... Eu discordo porque, como a [?] falou, esse tipo de:: de como cê tá:: cê tá se referindo como se o funk:: que as questões de baile funks pode acontecer, mas a (B2), como falou, isso não acontece só em baile funk também, entendeu?: A gente:: hoje é possível a gente ver::/

Aa - É, isso acontece em festa de rico também, né...

Aa - ...É, hoje mesmo a gente vê muitas pessoas usando droga na rua, não é em baile funk... Só na rua, mesmo assim...

P - Quer complementar?

Ao - Eu?

P - É.

Ao - Ah, tô falando aqui, ó, [??] quer complementar...

Aa - Posso? Complementar...

Ao - (C2)...

P - Respondendo o:: o que o (C1) falou:: o:: o que o (G) falou?/

Aa - É, pra complementar o das minhas amiguinhas...

P - Tá, pode ser.

Aa - Ele falou que o tráfico diminuiria e o crime também, certo?... É... O:: esse ri:: é o:: o funk é um ritmo brasileiro, uma cultura aqui no nosso país, e ele não está relaciona::

é... As pessoas veem ele como se ele estivesse inserido... é:: como que eu posso dizer? É... Inserido não só no tráfico, mas na:: na apologia ao crime e na prostituição. Porém, é:: se você para pra analisar, é um ritmo musical, e como elas falaram, eles apenas passam o que acontece no mundo. A frase da Anitta é:: é:: nós podemos usar como base do nosso argumento... E... Se você parar pra analisar, você pode mudar o ritmo, tirar ele, mas a apologia vai continuar, o do crime, porque isso acontece não é só:: em bailes funks, o crime vai continuar... Por que o crime não é só você ir lá e can:: é, como que eu posso dizer? Cometer algo ilegal. O crime tá relacionado entre classes, desigualdades sociais também... Então, se você parar pra analisar:: como que eu posso dizer?...

P - As raízes do crime são outras, né...

Aa - As raízes do crime são outras, e aí apenas é um ritmo, e vocês estão colocando ele como se ele estivesse, é:: os crimes tivessem sido inserido dentro do funk, como se o funk tivesse dentro do crime.

P - Ótimo, isso, exatamente/

Ao - A gente:: a gente pode [?]

P - Esse foi o momento da... Tréplica, né, agora é o momento de vocês apresentarem um novo argumento, não dando continuidade a isso/

Ao - Mas professora, mas sempre que eu faço um argumento contra o dela, eu não posso mais falar...

P - É justamente iss:: porque? Vocês têm:: na hora de vocês apresentarem a réplica, vocês tem que falar tudo de uma forma que não dê margem para eles falarem alguma coisa a mais, entendeu?

Ao - Mas aí tem que pensar muito, a gente não pensa tanto assim...

P - Então, exatamente, esse é o momento:: aprender a pensar rápido e dar uma resposta estruturalmente consistente pra que eles não tenham pra onde fugir, entendeu?

Ao - Então não pode ter pra onde fugir...

P - Isso! Por isso que vocês tem que apresentar um argumento bem fechado e consistente, não que se:: que, se vocês colocam um argumento cheio de:: de espaços vazios, entende? É, sem:: cheio de:: é, respostas não dadas, eles vão poder inserir e ficar questionando, entendeu?

Aa - Não, professora, esses três aqui têm que ser crítico de novela mexicana, nunca tá bom.

P - Mas ok, agora, mais um:: um argumento aqui e a gente passa pros avaliadores, certo? Um argumento do lado de cá... As meninas querem apresentar, o argumento?

Aa - Mas professora, a gente só apresentou uma vez...

P - É por causa que na semana passada/

Aa - É por causa do tempo também, já é onze e vinte.

P - É, e do tempo... Na semana passada vocês falaram um pouco mais... Sim? Nenhum argumento?

Ao - Vocês não vão falar não?... Então tá... Você termina?

P - Certeza? Não quer começar não? Pode começar, aí ele complementa... Já sabe qual é o ponto de vista que você vai apresentar?... Isso, então fala sobre os bailes funks, pode falar. O que que acontece nos bailes funks:: o funk deve ser criminalizado. por que nos bailes funks...

Aa - Porque nos bailes funks, tipo, incita muito o uso de drogas não lícitas, né, tipo... é... tipo, todo mundo tá lá usando drogas, e isso é, tipo, liberado e ninguém põe regras nem nada, e tipo o:: o lugar:: tipo:: isso não é lugar de criança tá, e tipo... o:: é muito liberado, tipo assim, ninguém tá nem aí. Entre criança acontece um monte de coisa, tipo, eles coloca coisa nas bebida e... acaba que acontece estrupo:: um monte de coisa, e aí, tipo, pode gerar doenças na:: pras pessoa:: pras crianças, geralmente é grávide:: gravidez, essas coisa assim que não pode ser controlada, né.

P - Entendi:: ok, alguém quer complementar?

Aa - (G)...

Ao - Eu que complemento agora, também?

P - Não:: Só se:: quiser:: se precisar. Vocês acham que precisa? Eu acho que dá pra apresentar a contra argumentação e depois vocês apresentam a tréplica, pode ser? Contra argumentação então, vamos ver se:: se o pessoal aqui vai continuar falando.../

Aa - Não, professora, rapidão, deixa só eu falar um negócio...

P - Vai ser relacionada a essa argumentação?

Aa - Sim.

P - Ok.

Aa - E aí depois eles falam a outras deles.

P - Tá.

Aa - É...

P - [?]

Aa - ... Como... uhn:: a nossa [?] falou a respeito:: das crianças estarem no baile funk, será que o problema está no baile funk ou no Estado? Será que elas não deveriam estar em creches, em instituições:: educacionais? É:: então, o problema não é o funk em si, é

o Estado, é do jeito que:: é:: a:: que a socie:: o Estado tá lidando com os problemas sociais, econômicos, é... Nós podemos analisar que não são apenas em baile funks que as crianças acabam se drogando, meninas de doze anos acabam engravidando... Então esses problemas.../

Aa - Já vem, né...

Aa - ...de classes:: vamos se dizer, de classes mais:: mais baixas já vêm de outros tempos, e agora ele está ganhando mais... espaço em nosso meio e está sendo inserido... Porém, é... como podemos observar, para tampar com o Estado, as pessoas acabam colocando o funk como... o problema principal, mas na verdade é o Estado, porque, é... essas pessoas de classe baixa, de vidas, vamo se dizer, não tão boas, de condições:: precárias. Elas não estão ali porque elas querem, elas:: no funk passam... elas estão passando a realidade do que acontece em favelas, e não é só:: podemos observar:: não é só o funk que mostra isso, mas ele ganha mais espaço em nosso meio pelo fato dele mostrar da:: que:: é... o que acontece realmente. Isso dá um atrito entre o Estado e o funk, e aí que ocorre:: que vai ter que um dos dois vão ter que... como que eu posso dizer...

Ao - (J)...

P - Ok. Eu acho que já deu:: já dá pra pegar a ideia, né? Ela falou da relação do Estado com essas crianças, enfim... né? Como vocês respondem a isso tudo que ela falou?

Aa - Eu acho que é [?] eles fizeram uma lei, tipo, pra, no caso que ainda não foi aprovado pra criminalizar o funk, tipo, essas crianças:: tipo assim:: elas podem até, tipo, ser a realidade delas, mas é elas veem, nesse baile funk, tipo, um recurso pra ela fugir do que acontece em casa... Aí, tipo assim, como já tá rolando droga, é tudo liberado, ninguém tá impedindo, elas veem:: veem como um escape, tipo assim, 'tá liberado?', eu vou usar. E tipo, como:: é uma lei que tá sendo criada:: que não foi aprovada ainda, poderia ser, tipo, cria:: é... essa lei criada e juntan:: e tipo, melhorando outras leis, pra melhorar o auxílio pra essas crianças.

P - Ok.

Ao - Posso complementar, professora?

Ao - Também queria, já que a:: já que não/

P - É:: deixa:: deixa os meninos complementarem, aí:: só:: vou te dar a tréplica, tá? Pode falar, (C1).

Ao - Eu?

Ao - É o (G).

P – É (C1).

Ao – Não, deixa eu falar, (C1).

P – Deixa o (C1) falar um pouquinho.

Ao – Eu acho que:: como... a:: o jovem está no meio característico das drogas e da apologia ao crime, que... ele é influenciado inconscientemente, que ele nem imagina a:: a situação como:: desa:: desagradável, ele:: meio que ele faz aquilo porque ele já vive naquele meio, ele já tá propício a:: a conviver com aquilo e ele acha que aquilo é certo. Então, ele vai usar as drogas e... o funk mostra que:: as drogas s:: são uma coisa:: não sei... como explicar:: é, tipo:: o funk, é, o funk incita, é... eu acho que é isso, professora.

Ao – Eu posso complementar ele, professora?

P – Um pouquinho, rapidinho, tá.

Ao – Rapidinho não dá, porque é tão grande que eu vou ter que/

P – Ah, então rapidinho não dá, os meninos:: os avaliadores vão falar, então .

Aa – Ah, não, deixa eles, falarem.

Aa – Deixa os meninos falarem.

Ao – Deixa o (G) falar.

P – Rapidinho?

Ao – Tá.

P – Tá.

Ao – Então, assim, a relação do Estado com funk em relação à criminalização:: sobre:: crime:: apologia ao crime, é... não tá existindo... um caminho objetivo pra diminuir o crime assim:: tipo, não tem mais o que diminuir o crime, por isso que é tudo um processo. A criminalização do funk é um processo... entendeu? É um processo pra quê:: com quais objetivos? Diminuição do:: do crime, diminuição do uso drogas e de outros.../

Aa – Não vai diminuir, véi...

Ao - ... Processo, né, processo...

Aa – Nossa, ele tá repetindo o que ele falou.

P – Deixa ele terminar o argumento dele... Vai, pode falar.

Ao – Eita:: eu me perdi agora, professora... Processo... Aí que mais cê falava? Esqueci que falaram agora...

P – Ela falou que isso é responsabilidade do Estado e não necessariamente está relacionado aos bailes funks, é algo anterior aos bailes funks...

Ao – Ah, sim...

Aa – Professora, cê não vai falar, não?

P – Esse é o momento da tréplica/

Ao – É uma responsabilidade do Estado, só que o Estado não toma precauções suficientes pra:: estabelecer certa segurança nos bailes funks... uma vez que eles são proibidos, né, em alguns casos:: no caso do uso de drogas, entre outros. Então, o Estado não consegue controlar esse problema, por isso ele tem que procurar outro tipo de solução, no caso, a que a gente tá defendendo.

P – Entendi. Ót:: Ok, agora é o momento, então, dos avaliadores, porque senão eles não vão ter um tempo legal para falar.

Aa – Já é onze e meia.

P – Certo? Então eles:: eles podem falar... É... Ok, quem vai começar? (M)? Vitor?

Aa – ... Você começou a anotar, então você começa, uai, cê tem anotação...

Ao – Tá bem... Professora, é... Segundo minhas anotações da aula passada, é... o (G) a sua... o seu argumento e:: o Vitor deveria ter anotado, e perdeu... E eu tava analisando os argumento da (J). Ela cita que o funk:: que acha que o funk não incentiva a apologia:: é... do crime, e, a partir das letras fortes que tem. Ela, primeiramente, faz uma contradição, porque o... o (G) cita o rap, e ela compara o rap com o funk e fala que mesmo... é, o funk sendo proibido, o rap também teria que ser proibido porque tinha letras fortes, então ela faz uma contradição no que ela falou, inicialmente.

Ao – Contradição.

Ao – Ela também... ... A (B2) também, ela cita... é, o teste de umas músicas que foram proibidas e retiradas no YouTube... que foram tiradas no Youtube, e o Filipe também ajuda a complementar. Essas música, elas não foram retiradas, tipo, elas continuam lá e... não tem nenhuma lei que proíbe elas/

Aa – Mas assim, pode ter:: pode ter, tipo assim, elas são escrita com outras letra atualmente, mas as que tá com a letra agressiva ainda tá rodando, entendeu?/

Ao – Ainda tá rodando, e elas continuam, e rodando, mesmo sem nada pra proibir.

Aa – E eles falaram que, tipo assim, foi tirada, né, as que tinha letra forte/

Ao – E tipo, eles citaram uma música como:: tipo, falaram só da música, mas tem uma coisa muito relacionada à:: à música que é o ritmo. Não adianta nada a música ter uma:: não uma letra tão forte assim mas o vídeo sexualizar a mulher, tipo, e... muitos vídeos no YouTube tem:: a letra não é tão forte, mas o vídeo sexualiza a mulher.

Aa – Querendo isso ou não, coloca a mulher como objeto sexual, a música tendo sim ou não alguma coisa, tipo assim, que cita a mulher, entendeu? Mas tem elas lá no vídeo, mostrando...

P – Tá... Ok. Mais alguma observação?... Mais alguma observação?

Ao – Vai, Filipe...

Aa – No caso da (B2), ela falou que, tipo assim, que o funk canta a realidade, não faz apologia a crime porque conta a realidade, não é? Bom, tem uma letra bem aqui, né, que fala bem assim, ó: ‘pega uma velha, deixa ela pelada, ponho no fogo o cabelo e apague na’... Pois é, tá bem aqui, ó... ‘na paulada, funkeiro sangue bom, funkeiro sangue frio, estrupa mãe, estrupa pai e também estrupa fi:’... caralho, se isso for realidade...

Aa – Pois é a realidade...

Aa – Pior que acontece...

Aa – ‘Estrupa pai, estrupa mãe, es:’, isso aqui é [?] uma apologia ao crime

Aa – É a realidade/

Aa – Mas aqui é uma apologia ao crime/

Aa – Mas tá aí mostrando a realidade, ela não falou nada errado, porque se você liga o: a televisão, olha os jornais, tem estrupadores nas ruas, tem:: tem a/

Aa – Estrupando pai e mãe?

Aa – Tem.

Aa – Tem.

Aa – Quer que eu cite um caso?

Ao – Eu posso falar também?

P – Deixa eles terminarem de falar... [?] Ok, ok, peraí, gente, peraí, esse é o momento dos avaliadores falarem, depois que eles terminarem, vocês, se:: quiserem, podem falar ‘olha, eu não concordo com isso, porque:: ou, ou:: sim, eu posso:: aca:: acabei falando isso, mas não era exatamente isso que eu queria ter dito’/

Aa – Nossa, eu vou meter o pau no [?]

P - ... Entendeu? Ok, querem fazer mais alguma observação? Vai, Vitor.

Ao – Essa letra aqui, ó, deixa bem:: bem explícita a apologia, que fala assim... ‘funkeiro... funkeiros sangue bom é funkeiro sangue frio’... tipo... mostra, eles fala bem assim:: que, tipo, ele não precisa ser bom, você tem que ter o sangue frio , tipo, fazer isso... que eles tão falando.

P – Ok. O que mais?

Aa – Tipo, a (J), nos argumentos dela:: não, nos argumentos não, na pergunta, ela não deixou muito bem claro, porque depois ela teve que voltar a pergunta pra ela e explicar o que ela quis falar, no caso, ela fez a pergunta porque a... a (A3) falou alguma coisa, ela teve que retornar a pergunta pra ela pra ela poder explicar o que foi que ela quis dizer, entendeu?

Aa – Uhn, não sei...

Aa – Vixe, mas aí você já tá falando da pessoa...

P – Ok. Mais alguma coisa? Mais alguma outra observação?... Vai (M).

Ao – É... intersecções também... Isso perde ponto, não perde?

P – Isso, não respeitar o tempo, interferir a fala do outro...

Ao – Houve muita falta de desrespeito em ambos lados, porque... no momento em que um estava na réplica ou na tréplica, o... é:: pessoas do outro... do outro grupo ficavam interferindo, querendo... fazer um argumento em cima da... da fala do adversário, do oponente ou...

P – Uhun...

Ao - É, por aí, né, é isso...

P – Isso, isso também é importante, né, o respeito às regras do debate... Mais alguma coisa?...

Aa – Não sei não...

Ao – Deixa eu achar aqui...

Aa – Não pode [?] não, professora?

Ao – Olha...

P – Rapinho...

Ao - ... Pontos de vistas que vocês poderiam tentar... Vocês poderiam:: vocês... falaram... contra a criminalização do funk, vocês poderiam ter usado:: é... as partes culturais do funk e a parte que... o funk também, é... é um refúgio pra:: pra fugir da pobreza, porque muitas pessoas, é... procuram a:: fugir da pobreza e encontram isso no funk, porque é um modo fácil da pessoa ganhar dinheiro e da pessoa... subir na vida, mesmo fazendo apologias, mesmo... é... fazendo... discriminações nas músicas, e isso é uma coisa que vocês deveriam ter citado:: não citaram, e uma forma de...

P – Ok.

Ao – É, um argumento, tipo, bem forte que a (J) falou que... a culpa do... de:: dessa:: da:: da criminalização tá acontecendo não é do funk, é do Estado, porque, tipo... realmente o:: a parte mais pobre do:: da favela do Rio de Janeiro, como exemplo, é

esquecida pelo Estado, então, tipo, como não tem leis, essas coisas, é, acaba com... como eu posso dizer...

Aa – Sendo esquecido.

Ao – É, acaba sendo esquecido e, com isso, pode correr solto, sabe...

Ao – E...e eles cria uma forma de... de obter meio que um capital pra eles...

Ao – Tipo, isso é o jeito que::co:: como não tem:: por essa cultura na:: [?] na favela, eles acaba procurando o jeito mais fácil de ganhar dinheiro... nas drogas, né...

P – Ok, ótimo... As observações foram todas pertinentes, né, a questão do respeito ao tempo, ao momento de fala do colega, é:: isso, não só por causa do debate, mas é porque é importante pra gente poder expressar bem o nosso argumento, ser ouvido e ser contra-argumentado, né, isso é importante. Infelizmente, não vai dar tempo deu:: de eu:: de dar espaço pra vocês contra-argumentarem, é... Por quê? Vamo fazer um momento de autocrítica aqui agora. Vocês acham que todos devem ganhar?

Ao – Eu acho.

Aa – Sim.

P – Por quê?

Ao – Por ter participado do debate e.../

Ao – Todo mundo tentou.

Aa – Nós estamos aqui falando de desigualdade social, de economia...

P – Isso... eu também concordo, eu também concordo que:: é, tá todo mundo.../... Eu também concordo que, se todo mundo, de alguma forma, direta ou indiretamente, participou, ganha, né. Mas é importante que vocês se esforcem cada vez mais pra que no futuro vocês consigam ganhar aquilo que vocês querem por vocês mesmos, entendeu? Sem precisar:: é:: contar tanto com... aquilo que o outro tem pra me oferecer, certo? Esse é o momento pra gente errar, pra gente passar vergonha, pra gente:: a:: pedir ajuda pro colega, né. Esse é o momento pra gente treinar nossa argumentação. Vocês acham que, de alguma forma, ajudou a pensar essas coisas de argumentação,

Aa – Sim...

P – ...de ponto de vista... Beleza.

Aa – Professora...

P – Uhn, rapidinho... Pode falar.

Aa – Posso?

P – Pode, rapidinho.

Aa – É... o (G) tinha falado um negócio de... refugi:: é... a gente ter colocado:: rapidão, professora, só um instante:: ter colocado, é... o argumento de refugir da pobreza, certo?

P – Uhun.

Aa – Nós colocamos no momento em que nós falamos da classe baixa que muitos do:: que a classe baixa é a que coloca... que escuta mais o funk, que... a maioria dos que estão na fama:: os cantores funkeiros são da classe baixa:: em questão da (A1) ter falado lá da... é:: do Estado lá do:: do carinha que cantou aquele negócio... sevoc:: infelizmente se você ligar a televisão, os telejornais:: eu acho que, como você é... :: a avaliadora, você deve:: deveria estar informada, porque realmente acontece muitos estrupo, acontece muita violência não só na rua/

Aa – Eu só falei da maconha, (J).../

Aa – Não só em baile funk...

Aa – Porque, tipo assim, eu falei que era uma coisa/

Aa – Não só... nesses lugares, até mesmo porque.../

P – Gente, ok...

Ao – Essas [?] é foda...

P – Ok... ok... parou, beleza, né, porque eu falei que senão não ia dar tempo da gente fazer esse movimento:: os avaliadores:: eu acho que falaram:: pertinente a tudo que vocês falaram, tem tudo a ver... Todos vão ganhar o prêmio e é o seguinte, uma outra parte dessa atividade é: agora vocês vão colocar isso no papel pra pessoas específicas, tá? Eu vou entregar uma folha e no:: no topo dessa folha vai ter o nome da pessoa pra quem vocês vão escrever a redação sobre essa temática, entendeu?

Ao – É pra hoje?

P – Duas... Não, é pra próxima aula. Os dois:: se os dois fizerem, os dois ganham outro prêmio, se só um fizer, nenhum dos dois ganha... certo? No topo da folha tem o nome, tá? E aí vocês vão aproveitar as discussões que foram feitas aqui em sala, vai ser muito mais tranquilo. Não se esqueçam de antes de escrever fazer aquele movimento que a gente fez aqui... pa:: pra parar, pensar ‘o que que eu vou colocar no meu texto?’, qual argumento que eu vou colocar. Lembrando que na introdução a gente tem que apresentar três coisas, que são: tema, ponto de vista e indícios do projeto de texto, né? E no desenvolvimento, que que eu tenho que fazer? Eu tenho que retomar o ponto de vista e desenvolver um repertório sociocultural, certo? Vocês precisam escrever é:: essa redação, vão escrever pro colega de vocês, né, e depois vocês vão sentar em duplas e vocês vão avaliar o texto um do outro. Isso que os avaliadores fizeram, vocês vão fazer

com o texto do colega de vocês, certo? Vocês vão compartilhar o que que vocês queriam ter feito, que que vocês conseguiram fazer, o que que não conseguiram fazer, certo? Agora uma pergunta: eu fiz um sorteio lá em casa e organizei os textos de uma forma. Vocês preferem da forma como eu fiz ou querem que eu sorteie aqui na hora e cada vai pegar uma folha diferente?

Aa – Não, pode deixar assim...

P – Beleza. Então vamo lá...

Ao – Professora, você sorteou baseado em quê?

P – Só pelo número da chamada.

Ao – Ah...

A – [...]

P – Isso

Aa – Eu vou pegar o nome de alguém e vou [?] o nome da pessoa...

P – (B1)... (B1), você vai escrever pra (R)...

Aa – Ô, professora/

P – A (R) vai escrever pra (B1)... Oi?

Aa – Esse negócio aí, é pra gente fazer o que mesmo? Que eu não entendi direito... É pra mim escrever o meu ponto de vista pra pessoa/

P – Pro colega de vocês... Isso. Por exemplo, aqui tá o nome da (A4) e da (V2). A (A4) vai escrever pra (V2) e a (V2) vai escrever pra (A4)/

Aa – [?] minha paiceila...

P – Se os dois escreverem, os dois ganham o prêmio na próxima aula. Se só um escrever, ninguém ganha.

Ao – Escrever o que, professora?

Aa – Mas peraí. O que que eu tenho que escrever?

P – Sobre esse tema. Aqui tá a indicação, ó... Vocês vão escrever sobre a criminalização do funk.

Aa – Professora, eu queria pegar o que tem o da minha paiceila (L), sabe?

P – É, mas ela ficou com a (V1)...

Aa – Como assim?

Aa – Ah, não, fala sério...

P – E a (L)...

Aa – Ela não veio...

Ao – Eu entrego pra ela...

P – Tá, vou só deixar aqui em cima/

Aa – Todo mundo tá aí com seus amiguinhos e eu saí sem a minha paiceila...

P – (M) e (A1)...

Aa – Olha aí, todo mundo com os amiguim, me excluindo...

Aa – Ô, (J), vou te entregar um negócio...

P – (F) e... (A2)... Você entrega... ah, tá, a (A2) tá ali, né...

A – [...]

P – (C1) e... (C1) vai escrever pra (B2), a (B2) vai escrever pro (C1)...

Aa – Nossa, (C1)...

P – (C2) e... a (A3):: cadê a (A3)?

Aa – Tô aqui...

A – [...]

P – Não veio? Não tem problema, pode me entregar na outra... Aqui o do (C1), você escreve pra ele e ele escreve pra você. (B2), você escreve pro (C1)? Ele vai fazer também...

A – [...]

P – (G) e (P)...

Ao – (P), faz aí, (P), eu quero ganhar o prêmio.

P – (J) e a (V1)::(J) e Vitor, né?

Aa – Eu vou fazer de propósito/

P – Todo mundo recebeu a folha?

A – Não

P – A (V1)::(T), né? Ficou número ímpar, né...

Ao – O do (B3)...

P – Ah, é verdade, tá:: aqui o do (B3) tá o da (T).

[Alunos conversam entre si]

P – Todo mundo recebeu então, né? Certo.

[Alunos conversam entre si]

**APÊNDICE E - PROPOSTA DE REDAÇÃO SOBRE “A CRIMINALIZAÇÃO
DO FUNK NO BRASIL”**

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Aluno (a): _____

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A criminalização do funk no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

APÊNDICE F - REDAÇÃO SOBRE “A CRIMINALIZAÇÃO DO FUNK NO BRASIL”

A criminalização do funk no Brasil

Há alguns anos, o gênero musical funk surgiu nas favelas do Rio de Janeiro e, em pouco tempo, conquistou o gosto musical de grande parte da população brasileira. Assim, esse gênero surge como uma manifestação cultural da periferia do Brasil e retrata, com diferentes linguagens, a realidade da população que transita por esses espaços marginalizados. Essa origem e força do funk brasileiro, entretanto, tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não reconhecem esse gênero musical como parte da cultura do Brasil, o que repete a história de perseguição a outras manifestações populares brasileiras.

Nesse contexto de ataque ao funk, uma proposta formulada por civis foi apresentada ao Congresso com a finalidade de criminalizar esse gênero musical. O criador da proposta, que conseguiu o apoio de mais de 20 mil pessoas, justifica essa criminalização com o fato de que as letras das músicas de alguns funks atacam a dignidade de mulheres, crianças e adolescentes. Esse argumento, contudo, não é suficiente, uma vez que já existem leis que punem autores e impedem a circulação de músicas, não só do gênero funk, que fazem incitação a práticas de crimes e apologia a criminosos, como a lei número 2.848/40.

Ademais, é possível perceber que esse ataque ao funk reflete, na verdade, uma aversão ao povo e à cultura popular brasileira que deram origem e alimentam esse gênero musical. O funk, em suas diversas modalidades, consciente, proibidão, ostentação, canta a realidade do povo, em sua grande maioria pobre, negro, marginalizado. Prova de que essa tentativa de criminalização de um gênero musical tão popular no Brasil é uma tentativa de criminalização da própria realidade desse povo é que essa história repete a história de perseguição a outras manifestações culturais populares, como o samba, o rap e a capoeira.

Desse modo, frente essa realidade de perseguição não só ao gênero musical funk, mas principalmente ao povo e à cultura popular brasileira, medidas devem ser adotadas para que a realidade do Brasil torne-se outra. É preciso que o Poder Executivo melhor investigue e puna os autores de músicas que incitam a prática de crimes e que façam apologia a criminosos. Além disso, é preciso que o Ministério da Cultura contribua com a valorização do funk e das demais manifestações culturais brasileiras, por meio de

campanhas de conscientização e de eventos culturais. Assim, espera-se que toda a sociedade aprenda ao menos a respeitar as origens e a diversidade dessas manifestações.

**APÊNDICE G - IMAGENS DA REDAÇÃO SOBRE “A CRIMINALIZAÇÃO DO
FUNK NO BRASIL” COLOCADA EM ORDEM PELOS ALUNOS**

Há alguns anos, o gênero musical funk surgiu nas favelas do Rio de Janeiro e, em pouco tempo, conquistou o gosto musical de grande parte da população brasileira. Assim, esse gênero surge como uma manifestação cultural da periferia do Brasil e retrata, com diferentes linguagens, a realidade da população que transita por esses espaços marginalizados.

Essa origem e força do funk brasileiro, entretanto, tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não reconhecem esse gênero musical como parte da cultura do Brasil, o que repete a história de perseguição a outras manifestações populares brasileiras.

Nesse contexto de ataque ao funk, uma proposta formulada por civis foi apresentada ao Congresso com a finalidade de criminalizar esse gênero musical. O criador da proposta, que conseguiu o apoio de mais de 20 mil pessoas, justifica essa criminalização com o fato de que as letras das músicas de alguns funks atacam a dignidade de mulheres, crianças e adolescentes.

Esse argumento, contudo, não é suficiente, uma vez que já existem leis que punem autores e impedem a circulação de músicas, não só do gênero funk, que fazem incitação a práticas de crimes e apologia a criminosos, como a lei número 2.848/40.

Ademais, é possível perceber que esse ataque ao funk reflete, na verdade, uma aversão ao povo e à cultura popular brasileira que deram origem e alimentam esse gênero musical. O funk, em suas diversas modalidades, consciente, proibidão, ostentação, canta a realidade do povo, em sua grande maioria pobre, negro, marginalizado.

Prova de que essa tentativa de criminalização de um gênero musical tão popular no Brasil é uma tentativa de criminalização da própria realidade desse povo é que essa história repete a história de perseguição a outras manifestações culturais populares, como o samba, o rap e a capoeira.

Desse modo, frente essa realidade de perseguição não só ao gênero musical funk, mas principalmente ao povo e à cultura popular brasileira, medidas devem ser adotadas para que a realidade do Brasil torne-se outra.

Além disso, é preciso que o Ministério da Cultura contribua com a valorização do funk e das demais manifestações culturais brasileiras, por meio de campanhas de conscientização e de eventos culturais. Assim, espera-se que toda a sociedade aprenda ao menos a respeitar as origens e a diversidade dessas manifestações.

É preciso que o Poder Executivo melhor investigue e puna os autores de músicas que incitam a prática de crimes e que façam apologia a criminosos.

Há alguns anos, o gênero musical funk surgiu nas favelas do Rio de Janeiro e, em pouco tempo, conquistou o gosto musical de grande parte da população brasileira. Assim, esse gênero surge como uma manifestação cultural da periferia do Brasil e retrata, com diferentes linguagens, a realidade da população que transita por esses espaços marginalizados.

Essa origem e força do funk brasileiro, entretanto, tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não reconhecem esse gênero musical como parte da cultura do Brasil, o que repete a história de perseguição a outras manifestações populares brasileiras.

Ademais, é possível perceber que esse ataque ao funk reflete, na verdade, uma aversão ao povo e à cultura popular brasileira que **deram** origem e alimentam esse gênero musical. O funk, em suas diversas modalidades, consciente, proibidão, ostentação, canta a realidade do povo, em sua grande maioria pobre, negro, marginalizado.

Desse modo, frente essa realidade de perseguição não só ao gênero musical funk, mas principalmente ao povo e à cultura popular brasileira, medidas devem ser adotadas para que a realidade do Brasil torne-se outra.

Prova de que essa tentativa de criminalização de um gênero musical tão popular no Brasil é uma tentativa de criminalização da própria realidade desse povo é que essa história repete a história de perseguição a outras manifestações culturais populares, como o samba, o rap e a capoeira.

Esse argumento, contudo, não é suficiente, uma vez que já existem leis que punem autores e impedem a circulação de músicas, não só do gênero funk, que fazem incitação a práticas de crimes e apologia a criminosos, como a lei número 2.848/40.

Nesse contexto de ataque ao funk, uma proposta formulada por civis foi apresentada ao Congresso com a finalidade de criminalizar esse gênero musical. O criador da proposta, que conseguiu o apoio de mais de 20 mil pessoas, justifica essa criminalização com o fato de que as letras das músicas de alguns funks atacam a dignidade de mulheres, crianças e adolescentes.

Além disso, é preciso que o Ministério da Cultura contribua com a valorização do funk e das demais manifestações culturais brasileiras, por meio de campanhas de conscientização e de eventos culturais. Assim, espera-se que toda a sociedade aprenda ao menos a respeitar as origens e a diversidade dessas manifestações.

É preciso que o Poder Executivo melhor investigue e puna os autores de músicas que incitam a prática de crimes e que façam apologia a criminosos.

Há alguns anos, o gênero musical funk surgiu nas favelas do Rio de Janeiro e, em pouco tempo, conquistou o gosto musical de grande parte da população brasileira. Assim, esse gênero surge como uma manifestação cultural da periferia do Brasil e retrata, com diferentes linguagens, a realidade da população que transita por esses espaços marginalizados.

Desse modo, frente essa realidade de perseguição não só ao gênero musical funk, mas principalmente ao povo e à cultura popular brasileira, medidas devem ser adotadas para que a realidade do Brasil torne-se outra.

Prova de que essa tentativa de criminalização de um gênero musical tão popular no Brasil é uma tentativa de criminalização da própria realidade desse povo é que essa história repete a história de perseguição a outras

manifestações populares, como o samba, o rap e a capoeira. Nesse contexto de ataque ao funk, uma proposta formulada por civis foi apresentada ao Congresso com a finalidade de criminalizar esse gênero musical. O criador da proposta, que conseguiu o apoio de mais de 20 mil pessoas, justifica essa criminalização com o fato de que as letras das músicas de alguns funks atacam a dignidade de mulheres, crianças e adolescentes.

Ademais, é possível perceber que esse ataque ao funk reflete, na verdade, uma aversão ao povo e à cultura popular brasileira que deram origem e alimentam esse gênero musical. O funk, em suas diversas modalidades, consciente, proibidão, ostentação, canta a realidade do povo, em sua grande maioria pobre, negro, marginalizado.

Esse argumento, contudo, não é suficiente, uma vez que já existem leis que punem autores e impedem a circulação de músicas, não só do gênero funk, que fazem incitação a práticas de crimes e apologia a criminosos, como a lei número 2.848/40.

Essa origem e força do funk brasileiro, entretanto, tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não reconhecem esse gênero musical como parte da cultura do Brasil, o que repete a história de perseguição a outras manifestações populares brasileiras.

É preciso que o Poder Executivo melhor investigue e puna os autores de músicas que incitam a prática de crimes e que façam apologia a criminosos.

Além disso, é preciso que o Ministério da Cultura contribua com a valorização do funk e das demais manifestações culturais brasileiras, por meio de campanhas de conscientização e de eventos culturais. Assim, espera-se que toda a sociedade aprenda ao menos a respeitar as origens e a diversidade dessas manifestações.

Há alguns anos, o gênero musical funk surgiu nas favelas do Rio de Janeiro e, em pouco tempo, conquistou o gosto musical de grande parte da população brasileira. Assim, esse gênero surge como uma manifestação cultural da periferia do Brasil e retrata, com diferentes linguagens, a realidade da população que transita por esses espaços marginalizados.

Essa origem e força do funk brasileiro, entretanto, tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não reconhecem esse gênero musical como parte da cultura do Brasil, o que repete a história de perseguição a outras manifestações populares brasileiras.

Nesse contexto de ataque ao funk, uma proposta formulada por civis foi apresentada ao Congresso com a finalidade de criminalizar esse gênero musical. O criador da proposta, que conseguiu o apoio de mais de 20 mil pessoas, justifica essa criminalização com o fato de que as letras das músicas de alguns funks atacam a dignidade de mulheres, crianças e adolescentes.

Esse argumento, contudo, não é suficiente, uma vez que já existem leis que punem autores e impedem a circulação de músicas, não só do gênero funk, que fazem incitação a práticas de crimes e apologia a criminosos, como a lei número 2.848/40.

Ademais, é possível perceber que esse ataque ao funk reflete, na verdade, uma aversão ao povo e à cultura popular brasileira que deram origem e alimentam esse gênero musical. O funk, em suas diversas modalidades, consciente, proibidão, ostentação, canta a realidade do povo, em sua grande maioria pobre, negro, marginalizado.

Prova de que essa tentativa de criminalização de um gênero popular no Brasil é uma tentativa de criminalização da própria realidade desse povo é que essa história repete a história de perseguição a outras manifestações culturais populares, como o samba, o rap e a capoeira.

Desse modo, frente essa realidade de perseguição não só ao gênero musical funk, mas principalmente ao povo e à cultura popular brasileira, medidas devem ser adotadas para que a realidade do Brasil torne-se outra.

É preciso que o Poder Executivo melhor investigue e puna os autores de músicas que incitam a prática de crimes e que façam apologia a criminosos.

Além disso, é preciso que o Ministério da Cultura contribua com a valorização do funk e das demais manifestações culturais brasileiras, por meio de campanhas de conscientização e de eventos culturais. Assim, espera-se que toda a sociedade aprenda ao menos a respeitar as origens e a diversidade dessas manifestações.

Há alguns anos, o gênero musical funk surgiu nas favelas do Rio de Janeiro e, em pouco tempo, conquistou o gosto musical de grande parte da população brasileira. Assim, esse gênero surge como uma manifestação cultural da periferia do Brasil e retrata, com diferentes linguagens, a realidade da população que transita por esses espaços marginalizados.

Essa origem e força do funk brasileiro, entretanto, tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não reconhecem esse gênero musical como parte da cultura do Brasil, o que repete a história de perseguição a outras manifestações populares brasileiras.

Nesse contexto de ataque ao funk, uma proposta formulada por civis foi apresentada ao Congresso com a finalidade de criminalizar esse gênero musical. O criador da proposta, que conseguiu o apoio de mais de 20 mil pessoas, justifica essa criminalização com o fato de que as letras das músicas de alguns funks atacam a dignidade de mulheres, crianças e adolescentes.

Esse argumento, contudo, não é suficiente, uma vez que já existem leis que punem autores e impedem a circulação de músicas, não só do gênero funk, que fazem incitação a práticas de crimes e apologia a criminosos, como a lei número 2.848/40.

Ademais, é possível perceber que esse ataque ao funk reflete, na verdade, uma aversão ao povo e à cultura popular brasileira que deram origem e alimentam esse gênero musical. O funk, em suas diversas modalidades, consciente, proibidão, ostentação, canta a realidade do povo, em sua grande maioria pobre, negro, marginalizado.

Prova de que essa tentativa de criminalização de um gênero musical tão popular no Brasil é uma tentativa de criminalização da própria realidade desse povo é que essa história repete a história de perseguição a outras manifestações culturais populares, como o samba, o rap e a capoeira.

Desse modo, frente essa realidade de perseguição não só ao gênero musical funk, mas principalmente ao povo e à cultura popular brasileira, medidas devem ser adotadas para que a realidade do Brasil torne-se outra.

É preciso que o Poder Executivo melhor investigue e puna os autores de músicas que incitam a prática de crimes e que façam apologia a criminosos.

Além disso, é preciso que o Ministério da Cultura contribua com a valorização do funk e das demais manifestações culturais brasileiras, por meio de campanhas de conscientização e de eventos culturais. Assim, espera-se que toda a sociedade aprenda ao menos a respeitar as origens e a diversidade dessas manifestações.

Há alguns anos, o gênero musical funk surgiu nas favelas do Rio de Janeiro e, em pouco tempo, conquistou o gosto musical de grande parte da população brasileira. Assim, esse gênero surge como uma manifestação cultural da periferia do Brasil e retrata, com diferentes linguagens, a realidade da população que transita por esses espaços marginalizados.

Essa origem e força do funk brasileiro, entretanto, tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não reconhecem esse gênero musical como parte da cultura do Brasil, o que repete a história de perseguição a outras manifestações culturais brasileiras.

Nesse contexto de ataque ao funk, uma proposta formulada por civis foi apresentada ao Congresso com a finalidade de criminalizar esse gênero musical. O criador da proposta, que conseguiu o apoio de mais de 20 mil pessoas, justifica essa criminalização com o fato de que as letras das músicas de alguns funks atacam a dignidade de mulheres, crianças e adolescentes.

Desse modo, frente essa realidade de perseguição ao funk musical, mas principalmente ao povo e à cultura popular brasileira, medidas devem ser adotadas para que a realidade do Brasil torne-se outra.

Além disso, é preciso que o Ministério da Cultura contribua com a valorização do funk e das demais manifestações culturais brasileiras, por meio de campanhas de conscientização e de eventos culturais. Assim, espera-se que toda a sociedade aprenda ao menos a respeitar as origens e a diversidade dessas manifestações.

Prova de que essa tentativa de criminalização de um gênero musical tão popular no Brasil é uma tentativa de criminalização da própria realidade desse povo é que essa história repete a história de perseguição a outras manifestações culturais populares, como o samba, o rap e a capoeira.

Ademais, é possível perceber que esse ataque ao funk reflete, na verdade, uma aversão ao povo e à cultura popular brasileira que deram origem e alimentam esse gênero musical. O funk, em suas diversas modalidades, consciente, proibidão, ostentação, canta a realidade do povo, em sua grande maioria pobre, negro, marginalizado.

Esse argumento, contudo, não é suficiente, uma vez que já existem leis que punem autores e impedem a circulação de músicas, não só do gênero funk, que fazem incitação a práticas de crimes e apologia a criminosos, como a lei número 2.848/40.

É preciso que o Poder Executivo melhor investigue e puna os autores de músicas que incitam a prática de crimes e que façam apologia a criminosos.

Há alguns anos, o gênero musical funk surgiu nas favelas do Rio de Janeiro e, em pouco tempo, conquistou o gosto musical de grande parte da população brasileira. Assim, esse gênero surge como uma manifestação cultural da periferia do Brasil e retrata, com diferentes linguagens, a realidade da população que transita por esses espaços marginalizados. ①

Essa origem e força do funk brasileiro, entretanto, tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não reconhecem esse gênero musical como parte da cultura do Brasil, o que repete a história de perseguição a outras manifestações populares brasileiras. ②

Ademais, é possível perceber que esse ataque ao funk reflete, na verdade, uma aversão ao povo e à cultura popular brasileira que deram origem e alimentam esse gênero musical. O funk, em suas diversas modalidades, consciente, proibidão, ostentação, canta a realidade do povo, em sua grande maioria pobre, negro, marginalizado. ③

Nesse contexto de ataque ao funk, uma proposta formulada por civis foi apresentada ao Congresso com a finalidade de criminalizar esse gênero musical. O criador da proposta, que conseguiu o apoio de mais de 20 mil pessoas, justifica essa criminalização com o fato de que as letras das músicas de alguns funks atacam a dignidade de mulheres, crianças e adolescentes. ④

Esse argumento, contudo, não é suficiente, uma vez que já existem leis que punem autores e impedem a circulação de músicas, não só do gênero funk, que fazem incitação a práticas de crimes e apologia a criminosos, como a lei número 2.848/40. ⑤

Desse modo, frente essa realidade de perseguição não só ao gênero musical funk, mas principalmente ao povo e à cultura popular brasileira. Prova de que essa tentativa de criminalização de um gênero musical tão popular no Brasil é uma tentativa de criminalização da própria realidade desse povo é que essa história repete a história de perseguição a outras manifestações culturais populares, como o samba, o rap e a capoeira. ⑥

É preciso que o Poder Executivo melhor investigue e puna os autores de músicas que incitam a prática de crimes e que façam apologia a criminosos. ⑦

Além disso, é preciso que o Ministério da Cultura contribua com a valorização do funk e das demais manifestações culturais brasileiras, por meio de campanhas de conscientização e de eventos culturais. Assim, espera-se que toda a sociedade aprenda ao menos a respeitar as origens e a diversidade dessas manifestações. ⑧

Há alguns anos, o gênero musical funk surgiu nas favelas do Rio de Janeiro e, em pouco tempo, conquistou o gosto musical de grande parte da população brasileira. Assim, esse gênero surge como uma manifestação cultural da periferia do Brasil e retrata, com diferentes linguagens, a realidade da população que transita por esses espaços marginalizados.

Essa origem e força do funk brasileiro, entretanto, tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não reconhecem esse gênero musical como parte da cultura do Brasil, o que repete a história de perseguição a outras manifestações populares brasileiras.

Nesse contexto de ataque ao funk, uma proposta formulada por civis foi apresentada ao Congresso com a finalidade de criminalizar esse gênero musical. O criador da proposta, que conseguiu o apoio de mais de 20 mil pessoas, justifica essa criminalização com o fato de que as letras das músicas de alguns funks atacam a dignidade de mulheres, crianças e adolescentes.

Prova de que essa tentativa de criminalização de um gênero musical tão popular no Brasil é uma tentativa de criminalização da própria realidade desse povo é que essa história repete a história de perseguição a outras manifestações culturais populares, como o samba, o rap e a capoeira.

Esse argumento, contudo, não é suficiente, uma vez que já existem leis que punem autores e impedem a circulação de músicas, não só do gênero funk, que fazem incitação a práticas de crimes e apologia a criminosos, como a lei número 2.848/40.

Ademais, é possível perceber que esse ataque ao funk reflete, na verdade, uma aversão ao povo e à cultura popular brasileira que deram origem e alimentam esse gênero musical. O funk, em suas diversas modalidades, consciente, proibidão, ostentação, canta a realidade do povo, em sua grande maioria pobre, negro, marginalizado.

Desse modo, frente essa realidade de perseguição não só ao gênero musical funk, mas principalmente ao povo e à cultura popular brasileira, medidas devem ser adotadas para que a realidade do Brasil torne-se outra.

É preciso que o Poder Executivo melhor investigue e puna os autores de músicas que incitam a prática de crimes e que façam apologia a criminosos.

Além disso, é preciso que o Ministério da Cultura contribua com a valorização do funk e das demais manifestações culturais brasileiras, por meio de campanhas de conscientização e de eventos culturais. Assim, espera-se que toda a sociedade aprenda ao menos a respeitar as origens e a diversidade dessas manifestações.

Há alguns anos, o gênero musical funk surgiu nas favelas do Rio de Janeiro e, em pouco tempo, conquistou o gosto musical de grande parte da população brasileira. Assim, esse gênero surge como uma manifestação cultural da periferia do Brasil e retrata, com diferentes linguagens, a realidade da população que transita por esses espaços marginalizados.

Essa origem e força do funk brasileiro, entretanto, tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não reconhecem esse gênero musical como parte da cultura do Brasil, o que repete a história de perseguição a outras manifestações populares brasileiras.

Ademais, é possível perceber que esse ataque ao funk reflete, na verdade, uma aversão ao povo e à cultura popular brasileira que deram origem e alimentam esse gênero musical. O funk, em suas diversas modalidades, consciente, proibidão, ostentação, canta a realidade do povo, em sua grande maioria pobre, negro, marginalizado.

Desse modo, frente essa realidade de perseguição não só ao gênero musical funk, mas principalmente ao povo e à cultura popular brasileira, medidas devem ser adotadas para que a realidade do Brasil torne-se outra.

Esse argumento, contudo, não é suficiente, uma vez que já existem leis que punem autores e impedem a circulação de músicas, não só do gênero funk, que fazem incitação a práticas de crimes e apologia a criminosos, como a lei número 2.848/40.

Prova de que essa tentativa de criminalização de um gênero musical tão popular no Brasil é uma tentativa de criminalização da própria realidade desse povo é que essa história repete a história de perseguição a outras manifestações culturais populares, como o samba, o rap e a capoeira.

Nesse contexto de ataque ao funk, uma proposta formulada por civis foi apresentada ao Congresso com a finalidade de criminalizar esse gênero musical. O criador da proposta, que conseguiu o apoio de mais de 20 mil pessoas, justifica essa criminalização com o fato de que as letras das músicas de alguns funks atacam a dignidade de mulheres, crianças e adolescentes.

É preciso que o Poder Executivo melhor investigue e puna os autores de músicas que incitam a prática de crimes e que façam apologia a criminosos.

Além disso, é preciso que o Ministério da Cultura contribua com a valorização do funk e das demais manifestações culturais brasileiras, por meio de campanhas de conscientização e de eventos culturais. Assim, espera-se que toda a sociedade aprenda ao menos a respeitar as origens e a diversidade dessas manifestações.

APÊNDICE H - REDAÇÃO PREPARADA PARA A ATIVIDADE DE ANÁLISE COM A FICHA DE LEITURA

A criminalização do funk no Brasil

No final do século XIX, as pessoas que praticavam capoeira em locais públicos estavam sujeitas a prisão. No início do século XX, alguém que caminhasse pelas ruas carregando um pandeiro poderia sofrer punições. No século XXI, o funk tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não consideram esse gênero musical parte da cultura brasileira. Assim, essas pessoas tentam criminalizar, com projetos de lei, músicas que retratam a realidade do povo, o que pode ser considerado uma atitude antidemocrática. Além disso, essa postura constrói uma imagem negativa do funk e da cultura popular brasileira no cenário mundial.

Nesse contexto de discussão, algumas pessoas tentam justificar a criminalização desse gênero musical argumentando que o funk é uma porta de entrada para a prostituição e o tráfico de drogas, no entanto, essas práticas não estão intrinsecamente relacionadas ao funk, uma vez que não são restritas aos ambientes dos bailes, assim, a questão não é o gênero musical, mas o fato de o Estado ser negligente em relação à prostituição e ao tráfico de drogas, que são problemas muito anteriores ao surgimento desse gênero e que devem ser superados por meio de outras ações que não a criminalização do funk.

Diante desse crítico cenário, é preciso ressaltar também que aqueles que querem criminalizar o funk ignoram que a Constituição Federal prevê a liberdade de expressão intelectual, científica e artística como um direito essencial para os brasileiros. Dessa forma, os motivos para a criminalização são frágeis e apenas causam repressão e perseguição ao funk.

Portanto, medidas precisam ser tomadas para mudar essa realidade de desrespeito, porque criminalizar o funk é restringir a liberdade de expressão das pessoas. Diante disso, é necessário respeitar esse gênero musical.

APÊNDICE I - FICHA DE LEITURA

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Aluno (a): _____

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

APÊNDICE J - REDAÇÃO SOBRE “CAMINHOS PARA COMBATER O RACISMO NO BRASIL”

Caminhos para combater o racismo no Brasil

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados. Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração. Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravatura, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro “O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil”.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação. Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade. É preciso também que o Ministério

da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação. Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

**APÊNDICE K - IMAGENS DA REDAÇÃO SOBRE “CAMINHOS PARA
COMBATER O RACISMO NO BRASIL” COLOCADA EM ORDEM PELOS
ALUNOS**

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravatura, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro “O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil”.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração.

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravatura, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro "O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil".

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração.

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravatura, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro “O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil”.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravidão, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro "O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil".

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração.

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravatura, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro "O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil".

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravatura, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro “O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil”.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravatura, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro "O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil".

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada ~~sem remuneração~~.

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

~~Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura~~ racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravatura, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro “O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil”.

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravatura, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro “O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil”.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravidão, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro “O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil”.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravatura, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro "O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil".

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravatura, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro “O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil”.

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravatura, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro “O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil”.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

O racismo, em termos gerais, pode ser definido como qualquer pensamento ou atitude que separa as raças humanas por se considerar algumas superiores a outras. No Brasil, infelizmente, pensamentos e atitudes racistas diante de pessoas negras podem ser cotidianamente observados nos mais diversos espaços, mesmo que esses pensamentos e atitudes já tenham sido criminalizados.

Durante o período escravocrata brasileiro, pessoas negras eram consideradas propriedade de pessoas geralmente brancas, podendo ser vendidas, doadas, emprestadas ou mesmo alugadas para realizarem diversos tipos de trabalho, sem descanso suficiente, sem alimentação adequada, sem remuneração.

Essas pessoas negras não eram, portanto, consideradas pessoas, eram consideradas apenas mercadoria, instrumento de trabalho, seres desprovidos de direitos. Mesmo após a abolição da escravatura, ao final do século XIX, esses pensamentos e atitudes racistas diante das pessoas negras infelizmente perduraram, como exposto no livro "O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil".

Prova dessa triste realidade é o fato de que, no Brasil, um jovem negro tem 147% mais chances de ser assassinado do que um jovem branco, segundo o Atlas da Violência de 2016. Além disso, segundo o Ministério Público do Trabalho, pessoas negras enfrentam mais dificuldades na progressão da carreira, na igualdade salarial e são mais vulneráveis ao assédio moral. Ademais, o número de jovens negros nas universidades ainda é bem inferior ao número de jovens brancos.

Essa triste realidade, que precisa ser urgentemente transformada, está diretamente relacionada ao passado escravocrata do Brasil, o que afeta negativamente a vida de milhares de pessoas negras no país ainda hoje.

Desse modo, como consequência da consolidação e da perpetuação de uma cultura racista em relação aos negros do Brasil, milhares de pessoas negras ainda são excluídas da sociedade brasileira em virtude do preconceito e da discriminação.

Portanto, para superar o racismo no Brasil, medidas devem ser adotadas. Assim, é preciso que o Governo Federal fortaleça as já existentes e crie novas políticas afirmativas direcionadas às pessoas negras do país, por meio de projetos de lei que garantam a integração dessas pessoas na sociedade.

É preciso também que o Ministério da Cultura contribua para a desconstrução do racismo no Brasil, mediante campanhas de conscientização sobre a importância da cultura e das comunidades negras para a consolidação do país enquanto nação.

Por fim, é preciso que o Ministério da Educação promova o ingresso e a permanência das pessoas negras nas escolas e universidades. Somente assim, será possível começar a transformar a realidade brasileira.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Seu filho/filha está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada *Ensino de língua portuguesa e formação para o exercício da cidadania: uma proposta de ação pedagógica*. Meu nome é Alexia Maria Cardoso Melo, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Letras – Português. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar que seu filho/filha faça parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável.

Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se consentir a participação dele/dela, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (alexiamaria.cardosomelo@hotmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (62) 99966-0026. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

Informações Importantes sobre a Pesquisa:

O título deste projeto de pesquisa é: *Ensino de língua portuguesa e formação para o exercício da cidadania: uma proposta de ação pedagógica*.

A existência deste trabalho justifica-se na medida em que tem como objetivo contribuir à formação dos alunos do Ensino Básico em pesquisa para que se tornem sujeitos cada vez mais capazes de exercer a própria cidadania por meio da produção de textos autorais, competência avaliada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Assim, para que os sujeitos dessa pesquisa, alunos do Ensino Básico, alcancem o objetivo aqui estabelecido, esses participarão de uma proposta de ação pedagógica que terá como objetivo o desenvolvimento da competência de produção de textos orais e escritos desses alunos, o desenvolvimento da autoria e o desenvolvimento da formação para o exercício da cidadania. Para tanto, serão gravadas e fotocopiadas as produções

textuais orais e escritas desses alunos para que sejam analisados os desenvolvimentos objetivados.

Será mantido o anonimato dos alunos participantes da pesquisa para que esses sujeitos não sofram nenhum desconforto emocional decorrente da análise de suas produções textuais. Já no que se refere à participação desses alunos nas atividades em sala de aula, constrangimentos e desconfortos podem surgir em virtude da necessidade de produção de textos orais e escritos por parte desses alunos. Porém, a participação nas atividades, mediadas pela pesquisadora responsável, também poderá contribuir à aprendizagem desses alunos em relação à produção de textos.

Sobre gratificações e gastos, nenhum participante da pesquisa receberá qualquer gratificação financeira, e também não terá nenhum gasto financeiro por participar da pesquisa. Os participantes poderão pleitear na Justiça uma indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. E os resultados da pesquisa serão divulgados por meio de apresentação de dissertação de mestrado sobre este projeto, bem como serão divulgados por meio da apresentação de artigos científicos e de textos de outros gêneros acadêmicos.

Por fim, nenhum dado fornecido durante a pesquisa será divulgado de forma a expor a identidade dos participantes da pesquisa. O participante poderá se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____,
inscrito(a) sob o RG/ CPF _____, abaixo assinado, autorizo meu/minha filho/filha a participar do estudo intitulado *Ensino de língua portuguesa e formação para o exercício da cidadania: uma proposta de ação pedagógica*. Destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Alexia Maria Cardoso Melo sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como sobre os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação dele/dela no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a participação dele/dela no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, ____ de _____ de _____.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável

ANEXO B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada *Ensino de língua portuguesa e formação para o exercício da cidadania: uma proposta de ação pedagógica*. Meu nome é Alexia Maria Cardoso Melo, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Letras – Português. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (alexiamaria.cardosomelo@hotmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (62) 99966-0026. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

Informações Importantes sobre a Pesquisa:

O título deste projeto de pesquisa é: *Ensino de língua portuguesa e formação para o exercício da cidadania: uma proposta de ação pedagógica*.

A existência deste trabalho justifica-se na medida em que tem como objetivo contribuir à formação dos alunos do Ensino Básico em pesquisa para que se tornem sujeitos cada vez mais capazes de exercer a própria cidadania por meio da produção de textos autorais, competência avaliada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Assim, para que os sujeitos dessa pesquisa, alunos do Ensino Básico, alcancem o objetivo aqui estabelecido, esses participarão de uma proposta de ação pedagógica que terá como objetivo o desenvolvimento da competência de produção de textos orais e escritos desses alunos, o desenvolvimento da autoria e o desenvolvimento da formação para o exercício da cidadania. Para tanto, serão gravadas e fotocopiadas as produções textuais orais e escritas desses alunos para que sejam analisados os desenvolvimentos objetivados.

Será mantido o anonimato dos alunos participantes da pesquisa para que esses sujeitos não sofram nenhum desconforto emocional decorrente da análise de suas produções textuais. Já no que se refere à participação desses alunos nas atividades em sala de aula, constrangimentos e desconfortos podem surgir em virtude da necessidade de produção de textos orais e escritos por parte desses alunos. Porém, a participação nas atividades, mediadas pela pesquisadora responsável, também poderá contribuir à aprendizagem desses alunos em relação à produção de textos.

Sobre gratificações e gastos, nenhum participante da pesquisa receberá qualquer gratificação financeira, e também não terá nenhum gasto financeiro por participar da pesquisa. Os participantes poderão pleitear na Justiça uma indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. E os resultados da pesquisa serão divulgados por meio de apresentação de dissertação de mestrado sobre este projeto, bem como serão divulgados por meio da apresentação de artigos científicos e de textos de outros gêneros acadêmicos.

Por fim, nenhum dado fornecido durante a pesquisa será divulgado de forma a expor a identidade dos participantes da pesquisa. O participante poderá se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Assentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____,
inscrito(a) sob o RG/ CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado *Ensino de língua portuguesa e formação para o exercício da cidadania: uma proposta de ação pedagógica*. Destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Alexia Maria Cardoso Melo sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como sobre os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, ____ de _____ de _____.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável

ANEXO C - PROPOSTA DE REDAÇÃO SOBRE “CAMINHOS PARA COMBATER O RACISMO NO BRASIL”

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Aluno (a): _____

Instruções para a redação

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “texto insuficiente”.
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo textual dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

Textos Motivadores

TEXTO I

Ascendendo à condição de trabalhador livre, antes ou depois da abolição, o negro se via jungido a novas formas de exploração que, embora melhores que a escravidão, só lhe permitiam integrar-se na sociedade e no mundo cultural, que se tornaram seus, na condição de subproletariado compelido ao exercício de seu antigo papel, que continuava sendo principalmente o de animal de serviço. [...] As taxas de analfabetismo, de criminalidade e de mortalidade dos negros são, por isso, as mais elevadas, refletindo o fracasso da sociedade brasileira em cumprir, na prática, seu ideal professado de uma democracia racial que integrasse o negro na condição de cidadão indiferenciado dos demais.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (fragmento).

TEXTO II

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor

Art. 1º – Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

TEXTO III



Disponível em: www12.senado.leg.br. Acesso em: 25 maio 2016.

TEXTO IV

O que são ações afirmativas

Ações afirmativas são políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo dos anos.

Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. As ações afirmativas podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter a representação negativa; para promover igualdade de oportunidades; e para combater o preconceito e o racismo.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país.

No Brasil, as ações afirmativas integram uma agenda de combate à herança histórica de escravidão, segregação racial e racismo contra a população.

Disponível em: www.seppir.gov.br. Acesso em: 25 maio 2016 (fragmento).

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**Caminhos para combater o racismo no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

ANEXO D - REDAÇÕES DOS ALUNOS SOBRE “A CRIMINALIZAÇÃO DO FUNK NO BRASIL”

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Aluna: (B1)

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A criminalização do funk no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Redação

A criminalização do funk deve ser aprovada na sociedade brasileira, pois esse estilo musical incita a violência e o crime, tratando as mulheres como objeto sexual.

Portanto, com essas letras eles induzem os indivíduos ao furto e o tráfico, e assim havendo mais criminosos na sociedade, tendo em vista que muito desses ouvintes são jovens e adolescentes que consequentemente ao escutarem tal estilo estarão mais propensos a violência.

Contudo, vimos que essas músicas são machistas tratando as mulheres como objeto sexual, incentivando a prática do estupro, e isso é um absurdo pois algo que despreza o ser humano como se não tivesse sentimentos deve ser eliminada da comunidade.

Índubitavelmente, medidas deve ser tomadas para amenizar esse problema, que o Poder Judiciário criminalize esses autores, que essas músicas sejam retiradas das plataformas.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Aluna: (B2)

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A criminalização do funk no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Redação

É alarmante que a criminalização do funk no Brasil é um assunto que vêm sendo bastante discutido.

Sabe-se que algumas letras de músicas do ritmo funk faz apologia a sexo, a mulheres e outros, não são todas as letras musicais que retratam a isso. Muitos funkeiros retratam como é a realidade de vida das favelas e em lugares periféricos.

Além disso a criminalização do funk não deveria ser proibida, porque o funk refere-se a cultura brasileira e para proibir o funk tem que mudar o Brasil primeiro.

É necessário ressaltar que bem antes do funk fazer sucesso, o Brasil sempre foi um país que teve muita criminalização muitas drogas, então não foi o funk que trouxe isso para o Brasil.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Aluno: (C1)

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A criminalização do funk no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Redação

É notório que o funk vem sendo alvo de debates por uma possível criminalização. A tentativa de criminalizar deve-se a letra com incitações ao crime e a violência, também ao provocar bailes funk, que são pontos de drogas ilícitas.

Geralmente as letras do ritmo musical causam impactos negativos, por serem ofensivas e mostrar uma violência ou incitação a ela. A apologia ao uso de armas e drogas influenciando muitas vezes jovens que ainda não distinguiram o certo do errado.

Ademais, o ritmo musical geram bailes funk que, por incitar a violência, esses são alvos de criminosos que causam pontos de drogas, induzindo os jovens que frequentam o local a usar estas mesmas. Junto ao tráfico a prostituição é marca destes locais, e tornam as crianças vulneráveis á ela.

O funk, portanto, deve ser criminalizado para diminuir o consumo de drogas, junto ao risco de prostituição. Apesar dos riscos externos, também existem as incitações ao crime nas letras, e com a lei estas letras seriam proibidas, diminuindo índice de criminalidade ao longo do tempo.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Aluno: (F)

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A criminalização do funk no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Redação

É notório que o gênero musical funk, surgiu dentro da periferia do rio de Janeiro, conquistando o gosto musical da população brasileira, tornando-se parte da cultura do país. Apesar disso o funk tem sido alvo de críticas e preconceitos, em relação às letras musicais, e à influência causada pelas mesmas.

No que se refere às críticas sociais, uma parte da população que não aceita o conteúdo explícito nas músicas como, mulher como um objeto sexual, apologia ao crime, incitação ao uso de drogas. Tenho preconceitos em relação ao tipo de músicas.

É indubitável o número de adolescentes que entra no mundo das drogas, sendo influenciado pelo ritmo popular do funk, em bailes, favelas, têm crescido cada vez mais no nosso cotidiano. Isso acontece pelo fato de que o indivíduo não tenha capacidade de pensar por si próprio, e aceita seguindo as ideias apresentadas nas letras da música.

Portanto o preconceito existente em relação ao funk precisa amenizar-se. Com essa finalidade o Estado brasileiro, deve interceder com a criação de novos projetos para uma melhoria na compreensão das pessoas no conceito musical, através de investimentos escolares na educação.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Aluno: (G)

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A criminalização do funk no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Redação

O funk deve ser criminalizado no Brasil, pois este ritmo incita a prática de crimes e faz apologias a diversas ações não éticas, que influenciam os indivíduos de maneira negativa na sociedade.

Com suas letras “sujas”, o funk vem trazendo uma cultura não ética para o país. Nota-se diversos trechos que colocam a mulher como objeto sexual nas músicas, além de outras que incitam a prática de crimes e uso de drogas.

Dessa forma, alguns indivíduos – que não possuem maturidade de pensar por si mesmos – acabam sendo influenciados por esse ritmo e entrando em um mundo de crimes, drogas, prostituição, entre outros.

Além disso, pode-se acrescentar que a influencia causada pelo ritmo funk movimenta, de alguma forma, o tráfico de drogas (em bailes funks, por exemplo) e a marginalização.

Portanto, é indubitável, que a criminalização do funk traria reduções nas taxas criminais do território nacional. Porém, com este fim, o Estado brasileiro deve intervir firmemente com leis e vigilância voltada para estas situações.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Aluna: (J) Rodrigues dos Santos

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A criminalização do funk no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Redação

É indubitável a forma como nossas culturas são inseridas em ritmos musicais, e por meio dessas canções se refletem a realidade de muitos cidadãos, suas mensagens inseridas em nossa sociedade fazem críticas diante de tantos conflitos em nosso cotidiano.

Dentre tantas ferramentas a serem utilizadas, temos as leis que punem autores e impedem a circulação de músicas, não só do gênero funk, que fazem incitação a práticas de crimes e apologia a criminosos, como a lei número 2.848/40.

Sabe-se que o funk se origina das classes mais baixas do nosso país e ainda sofrem repressão e preconceitos, além de serem marginalizados por um ritmo musical que adentram em uma sociocultural.

Diante do exposto está nítido que pode sim, acontece a separação do joio do trigo, portanto não se deve, criminalizar algo que tem consigo as raízes de nossa sociedade, não apenas sociais, mas culturas também.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Aluna: (R) Ingrid

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A criminalização do funk no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Redação

O funk é um ritmo de música dançante, uma cultura brasileira, representada pela forma de sua batida, mas veio gerando polêmica por algumas músicas possuírem letras explícitas. Com isso querem a criminalização do funk no Brasil, um caso que trouxe consigo uma série de assuntos polêmicos envolvendo o funk.

Entretanto, o ritmo funk, sempre possuiu uma grande reprovação de quase maioria da população e uma perseguição contra seu tipo de música. Porém como todos os estilos musicais brasileira, o funk entra como uma cultura do país. Utilizam palavras que contam a realidade vivida por pessoas de baixa renda. Os mais destacados funks são de cantores que relataram algo vivenciado ou presenciado em algum momento da sua vida, mas a maioria que entra no mundo do funk é para tentar sair da pobreza e do seu sofrimento em favelas.

Dentre tantos fatores, a certas músicas escritas que se tornaram explícitas, ditas como uma iniciativa há prática de crimes, apologia a mulher e ao tráfico de drogas. Contudo, realmente a fama do funk é possuir letras pesadas, em certos casos geram polêmica e a música é retirada e mudada a letra. Mas querem criminalizar esse estilo musical, por abordar fatores pelos quais o tornam um crime, porém esqueceram que o funk é uma cultura do Brasil, e que se for olhar o lado pela a prática à crimes e entre outros, não poderá existir mais músicas, pois todas possui letras explícitas e ressalta a prática de crimes.

Diante disso, a outros métodos serem usados, pode haver mudanças. Ao tráfico e apologia a mulher, deverá ter uma preocupação maior abordando casos, dialogos, precauções, propagandas em TV e mais oportunidades cultural, social e trabalhista que mantêm à ocupação socualista. Criminalizar o funk não é uma boa opção, é como se estivessem priorizando e tirando a cultura brasileira. Se quiserem tirar o funk, mude a letra e não à cultura.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Aluna: (T)

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A criminalização do funk no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Redação

O funk surgiu através da música negra norte-americana, é um ritmo cultural muito ouvido por jovens em todo país na década de 1960.

Com ritmo e batida forte o funk não é considerado cultural para algumas pessoas. Desde o ano 2000 até agora veio ganhando força.

Mas veio a Debate á questão de funkeiros mirins cantando musicas que as julgam ser “apologia ao crime” é além disso, “apologia ao sexo”.

“Apologia ao crime”, a visão das pessoas sobre o funk. Em subúrbios, favelas, becos, morros, e vielas o funk tem força e voz. pois é a maneira do “pobre” expressar a dura realidade nas favelas e o que eles sofrem todos os dias. Onde o crime, o trafico generalizam a maioria.

Um exemplo: quando você liga a televisão, só se ver violência e mortes nas favelas.

Não se trata de um ritmo e batida forte, é sim da política do nosso país, que lembrá somente dos ricos. é deixa o pobre esquecido e necessitado. funk é a voz do pobre.

Já ouvir um rap que dizia “pobre não tem vez” Racionais MC’s”. Então a nossa política é a culpada por tanta violência.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Aluno: (V3)

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A criminalização do funk no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Redação

Com relação à criminalização do funk, é possível afirmar que esse ritmo musical pode ser considerado um crime de saúde pública às crianças, aos adolescentes e às famílias. Observa-se que esse estilo de música não só, em sua maioria, incita o crime e influencia negativamente as gerações, mas, também, em suas letras, mostra a mulher como objeto sexual, ou propriedade do sexo masculino.

Indebutavelmente, o funk tem em suas melodias palavras que que estimulam jovens de periferia a seguirem uma vida no crime, como, por exemplo, a letra da música “Bonde da Mutilação” onde faz varias apologias a estupros e violência, estimulando o crime na sociedade Brasileira, algo que há vários anos de lutas para combater.

Outrossim, a objetificação e a sexualização das mulheres está presente nas músicas de funk, fazendo com que a grande massa que as escuta viva um retrocesso histórico em um país que foi formado por estropos de índias pelos colonizadores portugueses, desmerecendo as lutas de varias mulheres que deram suas vidas por direitos do sexo feminino no Brasil.

A criminalização do funk é, portanto, um passo importante para o controle dos crimes e do índice de violência no território brasileiro. Diantes de todos esse fatos, a Comissão de Direitos Humanos e legislação Participativa do Senado Federal não deve proibir o funk em si, mas as letras do chamado “funk proibidão”, que estimula praticas

que ferem os direitos humanos, deixando esse estilo musical leve para que a população possa usufruir e, também, usar como forma de protesto por suas crueis realidades.

ANEXO E - FICHAS DE LEITURA PREENCHIDAS

Análise da (R) sobre a Redação da (B1)

Ficha de leitura

- O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?
Sim
- Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.
Sim. "A criminalização do funk..." "... esse estilo musical incute a violência e o crime..." "...tratando as mulheres como objeto sexual..."
- No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?
Sim.
- Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.
Ela representou discursivamente, mas não apresentou repertório
- Na conclusão, há proposta de intervenção?
Não
- Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.
Sim, "... Poder Judiciário..." "... criminalizar os autores..." "... que essas músicas sejam retiradas..." , mas não foi apresentado o efeito da proposta.

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

Apresentar mais contexto, contexto e o tema.

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

Apresentar mais argumentos, exemplos e estratégias.

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

Relatar conclusões próprias que apresente uma conclusão, apresentar
destaque, ação, agente, modo e efeito.

Análise do (C1) sobre a Redação da (B2)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

A introdução não apresenta tese, e a conclusão não é uma conclusão

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

Não demonstra tese :C

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

Ela tomou uma ideia no desenvolvimento, entretanto, não é citada na introdução

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

Não apresenta o repertório, somente cita opiniões mais sem a não exemplificação da fonte

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

Não, ela não busca intervir no processo de comercialização da fanta

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

Não cita nenhum dos princípios.

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

Você deve colocar aqui uma introdução, para mostrar a que você irá falar no decorrer do texto.

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

Organize suas ideias conforme a introdução desenvolvida, apresente os aspectos da terra e desenvolva-as com o conhecimento geral.

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

Com o que você desenvolveu no texto você montou uma boa ideia para o problema ou sugestão para a melhoria da mesma. Preste atenção nas palavras coladas. Desenvolva a ideia com seus aspectos gerais, mostre a ideia e como ela irá resolver o problema.

Análise da (B2) sobre a Redação do (C1)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

Sim

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

Sim, as teses são: as letras com incitacoes ao crime, e as drogas ilícitas encontrada em baile funk.

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

Sim, cada um dos pontos foram retomados de forma consistente.

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

Sim, as estratégias foram: que as letras do ritmo causam impactos negativos, por serem densito e mostrar uma violência de incitacao a ele.

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

Sim, contém proposta de intervenção

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

Não contém o agente, ação interventiva - deve ser criminalizado para diminuir o consumo de drogas
modo de execução - não tem.
efeito da proposta - diminuindo índice de criminalidade ao longo do tempo

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

A introdução ficou pequena.

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

No desenvolvimento faltou mais
argumento.

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

Na conclusão faltou mais
detalhamento do assunto.

Análise da (A2) sobre a Redação do (F)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

Sim, mas o desenvolvimento poderia ter acrescentado mais algumas ideias.

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

Sim. (falha gramatical: O funk tem sido visto como uma prática urbana, gênero musical parte da cultura brasileira, estroboscopia e validade de prova)

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

Sim, elas ficaram claras com ordem e ficaram muito bem organizadas.

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

Sim. (que o funk é uma parte de cultura para a população e também de dança) (uma vez que não são vistos as condições da vida)

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

Sim, tem proposta de intervenção.

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

não contém o agente

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

melhor a forma de expor a sua opinião no texto, seja mais claro.

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

Toda vez que você faz uma pergunta tem que ter outro parágrafo e a resposta, e não fazer muitas perguntas na mesma vez, fica muito grande e falta ideias.

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

Deixa mais claro a sua conclusão no texto porque ficou um pouco vago.

Análise do (P) sobre a Redação do (G)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

Sim, apresenta.

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

Sim. Faz apologia a diversas ações não éticas, e influencia os indivíduos de maneira negativa a sociedade.

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

Sim.

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

Não.

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

Sim, existe proposta de intervenção.

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

Estado Brasileiro, é um agente, que atua premente com leis e vigilância voltada para estas ações e uma ação interventiva.

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

Podem ser melhor mas um pouco
o número de linhas

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

A conclusão está boa, por
apresentar a parâmetros.

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

A conclusão está bem genérica

Análise do (V3) sobre a Redação da (J)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

Sim

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

Como tese um da apresenta que essas canções refletem a realidade de muitos cidadãos, e também a denúncia feitas por essas músicas, estando confusos diante da realidade.

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

Não teve muita conexão com as teses apresentadas, não desenvolveu do-as.

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

"Sabe-se que o funk se originou das classes mais baixas do nosso país", uma boa estratégia, mas que deveria ter um maior desenvolvimento.

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

///

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

///

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

Deixar explícito o tema da redação.

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

Desenvolver as teses apresentadas, fazendo com que a redação se torne mais coesa.

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

Mostrar seu ponto de vista negativo em relação às letras que fazem apologia ao crime, mostrando modo para que esse problema possa ser solucionado.

Análise da (B1) sobre a Redação da (R)

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Aluno (a): Bruno Rodrigues Santana

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

Sim.

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

"Algumas mídias possuem caráter exploratório."

"Um caso que trouxe consigo uma série de discussões políticas envolvendo o funk."

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

Sim.

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

Sim, o funk entra como cultura na Brasil, utilizando palavras que contam a realidade de algumas pessoas.

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

Sim.

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

Não apresenta o agente, deixando casos, diálogos, frases propagadas em TV. Não apresenta modo, finalidade de e para não falar o funk.

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

Que apresente mais fatos.

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

Que seja mais expandida, que o desenvolvimento tenha mais sustentação.

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

Que tenha mais proposta de intervenção, que tenha agente, ação, modo e finalidade.

Análise do (B3) sobre a Redação da (T)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

Desenvolvimento bem feito, conclusão não ficou bem explicada.

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

O funk surgiu através da música norte americana.

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

não.

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

não sei.

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

não a proposta de intervenção

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

não consegue identificar nem um agente.

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

colocar sobre o que fala o texto no primeiro parágrafo, falar de uma forma bem detalhada.

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

rebatê-lo e falar o que não foi falado no primeiro para que colocar novos argumentos.

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

concluir que não há nenhuma proposta de intervenção na conclusão.

Análise da (J) sobre a Redação do (V3)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

Sim

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

Influência negativamente nas gerações
suas ideias imaturo a mulher como objeto
sexual ou propriedade do sexo oposto

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

Sim

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

fazendo com que a grande massa que vai discutir
uma um retrocesso histórico em um país que
foi formado por destruição de indígenas pelos
colonizadores portugueses misturando um
lutas de várias mulheres

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

Sim

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

Agente = comissão de valores humanos e legislação partitici-
participa do Senado Federal

Ação = proibir as letras chamadas funk proibidas

modo = " " " "

efeito = Que massa população possa usufruir de um
cultura musical

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

Aumentar a letra
passar coneta

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

Aumentar a letra
passar coneta

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

Aumentar a letra
passar coneta

Análise da (A1) e do (M)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

Não

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

Sim. O funk tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não consideram esse gênero musical. Além disso, essa postura contrai uma imagem negativa

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

Não. Argumentos muito fracos, repetição de palavras.

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

Não

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

Não

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

Não, por que não tem no texto.

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

Fazer uma introdução menor, e conhecer
melhor um assunto para ter uma tese
mais interessante.

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

desenvolver a segunda tese

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

A conclusão está incompleta, não é uma proposta
de intervenção e nem um agente específico

Análise da (A3)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

não, a conclusão não está bem definida

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

sim. 1.º o Funk tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não consideram ser gênero... 2.º Além disso, essa postura constrói uma imagem negativa do funk e da cultura...

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

sim, bem organizadas

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

sim 2.º a constituição federal prevê a liberdade de expressão intelectual, científica e artística como um direito essencial para brasileiros.

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

Não há proposta de intervenção

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

não há nenhum

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

melhorar mais as ideias para que fique coerente

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

nenhum, tá muito bom

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

elaborar uma solução para o problema discutido

Análise da (A4)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

Sim

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

O funk tem sido alvo de pessoas preconceituosas que não consideram esse gênero musical parte da cultura brasileira.

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

Sim

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

Sim. O funk é uma porta de entrada para a prostituição e o tráfico de drogas, no

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

~~Sim~~ não concluiu a conclusão

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

Está sendo ser negligente em relação a prostituição e ao tráfico de drogas. Constituição Federal.

Respeite a liberdade de expressão intelectual, científica e artística.

Nessa forma, os motivos para a criminalização são frágeis e apenas causam repressão e perseguição ao funk.

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

Você deveria especificar mais

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

Ambra do projeto de texto

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

a conclusão final incompleta não tem
agente, ação, modo, efeito.

Análise do (C2)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

Não, o texto não está bem definido

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

Sim: O funk tem sido alvo de diversas práticas culturais que não consideram o gênero musical parte da cultura brasileira.

Além disso, esse postum constitui uma imagem negativa do funk e da cultura que ele representa no cenário mundial.

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

Não

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

Não

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

Não, a conclusão não está completa

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

Não

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

A introdução ficou boa, mas ele deve fazer um
primeiro parágrafo.

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

Sugiro que ele coloque a segunda lição e desenvolva a
de forma organizada.

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

Bom seria bom ele completar a conclusão e fazer um
segundo parágrafo de estabilidade ao texto.

Análise do (F)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

sim, mas o desenvolvimento poderia ter apresentado alguma coisa

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

Sim. (SOFRER PUNIÇÕES, ESTAR SUJEITO A PRISÃO, O GRUPO MUSICAL FUNKER SENDO ALVO DE PESDA PRECONCEITUOSA, RETRATA A REALIDADE DO PAÍS BRASILEIRO)

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

Sim, elas foram bem planejadas e foram retomadas e desenvolvidas, sendo bem organizadas.

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

sim, (que o funk é uma porta de entrada para prostituição e tráfico de drogas), (uma vez que não são retratados com liberdade de expressão)

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

Sim, tem proposta de intervenção

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

não tenho o agente,

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

que melhora a forma de usar o problema que
usa métodos

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

Todo vez que colar uma pergunta tem que responder um
desenvolvimento, mas como unidade para não ficar muito longo

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

usar uma proposta melhor para a solução do problema
em função dos dados disponíveis.

Análise do (G)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

De uma nota de 0 a 10, eu daria 6

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

Pode-se identificar várias teses, mas nem todas foram discutidas.
Porém, é possível identificá-las.

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

Não todas - apenas duas teses foram discutidas.

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

Sim.

No segundo parágrafo de desenvolvimento, o autor usou a Constituição Federal para justificar um repertório sociocultural.

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

Sim, porém foi apresentada de forma incompleta.

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

Ação - "é necessário respeitar esse gênero musical."

Modo - respeitando o gênero musical (porém foi mal apresentado)

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

A introdução deveria ser mais direta e apresentar apenas as teses a serem discutidas, sem informações desnecessárias.

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

O desenvolvimento foi ótimo do meu ponto de vista.

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

A conclusão ficou muito incompleta, uma vez que não respondeu às perguntas "quem?; o quê?; como?; para quê?" que tornam a mesma completa.

Análise da (T)

Ficha de leitura

1. O texto apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos?

apresenta introdução, desenvolvimento, e conclusão ^{claras}

2. Na introdução, é possível identificar facilmente o tema a ser discutido e as teses a serem

desenvolvidas? Se sim, transcreva as teses presentes na introdução do texto.

Sim no final do séc XX "no início do séc XXI, o funk tem sido 'alvo' de pessoas preconceituosas que não pensavam esse g. minoritário

3. No desenvolvimento, as teses foram retomadas e desenvolvidas de forma organizada e consistente?

foram desenvolvidas mais ou menos

4. Você consegue identificar as estratégias e os repertórios socioculturais utilizados para o desenvolvimento das teses? Se sim, escreva aqui quais foram as estratégias e os repertórios utilizados em pelo menos um dos parágrafos de desenvolvimento.

Sim, além disso, usa postura bastante negativa do funk e da cultura popular brasileira no cenário do mundo

5. Na conclusão, há proposta de intervenção?

Sim, "portanto mudados precisam ser tomados"

6. Você consegue identificar o agente, a ação interventiva, o modo de execução e o efeito da proposta? Se sim, escreva aqui os elementos que você conseguiu identificar.

portanto, mudados precisam ser tomados para mudar esta realidade de preconceito, porque quem faz o funk é a maioria a maioria de pessoas. Com isso é necessário suprimir esse gênero musical

7. Coloque aqui as suas sugestões para a introdução do texto.

começar falando e ir logo ao ponto, tipo
falando primeiramente sobre o início do
punk e depois citar outras composi-
ções.

8. Coloque aqui as suas sugestões para o desenvolvimento do texto.

Citar que o punk também está sofren-
do preconceito, porque é a vez do
pobre, é a maneira deles de expus-
sarem.

9. Coloque aqui as suas sugestões para a conclusão do texto.

a conclusão citar maneiras de apre-
sentar propostas, que defendam a
visão da sociedade sobre o punk.

ANEXO F - CARTAZ DO FILME *Uma história de amor e fúria*

buriti filmes, gullane e europa filmes apresentam
em coprodução com Lightstar studios, teleimage, mondo cane filmes, luna e HBO

participação especial de
Selton Mello Camila Pitanga Rodrigo Santoro

HISTÓRIA DE AMOR E FÚRIA

direção e roteiro de
Luiz Bolognesi

buriti filmes e gullane em coprodução com europa filmes, lightstar studios, teleimage, mondo cane filmes, estúdio luna e buriti filmes apresentam uma história de amor e fúria com selton mello, camila pitanga, rodrigo santoro, dominique schubert, marcos cesana e sergio moreno
direção e roteiro de luiz bolognesi direção de arte anna cavalli produção executiva helena maira
montagem paulo brunton produção executiva paulo brunton produção executiva paulo brunton produção executiva paulo brunton produção executiva paulo brunton
direção de produção paulo brunton produção executiva paulo brunton produção executiva paulo brunton produção executiva paulo brunton produção executiva paulo brunton
produção executiva paulo brunton produção executiva paulo brunton produção executiva paulo brunton produção executiva paulo brunton produção executiva paulo brunton
Projeto realizado com o apoio do Governo de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura - Programa de Ação Cultural de 2007 e Programa de Fomento ao Cinema Paulista 2005.

Agência
CCR
BNDES
fatorFUNCINE
AES Eletropaulo
MDS
CORPUS
CINEMAS
COMAGS
6
LUNA
HBO
teleimage
gullane
POLO PALMIRA
FIP
SAO PAULO
F/A ancine
FINEP
BRASIL
LUNA
HBO
teleimage
gullane
POLO PALMIRA
FIP
SAO PAULO
F/A ancine
FINEP
BRASIL

Verifique a classificação indicativa www.umahistoriadeamorefuria.com.br nos cinemas em abril de 2013

ANEXO G - LETRA DA MÚSICA “EU SÓ QUERO É SER FELIZ”

Eu Só Quero É Ser Feliz

Eu só quero é ser feliz
 Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é
 E poder me orgulhar
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar
 Fé em Deus, DJ

Eu só quero é ser feliz
 Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é
 E poder me orgulhar
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar
 Mas eu só quero é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz
 Onde eu nasci, han
 E poder me orgulhar
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar

Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer
 Com tanta violência eu sinto medo de viver
 Pois moro na favela e sou muito desrespeitado
 A tristeza e alegria aqui caminham lado a lado
 Eu faço uma oração para uma santa protetora
 Mas sou interrompido à tiros de metralhadora
 Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela
 O pobre é humilhado, esculachado na favela
 Já não aguento mais essa onda de violência
 Só peço a autoridade um pouco mais de competência

Eu só quero é ser feliz
 Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, han
 E poder me orgulhar

E ter a consciência que o pobre tem seu lugar
 Mas eu só quero é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz
 Onde eu nasci, é
 E poder me orgulhar
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar

Diversão hoje em dia não podemos nem pensar
 Pois até lá nos bailes, eles vem nos humilhar
 Fica lá na praça que era tudo tão normal
 Agora virou moda a violência no local
 Pessoas inocentes que não tem nada a ver
 Estão perdendo hoje o seu direito de viver
 Nunca vi cartão postal que se destaque uma favela
 Só vejo paisagem muito linda e muito bela
 Quem vai pro exterior da favela sente saudade
 O gringo vem aqui e não conhece a realidade
 Vai pra zona sul pra conhecer água de côco
 E o pobre na favela vive passando sufoco
 Trocaram a presidência, uma nova esperança
 Sofri na tempestade, agora eu quero abonança
 O povo tem a força, precisa descobrir
 Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui

Eu só quero é ser feliz
 Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é
 E poder me orgulhar
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar, eu
 Eu só quero é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz
 Onde eu nasci, han
 E poder me orgulhar, é
 O pobre tem o seu lugar

Diversão hoje em dia, nem pensar
 Pois até lá nos bailes, eles vem nos humilhar

Fica lá na praça que era tudo tão normal
 Agora virou moda a violência no local
 Pessoas inocentes que não tem nada a ver
 Estão perdendo hoje o seu direito de viver
 Nunca vi cartão postal que se destaque uma favela
 Só vejo paisagem muito linda e muito bela
 Quem vai pro exterior da favela sente saudade
 O gringo vem aqui e não conhece a realidade
 Vai pra zona sul pra conhecer água de côco
 E o pobre na favela, passando sufoco
 Trocada a presidência, uma nova esperança
 Sofri na tempestade, agora eu quero abonança
 O povo tem a força, só precisa descobrir
 Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui

Eu só quero é ser feliz
 Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é
 E poder me orgulhar
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar, é
 Eu só quero é ser feliz, feliz, feliz, feliz, feliz
 Onde eu nasci, han
 E poder me orgulhar
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar
 E poder me orgulhar
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar

ANEXO H - CARTAZ DO DOCUMENTÁRIO *Nunca me sonharam*



ANEXO I - HISTÓRIA EM QUADRINHOS SOBRE “A CRIMINALIZAÇÃO DO FUNK NO BRASIL”



**ANEXO J - REDAÇÕES DOS ALUNOS SOBRE “A IMPORTÂNCIA DE
PODER E DE CONSEGUIR SE EXPRESSAR ARGUMENTATIVAMENTE NO
BRASIL DE HOJE”**

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Aluna: (R)

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil
de hoje?

A muita importância envolvendo nisso, poder conseguir se expressar, falar como nós nos sentimos em determinado aspectos, aliás dizer o que está sentindo ou dizendo, querendo, faz parte para conseguirmos alcançar o desejo.

O ser humano em si é repleto de desejos e sentimentos, mas nem todos consegue se expressar, nem todos tem liberdade, principalmente os jovens que muita das vezes se calam perante a intimidação. Tentativas atrás de tentativas para fazer com que consigam chegar até o esperado, mas novamente são retratados como mudos que não podem falar, um deficiente mental que obedece regras, ordens e a única forma de expressar é a linguagem em libras.

Sua forma de pedir socorro é a forma de gritar, é quando vão atrás dos seus direitos, quando pedem melhorias e quando não se calam diante de nada e não abaixo a cabeça, só assim parece que são ouvidos.

A verdade é que esses jovens querem ser ouvidos mais, escutado mais e ter seus argumentos escutados, o governo necessita de poder nos escutar temos muito a falar e é proibido, proibir nós diante disso.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Aluna: (A3)

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?

Poder conseguir se expressar, quer dizer muitas coisas e pode aliviar muitos sentimentos, não poder se expressar traz muitas vezes afastamento da sociedade isolando a pessoa e possibilitando a ter depressão.

Muitos jovens cometem suicídio por não conseguir se expressar direito e as pessoas não entendem, se você não pode se expressar a sociedade imagina que você não tem sentimentos, levando a tratar a vítima mal.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Alunos: (V3)

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?

Por muito tempo o poder de expressão foi vedado, resultando na falta de liberdade de expressão de grupos como negros, mulheres, homossexuais, etc. Por falta dessa liberdade aconteceu muitos eventos históricos que ficaram marcado permanentemente, por exemplo, a escravidão e a opressão de gênero e identidade. Esses fatores causado por falta da expressão mostra o tamanho de sua importância.

Todas as pessoas têm um sonho, e não expressa-los os matam. Plantamos e regamos nossos sonho com inuíto que eles creçam e virem arvores grandes. Se esses pequenos pontos de luzes, mesmo que seja do tamanho de um átomo, não forem expressados, eles serão apagados nos tornando mais uma pessoa cinza. Talvez um sonho não seja tão grande, mas independente do tamanho eles precisam ser expressados para que o mundo não se torne uma só cor, o cinza.

Tive sonhos, sendo eles realizado e não realizados, e isso foi dependente da minha decisão. Quando me calei por medo, a falta de expressão fez com que eu não conquistasse o que eu queria, e assim aconteceu ao contrario quando decidi que as pessoas deveriam escutar minha voz.

Inteligente são as crianças birrentas, mesmo muitos achando coisa de filho mimados, sua liberdade de expressão faz com que elas ganhe o brinquedo ou o doce que os fez brilhar os olhos. Isso é o que a magia da expressão faz, ela nos dá o poder de conseguir o que sonhamos.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Aluno: (P)

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?

Na minha opinião a importância de poder e de conseguir se expressar deve-se fazer para o indivíduo poder se interagir no meio de outros, sua opinião com respeito, e ele poder respeitar os dos outros.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Aluno: (C1) Eduardo Macau dos Santos

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?

A importância de se expressar, é simplesmente, para poder mostrar a alguém sua forma de pensar e que nem todos nós temos o mesmo pensamento.

Assim que comecei a cursar o terceiro ano no colégio via muitas rodinhas de pessoas jogando truco, e eu como não sabia jogar ficava de canto só olhando, mais um dia resolvi aprender para poder jogar, comecei muito ruim perdia para todos. O tempo passou e eu acabei melhorando e as pessoas para quem eu perdia, hoje perdem para mim.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Aluno: (M)

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?

A importância de poder se expressar está relacionado a comunicação. De fato expor opiniões e ideias é algo bastante comum e é através de opiniões que surge grandes atos de protagonismo na sociedade. Tipos projetos sociais, campanhas de arrecadação.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Aluna: (B2)

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?

Na minha opinião as pessoas tem que se expressar sim, com isso as pessoas conseguem o que elas querem, como entrar na faculdade, conseguir um emprego, ir em busca dos seus sonhos.

O meio de se expressar é muito importante, através da expressão as pessoas conquistam o que elas querem, eu por exemplo conseguir passar em um vestibular, e estou finalizando o 3º ano do ensino médio, isso tudo que consegui foi por meio da expressão.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Aluna: (B1)

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?

A importância de conseguir se expressar é para conseguirmos algo melhor para nossa vida, e conseguir realizar nossos sonhos e objetivos. Além disso, na nossa sociedade é essencial se expressar, pois sem ela não conseguimos nos posicionar sobre um assunto, e muito menos defender nossas ideias.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Aluna: (L)

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?

Na minha opinião, quando podemos e conseguimos se expressar muda muito, meio que realmente lutamos de todas as formas pelo nosso objetivo, mesmo tendo pessoas de opinião contrária ou pessoas que não acredita em você.

Quando somos ouvidos e as pessoas entende o que você quer dizer, nos sentimos mais auto-confiantes. É muito importante essa questão ser trabalhada desde da infância, pois, ensina como se reagir caso você não consiga e pode se expressar. Costumo entender que, assim, desde pequeno você está preparado para a “rasteira” (obstáculos) e vai aprender a superar e passar por cima do “não”.

“Mesmo sem perceber, todo dia a gente tá lutando por alguma coisa.” Essa questão também é de se refletir, porque realmente todos os dias estamos em “batalhas”, quando conseguimos e podemos se expressar é uma maneira de passar diante o problema, seja qual for a situação.

Vivenciei uma situação em que uma amiga teve que estar calada, por causa dessa situação se conteve em várias situações. Quando lutou por si, expressando, mudou radicalmente seu “eu”. Abriu portas para algumas características que não entendia que tinha, libertou-se da censura e se abriu para o mundo.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Aluno: (B3)

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?

Eu acho que para um instituição funcionar de uma forma legal, tem que ter um dialogo, com os demais não importa se é um funcionario ou gerente. O que realmente faz a mudança e você saber escutar o próximo é saber respeitar.

Porque muitos lugares você tem que “gritar” para a pessoa poder dar um minuto de seu tempo, quem sabe se os Brasileiros escutasse um pouco todos nos morássemos em um países melhor.

E mesmo em 2018 no Colegio Estadual Olga Mansur, me deparei com uma gestão que não escutava os alunos é aplicava uma punição nos alunos e funcionarios que não se calava, é vendo isso eu organizei uma manifestação para que a gestão escutasse os alunos funcionarios e respeitasse a nossa opinião. E com isso eu aprendi muito é vi que a sua opinião pode mudar muita coisa.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Aluna: (A1)

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?

Imagina o mundo sem voz da população sera que é bom? O mundo sem voz seria uma ditadura, mas por que uma ditadura?

Não seria bom em nem um sentido, pelo fato da pessoa não poder fazer o bem a si proprio e outros tambem, por que muitas fezes a vontade de um e a vontade de muitos.

A época da ditadura foi muito dificiu e importante, muitos leva como exemplo do que não fazer de novo. O presidente castelo branco um dos maiores ditadores que não so ele mas a maioria dos presidentes antigos de direita proibia a liberdade de expressão, muitas vezes eram perseguidos e em alguns casos mortos.

Entre tantos motivos relevantes, todos deveriam ser ouvidos independente de quem for. Um dos meios de ser expressar seria pelas redes sociais no caso a internet no geral.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Aluna: (T)

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?

A importância de se expressar é que a gente se conhece. Se expressar é bom porque assim nós tornamos uma pessoa melhor, com pensamentos melhores.

Assim, podemos fazer uma análise, de tudo que passamos e nós tornar algo melhor.

Agora poder se expressar é uma coisa e conseguir já é totalmente diferente. Por que para conseguir se expressar precisamos do conhecimento, já para conseguir precisamos de (merecimento, voz, união). O essencial de tudo isso é o mesmo que a expressão “viver sem conhecer o passado é como caminhar no escuro”. Ou seja, você estará perdida na vida, sem conhecimento algum sobre nada.

Todos nós já nós expressamos, já tivemos várias conquistas. Temos visão para o futuro, mais o amanhã, “bom, quem sabe”.

Tenho muitas metas, mas apenas um objetivo aquele topo final, difícil vai ser, pelo menos vou ter aquela sensação de “pelo menos eu tentei”.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Aluno: (C1)

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?

Definir a expressão como simples é ser ingênuo, pois, por ser fundamental para a vida, pode ser até considerado uma ciência. Como o agricultor venderá seus produtos, como um consumidor o comprará? Um jornalista diariamente nos informa apresentando acontecimentos ao redor do mundo, mas e se ele não conseguisse relatar isso? O mundo atualmente se vê em um empecilho com a liberdade de se expressar, fundamentalmente, aqueles que se encontram em um nível social inferior, sendo assim julgado por seu real conhecimento e sendo impedido de se expressar muitas vezes publicamente. Apesar da constituição, que define a liberdade como lei para todos, o desrespeito a ela fica claro quando um negro que reside na favela da rocinha é oprimido em uma padaria da zona sul, quando da sua opinião sobre o estado econômico do Brasil e é refutado por um branco de classe média-alta relacionando-o como alguém inferior, e sendo impedido de se expressar.

Então até onde vai expressar? A sua importância é fundamental para o mundo e o equilíbrio social e cultural.

Disciplina: E agora, José? Preciso escrever uma redação!

Aluna: (J)

Professora: Alexia Maria Cardoso Melo

Qual a importância de poder e de conseguir se expressar argumentativamente no Brasil de hoje?

O poder de se expressar foi uma história dos nossos ancestrais, que lutaram bravamente para que pudessemos ter, hoje o direito de se expressar.

Através de anos de história, onde muitos morreram, hoje somos livres para nos manifestar de qualquer forma.

Sua importância é imensa não apenas para sociedade, mas também para a formação de um indivíduo.

O poder de expressar pode ser inserido em fato social, pois, ao analisar todo o repertório de um fato social, é nítido que é tudo aquilo capaz de ter uma coerção sobre o indivíduo na sociedade.

Se expressar é a forma ampla e bela da própria arte.

Diante da história do Brasil, houve-se um momento que se expressar era proibido. Esse período nada mais foi, que a ditadura, a censura era uma das formas clássicas de abuso de poder e quem ao menos tentasse confrontar, sofria consequências tenebrosas.

É proibido, proibir. Uma das frases marcantes em busca da liberdade.